

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

sul sul



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo de Recoletos, 8
28001 - Madrid

Copyright SEGIB
Março de 2020

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA (SEGIB)

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral Ibero-Americana
Maria Andrea Albán, Secretária para a Cooperação
Martín Rivero, Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul

**PROGRAMA IBERO-AMERICANO PARA O FORTALECIMENTO
DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (PIFCSS)**

Direção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério
das Relações Exteriores, Comércio internacional e Culto
da República Argentina, Presidência.
Daniel Castillo, Secretário Técnico

AUTORAS DO RELATÓRIO:

Cristina Xalma
María Dutto
Natalia Vargas

COLABORAÇÃO:

Iruma Díaz
Valeria Giacchino
Juan Carlos Palacios

A fotografia da capa retrata a central hidroelétrica de Itaipu e ilustra os projetos de CSS através dos quais o Paraguai transfere para El Salvador a sua experiência na construção e manutenção de represas, bem como na gestão dos seus aspetos ambientais e sociais (Autor: Santiago Carneri)

Citar por favor esta publicação como:

SEGIB (2020). Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019, Madrid

Esta publicação foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)

SERVIÇOS DE EDIÇÃO:

wearebold.es

Depósito Legal: M-7618-2020

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

sulsul



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

Índice de conteúdos

Apresentação	10
Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana	12
Resumo Executivo	14
Acrónimos	24
Capítulo I. A Cooperação Sul-Sul depois do PABA+40: parcerias necessárias para desafios complexos*	28
*Da responsabilidade dos Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana	
I.1 Breve cronologia da entrada em cena de novos agentes nos debates sobre desenvolvimento na Ibero-América e a nível global	31
I.2 O contexto atual: desafios globais com matizes ibero-americanas	32
I.3 O que virá a seguir: novos horizontes, mais parceiros	34
I.4 40 anos depois do PABA: ¿uma nova fase para a Cooperação Sul-Sul?	35
Capítulo II. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral	36
II.1 Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2017	42
II.2 A Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2017: uma perspetiva geográfica	46
II.3 Cooperação e relações de intercâmbio entre países: uma caracterização	58
II.4 Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Bilateral de 2017	65
II.4.1 Perfil dos projetos e ações de cooperação	65
II.4.2 Perfil dos países	76
II.4.2.1 No exercício do papel de ofertante	76
II.4.2.2 No exercício do papel de recetor	83
II.5 Cooperação Sul-Sul Bilateral e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	91

Capítulo III. A Cooperação Triangular na Ibero-América	98
III.1 Projetos e ações de Cooperação Triangular em 2017	102
III.2 Participação dos países e dos seus parceiros na Cooperação Triangular da Ibero-América	106
III.2.1 Países, organismos e papéis da Cooperação Triangular	106
III.2.2 Principais agentes e alianças estabelecidas	111
III.3 Análise setorial da Cooperação Triangular de 2017	118
III.3.1 Perfil dos projetos e ações de Cooperação Triangular	118
III.3.2 Perfil dos principais agentes	124
III.4 Cooperação Triangular e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	128
Capítulo IV. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Regional	132
IV.1 Programas e Projetos de Cooperação Sul-Sul Regional em 2017	135
IV.2 Participação dos países na Cooperação Sul-Sul Regional de 2017	138
IV.3 Participação dos organismos multilaterais na CSS Regional de 2017	142
IV.4 Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Regional de 2017	145
IV.5 Cooperação Sul-Sul Regional e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	149
Capítulo V. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul com outras regiões	154
V.1 Uma primeira aproximação	156
V.2 Caribe não Ibero-Americano	160
V.3 África	165
V.4 Ásia	171
V.5 Oceania	176
V.6 Médio Oriente	177
Nota metodológica	202
Bibliografia	208

Fichas País. A Cooperação Sul-Sul dos países ibero-americanos em 2017.

Principais dados	179
Argentina	180
Bolívia	181
Brasil	182
Chile	183
Colômbia	184
Costa Rica	185
Cuba	186
Equador	187
El Salvador	188
Guatemala	189
Honduras	190
México	191
Nicarágua	192
Panamá	193
Paraguai	194
Peru	195
República Dominicana	196
Uruguai	197
Venezuela	198
Espanha	199
Portugal	200
Andorra	201

Índice de quadros

Quadro II.1	A Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: acumulando mais de 8.200 intercâmbios	39
Quadro II.2	Uma aproximação ao custo dos projetos e ações de CSS Bilateral	44
Quadro II.3	Para uma participação mais diversa e inclusiva: período 2007-2017	52
Quadro II.4	O México e o recurso aos Fundos Mistos: promovendo uma CSS “bidirecional”	60
Quadro II.5	As prioridades setoriais da Cooperação Sul-Sul: transformações no período 2007-2017	67
Quadro II.6	Argentina e Uruguai: intercâmbio de experiências na luta contra a cibercriminalidade	72
Quadro II.7	Paraguai: o crescente papel de ofertante a partir da aposta numa CSS diversa e inclusiva	82
Quadro II.8	Guatemala: integrando a Cooperação Sul-Sul na defesa das mulheres indígenas	89
Quadro II.9	Unindo esforços para a conservação dos oceanos, mares e recursos marinhos	96
Quadro III.1	O PABA+40 e o renovado apoio da comunidade internacional à Cooperação Triangular como meio de implementação efetiva da Agenda 2030	101
Quadro III.2	A União Europeia e o Programa Adelante como fórmula para promover a Cooperação Triangular	108
Quadro III.3	Espanha: uma década a apostar na Cooperação Triangular da Ibero-América	114
Quadro III.4	A progressiva aposta da Ibero-América numa Cooperação Triangular que dê resposta aos desafios ambientais: o período 2007-2017	120
Quadro III.5	A Cooperação Triangular Ibero-Americana em matéria de atendimento à população adulta	123
Quadro III.6	O uso dos big data para a Avaliação de Ecossistemas no quadro da Agenda 2030: a experiência do México, Austrália e Colômbia	131
Quadro IV.1	O BID e a CSS para fornecer bens públicos regionais: a experiência do Retina Latina	144
Quadro IV.2	O PIFCSS e o desenvolvimento de ferramentas inovadoras para o fortalecimento institucional da Cooperação Sul-Sul: o caso do Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências	148
Quadro IV.3	A Cooperação Sul-Sul e o ODS 3: os esforços regionais na luta contra a Zica	152
Quadro V.1	A Ibero-América acompanha a elaboração do primeiro relatório africano sobre Cooperação Sul-Sul	158
Quadro V.2	Aprendizagem e gestão de culturas: o caso da Colômbia e de São Vicente e Granadinas	164
Quadro V.3	Portugal e Brasil congregam esforços para apoiar a produção sustentável de café em Moçambique	170
Quadro V.4	O Vietname e a Ibero-América: um exemplo de alternância dos papéis de ofertante e recetor	174

Índice de diagramas

Diagrama II.1	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral do México, conforme o recetor. 2017	62
Diagrama II.2	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral de El Salvador, conforme o ofertante. 2017	64
Diagrama II.3	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	66
Diagrama II.4	Distribuição dos fluxos das ações de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	75
Diagrama III.1	Projetos de Cooperação Triangular do México no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e recetor. 2017	111
Diagrama III.2	Projetos de Cooperação Triangular de Espanha no papel de segundo ofertante, conforme o primeiro ofertante e recetor. 2017	113
Diagrama III.3	Projetos de Cooperação Triangular de El Salvador no papel de recetor, conforme o primeiro e segundo ofertantes. 2017	117
Diagrama III.4	Distribuição setorial dos projetos de Cooperação Triangular. 2017	119

Índice de esquemas

Esquema II.1	Acerca da metodologia ibero-americana sobre CSS e ODS	91
---------------------	---	-----------

Índice de gráficos

Gráfico II.1	Evolução dos projetos, ações e iniciativas de CSS Bilateral. 2007-2017	42
Gráfico II.2	Distribuição de projetos e ações de CSS Bilateral, conforme o ano de início	43
Gráfico II.3	Distribuição de projetos e ações, conforme a duração. 2017	44
Gráfico II.4	Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral oferecidos e recebidos, conforme o país. 2017	50
Gráfico II.5	Distribuição dos projetos participados pelo México como ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	77
Gráfico II.6	Distribuição dos projetos participados pelo Chile como ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	78
Gráfico II.7	Distribuição dos projetos participados por El Salvador como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	84
Gráfico II.8	Distribuição dos projetos participados pela Colômbia como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	86
Gráfico II.9	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral, conforme o ODS com o qual potencialmente podem estar alinhados. 2017	93
Gráfico III.1	Evolução dos projetos, ações e iniciativas de Cooperação Triangular 2006-2017	103
Gráfico III.2	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme a duração. 2017	104
Gráfico III.3	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme o ano de início	104
Gráfico III.4	Principais agentes dos projetos de Cooperação Triangular, conforme o papel. 2017	106
Gráfico III.5	Principais agentes das ações de Cooperação Triangular, conforme o papel. 2017	110
Gráfico III.6	Distribuição setorial dos projetos de Cooperação Triangular do México, no exercício do papel de primeiro ofertante. 2017	125
Gráfico III.7	Distribuição setorial dos projetos de Cooperação Triangular de Espanha, no exercício do papel de segundo ofertante. 2017	126
Gráfico III.8	Distribuição setorial dos projetos de Cooperação Triangular de El Salvador, no exercício do papel de recetor. 2017	127
Gráfico III.9	Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular, conforme o potencial alinhamento com os ODS. 2017	129

Gráfico IV.1	Evolução das iniciativas, projetos e programas de CSS Regional. 2007-2017	135
Gráfico IV.2	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme a duração. 2017	136
Gráfico IV.3	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme o ano de início. 2017	137
Gráfico IV.4	Intensidade da relação entre países ibero-americanos, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada par de parceiros coincide. 2017	141
Gráfico IV.5	Participação dos organismos multilaterais nas iniciativas de CSS Regional. 2017	142
Gráfico IV.6	Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	145
Gráfico IV.7	Distribuição das iniciativas de CSS Regional, conforme o potencial alinhamento com os ODS. 2017	150
Gráfico V.1	Iniciativas de CSS Bilateral entre a Ibero-América e outras regiões, conforme o papel dos países ibero-americanos e os principais ofertantes. 2017	159
Gráfico V.2	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América com o Caribe não Ibero-Americano (papel recetor), conforme o país ofertante. 2017	162
Gráfico V.3	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e do Caribe não Ibero-Americano (papel recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	163
Gráfico V.4	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América com África (papel recetor), conforme o país ofertante. 2017	168
Gráfico V.5	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América e de África (papel recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	168
Gráfico V.6	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América com a Ásia (papel recetor), conforme o país ofertante. 2017	173
Gráfico V.7	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) e da Ásia (papel recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2017	173

Índice de mapas

Mapa II.1	Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2017	47
Mapa II.2	Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2017	56
Mapa IV.1	Participação dos países ibero-americanos em iniciativas de CSS Regional. 2017	139
Mapa V.1	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano, conforme o país receptor. 2017	161
Mapa V.2	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com África, conforme o país receptor. 2017	166
Mapa V.3	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com a Ásia, conforme o país receptor. 2017	172
Mapa V.4	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com a Oceania, conforme o país receptor. 2017	176
Mapa V.5	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel ofertante) com o Médio Oriente, conforme o país receptor. 2017	177

Índice de matrizes

Matriz II.1	Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral. 2017	59
Matriz II.2	Ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral. 2017	63
Matriz V.1	Iniciativas de CSS Bilateral, Triangular e Regional da Ibero-América em conjunto com outras regiões. 2017	157

APRESENTAÇÃO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

susul

A cooperação sul-sul (CSS) e a cooperação triangular evoluíram significativamente nos últimos anos, e com elas o panorama global da cooperação para o desenvolvimento. Tal como se mostra no décimo segundo Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, este foi um processo particularmente dinâmico na nossa região, que registou um aumento significativo da quantidade de intervenientes que participaram na cooperação sul-sul, uma diversificação das áreas temáticas que foram objeto dos intercâmbios, e uma multiplicação dos instrumentos para a sua implementação.

A Conferência das Nações Unidas comemorativa do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA +40), cuja Declaração Final reconheceu a importância da CSS e Triangular como meios de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi indubitavelmente um marco fundamental dessa evolução. Com ela, a comunidade internacional da cooperação reconheceu consensualmente uma nova visão, mais horizontal, da cooperação para o desenvolvimento, visão para a qual a SEGIB e o espaço ibero-americano contribuíram de forma substancial através de apoios analíticos e conceptuais, inovações institucionais, práticas concretas e produção de informações e provas através de muitos anos de empenho e esforços coletivos.


Por conseguinte, não devemos deixar de enfatizar que o progresso substantivo da nossa cooperação para o desenvolvimento é fruto do trabalho multilateral dos países ibero-americanos. Um processo que se baseou na cooperação sul-sul e triangular desenvolvida pelos países através dos seus organismos nacionais competentes, e na construção conjunta de instrumentos politicamente relevantes e tecnicamente eficazes para articular regionalmente a nossa cooperação. Estes são, para além dos Relatórios Anuais de CSS na Ibero-América, o Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS), que atualmente conta com cerca de 8.500 projetos, e o Programa Ibero-Americano

para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), que este ano completou uma década, potenciando as capacidades das instituições e das suas equipas para fazer mais e melhor cooperação.

A nossa região não avançou sozinha neste processo. Fomos permanentemente acompanhados por parceiros estratégicos e por outras regiões do mundo. Neste sentido, queremos celebrar a publicação em 2019 do First African South-South Cooperation Report desenvolvido pelo PNUD e pela NEPAD, parcialmente baseado na nossa metodologia através de um processo de frutuosa cooperação interinstitucional que continuaremos a apoiar. Por outro lado, é também de destacar que na recente Reunião Ibero-Americana de Ministros e Ministras das Relações Exteriores, realizada no passado mês de novembro em Andorra, se subscreveu um acordo com a Comissão Europeia para o desenvolvimento conjunto de cooperação triangular, promovendo, entre outros, novas abordagens e instrumentos específicos relacionados com os ODS, com um maior grau de descentralização da cooperação triangular e com um maior nível de aproximação a diferentes grupos vulneráveis, tais como as populações indígenas.

Finalmente e tal como todos os anos, nesta décima segunda edição o Relatório apresenta novidades quanto ao tratamento e à forma de apresentação da informação. Entre outras inovações, acrescentámos um anexo com informações estatísticas e metodológicas sobre a análise da ligação entre os projetos de CSS dos países ibero-americanos e o seu alinhamento com os ODS. Além disso, desenvolvemos um novo sistema de impressão por pedido, mais amigável do ambiente, tornando-nos mais eficazes na distribuição de exemplares e fazendo ajustes na página web para melhorar a visualização dos dados.

Esperamos que este Relatório seja do vosso interesse, de utilidade, e que exprima os importantes progressos realizados.



Rebeca Grynspan
SECRETÁRIA-GERAL IBERO-AMERICANA



María Andrea Albán
SECRETÁRIA PARA A COOPERAÇÃO
IBERO-AMERICANA

RESPONSÁVEIS

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

susul

Responsáveis de Cooperação Ibero-americana

À DATA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

PAÍS	NOME	INSTITUIÇÃO
ANDORRA	Gemma Cano Berné	Departamento de Assuntos Multilaterais e Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e Relações Institucionais
ARGENTINA	María Belén Bogado	Direção Geral da Cooperação Bilateral do Ministério das Relações Exteriores e do Culto
BOLÍVIA	Tito Armando Velasco	Vice-Ministério do Investimento Público e Financiamento Externo do Ministério da Planificação e do Desenvolvimento
BRASIL	Ruy Pereira	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
CHILE	Juan Pablo Lira Bianchi	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID)
COLÔMBIA	Marcela Ordóñez Fernández	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
COSTA RICA	Rita Hernández Bolaños	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e do Culto
CUBA	Ileana Nuñez Mordoche	Direção Geral de Colaboração Econômica do Ministério do Comércio Externo e Investimento Estrangeiro
EQUADOR	Mauricio Montalvo	Subsecretaria de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e da Mobilidade Humana
EL SALVADOR	Verónica Olivares	Direção Geral de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores
ESPANHA	Carmen Castiella Ruiz de Velasco	Direção de Cooperação com a América Latina e o Caribe da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)
GUATEMALA	Rita Mishaan	Secretaria de Planificação e Programação da Presidência da República da Guatemala (SEGEPLAN)
HONDURAS	Lisandro Rosales Banegas	Secretaria de Estado das Relações Econômicas e Cooperação Internacional
MÉXICO	María Elena Alcaraz	Agência Mexicana de Cooperação Internacional (AMEXCID)
NICARÁGUA	Arlette Marengo Meza	Secretaria de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
PANAMÁ	Yil Otero	Direção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PARAGUAI	Cynthia Maria Filartiga Lacroix	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PERU	José Antonio González Norris	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)
PORTUGAL	Luis Faro Ramos	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)
REPÚBLICA DOMINICANA	Marcel Mejía Taveras	Vice-Ministério de Cooperação Internacional do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento
URUGUAI	Andrea Vignolo	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)
VENEZUELA	Marisela del Valle Rojas	Vice-Ministério de Assuntos Multilaterais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores





RESUMO EXECUTIVO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul

Resumo Executivo

O Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019 é uma edição especial que está marcada pela coincidência com a comemoração do 40º aniversário de um dos marcos basilares da Cooperação Sul-Sul: a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre esta modalidade, mais conhecida por PABA+40. Neste sentido, a comemoração do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) e, através dela, a reafirmação da comunidade internacional no seu compromisso para com uma Cooperação Sul-Sul e Triangular que permita avançar na direção do efetivo cumprimento da Agenda 2030, permeia, de diferentes formas, cada um dos cinco capítulos que compõem esta décima segunda edição do Relatório da CSS.

Como tem vindo a ser habitual, o primeiro capítulo do relatório inclui uma reflexão coletiva e concertada dos responsáveis máximos de cooperação dos países ibero-americanos. Em concreto, refletem acerca de como a CSS e Triangular podem continuar a dar resposta aos desafios e complexidades que o desenvolvimento enfrenta, num panorama marcado pela emergência de novos agentes e pelo estabelecimento de novas e diversas alianças. Seguem-no os três capítulos que sistematizam, em cada caso, a CSS que os países ibero-americanos intercambiaram entre eles nas três modalidades reconhecidas neste espaço (bilateral, triangular e regional). O quinto e último capítulo dedica-se à Cooperação Sul-Sul em que a Ibero-América participou juntamente com países em desenvolvimento de outras regiões. Tal como na edição anterior, o Relatório conclui com as fichas de todos os países ibero-americanos, que incluem os dados mais relevantes do conjunto da Cooperação Sul-Sul em que participaram em 2017.

Capítulo I analisa os desafios da CSS e Triangular após a realização do PABA+40, especialmente no que se refere à necessidade de incorporar novos agentes e de tecer novas e complexas alianças com eles. Na verdade, as alianças para o desenvolvimento previstas pelo ODS 17 fazem referência a esse trabalho conjunto para a obtenção do Desenvolvimento Sustentável através do intercâmbio de conhecimentos, experiências, tecnologias e recursos de diferente natureza.

Com base no atrás exposto, o primeiro capítulo principia com uma breve revisão histórica –da Conferência de Bandung (1955) até ao próprio PABA+40 (2019)–, que mostra como os vários agentes se foram integrando na cooperação para o desenvolvimento. Como resultado, configuram-se novas áreas de ação para, a partir da CSS e Triangular, dar resposta a quatro grandes agentes: os governos descentralizados (subnacionais e locais), sociedade civil organizada, academia e setor privado. A cada um deles, em parceria com os Estados e a partir das suas potencialidades, reconhece-se a capacidade de contribuir, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular, para uma resolução eficaz e sustentável dos desafios e objetivos do desenvolvimento.

Depois, o Relatório da CSS na Ibero-América 2019 sistematiza e analisa a Cooperação Sul-Sul em que a região participou em 2017. Esse exercício realiza-se com base nas 1.310 iniciativas que, fruto do intercambiado entre os países ibero-americanos e entre eles e os países em desenvolvimento de outras regiões, tiveram lugar ao longo do referido ano. A seguinte tabela mostra essas 1.310 iniciativas, distinguindo a modalidade em que se realizaram (bilateral, triangular e regional) e o instrumento através do qual se executaram (ações, projetos e programas). Trata-se de uma análise que, a partir de uma visão agregada dos quatro capítulos, permite construir um relato do que ocorreu em 2017 em termos de CSS. As informações acumuladas durante mais de 10 anos, também permitem olhar para trás e descrever os acontecimentos mais recentes, identificando tendências e comportamentos que contribuem para entender melhor onde nos encontramos.

Em 2017, os 19 países ibero-americanos que participaram da modalidade de CSS Bilateral, intercambiaram 733 projetos e 160 ações



Projeto de CSS Bilateral “Consolidação da apicultura como instrumento de desenvolvimento” entre Argentina, no papel de ofertante e Costa Rica, no papel de receptor.

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL NAS QUAIS PARTICIPARAM PAÍSES DA IBERO-AMÉRICA. 2017

Em unidades

		MODALIDADES			Total
		CSS Bilateral	Cooperação Triangular	CSS Regional	
INSTRUMENTOS	Programas	n.a	n.a	55	55
	Projetos	869	136	50	1.055
	Ações	161	39	n.a	200
Total		1.030	175	105	1.310

Nota: n.a. Não se aplica. Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

O **Capítulo II** inaugura esse exercício de sistematização, centrando-se nos 733 projetos e 160 ações de CSS Bilateral intercambiados em 2017 entre os 19 países ibero-americanos que participam nesta modalidade, ambos os valores ligeiramente superiores aos registados no ano anterior. De entre as conclusões resultantes desta análise, são de destacar as seguintes:

a) Por um lado, o México foi o país que em 2017 exerceu num maior número de ocasiões o papel de ofertante de CSS Bilateral (158 projetos, equivalentes a 21,5% do total). Seguiram-no o Chile, Argentina e Brasil, com uma participação agregada de 44,4%. Entretanto, a Colômbia, Cuba, Uruguai e Peru somaram pouco mais de uma quarta parte (27,5%). Os últimos 6,7% contaram com a participação de 8 países: Costa Rica, Paraguai e Equador, cada um deles em mais de 10 projetos; a par da Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e República Dominicana, todos com intervenções mais pontuais (entre 2 e 6 projetos). Durante 2017, apenas 3 países (Nicarágua, Panamá e Venezuela) não se contabilizaram como ofertantes de CSS Bilateral.

b) Por outro lado, no exercício do papel de recetor, El Salvador, com 82 projetos, justificou 11,2% dos 733 projetos que estiveram em execução em 2017. Seguiram-no a Colômbia, México, Uruguai e Argentina, quatro países que, com 63 a 58 projetos cada um, justificaram, de forma agregada, um terço do total intercambiado durante esse ano. Entretanto, praticamente 3 em cada 10 projetos foram recebidos pelas Honduras, Peru, Bolívia, Paraguai e Chile (entre 40-50 intercâmbios). Outra quinta parte deveu-se à participação de Cuba, Guatemala, Costa Rica, República Dominicana, Panamá e Equador, ao passo que cerca dos 5% finais, se atribuíram à Nicarágua, Venezuela e Brasil.

c) Por outro lado, a maior parte dos projetos de CSS Bilateral mantidos em execução em 2017 (35,5%) contribuíram para fortalecer capacidades na área Social. Outro terço (34,0%) visou objetivos económicos, embora dentro deles claramente tendessem a prevalecer os que procuraram reforçar os Setores de Produção (acima de 150, equivalentes a 24,4%) mais do que a apoiar a criação de Infraestruturas e Serviços (um agregado próximo dos 10%). Por ordem de importância



Barragem de Itaipu que ilustra a CSS Bilateral entre Paraguai (ofertante) e El Salvador (recetor) para a construção e manutenção de projetos hidrelétricos. Autor: Santiago Carneri.

relativa, são também de salientar mais de uma centena de projetos (16,1% dos finais) destinados ao Fortalecimento Institucional. Os últimos 14,1% justificaram-se pela contribuição agregada dos projetos que colocaram a tônica na categoria Ambiental (8,1%) e em Outros âmbitos de intervenção (5,9%).

- d) De forma coerente com o atrás mencionado, o setor de atividade para o qual mais projetos de CSS Bilateral se orientaram em 2017 foi o da *Saúde*: mais de uma centena, equivalentes a 15,8% dos totais. Seguiram-no, em importância relativa, o *Agropecuário*, um setor ao qual se dedicaram cerca de 75 projetos (mais de um décimo dos intercâmbios registados em 2017). Outros dois setores relevantes (em torno a 45 projetos em cada um dos casos) foram os que se consagraram ao *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, bem como ao *Ambiente*. Este último merece uma especial atenção, pois numa perspetiva temporal a análise revela que os intercâmbios especificamente orientados para a preservação e cuidado da natureza foram os que registaram um maior crescimento.
- e) Finalmente e sintonia com o compromisso do espaço ibero-americano para com a Agenda 2030, estima-se que, em 2017, quatro em cada 10 projetos puderam contribuir para a realização de três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 Saúde e bem-estar (105 projetos), ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico (respetivamente 94 e 75). Outros 30% puderam orientar-se para apoiar a obtenção de cinco ODS diferentes: ODS 2 Fome zero; ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas; ODS 4 e 10, relativos em cada caso à Educação de qualidade e Redução das desigualdades; e ODS 6 Água potável e saneamento. Finalmente, os últimos 30% dos projetos de CSS Bilateral intercambiados pelos países da região ao longo de 2017 visaram prosseguir na concretização dos 9 Objetivos restantes, entre os quais se destacam os que têm uma maior componente ambiental (ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis, 13 Ação pelo clima e 15 Vida de ecossistemas terrestres).

O **Capítulo III** dedica-se aos 127 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular em que os países ibero-americanos participaram em 2017. O valor global (164 iniciativas) sugere um crescimento de 13,6% relativamente ao ano anterior. Da sua análise depreende-se que:

- a) Em 2017, um máximo de 12 países ibero-americanos exerceram o papel de primeiros ofertantes de Cooperação Triangular, transferindo capacidades para os restantes parceiros. Convém destacar o México, país que exerceu esse papel num maior número de ocasiões: 25, que justificam cerca de 20% dos 127 projetos finalmente registados. Seguiram-no o Brasil, Chile e Costa Rica, cada um deles presente numa vintena de projetos. Em conjunto, os quatro países foram responsáveis, de forma agregada, por dois terços dos projetos de Cooperação Triangular de 2017. Outros dois agentes relevantes foram El Salvador e Argentina, com uma contribuição conjunta de 12,6%. Entretanto, dentro dos últimos 15% dos projetos, destaca-se a participação mais pontual de países como o Equador, Uruguai, Cuba, Colômbia e Peru.
- b) Por sua vez, exerceram o papel de segundos ofertantes 4 países ibero-americanos (Brasil, Chile, El Salvador e Espanha), 14 países extra-regionais e 13 organismos intergovernamentais. Espanha teve um papel decisivo, pois em 2017 exerceu esse papel em 33 projetos de Cooperação Triangular, equivalentes a mais de um quarto do total. Outro terço deveu-se à Alemanha e Luxemburgo que participaram, respetivamente, em 24 e 19 projetos. Se aos anteriores acrescentarmos a participação, em proporções muito próximas, da Agência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Japão e Estados Unidos, justificam-se 3 em cada 4 dos 127 projetos de Cooperação Triangular registados em 2017. Por último, houve intervenções mais pontuais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia (6 e 4 projetos).

Na cooperação triangular destacaram-se o México no exercício do papel de primeiro de ofertante e Espanha no de segundo ofertante

- c) Para além disso, e tal como tem vindo a ser habitual, a casuística mais comum no papel de recetor foi a de que vários países o exerceram de forma simultânea: mais concretamente em 22 ocasiões, que justificam 17,3% dos 127 projetos desta modalidade. As fórmulas de associação foram muito diversas e oscilaram, a modo de exemplo, entre as alianças de dois parceiros, países que partilham fronteira ou associações entre países que integram uma mesma sub-região. Seguiram-nos as intervenções individuais protagonizadas por El Salvador e Bolívia, responsáveis, como recetores, por mais de 25% dos intercâmbios.
- d) No que se refere ao fortalecimento de capacidades, metade dos projetos de Cooperação Triangular em que a Ibero-América participou em 2017 procuraram apoiar os âmbitos Social e Ambiental (respetivamente 33 e 32 projetos). A outra metade explica-se pelos esforços orientados para o setor Económico (outra quarta parte do total dos projetos, numa proporção de 3 para 1 entre Infraestruturas e Serviços Económicos e Setores de Produção); o Fortalecimento Institucional (20,5%); e os Outros âmbitos de intervenção, uma área na qual só foram executados 4 projetos (apenas 3,1%).
- e) Cinco setores de atividade justificaram 6 em cada 10 dos 127 projetos de Cooperação Triangular executados em 2017: *Ambiente* (um em cada 5 projetos); *Agropecuário* (12,6% do total); *Outros serviços e políticas sociais e Saúde* (em torno a 9-11% em cada caso, equivalentes, de forma agregada, a outros 20%); e tudo quanto se relaciona com o *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* (8,7%). É sem dúvida importante voltar a destacar o aumento do peso relativo registado entre 2007 e 2017 pelo setor do *Ambiente*, um facto que confirma o crescente compromisso da região para unir forças e avançar na direção do desenvolvimento sustentável.
- f) Na mesma linha de compromisso para com a Agenda 2030, estima-se que um terço dos 127 projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução pelos países ibero-americanos em 2017 puderam estar alinhados com o ODS 13 Ação pelo clima (quase 20% do total) e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes (vinte projetos, equivalentes a outros 15,7%). Outro terço dos projetos justificam-se pelo potencial alinhamento com os ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico, ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 2 Fome zero (com participações de cada um deles à volta de 11% e 8%); bem como com o ODS 12 Produção e consumo responsável, um objetivo ao qual se puderam dedicar 7 projetos (5,5%). Ao agregar os resultados associados aos ODS 15 Vida dos ecossistemas terrestres, ODS 6 Água e saneamento e ODS 10 Redução das desigualdades, chegamos a justificar 8 em cada 10 projetos. Os últimos 20% devem-se aos projetos que se destinaram a algum dos oito restantes ODS. A única exceção foi o ODS 4 Educação de qualidade que, em 2017, não aparece associado a qualquer projeto.



Um terço dos projetos de Cooperação Triangular em 2017 puderam estar alinhados com o ODS 13 Ação pelo clima e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes



Projeto de Cooperação Triangular dedicado ao “Cultivo e colheita de água”, participado por Peru como (primeiro ofertante), a União Europeia (segundo ofertante) e a Costa Rica (recetor).

O **Capítulo IV** trata as 102 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional nas quais a Ibero-América participou em 2017 e que foram instrumentalizadas, em proporções muito semelhantes, através de 50 projetos e 52 programas. Da sua análise convém destacar o seguinte:

- a) Em 2017, a Costa Rica, México e Colômbia foram os países que se mostraram mais dinâmicos relativamente a esta modalidade de Cooperação Sul-Sul, pois participaram, em cada caso, num total de 63 programas e projetos. Seguiram-nos o Panamá e Guatemala, bem como a Argentina e Brasil, presentes num número de iniciativas menor, mas superior a 50. No entanto, a casuística mais habitual foi a partilhada pelos nove países cujo número de iniciativas se situou no intervalo das 40 a 49: por um lado, El Salvador, Honduras, Guatemala e República Dominicana e, por outro lado, Equador, Peru, Chile, Paraguai e Uruguai. Outros seis países registaram participações menores e díspares entre si: Bolívia e Venezuela participaram em 33 e 23 iniciativas de CSS Regional; Cuba, em pouco mais de vinte; ao passo que Espanha esteve ativa em 25 iniciativas, Portugal em 12 e Andorra em 2.
- b) Por sua vez, praticamente 3 em cada 10 das iniciativas executadas nesta modalidade contaram com o acompanhamento de algum agente multilateral pertencente ao espaço ibero-americano (caso, principalmente, da

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)). Cerca de outro quinto das iniciativas (19) devem-se à participação ativa de organismos do âmbito centro-americano (Sistema da Integração Centro-Americana –SICA– e Centro Regional de Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas –CENPROMYPE–). O MERCOSUL foi o terceiro organismos multilateral que em 2017 acompanhou um maior número de iniciativas de CSS Regional (11). Finalmente, um terço das iniciativas contou com o acompanhamento de um máximo de vinte organismos diferentes, entre os quais se destacaram a Aliança do Pacífico (AP), Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

- c) Por outro lado, a CSS Regional de 2017 apresentou um perfil significativamente disperso em torno de diferentes âmbitos de intervenção. Assim, 25% dos 52 programas e 50 projetos de CSS Regional mantidos em execução pretendiam resolver problemas de caráter Social; um valor ligeiramente superior ao registado pelas iniciativas que se orientaram, nas mesmas proporções, para a criação de Infraestruturas e Serviços Económicos e para Outros âmbitos de intervenção (20,6% em cada caso). A restante CSS Regional foi consagrada ao Ambiente (14,7%), ao Fortalecimento Institucional (11,8%) e, novamente no âmbito económico, a apoiar o desenvolvimento de vários Setores de Produção (7,8%).

- d) Por setores de atividade, o importante peso relativo dos Outros âmbitos deve-se ao destaque de um dos setores que o define: a *Cultura*, atividade na qual em 2017 se classificaram um maior número de iniciativas de CSS Regional (19), equivalentes a 18,6% do total. Seguiram-no o *Ambiente*, o segundo setor mais destacado de 2017 com 8,8% das iniciativas de CSS Regional. É também de salientar que mais de 15% do total dos programas e projetos em que a Ibero-América participou em 2017 visaram problemas relativos à *Educação* e *Saúde*, enquanto que cerca de 5% se justificaram pelo destacado papel do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* (6 iniciativas).
- e) No que se refere aos compromissos da região para com a Agenda 2030, mais de 30% das iniciativas de CSS Regional procuraram progredir na obtenção de metas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis (18 programas e projetos que justificaram 17,6% do total) e ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas (14 iniciativas que contribuíram com outros 13,7%). Quando a estas se acrescentam as participações relativas da cooperação potencialmente alinhada com os ODS 13 Ação pelo clima, ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes, ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 4 Educação de qualidade, justificam-se duas em cada três das iniciativas desse ano. O último terço da cooperação pôde alinhar-se com um máximo de 9 ODS diferentes.

A Cultura foi a atividade na qual em 2017 se classificaram um maior número de iniciativas de CSS Regional (18,6%). O segundo setor mais destacado foi o do Ambiente (8,8%)



Projeto de Cooperação Triangular para promover a “Produção sustentável de café no Parque Nacional de Gorongosa”, participado por Brasil (primeiro ofertante), Portugal (segundo ofertante) e Moçambique (recetor).

Finalmente, o **Capítulo V** analisa a Cooperação Sul-Sul em que a Ibero-América participou em 2017 em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões: um total de 319 ações, projetos e programas, principalmente implementados nas modalidades bilateral e triangular, e intercambiados com o Caribe não Ibero-Americano, África, Ásia, Oceania e Médio Oriente. A sua sistematização e análise permitem afirmar o seguinte:

- a) Em mais de 40% das iniciativas, o principal parceiro da Ibero-América pertenceu ao Caribe não Ibero-Americano, um padrão muito relacionado com a proximidade geográfica, sendo seguido por África, uma região com a qual a Ibero-América realizou praticamente 30% dos seus intercâmbios de 2017. Ao agregar a cooperação com a Ásia (20%), justificam-se 90% das 319 iniciativas de CSS executadas em 2017 a par de países em desenvolvimento de outras regiões. Entretanto, os intercâmbios com a Oceania e o Médio Oriente foram mais pontuais.
- b) Por regiões, a cooperação realizada com o Caribe não Ibero-Americano foi proeminentemente bilateral, situando-se a Ibero-América no papel de ofertante. Dentro deste bloco, o Haiti foi o país caribenho que recebeu mais cooperação, destacando-se também como recetores a Jamaica, Belize, Granada e São Vicente e Granadinas. Por seu turno, os principais parceiros do âmbito ibero-americano foram Cuba, México, Argentina e Colômbia, os quais, a par de outros países ibero-americanos, fortaleceram preferencialmente capacidades do âmbito Social (mais de 60% dos intercâmbios).
- c) No que se refere à CSS realizada com África, reproduziu-se o padrão anterior, prevalecendo de novo os intercâmbios na modalidade bilateral (praticamente 90% das iniciativas participadas por ambas as regiões). Os restantes, justificam-se pela Cooperação Triangular (8,6%) e CSS Regional (apenas 2,2%). A Ibero-América exerceu uma vez mais o papel de ofertante em quase todos estes intercâmbios, contribuindo para reforçar conhecimentos e capacidades muito diferentes, entre os quais se destacaram os relativos ao âmbito Social (caso da CSS Bilateral) e aos Setores de Produção (Triangular).
- d) Ao longo de 2017, a cooperação da Ibero-América com a Ásia apenas se verificou na modalidade de CSS Bilateral e instrumentalizou-se através de 50 projetos e 10 ações. No entanto, neste caso tratou-se de uma cooperação marcada pela procura do fortalecimento mútuo de capacidades, tendo para isso ambas as regiões alternando, em proporções semelhantes, e exercício dos papéis de ofertante e recetor. A este respeito, um terço das iniciativas em que a Ibero-América foi recetora contribuíram para reforçar os Setores de Produção, enquanto que 25% fortaleceram a área Social, graças às contribuições de parceiros como a China e o Vietname. Por sua vez, a Argentina e Cuba destacaram-se como ofertantes na cooperação com esta região, promovendo o âmbito Social e o setor *Agropecuário*.

Ao longo de 2017, a cooperação da Ibero-América com a Ásia foi marcada pela procura do reforço mútuo de capacidades, no qual ambas as regiões alternaram o exercício dos papéis de ofertante e de recetor

Acrónimos

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AEC	Associação dos Estados do Caribe
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGCID	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AIAMP	Assembleia-Geral da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos
AMEXCID	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AP	Aliança do Pacífico
APC	Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AUCI	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional
BCIE	Banco Centro-Americano de Integração Económica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMZ <small>(sigla em alemão)</small>	Ministério Federal para a Cooperação e Desenvolvimento Económico da República Federal da Alemanha
CACI	Conferência de Autoridades Cinematográficas da Ibero-América
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Comunidade do Caribe
CENPROMYPE	Centro Regional de Promoção das Micro e PME

CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CODOPESCA	Conselho Dominicano de Pesca e Aquicultura
COMJIB	Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
CSS	Cooperação Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
DEVCO (sigla em inglês)	Direção-Geral da Cooperação e Desenvolvimento Internacional da Comissão Europeia
DNP	Departamento Nacional de Planificação da Colômbia
FAO (sigla em inglês)	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDC	Fundo Internacional para a Diversidade Cultural da UNESCO
FILAC	Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe
FOSAL	Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular
GIZ (sigla em alemão)	Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional
GPEDC (sigla em inglês)	Associação Global de Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz
GPI (sigla em inglês)	Iniciativa de Associação Global
G77	Grupo dos 77
IFRC (sigla em inglês)	Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
IH	Índice de Herfindahl
INSSJP	Instituto Nacional de Serviços Sociais para Reformados e Pensionistas da Argentina
ISA	Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa
IsDB (siglas em inglês)	Banco Islâmico de Desenvolvimento

MECSS	Mecanismo Estruturado de Intercâmbio de Experiências
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude
OISS	Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Nações Unidas
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires para promover e realizar Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PM	Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica

PNPDIM	Política Nacional para a Promoção e o Desenvolvimento Integral das Mulheres 2008-2023
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	País de Rendimento Alto
PRM Alto	País de Rendimento Médio Alto
PRM Baixo	País de Rendimento Médio Baixo
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SECOMISCA	Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da América Central e República Dominicana
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SENA	Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SIDICSS	Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular
SIMORE	Sistemas de Monitorização de Recomendações
UE	União Europeia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo do Brasil
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD (sigla em inglês)	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO (sigla em inglês)	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA (sigla em inglês)	Fundo das Nações Unidas para a População





CAPÍTULO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul

Capítulo I

A Cooperação Sul-Sul depois do PABA+40: parcerias necessárias para desafios complexos*

Desde as suas origens, no final da Segunda Guerra Mundial, a Cooperação Internacional era um assunto principalmente de Estados. Numa época com menos população, elevados custos de mobilidade e sociedades maioritariamente rurais e desarticuladas, as relações e compromissos entre os países realizavam-se entre as capitais.

A heterogeneidade do mundo em desenvolvimento aumentou mais tarde, em consequência do aparecimento de redes e parcerias de mercados emergentes; atores regionais com aspirações globais; migrações do campo para a cidade com ganhos na inovação e produtividade; e o desenvolvimento de tecnologias de difusão da informação. A par destas transformações, novos agentes uniram-se às conversações globais, tais como o setor privado (a partir da filantropia e de pactos industriais), sociedade civil, academia e governos subnacionais/locais.

A tese central deste capítulo é que as dinâmicas da globalização impulsionaram o desenvolvimento de redes de agentes que, a partir do último quarto do Século XX, dialogam com o Estado nos debates ibero-americanos sobre desenvolvimento. Os esforços destinados a desenvolver novas formas de trabalho conjunto entre o Estado e esses agentes, traduzem-se em novos tipos de parcerias, cujos instrumentos de gestão estão ainda em construção. Estas parcerias são cada vez mais necessárias, pois esses agentes têm responsabilidades e conhecimentos próprios que podem contribuir para a resolução dos problemas de desenvolvimento.

Ao reconhecimento da qualidade dessas contribuições, o contexto da Agenda 2030 agrega uma dimensão financeira: o desenvolvimento de soluções para enfrentar os 17 desafios definidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que exigirá multiplicar os esforços e os recursos financeiros disponíveis para a promoção do desenvolvimento.

Os princípios da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Triangular são adequados para a construção de espaços horizontais de colaboração multiagente que permitam dar resposta a este desafio, tal como ficou registado em vários documentos de orientação do espaço ibero-americano, como no II Plano de Ação Quadrienal da Cooperação Ibero-Americana, aprovado em novembro de 2018 na IV Reunião Ordinária de Responsáveis da Cooperação Ibero-Americana, realizada na Guatemala.

* Capítulo elaborado e acordado com os países-membros ibero-americanos do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), através dos Responsáveis de Cooperação, e a partir de uma versão inicial elaborada pela Colômbia, juntamente com Argentina, Chile, Espanha, México, Panamá e Uruguai.

I.1

BREVE CRONOLOGIA DA ENTRADA EM CENA DE NOVOS AGENTES NOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO NA IBERO-AMÉRICA E A NÍVEL GLOBAL

O progresso de modalidades de trabalho conjunto no Sul Global, que privilegiam os intercâmbios técnicos e a aprendizagem mútua entre parceiros para além dos fluxos financeiros, foi uma constante ao longo de quase 70 anos. Paralelamente a este processo, novos tipos de agentes constituíram redes internacionais e emergiram como interlocutores dos Estados em fóruns internacionais, com objetivos e formas de organização próprias e distintivas. Neste processo identificamos, pelo menos, sete marcos claros:

O primeiro marco deste processo é representado pela Conferência de Bandung de abril de 1955, convocada pelas Nações recém-independentes da África e Ásia face à crescente polarização ocasionada pela Guerra Fria e pelas ameaças neocolonialistas, e que estabeleceu as bases de uma cooperação económica, técnica e cultural diferente, suporte do Movimento dos Países Não Alinhados.

O segundo marco foi a Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento, que teve lugar em setembro de 1978 e que criou o célebre Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), documento que consolida a Cooperação Sul-Sul como uma modalidade de cooperação reconhecida e independente da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). O PABA torna explícitos os princípios de respeito pela soberania, não ingerência em assuntos internos, solidariedade na ação internacional, compromisso com a paz e horizontalidade na relação entre os parceiros participantes, condições centrais e próprias tanto da Cooperação Sul-Sul quanto da Cooperação Triangular.

Nos anos seguintes, registaram-se emergências políticas e ambientais que foram incluídas no relatório da Comissão Brundtland de 1987, solicitado pela Nações Unidas e intitulado “O Nosso Futuro Comum”, documento esse que pela primeira vez propõe a noção de desenvolvimento sustentável. A reação a este relatório serviu como catalisador para o terceiro marco de desenvolvimento de novos agentes e narrativas nos debates globais: a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, realizada

em junho de 1992. O evento reuniu movimentos ambientalistas, cidadãos e empresários e teve um impacto mediático inédito graças às comunicações via satélite e ao estado de choque provocado pela ainda recente desintegração da União Soviética.

A partir de então, ganha mais força a ideia de que certos desafios do desenvolvimento se devem encarar à escala regional e global, destacando-se a interdependência das sociedades e ecossistemas. A Cooperação Internacional consolida-se como um mecanismo útil para atuar a esta escala e para a articulação com Organizações da Sociedade Civil e com empresas privadas (inicialmente na rubrica Responsabilidade Social Empresarial), em temas tais como: promoção e defesa dos Direitos Humanos; desenvolvimento de redes de conhecimentos e boas práticas; difusão de padrões internacionais de gestão macroeconómica; prevenção de conflitos; promoção da nutrição e segurança alimentar; acesso a medicamentos e vacinas; gestão ambiental; e tratamento de fontes de água.

Em abril de 2000, por ocasião da Primeira Cimeira do Sul em Havana, os países do Grupo dos 77 (G77) realçaram a Cooperação Sul-Sul como um importante instrumento para fortalecer a independência económica dos países do Terceiro Mundo e fazer avançar o seu desenvolvimento, bem como um meio para garantir a sua participação equitativa e efetiva na reconfiguração da nova ordem económica internacional. A cooperação económica e técnica entre os países em desenvolvimento tornou-se uma componente integral das relações mútuas entre os Estados do Sul e um importante meio para promover a troca de ideias, iniciativas, conhecimentos, progressos técnicos, competências e experiências no espectro de uma vasta gama de setores.

O quarto marco é representado pela Cimeira do Milénio, realizada em Nova Iorque em setembro de 2000, que após avaliar o papel das Nações Unidas no Século XXI propôs oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) dirigidos a erradicar a pobreza; promover a educação e a igualdade entre os géneros; reduzir a mortalidade infantil e a incidência de doenças; melhorar a saúde materna, e garantir a sustentabilidade do ambiente. Embora inovadora e ambiciosa, a Agenda do Milénio foi alvo de críticas devido a que os Países em Desenvolvimento não participaram na sua redação; e a que havia pouca inter-relação entre as metas; faltava um esquema de acompanhamento com indicadores desagregados comuns; não contava com uma estratégia de implementação a nível subnacional; e havia poucas pontes de articulação com agentes não estatais. Nos anos seguintes, muitas destas críticas foram levadas aos debates dos fóruns sobre a eficácia da ajuda.

Em Paris (2005), Acra (2008) e Busan (2011), a APD começou a adotar princípios orientadores que já norteavam a Cooperação Sul-Sul a partir do PABA: apropriação das intervenções de desenvolvimento por parte dos parceiros beneficiários; alinhamento com as estratégias nacionais de desenvolvimento; harmonização de práticas e instrumentos de trabalho entre diferentes cooperantes; abordagem de medição do impacto das intervenções; e transparência e prestação de contas sobre o uso dos recursos. Estas conversações testemunham uma incidência cada vez maior e mais informada por parte das organizações da sociedade civil (OSC) que, com experiência na execução de projetos e capacidade de análise graças ao trabalho académico, pressionam para uma maior transparência e inclusão em todo o setor.



As dinâmicas da globalização impulsionaram o desenvolvimento de redes de agentes que, a partir do último quarto do Século XX, dialogam com o Estado nos debates ibero-americanos sobre desenvolvimento

O quinto marco é o salto qualitativo dado pela agenda da Cooperação da Ibero-América no final da primeira década de 2000, na proximidade do 30º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Destacam-se nesta conjuntura três factos essenciais: a publicação em 2007 do primeiro Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América por parte da SEGIB; a criação em 2008 do Programa Ibero-Americano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), e a realização em 2009 da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul em Nairobi, onde entre outras coisas se reforçam e atualizam os princípios da cooperação técnica. Estes eventos refletem uma aposta do Sul Global em aprender consigo próprio e em aproveitar as suas dinâmicas na busca do desenvolvimento.

O sexto marco é a Agenda 2030, integrada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, para a qual se realizou um processo de consulta multinível sem precedentes, que promoveu a constituição de numerosas parcerias globais entre agentes de diferente natureza, trabalhando em conjunto para aprofundar, entre outros, os intercâmbio de boas práticas em mobilização

de recursos; a transparência e responsabilidade no desenvolvimento; o desenvolvimento em contextos de conflito e fragilidade; e a medição e produção de dados; e também a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP-21), realizada em dezembro de 2015 em Paris.

No que respeita à agenda de desenvolvimento e à cooperação, o sétimo e mais recente marco é constituído pela Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, conhecida por PABA+40 pela comemoração do 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires, e realizada em Buenos Aires em março de 2019, que reitera nas suas recomendações as premissas de 1978, e os progressos de Nairobi (2009), Paris (2015) e Adis Abeba (2015). Também os compara com a atual conjuntura, situando-os num novo campo de jogo: não nos referimos apenas à cooperação técnica, respeito e não ingerência em contextos pós-colonialistas, mas também reconhecemos a academia, as empresas, a sociedade civil e os governos locais como agentes legítimos e necessários para tornar sustentável algo tão pouco trivial como a permanência da humanidade neste planeta.

1.2

O ATUAL CONTEXTO: DESAFIOS GLOBAIS COM MATIZES IBERO-AMERICANOS

Depois da queda do Muro de Berlim em 1989, em muitos países ibero-americanos parecia ter-se instalado um consenso relativamente à democracia representativa e à economia de mercado como formas ótimas de organização política e económica das suas sociedades. Embora a região sempre tivesse beneficiado de referências emblemáticas de modelos alternativos, nas duas primeiras décadas do Século XXI muitos países reavaliaram estes consensos, o que levantou novos desafios globais.

Verificaram-se novas acelerações tecnológicas nas áreas da conceção de materiais, técnicas de construção, telecomunicações e criação e processamento de informações em todos os setores da economia, o que atualmente se entende como a “Quarta Revolução Industrial”. A criação

de novas oportunidades de inovação também envolve uma deslocação das forças de produção (“*offshoring*”) e, em muitos casos, a automatização de processos, o que elimina postos de trabalho.

É necessário redefinir as prioridades do desenvolvimento. Os consensos globais mais significativos das últimas duas décadas constituíram-se em torno de dois temas principais: a superação da pobreza extrema e a atenuação e adaptação às alterações climáticas. Tal como já se mencionou, os dois temas ganharam maior relevância na Agenda do Milénio (2000-2015) e na Agenda 2030 (2015-2030).

Os antigos consensos sobre a autoridade estão a renegociar-se. Contra muitos prognósticos, a última década foi também testemunha do retorno a debates que aparentemente estavam resolvidos sobre o valor da informação fiável para a tomada de decisões informadas, do nível estatal até ao individual. Diferentes grupos questionam a autoridade de fontes tradicionais de informação tais como as universidades, centros de pensamento, meios de comunicação e partidos políticos para descrever as realidades sociais, propondo interpretações alternativas.

A combinação destes e de outros fatores está a modificar o espaço público e a obrigar o Estado a responder aos novos contextos: expansão e caráter técnico da agenda pública na sequência de fenómenos como as alterações climáticas; quarta revolução industrial e cadeias de valor internacionais; crescente complexidade de coordenação, dada a atomização do Estado, em múltiplas entidades com mandatos pontuais; aceleração dos acontecimentos públicos resultante da rapidez das informações das redes sociais, o que reduz o tempo de reação e aumenta o risco de erro; descentralização; integração em organismos regionais; bem como o aparecimento de novos agentes e formas de organização que, tal como já se mencionou, competem com a voz do Estado nos fóruns internacionais.

A par destes desafios globais, muitos países ibero-americanos confrontam-se com obstáculos estruturais, tais como:

Elevada dependência das matérias primas.

As indústrias extrativas básicas continuam a ter um grande peso nas economias da região, o que a torna vulnerável a choques externos produzidos pela variabilidade da sua procura e preço. A preponderância das indústrias básicas também determina que o valor agregado médio das exportações e a produtividade média da mão-de-obra sejam menores que os de outras regiões.

Pouca capacidade para gerir a atual onda migratória. Motivados por diferentes fatores, tais como pela deterioração das condições económicas e políticas e pela insegurança, que se podem ver afetados pelos efeitos das alterações climáticas, os fluxos migratórios mistos aumentam a procura de serviços públicos e têm impacto nos mercados de trabalho dos países de trânsito e recetores.

Carências institucionais persistentes.

A preponderância do trabalho informal com a consequente pressão dos salários para baixo e a diminuição da base fiscal do Estado, a subutilização da população economicamente ativa, as transformações tecnológicas que alteraram o mercado de trabalho e os processos de regulamentação laboral, e as diferentes formas de evasão fiscal e captura do Estado por parte de interesses económicos, são as carências institucionais mais destacadas.

Baixo investimento em capital humano.

Tanto por parte do setor público, ao reduzir o investimento em educação, quanto do privado, cujo investimento em investigação e desenvolvimento é muito reduzido em comparação com esse mesmo investimento em outras latitudes, reflete-se em fracos resultados nas provas internacionais de avaliação e parece contribuir para que haja menos empresas latinas capazes de inovar e competir a nível internacional.

Flagelos sociopolíticos como a grande desigualdade. A distribuição irregular dos rendimentos, associada à coexistência de indústrias altamente tradicionais e extremamente avançadas num mesmo país - por vezes dentro das mesmas localidades -, cria um distanciamento crescente do nível económico de diferentes populações. A falta de igualdade de direitos obstaculiza o pleno exercício de cidadania por parte dos indivíduos mais vulneráveis para tomar decisões, expondo-os à ação do crime organizado, ao tráfico de drogas ou a tornarem-se vítimas de impunidade policial e judicial.

Os obstáculos descritos neste parágrafo contribuem para orientar a agenda de trabalho de muitos países da região, tanto na Cooperação Sul-Sul e Triangular quanto na APD. A sua permanência nas nossas listas de “tarefas a realizar” (com matizes locais), revela pelo menos duas coisas: que estes problemas estão arraigados em complexas relações económicas, políticas e sociais, e que as modalidades de cooperação implementadas e os parceiros até agora envolvidos têm sido insuficientes para os resolver.

1.3

O QUE VIRÁ A SEGUIR: NOVOS HORIZONTES, MAIS PARCEIROS

Face ao aparecimento de novos desafios e ao agravamento de outros flagelos de longa data, a globalização e o progresso das tecnologias das comunicações permitiram a articulação de novas redes de agentes a nível internacional. Os apelos cada vez mais frequentes para reforçar alianças e coordenar ações podem ser entendidos como um reconhecimento do potencial valor destes agentes para contribuir para espaços que pertenciam ao domínio tradicional do Estado.

Atualmente denominamos “parcerias para o desenvolvimento” a este trabalho conjunto para a conquista dos ODS através do intercâmbio de conhecimentos, experiências, tecnologias e recursos financeiros. As Agência, Fundos e Programas das Nações Unidas são fundamentais para materializar estas parcerias em iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular, dada a sua experiência em estabelecer elos comuns e em articular financiamento multilateral e bilateral.

Configuram-se assim novas áreas de ação para responder aos quatro agentes:

Governos descentralizados ou subnacionais/locais. O nível territorial ou local é um espaço fundamental para a resolução eficaz e sustentável dos desafios e objetivos do desenvolvimento. A cooperação descentralizada centra-se nas instâncias locais de governação territorial e municipal, recomendando programas de intercâmbio para o fortalecimento de capacidades locais de formulação e execução de projetos para o desenvolvimento sustentável. A modalidade de cooperação para governos subnacionais/locais denomina-se cooperação descentralizada (ou transfronteiriça, quando se trata de localidades que partilham realidades sociais apesar de se encontrarem em diferentes lados de uma fronteira nacional ou estatal) e a sua gestão levanta questões sobre a capacidade dos governos locais para comprometerem recursos geralmente de nível nacional, bem como sobre a continuidade dos projetos face à mudança dos governos locais.

Sociedade civil organizada. A apropriação comunitária dos processos de desenvolvimento é fundamental para garantir a sustentabilidade, eficácia e realização plena e real dos objetivos do desenvolvimento. Promover uma participação

de qualidade exige um ecossistema vibrante de OSC que possa facilitar o diálogo entre o setor público e a sociedade. Uma participação efetiva da sociedade civil requer reverter a tendência para restringir o ambiente habilitante. Isto implica fortalecer as condições de segurança dos cidadãos (com responsabilidades da competência do Estado e de outros agentes e dinâmicas comunitárias) e explorar como diferentes fontes de financiamento podem afetar a independência da ação da sociedade civil, num contexto onde a diminuição de recursos está a comprometer a sua capacidade de incidência e supervisão nas políticas públicas.

Academia. A crescente necessidade de contar com mais e melhores informações acerca dos fluxos de cooperação e do impacto das intervenções, exige fortalecer a gestão de conhecimentos sobre Cooperação Internacional. Novas teorias devem apoiar o estudo dos atuais fenómenos e da gestão dos agentes, âmbitos e desafios. A contribuição académica é também fundamental para fazer avançar a Agenda 2030 dos lugares comuns até aos instrumentos efetivos de gestão do desenvolvimento.

Setor privado. É um agente que desempenha um papel determinante na sociedade, dada a sua capacidade para mobilizar recursos financeiros e a sua orientação para a eficiência dos processos. A partir do âmbito da Responsabilidade Social Empresarial, e muitas vezes em parceria com Organizações Não Governamentais (ONG), o setor tem experiência na organização de pactos de ação coletiva em torno de ideias tais como o comércio justo e o combate à exploração laboral em indústrias como a têxtil e nas cadeias de valor de produtos como o cacau e o café. No entanto, aumentar a inovação na cooperação para o desenvolvimento exigirá fortalecer as parcerias para o desenvolvimento. Tal requer uma maior assimilação do conceito de desenvolvimento sustentável como parte das agendas nacionais e regionais, bem como a gestão de possíveis conflitos de interesses e riscos de captura institucional por parte de interesses comerciais.

O desafio do alinhamento da Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular com a Agenda 2030 é um, entre muitos, que exigem do Sul Global evoluções conceptuais e políticas ainda em gestação

I.4

40 ANOS DEPOIS DO PABA: ¿UMA NOVA FASE PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL?

Embora as páginas que precedem tenham tentado caracterizar um conjunto de agentes que se perfilam como cruciais para enfrentar os desafios do futuro, a região tem anos de experiência na articulação de ações com eles. As próximas páginas deste relatório irão revelar a dimensão desse trabalho.

O PABA+40 fez apelos específicos para que se proporcionassem condições de trabalho ótimas aos novos agentes da Cooperação Sul-Sul e Triangular que melhorassem a eficácia de ambas as modalidades de cooperação através de intercâmbios técnicos para, entre outras coisas:

- impulsionar empresas industriais e conceder apoio para garantir a segurança alimentar e a nutrição;
- promover o desenvolvimento, transferência, disseminação e difusão de tecnologias ecologicamente racionais;
- promover programas de colaboração transfronteiriça para desenvolver práticas mais ajustadas às realidades sociais das zonas de fronteira;
- fortalecer as instituições públicas de investigação, instituições académicas, centros de estudos, redes de conhecimento e centros de excelência regionais e temáticos;
- mobilizar mais recursos através da colaboração com o setor privado em projetos de cooperação; e
- intensificar o acesso ao financiamento e à participação de um maior número de Organizações da Sociedade Civil, bem como melhorar o ambiente para a ligação às organizações sociais e aos processos transformadores.

Complementando os progressos registados na Cooperação Sul-Sul tradicional e alinhada com os seus princípios orientadores, a Cooperação Triangular configura-se como uma modalidade útil para gerir estes complexos arranjos de recursos, cronogramas, interesses e perceções. Na última década, os países ibero-americanos fizeram um

grande esforço para sistematizar boas práticas de gestão de Cooperação Triangular no quadro do PIFCSS. Além disso, o trabalho a nível global do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, a *Global Partnership for Effective Development Cooperation* (GPEDC) e a *Global Partnership Initiative* (GPI), também provam a importância dada por outras regiões a fortalecer as capacidades para resolver estes dilemas de cooperação.

Apesar destes progressos, o desafio do alinhamento da Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular com a Agenda 2030 é um, entre muitos, que exigem do Sul Global evoluções conceptuais e políticas ainda em gestação. O tema dos parceiros e das potenciais modalidades de trabalho para a Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular não se esgota com os elementos expostos até agora.

Quanto às modalidades de cooperação, consideramos importante que se preste mais atenção aos mecanismos de cooperação regional, tais como ao Projeto Mesoamérica (PM). A experiência do PM é o exemplo de um mecanismo de coordenação regional que articula países, recursos, redes profissionais e temas na configuração de um laboratório de cooperação com montantes e horizontes de tempo mais ambiciosos que os tradicionais da Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular. Noutras latitudes, iniciativas como o CARICOM e o MERCOSUL também exibem mecanismos complexos de trabalho técnico e político.

A propósito do apelo do PABA+40 a uma melhor gestão das parcerias para o desenvolvimento, ainda há oportunidades para a complementaridade regional. Muito se tem escrito sobre a importância de estabelecer agendas conjuntas entre os diferentes agentes de Cooperação da região, mas tem-se dito menos sobre a importância de procurar sinergias entre a multiplicidade de espaços e mecanismos de coordenação programática, política ou comercial vigentes na Ibero-América.

Resumindo, as transformações no contexto internacional modificaram a conceção do desenvolvimento e a sua medição. A incorporação de novos agentes nos debates ibero-americanos sobre o desenvolvimento e a redefinição do seu papel na cooperação internacional, são indicativos destas transformações e, como reflexo, a cooperação multiagente vai para além de uma parceria para projetos pontuais ou da busca de novas fontes de recursos para o desenvolvimento. Coordenar interesses e objetivos heterogéneos com as empresas privadas, sociedade civil, academias e governos descentralizados é um desafio para enfrentar os problemas do desenvolvimento e os fenómenos atuais.





CAPÍTULO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul

Capítulo II

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral

Este segundo capítulo do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019* é consagrado à sistematização e análise de dados dos projetos e ações em que os países ibero-americanos participaram numa das três modalidades reconhecidas neste espaço: a Cooperação Sul-Sul Bilateral. Tal como se pode observar no Quadro II.1, trata-se da modalidade que ao longo da última década registou uma maior importância relativa: assim, podemos afirmar que 8 em cada 10 das mais de 8.200 iniciativas de Cooperação Sul-Sul intercambiadas entre os países da região de 2007 a 2017, foram implementadas através desta modalidade.

Neste sentido, e aproveitando toda a informação que a região tem agora, após doze edições do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, o capítulo aborda a análise desta modalidade combinando uma dupla perspetiva temporal: por um lado, a relativa ao que aconteceu à cooperação que esteve em execução em 2017 (último ano para o qual há dados disponíveis); e, por outro lado, a que afeta a evolução histórica desta modalidade até 2017, tomando como ponto de partida o ano 2007, quando foi publicada a primeira edição deste relatório. A combinação desta dupla perspetiva proporciona uma grande riqueza quer quanto à análise quer quanto aos resultados, já que alarga a sua possibilidade de contextualização.

Nessa base, o capítulo analisa a Cooperação Sul-Sul Bilateral em que os países ibero-americanos participaram em 2017 e, recorrendo sempre que necessário ao que aconteceu na última década, coloca a tónica no que se refere ao relacionamento entre os países, à forma como determinadas capacidades foram fortalecidas e, sobretudo, ao possível e potencial alinhamento da Cooperação Sul-Sul com a Agenda 2030, impulsionada para orientar os esforços dos países para a concretização de um Desenvolvimento Sustentável.

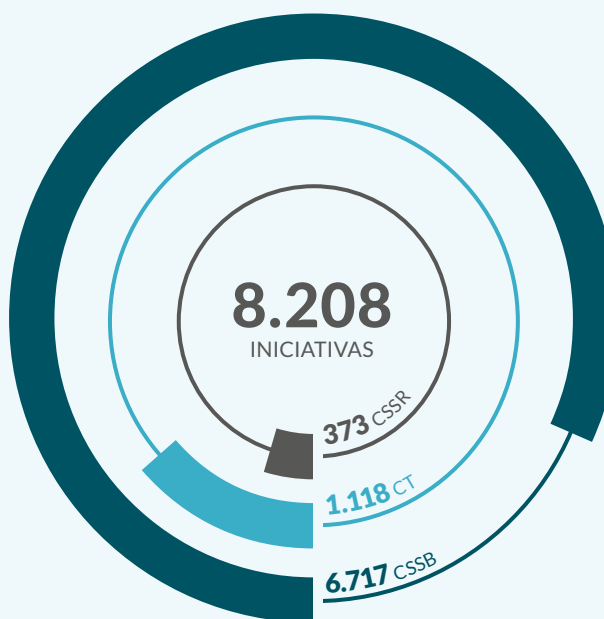
QUADRO II.1

A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA: ACUMULANDO MAIS DE 8.200 INTERCÂMBIOS

O trabalho que a partir de 2007 a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) tem vindo a liderar, acompanhada pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e pelos próprios países membros, permitiu uma acumulação de conhecimentos sem precedentes sobre a Cooperação Sul-Sul nas diferentes modalidades reconhecidas para uma região em desenvolvimento. As doze edições deste Relatório, a par do livro comemorativo “Uma Década de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América”, são sem dúvida uma clara prova disto. Há outros marcos importantes, mas igualmente relevantes, entre os quais devemos destacar, a partir de 2015, a elaboração e o arranque da única plataforma de dados online de CSS que existe numa região em desenvolvimento: o Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, SIDICSS, no seu acrónimo.

De facto, e apesar da sua implementação ser mais recente, um exercício de migração de dados permite que atualmente o SIDICSS armazene todas as iniciativas que, a partir de 2007, coincidindo com a primeira edição deste Relatório, os países ibero-americanos registaram e validaram para explicar a Cooperação Sul-Sul na qual participaram ao longo de todo este período. Uma acumulação que permite reconstruir a história mais recente desta cooperação e que se resume no dado apresentado no primeiro gráfico: o que desagrega, por modalidades, as 8.208 ações, projetos e programas de CSS

INICIATIVAS DE CSS EM EXECUÇÃO, CONFORME A MODALIDADE. 2007-2017. Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

que estiveram em execução em pelo menos algum dos anos que vão de 2007 a 2017.

Tal como se pode observar no referido gráfico, a maior parte (8 em cada 10) dos intercâmbios de Cooperação Sul-Sul que tiveram lugar no período considerado foram realizados na modalidade Bilateral. Seguiram-nos, por ordem de importância relativa, a promoção de iniciativas de Cooperação Triangular (mais de 1.000, equivalentes a 13,6% do total executado), enquanto que cerca de 375 iniciativas (4,5% do total) foram realizadas na modalidade Regional.

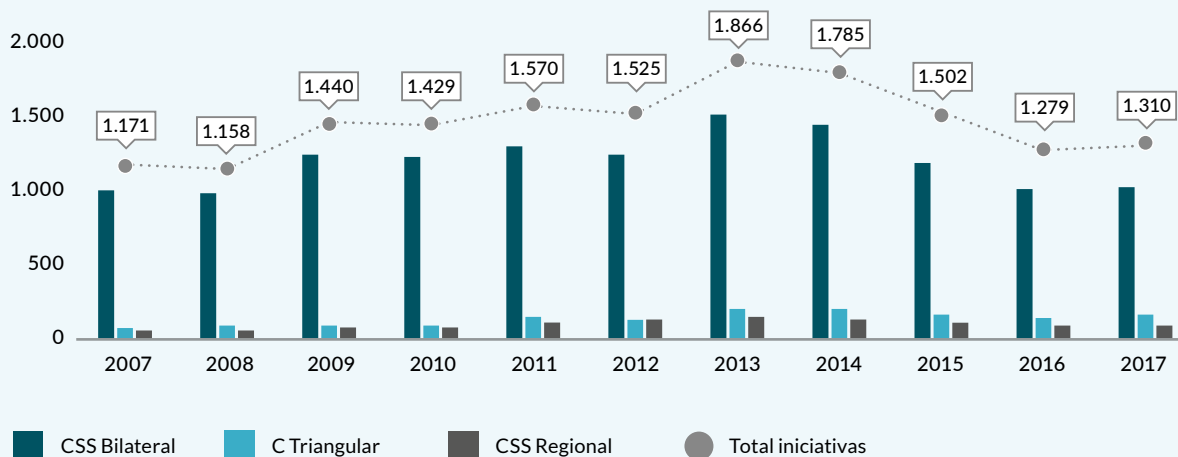
Por sua vez, esta acumulação de dados permite reconstruir a série histórica correspondente ao período 2007-2017 que se apresenta no segundo gráfico. Com efeito, esta figura mostra a evolução seguida pelos programas, projetos e ações que ano após ano estiveram em execução tanto em cada uma das modalidades de CSS reconhecidas neste espaço (Bilateral, Triangular e Regional), quanto no seu total agregado. Assim, tal como se observa, o total das iniciativas em execução ao longo de 2017, mais de

CONTINUA NA P. 40

CONTINUAÇÃO DA P. 39

EVOLUÇÃO DAS INICIATIVAS DE CSS EM EXECUÇÃO, CONFORME A MODALIDADE. 2007-2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

1.300, representa um valor 11,8% superior ao registado em 2007, quando o total dos intercâmbios se elevou a 1.171. Este aumento, equivalente a 139 iniciativas, seguiu uma trajetória irregular: de intenso aumento no período 2007-2013, quando uma taxa de crescimento médio de 8,6% permitiu que o total dos programas, projetos e ações alcançasse um máximo histórico próximo dos 1.900; e de desaceleração, entre esse mesmo ano e 2017, quando uma taxa

média de crescimento negativa de -8,2% fez de novo cair o volume total de intercâmbios até os situar no já mencionado número de 1.310 iniciativas de Cooperação Sul-Sul.

Finalmente, vale a pena acrescentar que o aumento de praticamente 140 intercâmbios que o valor total registou entre 2007 e 2017, se explicou fundamentalmente pela dinâmica de crescimento da Cooperação Triangular. De facto, 62,6% desse

incremento deveram-se ao aumento das iniciativas executadas sob a modalidade Triangular: de 88 no primeiro ano para 175 em 2017. Por sua vez, outros 25% desse aumento final deveram-se à passagem dos 70 programas e projetos de CSS Regional executados em 2007 para os 105 do final do período. Em consequência, a variação sofrida pela CSS Bilateral (de 1013 para 1030) apenas justificou 12,2% da variação final registada.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, o presente capítulo estrutura-se da seguinte forma:

- a) A primeira secção centra a sua análise nos projetos e ações que o conjunto dos países ibero-americanos manteve em execução pelo menos em alguma altura de 2017. Numa ótica regional, esta perspetiva permite dimensionar o que aconteceu durante o referido ano, saber quantos intercâmbios se produziram e identificar as suas principais características. Para contextualizar o que aconteceu em 2017, constrói-se a série histórica que permite ver a dinâmica que este tipo de iniciativas registou na etapa 2007-2017.
- b) A segunda, combina o foco regional com um país e analisa a participação de cada um deles no conjunto da CSS Bilateral de 2017: quão intensa foi a sua atividade e em que papel (ofertante ou recetor) tendeu a exercer-se. Para ilustrar os principais resultados, esta secção inclui alguns mapas (diferentes para o exercício de cada papel) nos quais, a cada um dos 19 países ibero-americanos que participam nesta modalidade, se associam cores cuja intensidade varia dependendo do seu nível de participação.
- c) O terceiro bloco dá um salto para o tipo de relacionamento estabelecido entre os países ibero-americanos na hora de intercambiar através desta modalidade de CSS Bilateral: refere quem intercambiou com quem, no exercício de que papel e com que intensidade. Os resultados desta análise, combinados com uma perspetiva histórica, permitem saber até que ponto as relações entre países tenderam a diversificar-se ou, pelo contrário, a manter um certo perfil de preferência e inclusive de dependência entre uns e outros.
- d) A seguir, aborda-se um tema imprescindível dada a natureza técnica da Cooperação Sul-Sul em torno da qual se elabora este Relatório: a identificação das capacidades que se reforçaram graças aos intercâmbios que os países realizaram entre si. De facto, e dada a abordagem adotada, esta quarta secção permite que nos aproximemos não só das capacidades que se fortaleceram graças à soma de esforços, mas também ao perfil fortalecido por cada país no intercâmbio com os seus restantes parceiros.
- e) O capítulo termina com um exercício que vai para além do fortalecimento de capacidades e que procura identificar como, através deste, a CSS Bilateral na qual a região tem vindo a participar pode potencialmente contribuir para fazer avançar a concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um exercício que dá seguimento ao já realizado em edições anteriores deste Relatório e que se apoia na aplicação de uma metodologia que foi construída coletivamente pelo conjunto dos países ibero-americanos com o acompanhamento da SEGIB e do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS).



A CSS Bilateral é a modalidade que ao longo da última década registou uma maior importância relativa

II.1

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2017

Ao longo de 2017, os dezanove países ibero-americanos que participaram na Cooperação Sul-Sul sob uma modalidade Bilateral, intercambiaram com os restantes parceiros da região um total de 733 projetos e 160 ações que, de forma agregada, perfizeram 893 iniciativas.

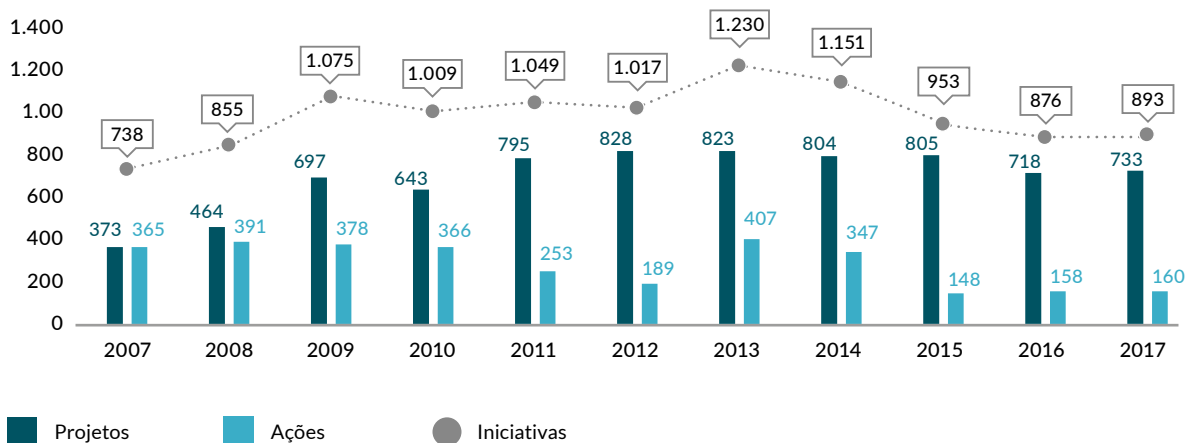
Isto é o que sugere o Gráfico II.1, elaborado para mostrar a evolução das iniciativas de CSS mantidas em execução anualmente pelos países da região no período compreendido entre 2007 e 2017 (primeiro e último exercício para o qual há registos disponíveis). De facto, a sua observação também mostra valores em 2017 muito próximos dos de 2016, o que pode parecer sugerir que estamos perante projetos e ações prolongados durante mais um exercício. No entanto, uma análise mais pormenorizada dos dados disponíveis confirma que o dinamismo da região se mantém considerável e que se trata, em grande medida, do impulso que os países deram à execução de novos projetos e ações no ano 2017. Em concreto:

- a) Em 2017, o total das 893 iniciativas de CSS Bilateral que estiveram em execução na região, apenas representou um ligeiro aumento (1,9%) relativamente às do ano anterior (876). Por sua vez, esta pequena variação justifica-se pelo também baixo incremento registado no número de projetos (2,1% que elevaram o valor final de 718 em 2016 para 733 em 2017) e de ações (1,3%, de 158 para 160).
- b) No entanto, tal como já se referiu, estas ligeiras variações não significam que a CSS Bilateral de 2017 não tenha registado um dinamismo renovado. Para o demonstrar, elaborou-se o Gráfico II.2, que distingue os projetos e ações em execução em 2017 conforme o seu ano de início: 2017 ou um exercício anterior. A sua observação confirma que 95,4% das 160 ações registadas em 2017 foram iniciadas nesse mesmo ano e que apenas 4,6% destas foram promovidas numa altura anterior. No caso dos projetos, aproximadamente 4 em cada 10 também foram iniciativas novas, impulsionadas em 2017, enquanto que 6 em cada 10 corresponderam a extensões de outras que datam de 2016 (28,2% dos 733 projetos) e inclusive de anos anteriores (uns notáveis 34,0%).

GRÁFICO II.1

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS, AÇÕES E INICIATIVAS DE CSS BILATERAL. 2007-2017

Em unidades

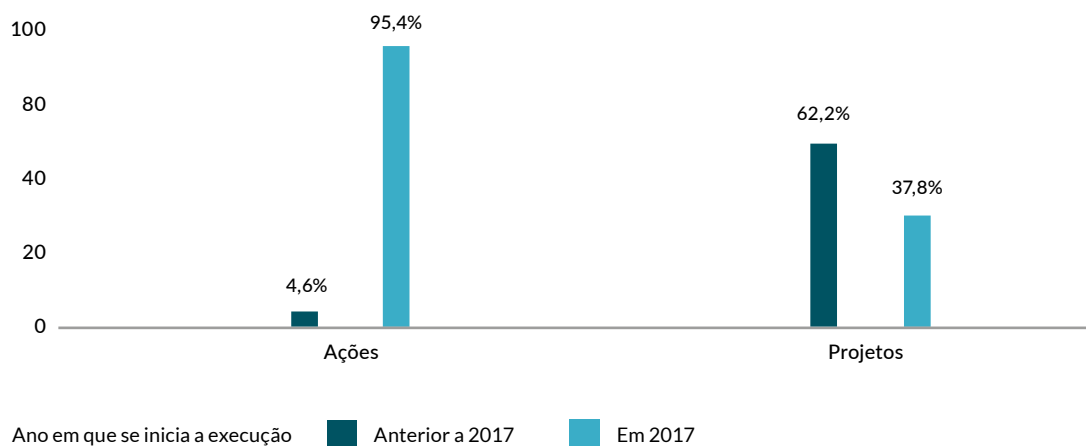


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO II.2

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES DE CSS BILATERAL, CONFORME O ANO DE INÍCIO

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

c) Com base no atrás exposto, que a dinâmica de mudança seja muito mais intensa no caso das ações que no dos projetos é coerente com o facto de que os segundos necessitam de um período mais longo para a sua execução completa. Neste sentido, o Gráfico II.3 distribui os projetos e as ações de 2017 conforme o tempo (dias) decorrido entre o início e o fim da atividade.¹ A sua observação (a partir da amostra disponível)² sugere o seguinte:

- 50% dos projetos que estiveram em execução em 2017 correspondem a iniciativas cujo período de implementação se estende entre 450 dias (um ano e dois meses) e 840 (2 anos e três meses). A outra metade regista tempos muito variáveis que podem chegar a oscilar entre valores mínimos de 2-5 dias e máximos de 1.408 (cerca de 4 anos) e embora sempre de forma mais ocasional, também se podem encontrar projetos de maior duração, até

9 anos. Tendo em conta estes períodos, a média de tempo necessária para garantir a execução completa de um projeto foi de 796 dias (pouco mais de dois anos e dois meses).

- Por contraste, os tempos de implementação necessários para as ações encontram-se em intervalos de valores muito inferiores aos dos projetos. Neste sentido, e conforme se pode observar no mesmo Gráfico II.3, a frequência habitual de duração das ações costuma oscilar entre um e 29 dias. No entanto, a possibilidade de que, de forma mais excepcional, estas ações coexistam com outras de maior duração (cursos ou formações que se contabilizam como tais, mas que se alargam por um ou vários exercícios), explica que a duração média deste tipo de iniciativas se eleve e se situe acima, nos 77 dias, equivalentes a cerca de dois meses e meio.

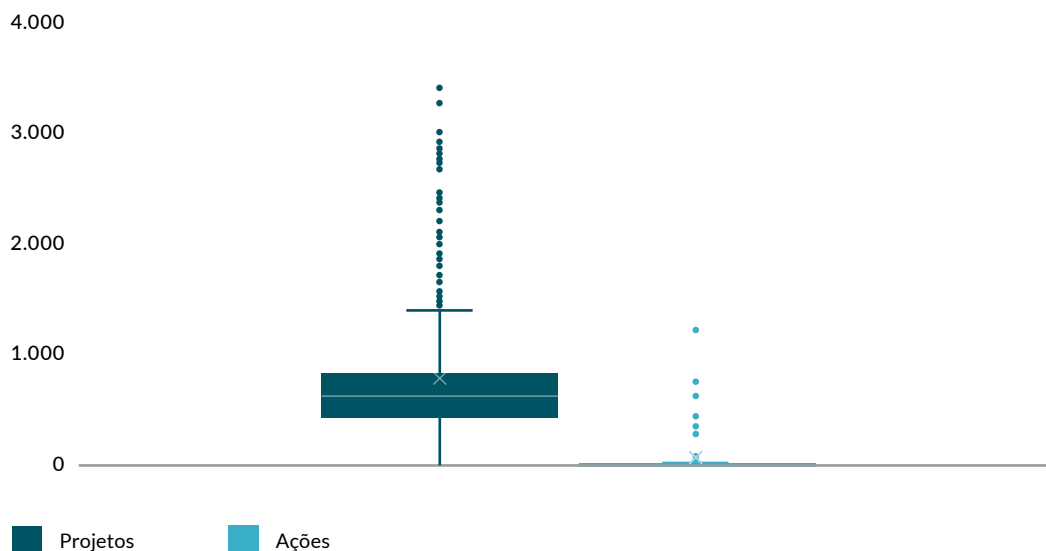
¹ A referida distribuição apresenta-se através de um gráfico de “caixa”. Este tipo de gráfico permite distribuir os valores analisados por ordem crescente, sobre a vertical que une o valor mínimo (barra horizontal inferior) com o máximo (barra horizontal superior). Sobre a referida vertical, desenha-se uma “caixa” que responde a uma divisão por quartis: os primeiros 25% dos valores situam-se entre o valor mínimo (barra inferior) e a base inferior da caixa; os segundos 25%, entre essa mesma base inferior e o valor correspondente à mediana que divide a caixa em duas; o terceiro quartil de valores situa-se entre a mediana e a base superior da caixa; e o quarto e últimos 25%, entre essa base superior e a barra horizontal situada mais acima (ou seja, o valor máximo). Sobre a vertical, mas acima e/ou abaixo das barras superior e inferior, podem também aparecer uma série de pontos, que correspondem sempre a valores considerados anómalos. Um dos valores situados sobre a linha vertical, assinalado com uma cruz, informa sobre a média aritmética.

² Para estimar a duração de uma iniciativa, é necessário dispor simultaneamente das datas de início e de fim da atividade. No que se refere a 2017, ambos os dados estão disponíveis para 90% das ações e 70% dos projetos de CSS Bilateral.

GRÁFICO II.3

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES, CONFORME A DURAÇÃO. 2017

Em número de dias



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, a distância que existe entre projetos e ações, quanto à duração, confirma algo que já foi sugerido em edições anteriores deste Relatório: que estamos perante ferramentas de diferente dimensão. Uma análise para

2017 destas mesmas ações e projetos, tendo neste caso em conta os recursos económicos necessários para a sua execução, confirma esta mesma ideia, contemplada no Quadro II.2.

QUADRO II.2

UMA APROXIMAÇÃO AO CUSTO DOS PROJETOS E AÇÕES DE CSS BILATERAL

Ainda hoje, e apesar dos esforços envidados nos últimos anos, as Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países ibero-americanos continuam a enfrentar enormes dificuldades para saber qual o custo associado às iniciativas de Cooperação Sul-Sul em que participam. Os problemas para registar esses custos ficam evidenciados no primeiro gráfico, o qual foi elaborado para distinguir projetos e ações e associar a cada um deles até 12 itens diferentes de custo, conforme

a combinação resultante de distinguir o orçamentado do executado, o correspondente ao ano de execução (2017) ou a todo o ciclo da iniciativa e segundo o assumo o ofertante, o recetor ou os dois parceiros.

A sua observação confirma que a disponibilidade deste dado se mantém baixa e que é maior para as ações (mais pontuais) que para os projetos (de maior duração ou envergadura). De facto, o maior dado disponível afeta 32% do total das 160 ações registadas em

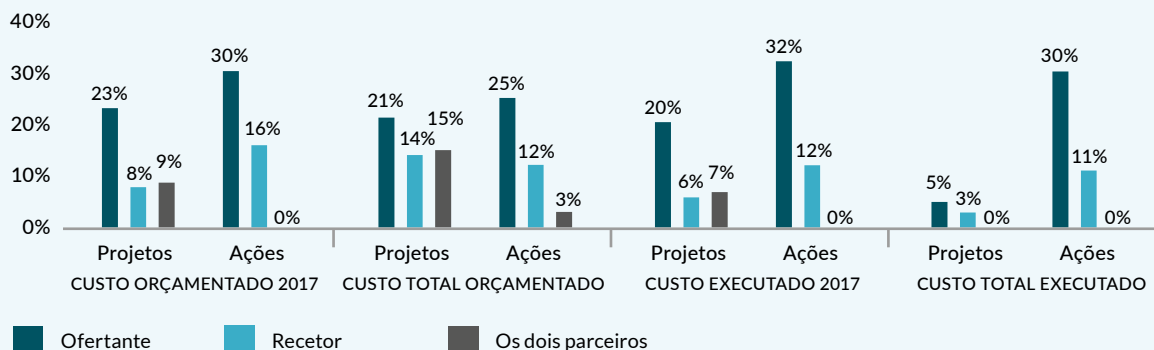
2017 e refere-se ao custo que, quem exerceu como ofertante, destinou à sua execução durante esse mesmo exercício. Entretanto, e relativamente aos projetos, o melhor dos cenários permite conhecer o Custo Orçamentado também pelo ofertante e em 2017, para 23% dos 733 projetos intercambiados ao longo desse mesmo ano.

CONTINUA NA P. 45

CONTINUAÇÃO DA P. 44

DISPONIBILIDADE DE DADOS RELATIVOS ÀS DIFERENTES VARIANTES DE CUSTO DE PROJETOS E AÇÕES. 2017

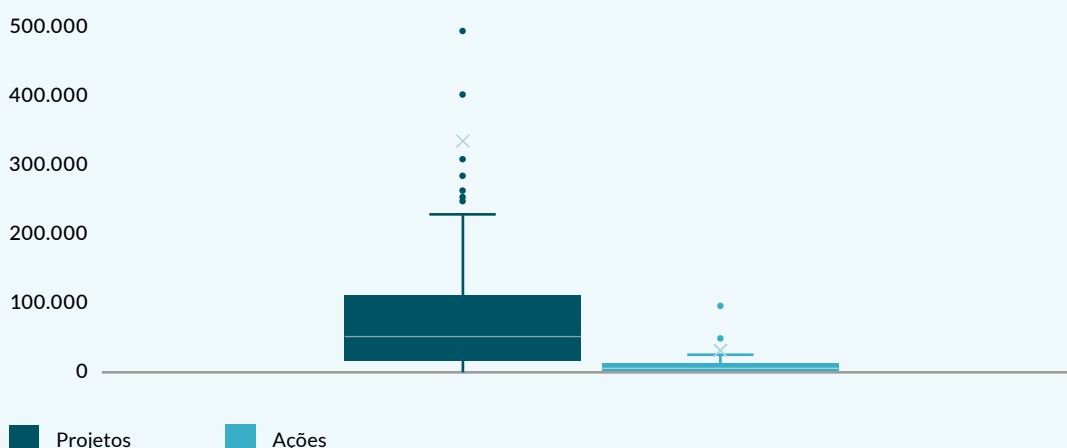
Em percentagem sobre o total dos projetos e ações



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES, CONFORME O CUSTO TOTAL ORÇAMENTADO PELO OFERTANTE. 2017

Em dólares



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Com base no atrás exposto, a pouca disponibilidade de dados limita as possibilidades de análise da CSS em termos de custos. No entanto, uma das opções que existe para nos aproximarmos a esta questão, é realizar uma análise de frequências que leve em conta os valores que costumam repetir-se num maior número de ocasiões. Assim, tomando como referência o Custo Orçamentado para 2017 (para o qual há mais dados de projetos) e tal como mostra o gráfico elaborado para esse efeito,

podemos afirmar que em 2017 metade dos 23% dos projetos de CSS Bilateral para os quais esse valor está disponível, contou com um orçamento total assumido pelo ofertante entre 18.309 e 109.122 dólares. Entretanto, a outra metade desses 23% dos projetos registou valores abaixo ou acima dessas margens, embora poucas vezes superiores aos 227.000 dólares. Por sua vez, 50% do total das ações (cerca de 30) para as quais dispomos desse mesmo dado, foram executadas com um orçamento

total a cargo do ofertante entre 495 e 13.310 dólares. Os restantes valores variaram e só muito excecionalmente se situaram acima da barreira dos 19.275 dólares. Além disso, os montantes entre os quais oscilam estes valores sugerem uma dimensão de projetos e ações diferente e superior no primeiro dos casos, algo que corrobora o facto de que o custo médio total orçamentado pelo ofertante ascendesse a 333.234 dólares no caso dos projetos e só até 30.643 dólares no das ações.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, a análise relativa ao ano 2017 deve completar-se contextualizando o que aconteceu durante o referido exercício dentro de um período de tempo mais lato: em concreto, o que se inicia mais de uma década atrás, em 2007, coincidindo com o primeiro ano para o qual há registos disponíveis de CSS. Para este efeito, devemos voltar ao Gráfico II.1 e destacar o seguinte:

- a) O total de iniciativas intercambiadas em 2017 (893) foi 21,0% superior ao registado onze anos antes (738). Este resultado é fruto da combinação de duas dinâmicas contrapostas: por um lado, do considerável aumento (de 96,5%) do número de projetos, que permite praticamente duplicar o valor final dos 373 de 2007 para os 733 de 2017; e, por outro lado, da significativa queda sofrida pelas ações (de -56,2%), o que explica que em onze anos se reduzissem para mais de metade (de 365 para 160).
- b) O diferente comportamento em termos acumulados também se reflete em diferentes taxas de crescimento médio: assim, enquanto que os projetos aumentaram a uma taxa média anual de 8,3%, as ações registaram um ritmo médio de redução de -0,4%. Isto provoca uma alteração no peso relativo que ambos os instrumentos mantêm no conjunto dos intercâmbios. Com efeito, e tal como se pode observar no mesmo Gráfico II.1, nos últimos anos os projetos consolidaram-se como a ferramenta preferencial para a implementação da CSS Bilateral: mais de 80% das iniciativas de 2017 corresponderam a projetos de CSS, enquanto que apenas 20% foram ações. Esta distribuição por instrumentos contrasta com a que corresponde ao princípio do período analisado, 2007, quando as iniciativas intercambiadas (738) se distribuíram a 50% em torno de ambos os instrumentos.

O total de iniciativas intercambiadas em 2017 (893) foi 21,0% superior ao registado em 2007, um resultado influenciado pelo considerável aumento do número de projetos

- c) A observação do gráfico também sugere que as tendências sustentadas por projetos e ações não se mantiveram estáveis durante todo o período. De facto, o Gráfico II.1 permite distinguir pelo menos três etapas para os projetos: de intenso crescimento entre 2007 e 2011, quando o aumento médio anual se situou num elevado 22,6%; de relativo estancamento até 2015; e de queda progressiva (-4,4%) até 2017. Entretanto, as mudanças de ritmo registadas pelas ações foram inclusivamente mais irregulares, com valores máximos (de 115,3% em 2013) que levaram as ações a ultrapassar a barreira das 400 iniciativas; um valor que contrasta com o número mais baixo (negativo -57,3% em 2015) que, durante os 3 últimos anos, as levou a oscilar em torno das 150 e 160 ações.

II.2

A COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2017: UMA PERSPETIVA GEOGRÁFICA

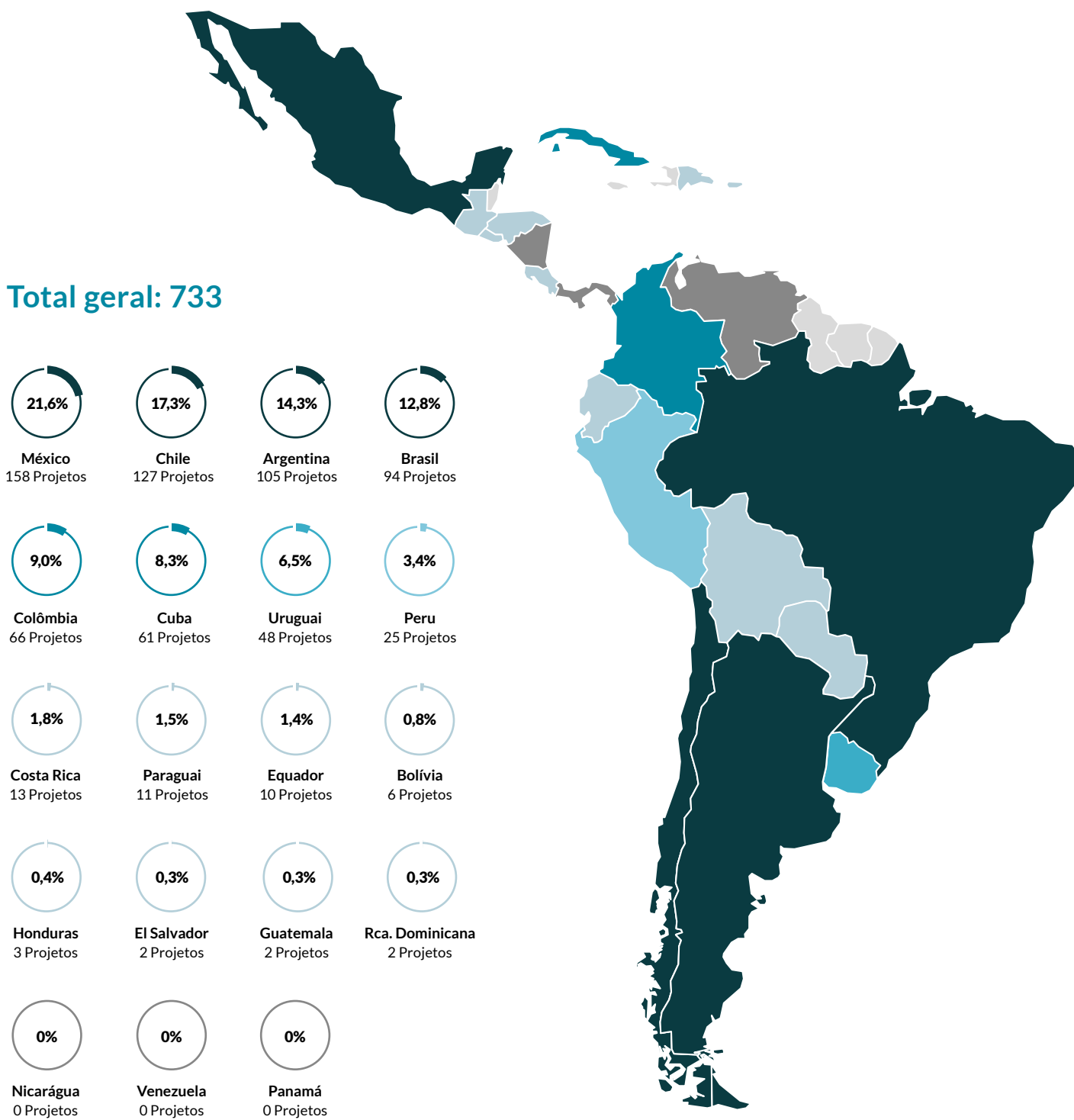
Os Mapas II.1.1 e II.1.2 foram elaborados para mostrar como se distribuiu a participação de cada um dos 19 países da América Latina nos 733 projetos de CSS Bilateral intercambiados na região ao longo de 2017: no primeiro caso, a partir do papel de ofertante e, no segundo, do de recetor. Para este efeito, em cada um dos Mapas atribuiu-se a cada país uma cor cuja intensidade aumenta à medida que a percentagem de participação se situa numa faixa de valores superior.³

³ As percentagens de participação distribuem-se em torno das sete faixas de valores que, em intervalos de 2,5 pontos percentuais, vão de 0,0% até às percentagens que se situam em valores superiores a 12,6%, tal como refere a correspondente legenda.

MAPA II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2017

II.1.1. Conforme o ofertante



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos no ano 2017

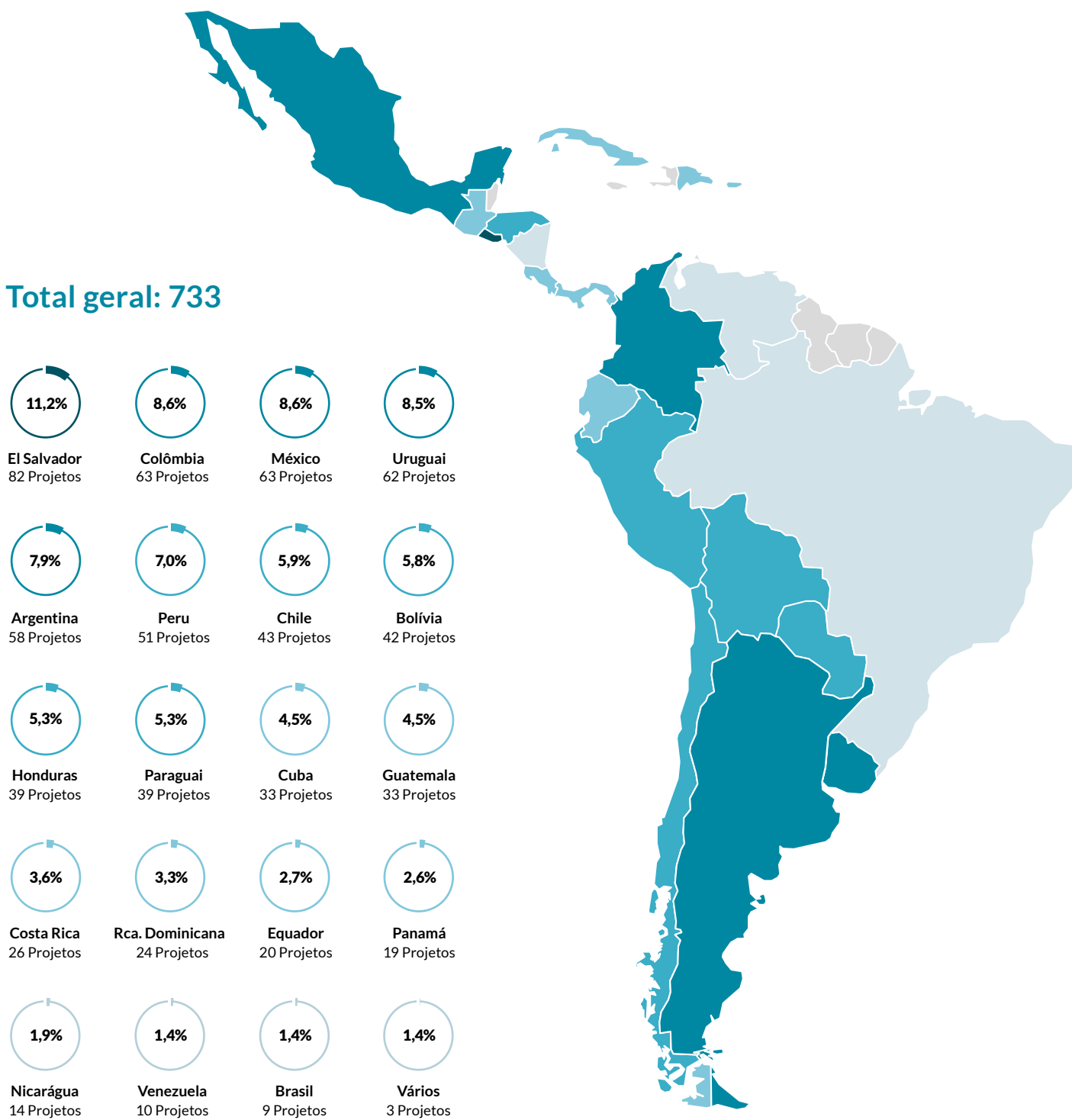
- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

MAPA II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2017

II.1.2. Conforme o recetor



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos no ano 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, em primeiro lugar e no que se refere à intensidade com que os países ibero-americanos participaram como ofertantes nos 733 projetos de 2017, a observação do Mapa II.1.1 sugere que:

- a) Pelo segundo ano consecutivo, o México foi o país que num maior número de ocasiões exerceu o papel de ofertante: num total de 158 projetos, equivalentes a um em cada cinco dos executados em 2017. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, o Chile, Argentina e Brasil, os dois primeiros com mais de 100 projetos em execução (respetivamente 127 e 105) e o terceiro com um número próximo (94). De qualquer modo, tratou-se de três países cujas participações relativas oscilaram entre 12,8% e 17,3%; valores estes que, agregados ao registado pelo Brasil, situa estes quatro países como os responsáveis por 2 em cada 3 dos 733 intercâmbios finalmente realizados em 2017 no exercício deste papel.
- b) Entretanto, a Colômbia e Cuba exerceram o papel de ofertantes num total de 66 e 61 projetos, em cada caso. A sua contribuição agregada justificou mais de 17,3% do total dos intercâmbios. Neste sentido, foram também importantes os papéis desempenhados por países como o Uruguai (cerca de 50 projetos como ofertante) e Peru (um total de 25). Em síntese, foram outros quatro países que, de forma conjunta, chegaram a justificar pouco mais de um quarto (27,3%) do total dos projetos que estiveram em execução nalguma altura de 2017.
- c) Tal como se depreende do que precede, os onze países restantes foram responsáveis, em diferente medida, pelos outros 6,7% dos projetos (cerca de 50) intercambiados durante 2017. Destacaram-se neste grupo, países como a Costa Rica, Paraguai e Equador, que com 10, 11 e 13 projetos respetivamente, combinaram de forma crescente o papel de recetor de CSS Bilateral com o de ofertante. O mesmo aconteceu com outros países andinos e centro-americanos, tradicionalmente recetores, que em 2017 emergiram como ofertantes em 6 projetos (Bolívia), 3 (Honduras) e 2 (El Salvador e Guatemala), e aos quais devemos acrescentar a República Dominicana (outros 2 projetos). Durante 2017, apenas 3 países (Nicarágua, Panamá e Venezuela) não se contabilizaram como ofertantes de CSS Bilateral.

Por sua vez, no que agora se refere ao que aconteceu com a participação dos países no exercício do papel de recetor, e conforme se depreende do Mapa II.1.2, podemos afirmar que:

- a) Tal como tem vindo a acontecer de forma ininterrupta a partir de 2013, El Salvador foi o país que em 2017 participou como recetor num maior número de projetos: em concreto, em 82, equivalentes a 11,2% do total dos intercâmbios realizados no referido exercício. A umas 20 iniciativas de distância, seguiram-no quatro países que mantiveram um papel destacado tanto como ofertantes quanto como recetores: tratou-se da Colômbia, México, Uruguai e Argentina, cada um deles com 63 a 58 projetos que, de forma acumulada, justificaram um terço dos 733 projetos que estiveram em execução em 2017.
- b) Entretanto, praticamente 3 em cada 10 projetos registados em 2017, foram recebidos pelas Honduras, a par de quatro países que, de norte a sul, marcaram uma faixa na parte ocidental do continente (Peru, Bolívia, Paraguai e Chile). De facto, cada um deles participou num número de intercâmbios que se situou na margem dos 40-50.
- c) Outra quinta parte do total dos 733 projetos em execução em 2017 explica-se pela participação como recetores de seis países: Cuba, Guatemala, Costa Rica, República Dominicana e Panamá, nas regiões centro-americana e caribenha; e do Equador, na parte andina. O número de projetos participados por cada um destes países no exercício do papel de recetor oscilou entre os 19 do Panamá e os 33 correspondentes à Maior das Antilhas, equivalentes por sua vez a uma participação relativa entre 2,6% e 4,5%.
- d) Com base no atrás exposto, os 16 países até agora mencionados foram os responsáveis por mais de 95% do total dos intercâmbios realizados no papel de recetor. Complementam os restantes 4,5% as contribuições da Nicarágua (14 projetos), Venezuela (10) e Brasil (9). Houve também três projetos (apenas 0,4% do total) nos quais vários países (centro-americanos e andinos) partilharam simultaneamente o papel de recetores.⁴

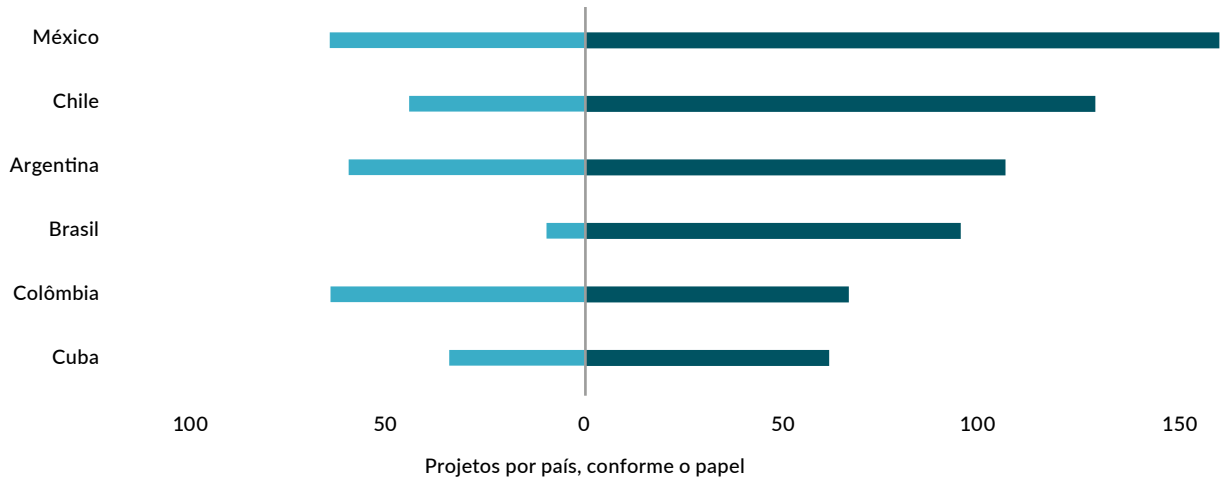
⁴ Trata-se de uma receção partilhada em dois projetos com a Colômbia como ofertante e a Guatemala e Costa Rica como recetores do primeiro, e a Bolívia, Honduras, El Salvador e Peru do segundo; e de um terceiro com o México como parceiro ofertante e a Costa Rica e Panamá no papel de recetores.

GRÁFICO II.4

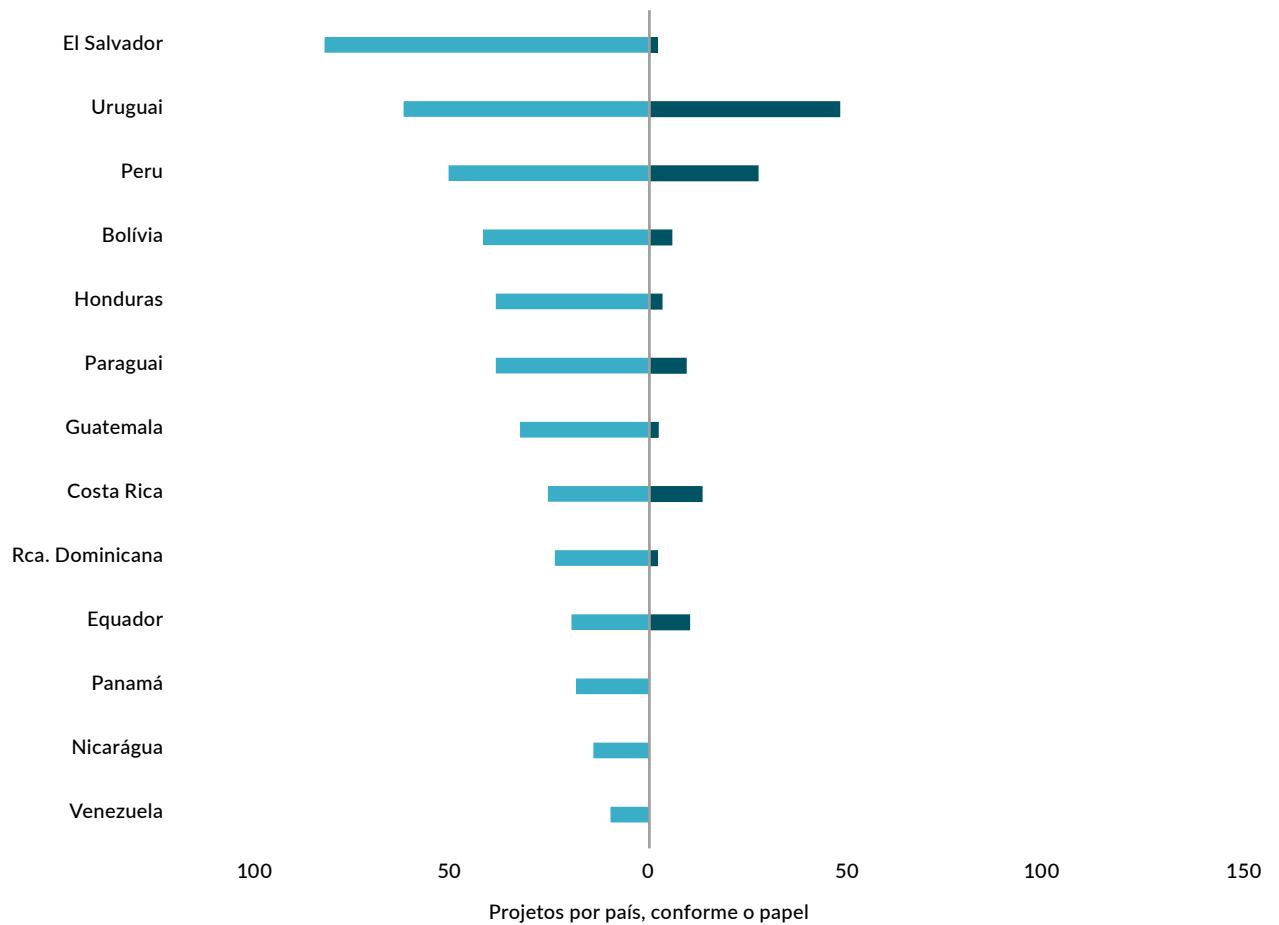
PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL OFERECIDOS E RECEBIDOS, CONFORME O PAÍS. 2017

Em unidades

II.4.1 Países com um perfil proeminentemente ofertante



II.4.2 Países com um perfil proeminentemente recetor



■ Nº Projetos oferecidos ■ Nº Projetos recebidos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para além de tudo isto, a intensidade através da qual estes 19 países participaram na CSS Bilateral em 2017, exercendo os papéis de ofertante e/ou de recetor, pode também analisar-se numa outra perspetiva: que permita ver como cada país combinou ambos os papéis. Para este efeito, elaboraram-se os Gráficos II.4.1 e II.4.2, que mostram, para cada país, em quantos projetos participaram como recetores (barras situadas à esquerda da vertical) e em quantos participaram como ofertantes (barras à direita). Na verdade:

- a) O primeiro (II.4.1), atribui e distribui esse total de projetos para os seis países (do México a Cuba) que participaram na CSS Bilateral com um perfil proeminentemente ofertante, o que por sua vez significa que a relação entre o oferecido e o recebido foi igual ou superior a um.
- b) O segundo (II.4.2), apresenta a mesma situação para os treze países (de El Salvador à Venezuela) cujo perfil de intercâmbio foi proeminentemente recetor pelo que, neste caso, a proporção se inverte e o que foi superior ou igual a um foi a relação entre o recebido e o oferecido.

Da observação dos Gráficos II.4.1 e 2 depreende-se o seguinte:

- a) No que se refere aos seis países que participaram num maior número de projetos no papel de ofertante, e para os quais, além disso, esse papel foi proeminente (Gráfico II.4.1), a relação que se estabeleceu entre o oferecido e o recebido permite distinguir vários padrões de comportamento:
- Em primeiro lugar, o da Colômbia, país com um perfil claramente dual, para o qual a proporção entre o participado como ofertante (66) e como recetor (63), foi praticamente equivalente e igual à unidade;
 - Em segundo, os de Cuba e Argentina, para os quais o oferecido (respetivamente 61 e 105) quase duplicou (em 1,8) o recebido (33 e 58 em cada caso);
 - Por outro lado, destacam-se o México e Chile, cuja proporção entre o recebido e o oferecido aumentou de 3 para 1 (158 e 127 respetivamente no papel de ofertantes, face a 63 e 43 no de recetores);

- Finalmente, o padrão mais díspar foi o do Brasil, para o qual a proporção entre o número de projetos onde exerceu o papel de ofertante (94) e o de recetor (9) foi superior a 10 para 1.

- b) Entretanto, no caso dos países que participaram na CSS Bilateral de 2017 num papel proeminentemente recetor (Gráfico II.4.2), as proporções entre o recebido e o oferecido oscilaram entre o valor mínimo correspondente ao Uruguai (de 1,3, próximo da unidade, ao combinar 62 e 48 projetos no respetivo exercício de cada papel) e o máximo correspondente a El Salvador (principal recetor em 2017 com 82 projetos que mantiveram uma proporção de 41 para 1 com as 2 iniciativas nas quais o país começou a atuar como ofertante). À margem destes extremos, situaram-se vários padrões de comportamento:

- Por um lado, o Peru, Costa Rica e Equador que foram, a par do já mencionado Uruguai, os países que mais apostaram no exercício de um papel dual, com proporções entre o recebido e o oferecido relativamente baixas, entre o já referido 1,3 da cooperação uruguaia e os 2 mantidos pelos outros três países.
- Por outro lado, os restantes países, cujo perfil foi proeminentemente recetor, podem agrupar-se à medida que aumenta a disparidade entre o número de projetos recebidos e oferecidos. O primeiro grupo é constituído pelo Paraguai e Bolívia, para os quais o número de projetos em que participaram como recetores (cerca de 40 cada um) tendeu a multiplicar por 4,3 a 7 vezes o daqueles onde o fizeram como ofertantes (9 e 6). O segundo é composto pela República Dominicana, Guatemala e Honduras, com 24 a 39 projetos participados como recetores e apenas 2-3 intercâmbios mais pontuais como ofertantes, o que eleva a proporção entre ambos de 12 e inclusive 16,5 para 1. Finalmente, são de referir a Nicarágua, Panamá e Venezuela, que, como já se mencionou, só foram calculados no papel de recetor.

A intensidade com que os países ibero-americanos participaram no total dos projetos de CSS Bilateral em execução em 2017, exercendo o papel de ofertantes e de recetores, bem como a forma como cada um deles combinou o exercício de ambos os papéis, é fruto de um processo de anos no qual se tendeu para uma CSS mais diversa e inclusiva: com mais países unindo esforços e intercambiando com outros capacidades que, sem dúvida, contribuíram tanto para o seu fortalecimento quanto para o do conjunto da região. Isto é o que sugere o

Quadro II.3, que contextualiza o que aconteceu em 2017 no âmbito de um período de tempo mais lato, cujo início se estabelece em 2007, por ser o primeiro ano para o qual dispomos de dados. Para determinar as alterações que se puderam produzir, recorreremos ao uso de indicadores de concentração e dispersão, já usados em edições precedentes deste Relatório e que nos permitem retirar conclusões interessantes relativamente às tendências registadas na participação dos países.

QUADRO II.3

PARA UMA PARTICIPAÇÃO MAIS DIVERSA E INCLUSIVA: PERÍODO 2007-2017

Quando se comparam os dados relativos ao modo como os países ibero-americanos participam nos projetos executados sob uma CSS Bilateral nos diferentes papéis de ofertante e recetor para os anos compreendidos entre 2007 e 2017, observam-se várias transformações relevantes. Mais especificamente:

a) Por um lado, cada vez são mais os países com capacidade para exercer o papel ofertante: 10 em 2007, relativamente a 16 em 2017. De facto, países no início recetores e que nos primeiros anos quase não tinham capacidade para exercer um segundo papel, são hoje ofertantes com um peso crescente. Para o ilustrar, bastam os casos do Uruguai, um país que em 2007 só exerceu o papel de ofertante em uma ocasião e que em 2017 promoveu 48 projetos; e os da Costa Rica e Peru, ambos com um projeto como ofertante em 2007 e respetivamente com 13 e 25 projetos onze anos depois.

b) Por outro lado, os mesmos países que em 2007 já lideravam a CSS Bilateral como ofertantes (casos da Argentina, México e Chile, apenas para nomear alguns), mas que quase não registavam participação no papel de recetores, em 2017 mostravam a sua força combinando um crescente papel dual. Em concreto, e como recetores, em 2007 a Argentina participou em apenas 3 projetos, o México em outros 3 e o Chile em 2. Em contraste, em 2017 o número destas iniciativas para cada um destes países tinha-se elevado significativamente, respetivamente até aos 58, 63 e 43.

c) Também se reduziu a distância entre as participações relativas sobre o total dos projetos participados todos os anos pelos países, tanto no papel de ofertantes quanto no de recetores. Com efeito, em 2007, sobre os 321 projetos registados, o mínimo oferecido por um país representou 0,0%

e o máximo uns elevados 30,0%; ao passo que o que menos recebeu representou 0,6% do total e o que mais recebeu 12,8%. Os respetivos valores para os 733 projetos intercambiados em 2017 mostraram uma disparidade menor: de 0,0% a 21,0% no primeiro caso (9 pontos percentuais a menos que onze anos antes); e entre 1,2% e 11,2% no segundo (2,1 pontos percentuais a menos).

d) Os dados anteriores também corroboram outra tendência: como, a partir do lado da oferta, a distância que existe entre o valor da participação mínima e da máxima é sempre mais elevado que o da receção.

CONTINUAÇÃO DA P. 52

De maneira intuitiva, o atrás mencionado sugere que a CSS Bilateral está mais concentrada em torno dos países quando exercem o papel de ofertantes que o de recetores, apresentando simultaneamente uma tendência para que esta diferença seja cada vez menos marcante, em parte graças a que os países ibero-americanos estão a diversificar o modo (e o papel) como participam na CSS Bilateral. No entanto, para uma constatação rigorosa deste pressuposto é necessário aplicar um indicador: o Índice de Herfindahl (IH), que mede o grau de concentração e dispersão do comércio mundial ou da participação de um país neste. Quando aplicado à CSS, sintetiza

num único valor entre 0 e 1 duas informações: o que ocorre em termos de “concentração” relativamente ao número de países (mais/menos) que, como ofertantes ou como recetores, participaram no intercâmbio; e a “dispersão” apresentada pelos valores dessas participações (entre máximos e mínimos muito distantes, ou entre valores mais próximos entre si). O intervalo de valores em que oscila determina a sua interpretação:

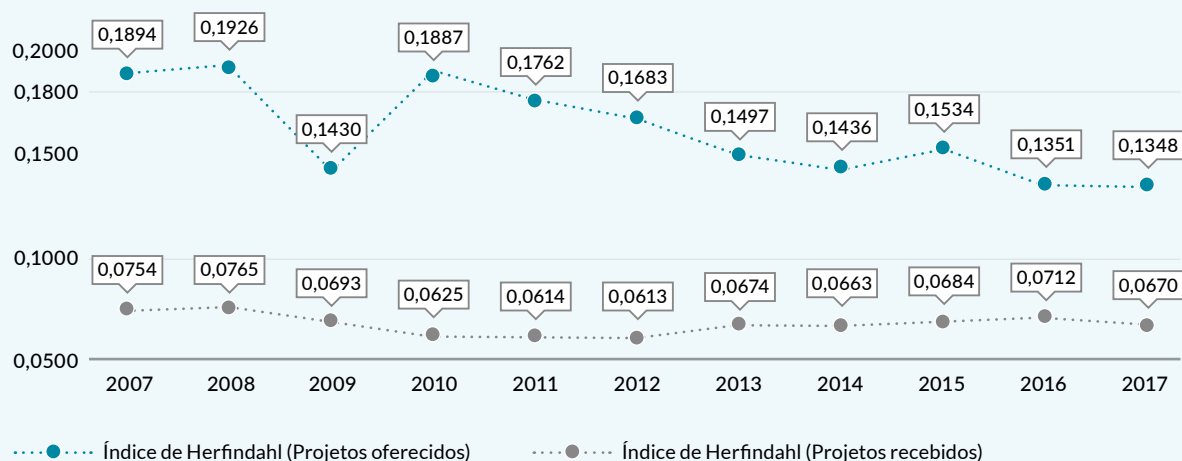
a) Abaixo de 0,1000, a CSS está “diversificada” (mais países que participam e pesos relativos de cada um deles sobre o total, relativamente próximos entre si);

b) Entre 0,1000 e 0,1800, estamos perante uma CSS “moderadamente concentrada” (menor número de países que participam na CSS e com uma dispersão crescente entre as participações máximas e mínimas);

c) Acima de 0,1800, a cooperação está “muito concentrada” (num número cada vez mais reduzido de países e com valores de participação relativa de cada um deles cada vez mais afastados).

EVOLUÇÃO DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME O PAPEL EXERCIDO PELOS PAÍSES. 2007-2017

Índice de Herfindahl, com quatro decimais



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CONTINUA NA P. 54

CONTINUAÇÃO DA P. 53

Com base nas considerações anteriores, elaborou-se o gráfico que apresenta a evolução do valor do IH correspondente aos projetos de CSS Bilateral em execução no período compreendido entre 2007 e 2017, quando este se calcula: primeiro, quanto aos países que participaram como ofertantes; segundo, relativamente aos recetores. A sua observação confirma o que os dados sugeriam de modo intuitivo:

a) Em primeiro lugar, ao longo de todo o período 2007-2017, a linha que liga os valores anuais do IH a partir da ótica dos ofertantes, situou-se na parte superior do gráfico; enquanto que a linha resultante do cálculo do Índice

relativamente aos recetores se situou na parte inferior. Isto, a par da permanente brecha entre ambas as linhas, sugere, tal como era de esperar, que a participação dos países nos projetos de CSS Bilateral intercambiados anualmente, está sempre mais concentrada na perspetiva dos ofertantes (menos países, com participações relativas mais afastadas) que na dos recetores (mais países que participam e com pesos relativos mais próximos).

b) Em segundo lugar, a tendência de ambas as linhas é descendente e inclusivamente mais marcada quando o IH se mede para os ofertantes, o que confirma a progressiva

incorporação dos países ao cooperarem cada vez mais no exercício dos dois papéis. Com efeito, em 2007 os valores do IH sugeriam uma elevada concentração em torno de poucos ofertantes (0,1894) e uma CSS diversificada em torno dos recetores (0,0754). Em 2017, a progressiva incorporação de países na CSS Bilateral em ambos os papéis e num número crescente de projetos, justifica a redução de ambos os valores: do Índice correspondente aos ofertantes até 0,1348 (valor próprio de uma “concentração moderada”) e do relativo aos recetores até um menor 0,0670.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, os Mapas II.2.1 e II.2.2, foram elaborados para mostrar a intensidade com que os países ibero-americanos participaram na CSS Bilateral, respetivamente a partir do exercício dos papéis de ofertante e recetor, mas agora medida sobre o conjunto das 160 ações que estiveram em execução nalguma altura de 2017. A sua observação sugere o seguinte:

a) Na perspetiva do oferecido, as ações de CSS Bilateral de 2017 estiveram muito concentradas em quatro países: Peru, Colômbia, México e Chile, os quais, nesse papel, participaram respetivamente entre 38 e 21 ações. A sua contribuição agregada justificou mais de dois terços (68,8%) do total das 160 ações registadas. Outra quinta parte, deveu-se às contribuições (5-7 ações em cada caso) da Costa Rica, Guatemala e El Salvador, por um lado, e do Equador e Argentina, por outro. De forma complementar, os últimos 11,9%

Na perspetiva do oferecido, as ações de CSS Bilateral de 2017 estiveram muito concentradas em quatro países: Peru, Colômbia, México e Chile

das ações (um total de 19) explicam-se pelos intercâmbios pontuais de 9 países: Honduras, Nicarágua e Panamá na América Central; Cuba e República Dominicana no Caribe, e Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai na América do Sul. Entretanto, o único país que em 2017 não registou atividade como ofertante de ações de CSS Bilateral foi a Venezuela.

- b) Por sua vez, o facto de que o segundo Mapa (II.2.2) combine cores de menor intensidade que o primeiro (II.2.1), sugere que a receção de ações foi menos concentrada que a oferta.⁵ Assim, o Peru foi de novo o país mais dinâmico, ao participar em 34 ações, equivalentes a 21,3% das 160 registadas. Seguiram-no três países com pesos relativos mais díspares entre si: A Guatemala, com 32 iniciativas equivalentes a outros 20% do total; e a Colômbia e o Equador, com 20 e 15 ações que representaram 12,5% e 9,4% em cada caso. Se a estes quatro países agregarmos a Bolívia (recetora de 10 ações), justificamos 2 em cada 3 das 160 ações de 2017. O último terço reúne as contribuições de até 12 países: por um lado, das Honduras, El Salvador, Costa Rica, República Dominicana e Chile, com 5 a 7 intercâmbios respetivamente, que, de forma agregada, representam 18,8% do total; e por outro lado, do México, Panamá e Cuba, a par da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, os quais, com 1 a 4 intercâmbios pontuais, agregam outros 11,9%. Dentro destes, devemos também contabilizar as 3 ações nas quais vários países partilharam a receção, incluindo a Nicarágua e Venezuela, dois países que em 2017 só exerceram o papel de recetores de ações de CSS Bilateral a partir dessa opção partilhada e não de modo individual.
- c) Por último, e pela forma como os países ibero-americanos combinaram os exercícios de oferta e receção de ações, é de salientar a dualidade com que o Peru participou nos intercâmbios, ao explicar o máximo número de ações como ofertante (38) e como recetor (34), numa proporção muito próxima da unidade (1,1). Outro país destacado foi a Colômbia (segundo ofertante e terceiro recetor, por ordem de importância relativa) que combinou o exercício dos dois papéis respetivamente em 27 e 20 ocasiões, com um rácio de 1,4. Embora outros países tivessem mantido proporções entre o oferecido e o recebido (ou vice-versa) semelhantes às anteriores (em torno dos 1,4 e 1,5), fizeram-no sempre a partir de um volume de ações muito mais reduzido e que, de maneira agregada, não ultrapassaram as 10-12. Tratou-se da Costa Rica, Argentina e Uruguai, com uma proporção favorável do perfil ofertante, bem como de El Salvador, com um perfil proeminentemente recetor.⁶

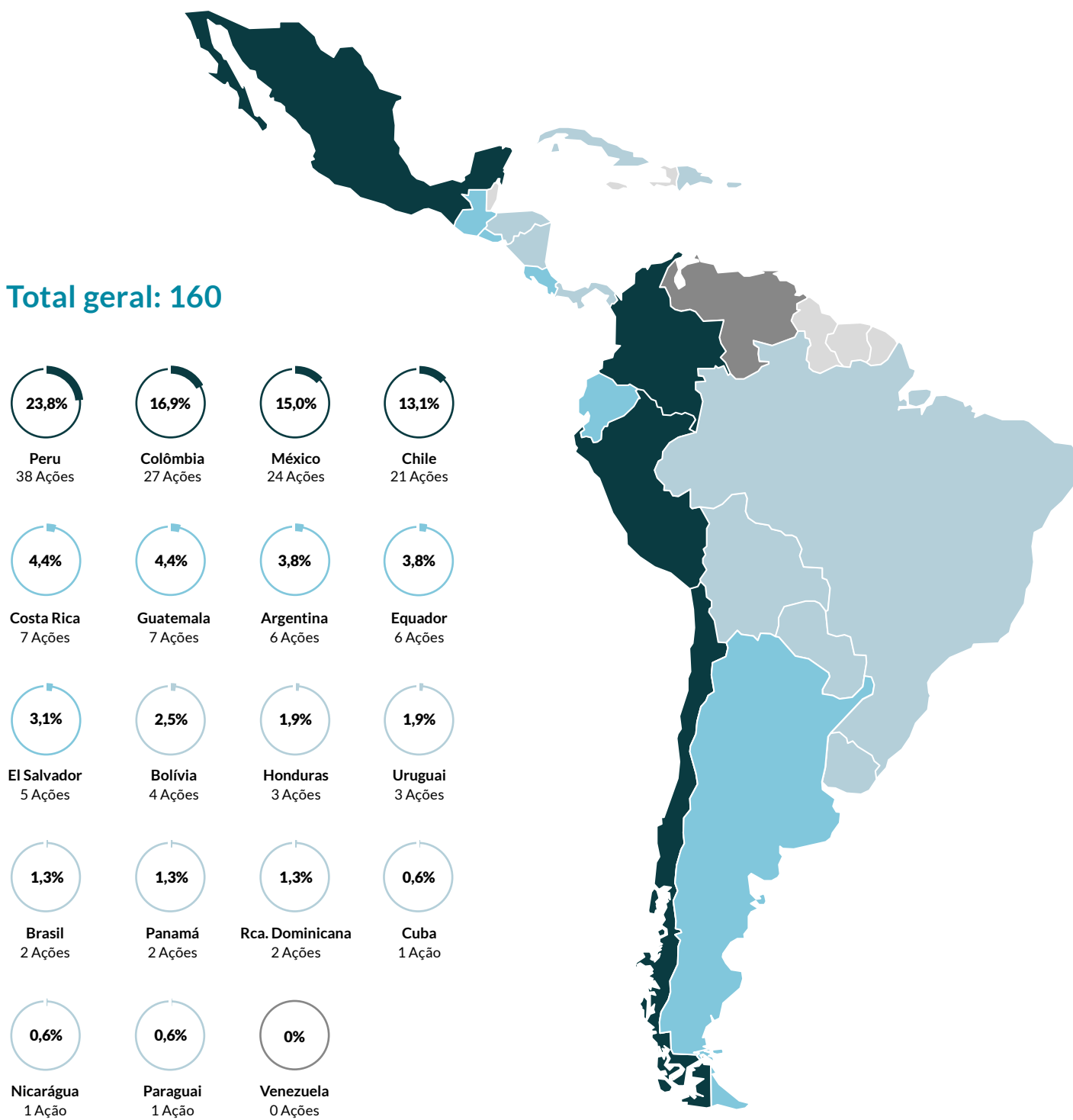
⁵ De facto, os Índices de Herfindahl calculados para a forma como os países participaram nos papéis de ofertante e recetor, ascenderam, respetivamente, a 0,1341 e a 0,1228. Isto significa que, em ambos os casos, a CSS Bilateral foi "moderadamente concentrada" mas, de qualquer modo, um pouco superior do lado dos ofertantes (Mapa II.2.1) que do lado dos recetores (II.2.2).

⁶ A modo de ilustração, a Costa Rica combina 7 ações como ofertante e 5 como recetor e El Salvador ao inverso (respetivamente 5 e 7).

MAPA II.2

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2017

II.2.1. Conforme o ofertante



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de ações de cooperação oferecidas no ano 2017

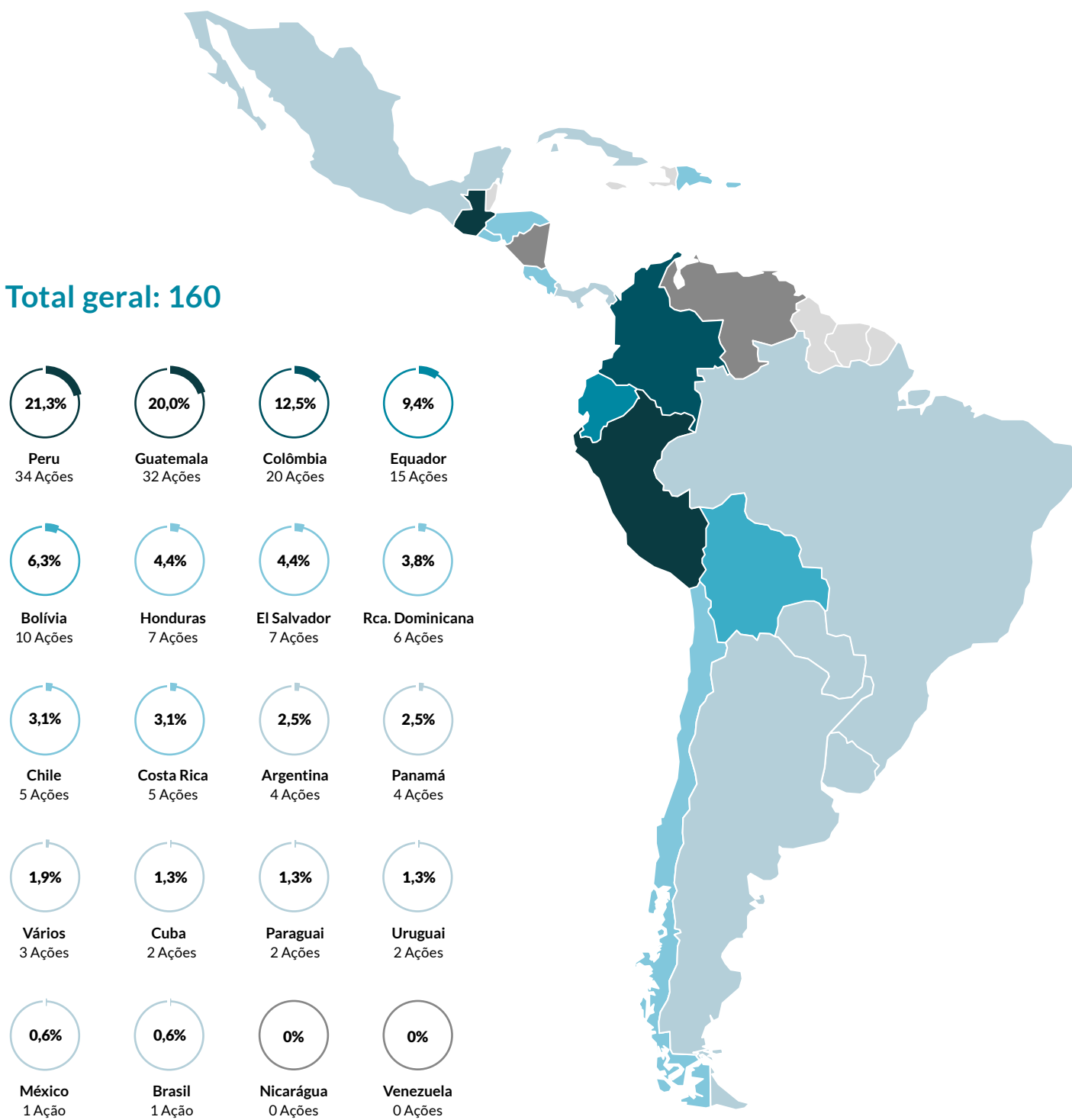
- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam ações

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

MAPA II.2

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2017

II.2.2. Conforme o recetor



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a percentagem de ações de cooperação recebidas no ano 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam ações

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.3

COOPERAÇÃO E RELAÇÕES DE INTERCÂMBIO ENTRE PAÍSES: UMA CARACTERIZAÇÃO

Para saber mais sobre a forma como os países ibero-americanos participaram nos 733 projetos e 160 ações de CSS Bilateral intercambiados em 2017, foram preparadas as Matrizes II.1 e II.2. As referidas matrizes são um bom recurso para mostrar a cada país, ordenado conforme a categoria de receitas,⁷ o seu duplo papel de ofertante (linha superior) e recetor (coluna esquerda), bem como para identificar quem se associa a quem, em que combinação de papéis e com que volume de intercâmbio, dados estes sintetizados em cada uma das células que resultam do cruzamento das linhas com as colunas. Por sua vez, a soma das diferentes células, para cada linha e coluna, mostra, respetivamente, a informação relativa ao total das iniciativas nas quais cada país participou como ofertante (última coluna) e como recetor (última linha). Quando se agregam as células que constituem essas últimas linha e coluna, o resultado que se obtém em cada caso coincide e refere-se ao total das iniciativas intercambiadas entre os países da região em 2017: ou seja, 733 projetos (Matriz II.1) e 160 ações (Matriz II.2).

Assim, no caso dos projetos, a observação da Matriz II.1 sugere o seguinte:

- a) Por um lado, quando levamos em conta que os países ibero-americanos que participam na CSS Bilateral são dezanove e que todos podem exercer o papel de ofertante e de recetor, cada intercâmbio de iniciativas pode dever-se a 342 possíveis combinações de parceiros e papéis.⁸ No entanto, e tal como sugere a Matriz II.1, em 2017 nem todas essas associações potencialmente possíveis ocorreram, mas sim 139 diferentes, equivalentes a 40% do total.
- b) Isto acontece porque nem todos os países têm ainda a capacidade de intercambiar cooperação com os outros 18 países. De facto, o número máximo de associações possíveis, com todos os parceiros da América Latina, só se verificou nos casos do Brasil e Cuba e a partir do papel de ofertantes. Entretanto, como recetor, o máximo número de países com os quais se estabeleceu intercâmbio foi registado pela Colômbia, com um máximo de 14 parceiros.
- c) No que se refere à intensidade dos intercâmbios, um terço (praticamente 50) do total das associações estabelecidas, concretizaram-se em intercâmbios de caráter pontual (1 ou 2 projetos). As restantes (cerca de 90) oscilaram entre a execução simultânea de 3 projetos e o máximo registado pela relação estabelecida entre o México no papel de ofertante e El Salvador como recetor, uma associação que manteve em execução um total de 30 projetos.
- d) Finalmente, a Matriz II.1 destaca outra associação: a que se estabeleceu entre o México e o Chile, os quais intercambiaram um total de 27 projetos. A particularidade deste valor reside em que coincide em qualquer das duas células que combinam esse dois países, quem quer que exerça o papel de ofertante e de recetor. Este facto explica-se porque 26 desses 27 projetos (apresentados entre parêntesis) são projetos “bidirecionais”: ou seja, iniciativas nas quais, conforme a definição do espaço ibero-americano, os dois países participam indistintamente nos dois papéis, garantindo assim uma CSS exercida a partir da reciprocidade e da responsabilidade partilhada. Na realidade, há uma década que o México tem vindo a instrumentalizar a sua CSS com o Chile e com o Uruguai (15 “bidirecionais”), através dos denominados Fundos de Cooperação Conjunta, concebidos para facilitar o cumprimento destas condições. O Quadro II.4 inclui essas experiências e aprofunda o seu funcionamento e resultados.

⁷ Tal como se explicita no rodapé das correspondentes matrizes, os países foram ordenados conforme o critério estabelecido pelo Banco Mundial a 1 de julho de 2019 e a sua consequente categorização como País de Rendimento Médio Baixo (PRM-Baixo), País de Rendimento Médio Alto (PRM-Alto) e País de Rendimento Alto (PRA) e, dentro destes, por ordem alfabética.

⁸ Cada um dos 19 países pode associar-se com os outros 18 exercendo o papel de ofertante ou de recetor, pelo que as possíveis combinações de parceiros se obtêm ao multiplicar 19 por 19 e subtrair as 19 nas quais se combinariam com eles próprios (um total de 342, que coincide com o total de células interiores que constituem uma Matriz “básica”). Devemos acrescentar que, tal como já aconteceu em 2017, por vezes também há que acrescentar a possibilidade de que um país ofertante se combine com vários recetores ao mesmo tempo, o que alarga ainda mais a margem de possíveis opções.

MATRIZ II.1

PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL. 2017

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES ↓		PARCEIROS RECETORES																			TOTAL	
		PRM-BAIXO				PRM-ALTO												PR-ALTO				
		Bolívia	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	Guatemala	México	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Panamá	Uruguai		Vários
PRM-BAIXO	Bolívia	3					1												2		6	
	El Salvador												2								2	
	Honduras						2+(1)														3	
	Nicarágua																				0	
PRM-ALTO	Argentina	12	6	6		(2)	11+(1)	2	15	3	1	3+(6)	7	9+(1)			(6)		5+(9)		105	
	Brasil	3	11	7	7	3+(2)		8	2	2	6+(1)	3	5+(1)	3	13+(1)	7	1	1	5	1+(1)	94	
	Colômbia	8	3	6+(1)		4+(1)		5+(1)	3	(1)	6+(1)	(1)	4	5+(4)	4		1+(1)		3+(1)	2	66	
	Costa Rica		2			1		4+(1)				(1)								4	13	
	Cuba	3	7	4	4	4	3	6	1		1	4	2	2	2	9	1	2	4		61	
	Equador		6				(1)	(1)													10	
	Guatemala							1+(1)													2	
	México	8	30	7		2+(6)	(1)	6+(1)	8+(1)	9		11		5	5+(2)	3		1+(26)	7	3+(15)	1	158
	Paraguai		5					2					(2)		1					1	11	
	Peru	2	2	3		(1)	(1)	1+(4)			1			2		4				2+(2)	25	
	R. Dominicana							1												1	2	
Venezuela																				0		
PR-ALTO	Chile	4	3	5	3	18+(6)		6+(1)	4	4	6+(1)	5	1+(26)	12	6	3		5	3+(5)		127	
	Panamá																				0	
	Uruguai	2	4			1+(9)	(1)	2+(1)	2		2	(15)	2	(2)			(5)				48	
TOTAL		42	82	39	14	58	9	63	26	33	20	33	63	39	51	24	10	43	19	62	3	733

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial de 1 de julho de 2019, os países foram ordenados conforme se classificaram como: País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.026 e 3.995 dólares), de Rendimento Médio Alto (entre 3.996 e 12.375 dólares) e de Rendimento Alto (mais de 12.376 dólares). b) Entre parêntesis incluem-se os projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nestes, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e recetor. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO II.4

O MÉXICO E O RECURSO AOS FUNDOS MISTOS: PROMOVEDO UMA CSS “BIDIRECIONAL”

Conforme a definição adotada no espaço ibero-americano, a “bidirecionalidade” no exercício da Cooperação Sul-Sul Bilateral envolve muitas coisas. Por um lado, envolve participar “*exercendo simultaneamente os papéis de receptor e de ofertante*”. E por outro lado, envolve uma aposta em progredir no cumprimento dos princípios que se entende devam acompanhar a prática da CSS: entre eles, a horizontalidade, reciprocidade, procura de benefício mútuo e assunção de responsabilidades partilhadas, afetando isto a formulação, a execução e até o financiamento dos projetos (SEGIB, 2011).

Para cumprir esta premissa, há mais de uma década que o México tem vindo a identificar parceiros estratégicos e a promover, junto deles, instrumentos que lhe permitam operacionalizar os seus intercâmbios de CSS Bilateral a partir desta perspectiva “bidirecional”. Assim, respetivamente em 2008 e 2009, o México alcançou acordos quer com o Chile quer com o Uruguai para impulsionar dois fundos conjuntos de cooperação. Tal como consta da página web da Agência Mexicana de Cooperação (AMEXCID), o objetivo partilhado pelas partes é o de promover um modelo inovador que “*procure desenvolver projetos de maior impacto, baseados em modalidades de cooperação para além das tradicionais na Cooperação Sul-Sul, proporcionando simultaneamente um financiamento sólido e flexível, com efeitos positivos no desenvolvimento de cada parceiro dos países*”.¹

Ambos os Fundos se enquadram nos Acordos de Associação Estratégica (AEE) previamente subscritos pelas correspondentes Partes. Funcionam a partir de concursos públicos destinados a instituições nacionais do setor público e contam com um orçamento anual estável de 2 milhões de dólares (Fundo Conjunto de Cooperação México-Chile) e de 500.000 dólares (Fundo México-Uruguai), sempre assumido em partes iguais pelos dois parceiros. Com os referidos orçamentos financiam-se iniciativas de CSS Bilateral, mas também triangulações dos correspondentes parceiros com um terceiro. De qualquer modo, são projetos que devem ser formulados em conjunto entre as contrapartes executoras e ser coerentes com os objetivos estabelecidos nos respetivos Acordos de Associação. Em termos de governação, a coordenação dos Fundos recai numa Comissão de Cooperação integrada pelos representantes das respetivas Agências de Cooperação (AMEXCID e AGCID no primeiro; AMEXCID e AUCI, no segundo).

Desde o início da sua implementação e o final do primeiro semestre de 2019, o Fundo Conjunto de Cooperação México-Chile terá financiado 143 projetos, com um custo económico agregado próximo dos 24 milhões de dólares.² Por seu turno, até à mesma data, o Fundo Conjunto de Cooperação México-Uruguai terá executado 40 projetos, orçamentados em quase 3,5 milhões de dólares.³

Tal como se depreende do exposto, a disponibilidade destes mecanismos garante a viabilidade financeira de projetos que promovem o intercâmbio das respetivas capacidades nacionais e asseguram o fortalecimento mútuo e o progresso a favor dos objetivos de desenvolvimento definidos. Na verdade, só no caso do Uruguai, envolveram-se na execução dos 40 projetos já mencionados, um total de 80 instituições e 555 especialistas de diferentes áreas setoriais.⁴ Tal como já se referiu, o valor agregado destes Fundos reside, não só nos resultados que promove, mas também nos procedimentos que assegura e que são conformes com a prática que deve acompanhar a CSS.

Neste sentido, e a título de ilustração, elaborou-se um gráfico que apresenta a distribuição, conforme o parceiro, dos custos totais orçamentados associados aos projetos de CSS em que o México participou em 2017. A informação é parcial pois nesse ano o México participou em 106 projetos exercendo o papel de ofertante, em 11 como receptor e em 26 a partir de ambos os papéis; e o dado relativo aos custos só está disponível para 20 projetos, equivalentes a menos de 15% do total. O referido gráfico, ordena os orçamentos desses vinte projetos de cima para baixo, do máximo valor (220.000 dólares) até ao mínimo (6.600), situando na parte esquerda da vertical média a porção assumida por quem exerceu o papel de ofertante e, na direita, a correspondente ao receptor.

¹ <https://www.gob.mx/amexcid/acciones-y-programas/fondo-conjunto-de-cooperacion-mexico-uruguay>

² <https://www.agci.cl/sala-de-prensa/1944-abierta-la-convocatoria-2019-del-fondo-de-cooperacion-chile-mexico>

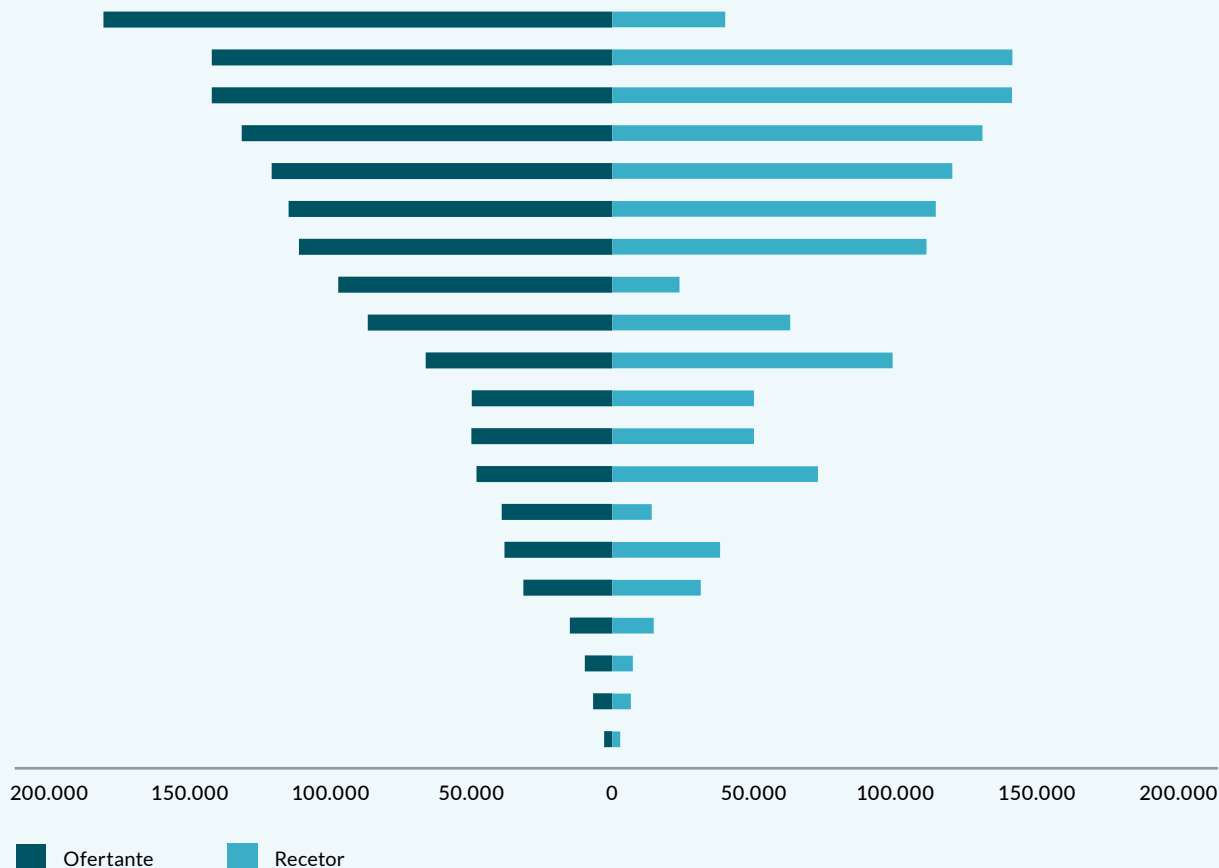
³ <https://www.gub.uy/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/sites/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/files/documentos/publicaciones/Acta%20VI%20Comisi%C3%B3n%20Cooperaci%C3%B3n%20t%C3%A9cnica%20y%20cient%C3%ADfica%20UyMx.pdf>

⁴ <https://www.gub.uy/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/sites/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/files/documentos/publicaciones/Acta%20VI%20Comisi%C3%B3n%20Cooperaci%C3%B3n%20t%C3%A9cnica%20y%20cient%C3%ADfica%20UyMx.pdf>

CONTINUAÇÃO DA P. 60

DISTRIBUIÇÃO DO CUSTO TOTAL ORÇAMENTADO ENTRE OS DOIS PARCEIROS, EM PROJETOS PARTICIPADOS PELO MÉXICO. 2017

Em dólares



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da sua observação depreende-se o seguinte:

- Em praticamente 65% desses projetos, a proporção entre o assumido por quem exerceu o papel de ofertante e por quem exerceu o de recetor, é exatamente igual à unidade, o que noutros termos significa que a responsabilidade do financiamento foi partilhada em partes iguais.
- Desses 13 projetos onde o custo assumido por cada parte foi equivalente, 10 foram iniciativas executadas com

os Fundos de Cooperação Conjunta México-Chile (8) e México-Uruguai (2). Os outros três justificam-se à margem dos Fundos e devem-se a projetos intercambiados pelo México com o Panamá (2 deles) e com o Peru (1), todos eles com orçamentos inferiores a 30.000 dólares.

- Quanto aos 7 projetos restantes, devemos distinguir várias proporções entre o que foi assumido pelo ofertante e pelo recetor. Em concreto, em dois intercâmbios com a Costa Rica e o próprio Chile, com

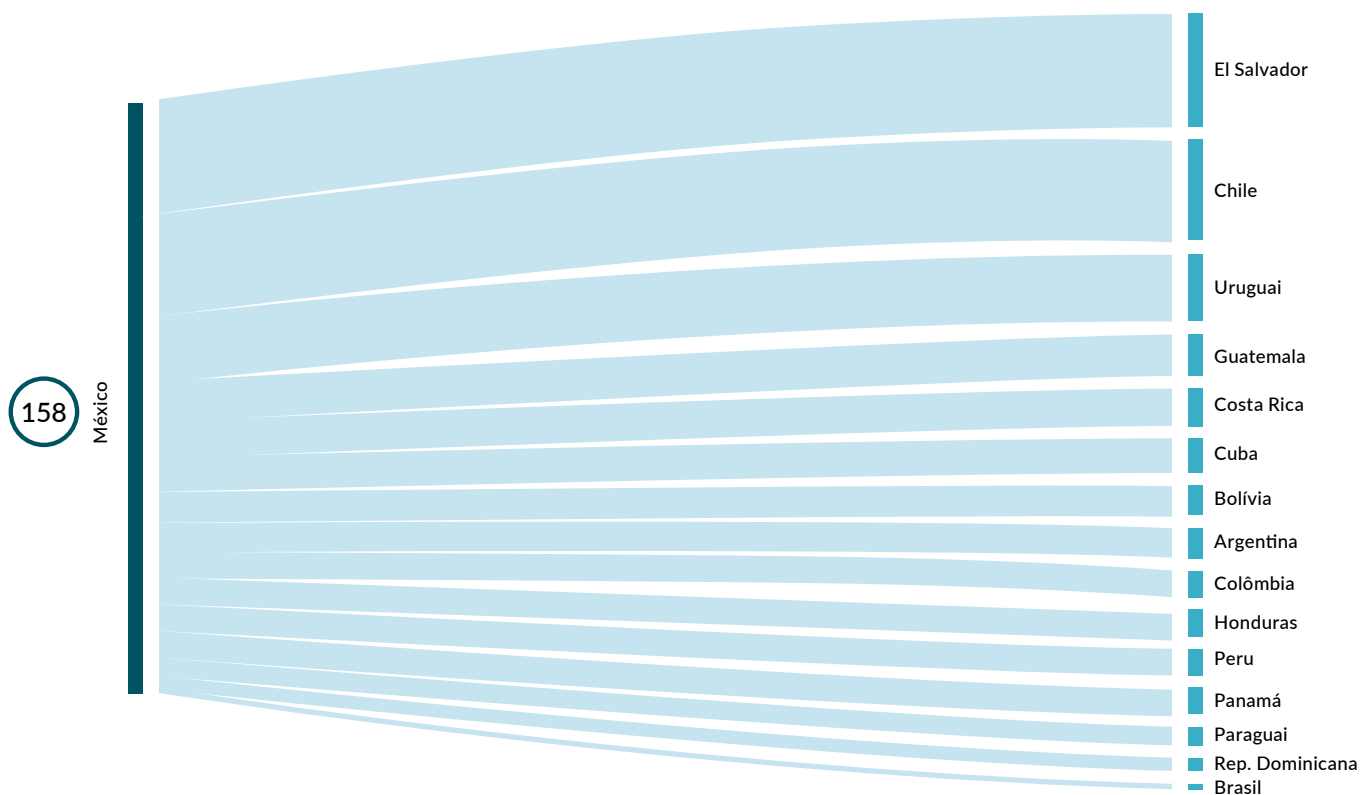
orçamentos acima dos 120.000 dólares, registaram-se rácios de 1,5 favoráveis aos recetores; em outros dois, de 15.000 a 150.000 dólares, o ofertante assumiu entre 1,2 e 1,4 vezes o correspondente ao recetor; e nos três últimos casos, a proporção entre o assumido pelo ofertante e pelo recetor triplicou ou quadruplicou o outro valor, afetando dois projetos com as Honduras (entre 43.000 e 121.000 dólares) e um com a Costa Rica (máximo de 220.000 dólares).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e das páginas digitais das do México (AMEXCID), Chile (AGCID) e Uruguai (AUCI).

DIAGRAMA II.1

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL DO MÉXICO, CONFORME O RECETOR. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para apresentar com mais pormenor a forma como efetivamente se realizaram os intercâmbios de projetos entre os países, elaboraram-se dois Diagramas de fluxo, o II.1 e o II.2, relativos, respetivamente, aos casos do México (principal ofertante de 2017) e de El Salvador (principal recetor). Tal como se observa, os referidos diagramas distribuem o total dos projetos conforme a origem (ofertante/s, caudal esquerdo) e destino (recetor/es, caudal direito), pelo que da sua observação podemos concluir o seguinte:

- a) No caso do México (Diagrama II.1), os 158 projetos nos quais o país participou no papel de ofertante em 2017, distribuíram-se entre um total de 15 parceiros. Tal como se pode observar, praticamente 20% desses projetos tiveram por destino El Salvador, o seu principal parceiro desse ano. O Chile situou-se muito perto deste valor, justificando outros 17,2% dos projetos nos quais o México participou, através da sua já explicada aposta conjunta na "bidirecionalidade". Essa mesma aposta explica 15 dos 18 projetos mantidos em execução com o Uruguai que, agregados aos anteriores,

tendem a explicar cerca de 48% do total dos intercâmbios realizados por esse país. A outra metade dos projetos corresponde a países que participaram de 1 a 11 intercâmbios, sendo estes a Guatemala, Costa Rica, Honduras e Panamá, a par de Cuba e República Dominicana, nas sub-regiões centro-americana e caribenha, bem como a Bolívia, Colômbia e Peru, e a Argentina, Paraguai e Brasil, respetivamente na zona andina e sul do continente.

- b) Por sua vez (Diagrama II.2), ao longo de 2017, os 82 projetos nos quais El Salvador participou como recetor, tiveram a sua origem na relação com 12 parceiros diferentes. No entanto, a sua distribuição mostrou-se um pouco mais polarizada que a registada pelo México. De facto, 50% dessa cooperação justificou-se pelo intercâmbio com apenas 2 parceiros, de novo o México e o Brasil, cujas iniciativas (30 e 11 em cada caso) mantiveram uma proporção de 3 para 1. Por contraste, os outros 50% dos intercâmbios foram justificados por dez países com os quais El Salvador manteve em execução de 2 a 7 projetos e que, geograficamente,

MATRIZ II.2

AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL. 2017

Em unidades

PARCEIROS OFERTANTES ↓		PARCEIROS RECEPTORES																			TOTAL	
		PRM-BAIXO				PRM-ALTO											PR-ALTO					
		Bolívia	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Argentina	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	Guatemala	México	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Chile	Panamá	Uruguai		Vários
PRM-BAIXO	Bolívia													1+(2)				(1)			4	
	El Salvador						1		1	3											5	
	Honduras				1						1	(1)									3	
	Nicarágua										1										1	
PRM-ALTO	Argentina			1		1						2	2								6	
	Brasil			1																1	2	
	Colômbia	1				1			(2)	4+(5)			2+(1)	2							27	
	Costa Rica										5		1	1							7	
	Cuba							1													1	
	Equador								(2)					(4)							6	
	Guatemala						(5)							1	1						7	
	México		1	2+(1)				1		4	8			3				2		2	24	
	Paraguai													1							1	
	Peru	5+(2)	3	1		1	1+(10)	1		2+(4)	1				1		1+(4)		1		38	
	R. Dominicana		1								1										2	
Venezuela																				0		
PR-ALTO	Chile	1	1	1		2		2	2	1	2			2+(4)	1			1	1		21	
	Panamá	(1)												1							2	
	Uruguai		1							1	1										3	
TOTAL		10	7	7	0	4	1	20	5	2	15	32	1	2	34	6	0	5	4	2	3	160

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial de 1 de julho de 2019, os países foram ordenados conforme se classificaram como: País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 1.026 e 3.995 dólares), de Rendimento Médio Alto (entre 3.996 e 12.375 dólares) e de Rendimento Alto (mais de 12.376 dólares). b) Entre parêntesis incluem-se as ações que foram declaradas pelos países como "bidirecionais". Nestas, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e receptor. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

também estiveram consideravelmente dispersos: tratou-se da Costa Rica e Cuba, nas sub-regiões centro-americana e caribenha, bem como da Colômbia, Equador, Bolívia e Peru no bloco andino, e da Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai no Cone Sul.

Por último, a observação da Matriz II.1 permite identificar como os países se relacionaram, mas nos casos em que os intercâmbios se instrumentalizaram através das ações. Em concreto:

- a) Por um lado, e tal como acontece com os projetos, os 19 países ibero-americanos que participaram na CSS Bilateral puderam relacionar-se, no mínimo, através de 342 combinações de parceiros e papéis. Neste caso, e para que em 2017 os países ibero-americanos pudessem manter em execução 160 ações de CSS Bilateral, tiveram lugar até 65 tipos de associações diferentes, conforme o país e o papel, praticamente a quinta parte das possíveis 342.
- b) Além disso, no caso das ações não houve nenhum país que estabelecesse intercâmbios

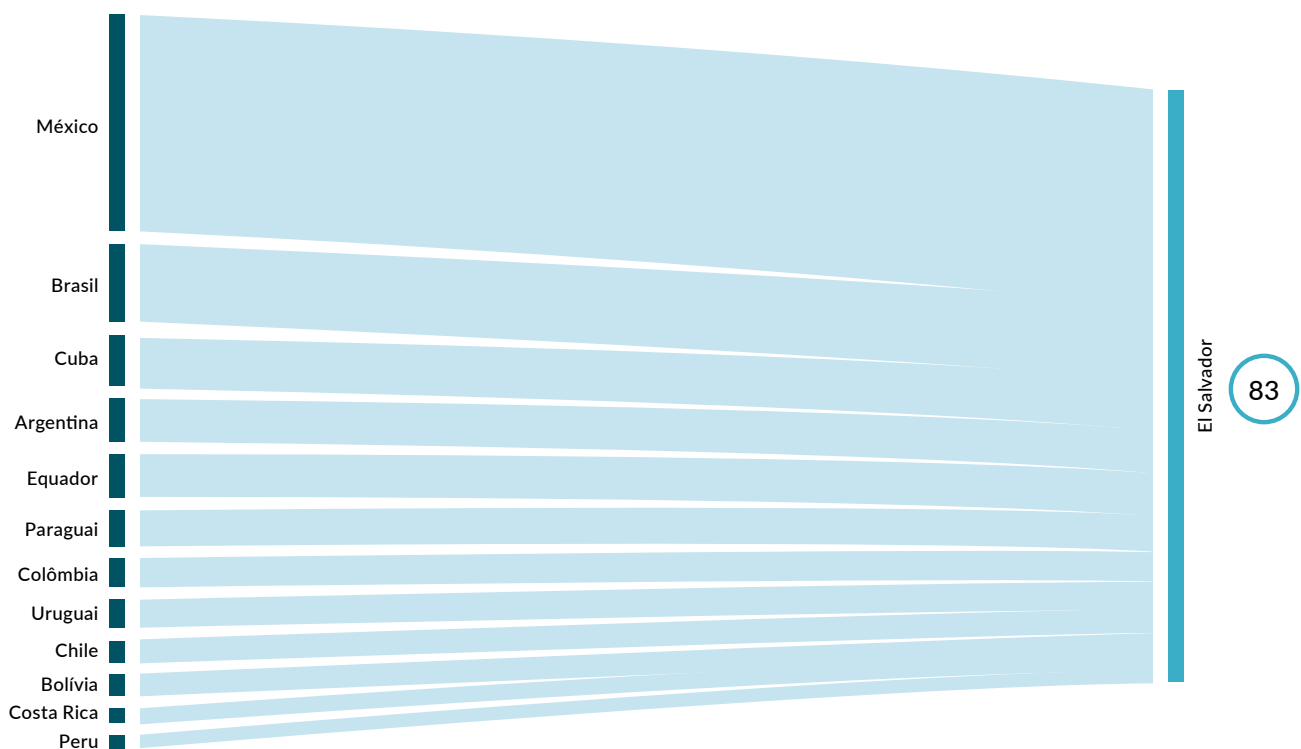
com os outros 18 parceiros. As máximas associações possíveis foram estabelecidas pelo Chile (12 países no exercício do papel de ofertante) e pela Guatemala (10 como recetor). Semelhantes foram os resultados do Peru, o país com maior dinamismo no intercâmbio de ações tanto no papel de ofertante (38 iniciativas) quanto no de recetor (outras 34), e que se associou, em cada uma dessas ocasiões, respetivamente com outros 11 e 10 países ibero-americanos.

- c) Tudo isto, aliado ao facto de que o número de ações intercambiadas fosse relativamente baixo (160 em 2017, relativamente aos 733 projetos), é coerente com outro dado ilustrado na Matriz II.2: 75% das associações estabelecidas (cerca de 50) tiveram por objetivo promover 1 ou 2 ações; enquanto que os restantes 25% registaram um número de ações relativamente maior, mas nunca superior ao máximo das 12 registados entre a Colômbia e o Peru. Acresce que este caso volta a ser singular, pois em qualquer das combinações de papéis identificam-se 10 ações com carácter “bidirecional”.

DIAGRAMA II.2

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL DE EL SALVADOR, CONFORME O OFERTANTE. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.4

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL DE 2017

Um maior conhecimento da CSS Bilateral impulsionada pelos países ibero-americanos ao longo de 2017 exige aprofundar um dos objetivos a que pretende responder: o do fortalecimento de capacidades. Com efeito, a possibilidade que os intercâmbios entre países oferecem para fortalecer capacidades mútuas, tem particular relevância numa publicação destas características, na qual a dimensão da Cooperação Sul-Sul que prevalece é, precisamente, a técnica. Por isso, a presente secção dedica-se a identificar as capacidades que a região fortaleceu no conjunto dos seus intercâmbios, bem como a observar como tal se relacionou com os pontos fortes dos países que maiormente exerceram o papel de ofertantes e com a necessidade de receber apoio e de ultrapassar determinadas lacunas dos que principalmente justificaram a receção. Como guia orientador para este exercício, recorre-se à classificação setorial (e por domínios de intervenção) que ao longo destes anos se definiu e acordou no espaço ibero-americano, e que se apresenta e ilustra na Tabela e no Esquema que se incluem na secção final deste Relatório, a modo de Nota Metodológica.

II.4.1

PERFIL DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO

O Diagrama II.3 foi elaborado para ilustrar o modo como os projetos de CSS Bilateral intercambiados entre os países da região ao longo de 2017 (incluídos na sua totalidade no caudal esquerdo do gráfico),⁹ contribuíram para o fortalecimento de cada um dos 30 setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano (caudal direito). O Diagrama permite ainda visualizar essa distribuição conforme o domínio de intervenção, recorrendo para isso ao agrupamento setorial que permite o desenho de um caudal intermédio.

Neste sentido, uma primeira observação mostra como mais de um terço dos projetos (227, equivalentes a 35,5% do total) foram orientados para fortalecer capacidades na área Social. Outro terço (34,0%) visou objetivos económicos, embora dentro deles claramente tendessem a prevalecer os que procuraram reforçar os Setores de Produção (acima de 150, equivalentes a 24,4%) mais do que a apoiar a criação de Infraestruturas e serviços (um agregado próximo dos 10%). Por ordem de importância relativa, são também de salientar mais de uma centena de projetos (16,1% dos finais) que perseguiram o Fortalecimento institucional. Os últimos 14,1% justificaram-se pela contribuição agregada dos projetos que colocaram a tónica na categoria Ambiental (8,1%) e em Outros âmbitos de intervenção (5,9%).

Mais de um terço dos projetos foram orientados para fortalecer capacidades na área Social e outro terço visou objetivos económicos

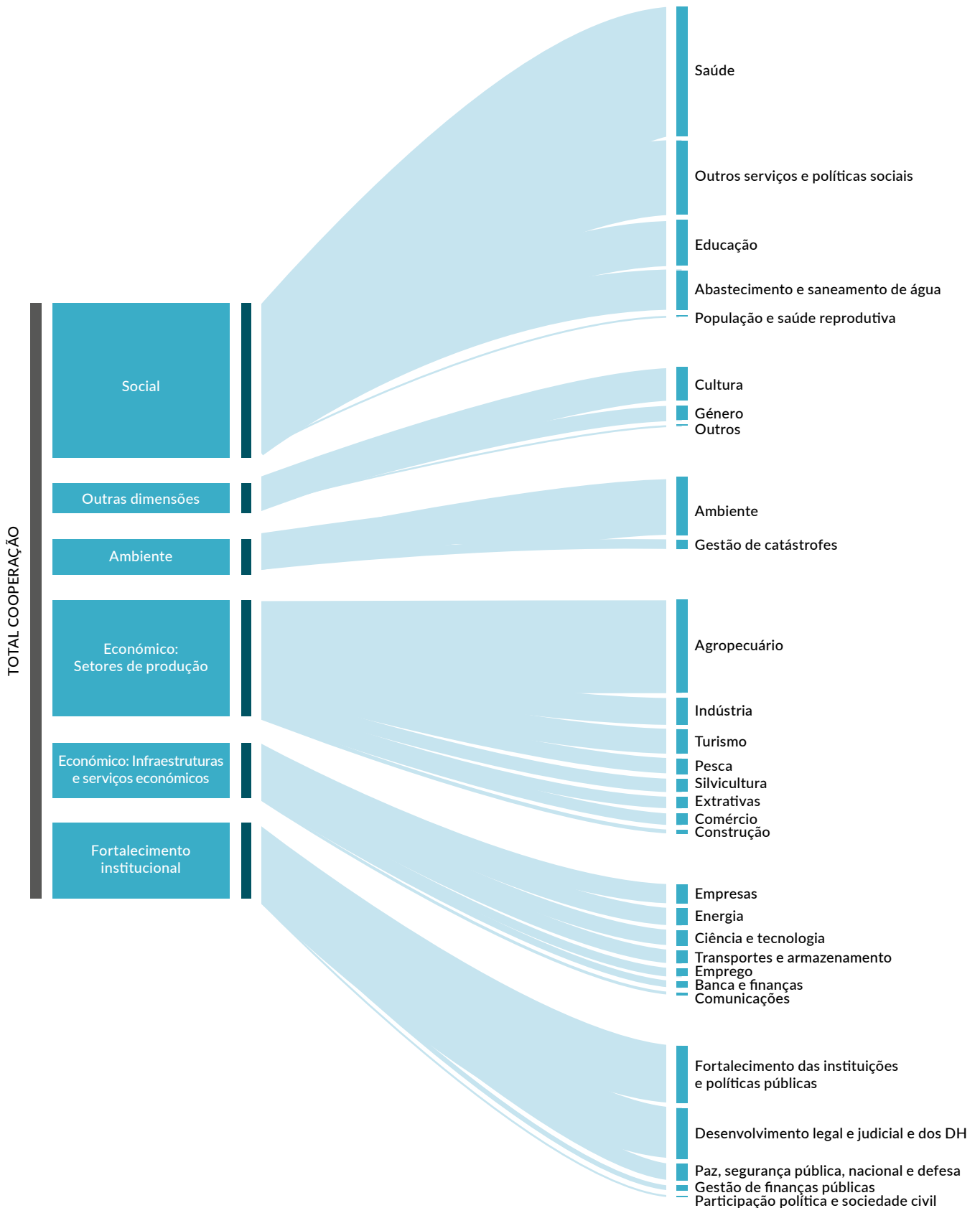
No entanto, numa análise temporal mais lata, esta distribuição dos projetos conforme as prioridades setoriais sofreu algumas alterações. De facto, uma análise comparativa sobre a evolução desta distribuição entre os anos 2007 e 2017, apresentada no Quadro II.5, sugere que a cooperação nos âmbitos Social e Económico continua a ser prioritária, mas que também há perdas significativas na sua importância relativa (especialmente no que se refere aos projetos de orientação social), que são compensadas pelos aumentos registados em outras áreas, entre as quais se destacam as relacionadas com o fortalecimento das instituições governamentais, ambiente e outros âmbitos de ação, tais como cultura e género. Não obstante, elementos mais concretos encontram-se no mencionado Quadro.

⁹ Convém recordar que, no caso da análise setorial, no que respeita a como se contabilizam os “bidirecionais” e ao contrário do que acontece na análise de evolução ou por países, estes apenas se contabilizam uma vez. Isto explica a diferença entre o total considerado em execução em 2017 (733) e o total sobre o qual se realiza a análise de caráter setorial (639).

DIAGRAMA II.3

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, POR SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

QUADRO II.5

AS PRIORIDADES SETORIAIS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: TRANSFORMAÇÕES NO PERÍODO 2007-2017

Durante os anos decorridos entre 2007 e 2017, as prioridades em que a CSS Bilateral se centrou para fortalecer capacidades foram-se modificando. Neste sentido, o primeiro gráfico mostra, para cada um dos anos considerados, que parte do total dos projetos mantidos em execução esteve orientada para fortalecer cada um dos seis domínios de intervenção reconhecidos no espaço ibero-americano. Além disso, a sequência construída através do tempo permite desenhar uma linha de evolução para cada um desses domínios setoriais. A partir da sua observação, podemos afirmar várias coisas:

a) Durante todo o período considerado, a maior parte dos projetos visou o fortalecimento de

capacidades na área Social. No entanto, esta área foi perdendo prioridade, pois o seu peso relativo sobre o total reduziu-se em quase 8 pontos percentuais: de 43,4% em 2007 para 35,5% em 2017.

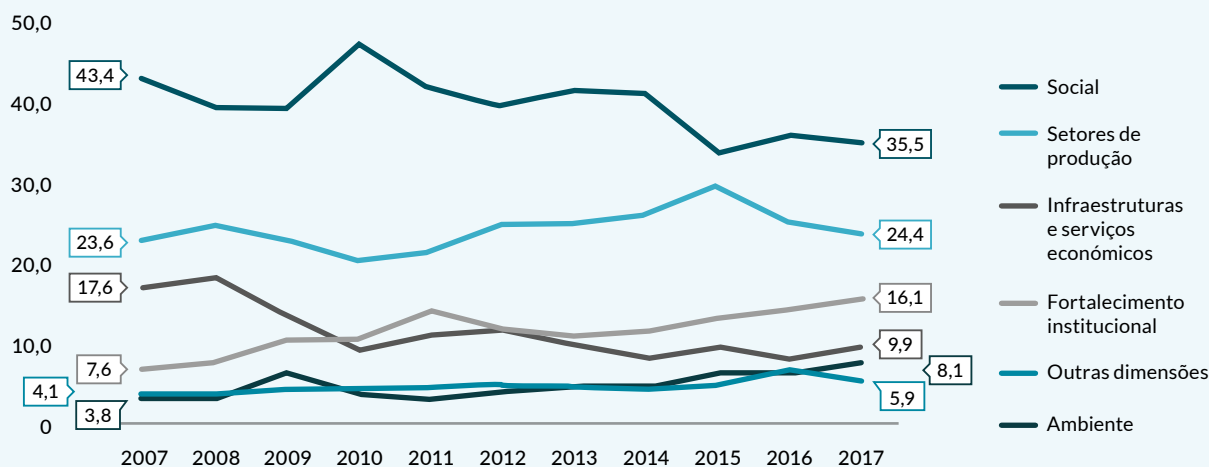
b) Por seu turno, o apoio aos Setores de Produção manteve-se como segundo âmbito em importância relativa, o que além disso ocorreu com uma percentagem de participação bastante estável e só ligeiramente superior no final do período (24,4% em 2017 relativamente a 23,6% em 2007).

c) No que se refere aos restantes âmbitos setoriais, verificam-se tendências dispares. Em primeiro lugar,

são de destacar os aumentos significativos registados no peso dos projetos dedicados ao Fortalecimento Institucional e ao Ambiente, pois ambos praticamente duplicaram: respetivamente de 7,6% e 3,8% do primeiro exercício para 16,1% e 8,1%. Em segundo lugar, o peso do aglutinado em Outros âmbitos também aumentou, embora numa menor proporção de dois pontos percentuais: de 4% no primeiro ano para quase 6% no último. Finalmente, os projetos dedicados a fortalecer as Infraestruturas e Serviços Económicos registaram uma significativa perda de peso relativo, passando de uns consideráveis 17,6% para 9,9%.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME O DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO SETORIAL. 2007-2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CONTINUA NA P. 68

CONTINUAÇÃO DA P. 67

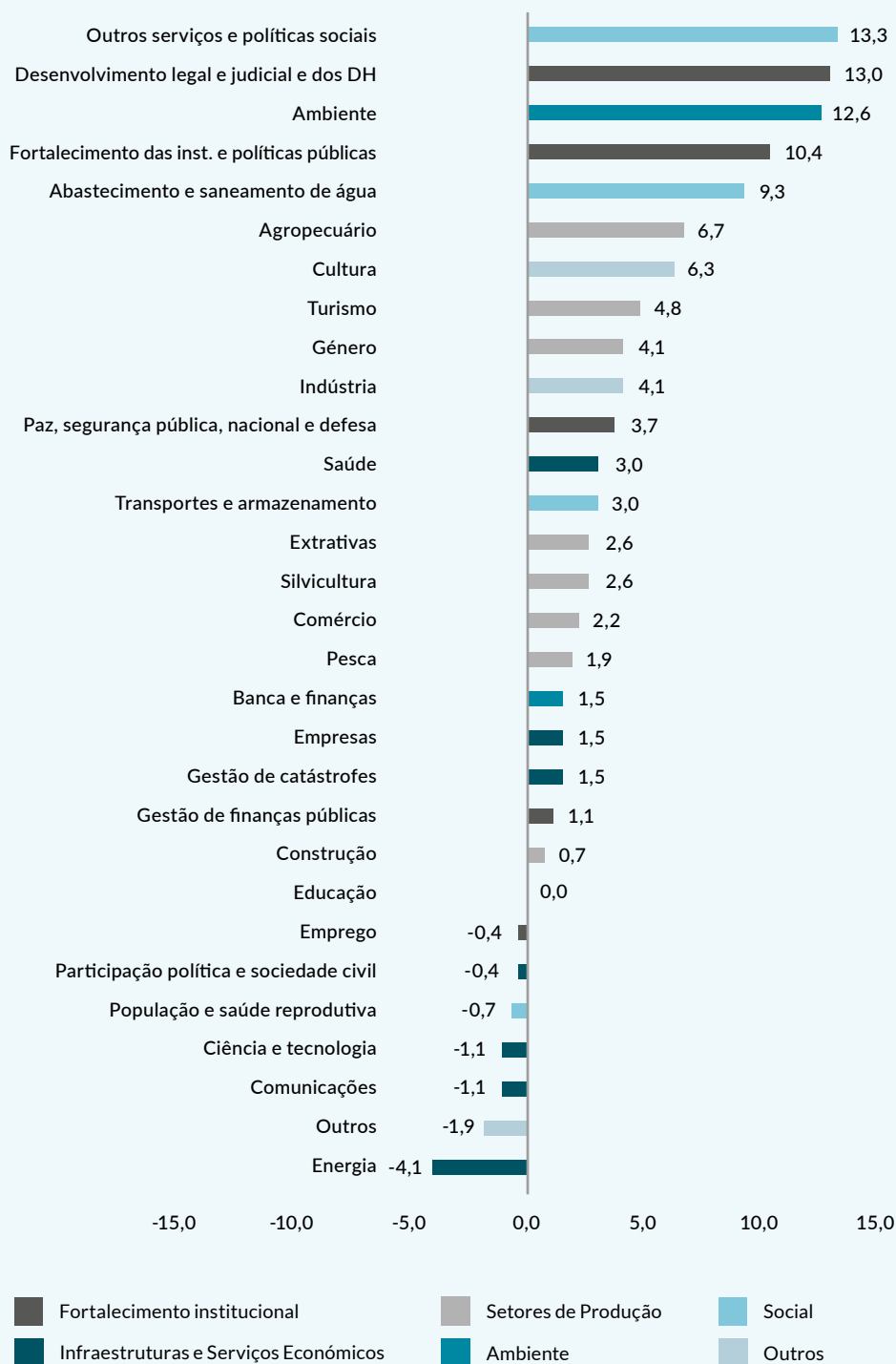
O atrás mencionado sugere algumas transformações nas prioridades que a região está a dar ao fortalecimento de algumas capacidades relativamente a outras; transformações que subjazem a estes âmbitos de intervenção e que se revelam com mais nitidez quando a análise passa a centrar-se nos 30 setores de atividade reconhecidos na Ibero-América. Para isso, elaborou-se o segundo gráfico que ordena de forma decrescente, sob a forma de barras e em torno de uma vertical, os 30 setores conforme a sua contribuição (percentual) para as transformações registadas no total dos projetos: ou seja, conforme a sua responsabilidade para justificar os 270 projetos que distanciam o valor de 2017 (639) do de 2007 (369).⁴

Neste sentido, para além de os ordenar de forma decrescente, atribui-se a cada setor uma cor que assinala a sua pertença a um ou a outro âmbito de intervenção, tal como explica a legenda. A sua observação revela tendências significativas:

a) Entre 2007 e 2017, o setor que registou um maior aumento do número total de projetos mantidos em execução (36) e que, conseqüentemente, justificou a maior parte das transformações finalmente registadas (13,3%), foi o relativo a *Outros serviços e políticas sociais*. O facto de que isto coincida com um aumento do número total de projetos e com uma queda da importância relativa da área Social, sugere algo mais: uma redistribuição significativa da atribuição dos projetos

CONTRIBUIÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DO TOTAL DOS PROJETOS, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E O ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2007-2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

⁴ Os 270 projetos resultam da diferença entre o valor de 2007 (369) e de 2017 (639). Em termos metodológicos, devemos mencionar que, na análise setorial, os projetos "bidirecionais" se contabilizam uma única vez e não em duplicado, aplicando-se assim um critério diferente do usado, por exemplo, para as matrizes de oferta e receção ou para os mapas de distribuição geográfica, conforme o papel. Isto explica as possíveis discrepâncias nos valores finais que afetam o cálculo dos projetos mantidos em execução em cada ano.

CONTINUA NA P. 69

CONTINUAÇÃO DA P. 68

- que se executam nesta área. Com efeito, os esforços neste âmbito passaram a priorizar os *Outros serviços e políticas sociais* e a cooperação orientada para o *Abastecimento e saneamento de água* (quinto setor em importância relativa), ao passo que perdem força os dedicados à *Saúde, Educação e População e saúde reprodutiva*.
- b) Os países também apostaram cada vez mais numa CSS que privilegia o Fortalecimento institucional (75 novos projetos). Em consequência, não é de estranhar que praticamente um quarto da transformação registada no conjunto da CSS Bilateral destes anos se justifique pelas contribuições realizadas através dos setores do *Desenvolvimento legal e judicial*
- e dos *Direitos Humanos* (13,0% da transformação) e do dedicado ao *Fortalecimento das instituições e políticas públicas* (10,4%).
- c) Por seu turno, é de salientar a grande prioridade que nos últimos anos se está a dar aos projetos ambientais, os terceiros que mais crescem: de 11 intercâmbios registados em 2007 para 45 em 2017, o que justifica a responsabilidade deste setor em 12,6% da transformação final.
- d) Entretanto, no que respeita ao ocorrido quanto ao fortalecimento dos Setores produtivos, o facto do setor *Agropecuário* ser o que mais contribui para a transformação, é indicativo de como este continua a
- ganhar peso relativo no conjunto deste âmbito de intervenção. No entanto, é também significativa a crescente prioridade dada ao *Turismo* e à *Indústria*, que de forma conjunta justificam praticamente outros 10% destes 270 novos projetos regionais.
- e) Por último, devemos referir a perda de importância relativa dos projetos orientados para as Infraestruturas e serviços económicos, cujos setores se situam, sem exceção, na parte baixa do gráfico, com contribuições que oscilam entre uns negativo -4,1% da *Energia* e um máximo de 3,0% correspondente ao dos *Transportes e armazenamento*.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por seu lado, uma análise desagregada por setores permite-nos conhecer mais pormenorizadamente o tipo de capacidades que a região fortaleceu através da CSS Bilateral de 2017. Em concreto:

- a) No que se refere aos projetos de CSS Bilateral promovidos em 2017 para fortalecer a categoria Social, mais de uma centena (44,5%) foram explicados pelo setor mais representativo de toda a cooperação: o da *Saúde*, que justificou 15,8% do total dos projetos registados. Embora se tenha tratado de uma CSS que abordou a saúde a partir de diferentes âmbitos, devemos destacar alguns aspetos especificamente visados. Neste sentido, houve um bloco de projetos destinados à melhoria da alimentação, que incluiu diferentes iniciativas que vão da promoção e expansão dos Bancos de Leite materno até ao desenvolvimento de componentes nutricionais adicionais para alimentos de consumo

básico e regular como o óleo. Por sua vez, há um segundo bloco de projetos dedicados à prevenção e tratamento de doenças concretas, tais como as oncológicas, através de imunoterapias e prestando especial atenção à infância. Numerosas iniciativas foram também orientadas para o fortalecimento do sistema, quer através da sua universalização, quer da melhoria do atendimento, gestão de serviços médicos e hospitalares, formação e capacitação de profissionais, dotação de ferramentas de arbitragem médica e técnicas de mediação, produção de estatísticas que apoiem uma melhor tomada de decisões, e incorporação das TIC na expansão dos serviços de TeleSaúde. Finalmente, há projetos com uma abordagem de colaboração muito especializada em subsectores concretos da saúde, tais como o oftalmológico, medicamentos, dadas e transplantes, bem como sangue e produtos derivados do sangue, apenas para nomear alguns.

- b) Por seu lado, e ainda no âmbito Social, um quarto dos projetos de 2017 foram dirigidos ao fortalecimento de *Outros serviços e políticas sociais*. Trata-se de cerca de sessenta projetos que uniram esforços para fazer avançar o fomento da inclusão social. Isto explica uma CSS que tende a combinar a focalização em grupos populacionais específicos e considerados especialmente vulneráveis (entre outros: primeira infância, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos), com ações que vão das mais macro (estratégias para a superação, erradicação da pobreza, políticas de habitação social e desenvolvimento de sistemas previdência e pensões) até às mais micro ou da procura de uma via concreta que permita fazer avançar essa maior inclusão (melhoria integral de um bairro específico ou recurso à arte e ao desporto dentro de ações concretas que melhorem as opções de integração e convivência).
- c) Complementa o atrás mencionado, a cooperação orientada para a *Educação* (36 projetos) e para o *Abastecimento e saneamento de água* (31), dois setores cujas participações relativas sobre o total e sobre o especificamente orientado para a área Social oscilam, em cada caso, em torno a 5% e a 15%, bem como um projeto sobre educação sexual, classificado na categoria *População e saúde reprodutiva*. Assim, no que se refere aos dois principais setores:
- O âmbito educativo inclui projetos dedicados às questões mais formais do sistema (desenvolvimentos curriculares, reconhecimento de diplomas, creditações e implementação de avaliações); à formação e fortalecimento de competências dos profissionais do setor; à progressiva aplicação das TIC (aulas tecnológicas e desenvolvimento de conteúdos digitais); e ao apoio à alfabetização e a métodos inovadores de aprendizagem especialmente centrados na primeira infância, que utilizam recursos como o xadrez e as danças folclóricas.
 - Quanto aos intercâmbios relacionados com a água, identificaram-se projetos que abrangem as diferentes etapas da sua gestão, desde a obtenção na origem como recurso hídrico até ao fornecimento, passando por tudo o que respeita ao tratamento, saneamento, reutilização, implantação de sistemas de informação, diferenciação de políticas para áreas rurais e urbanas, e sistemas de tarifação e gestão com a participação cidadã, apenas para nomear alguns.
- d) Por outro lado, numa perspetiva económica, devemos destacar que cerca de metade (46,8%) dos esforços orientados para o fortalecimento das atividades produtivas são justificados pelo segundo setor mais relevante de 2017: o *Agropecuário*, com cerca de 75 projetos, que explicam mais de uma décima parte do total dos projetos de CSS Bilateral intercambiados na região durante esse exercício.
- Dentro desta rubrica, os intercâmbios centraram-se principalmente na agricultura e pecuária e, de forma mais pontual, na apicultura e sericultura. Uma vez que este setor está muito focado nas primeiras fases de produção, naquelas que, tal como as colheitas, aprofundam menos o processamento e a transformação final dos produtos, os projetos foram muito orientados para potenciar esses processos, atuando na fertilização, técnicas da rega, gestão de sementes, sistemas fitossanitários (controlo de pragas, melhoria genética e capacidades regulamentares dos Organismos Geneticamente Modificados –OGM–), e em como fazer avançar um modelo progressivamente mais respeitador do ambiente (intensificação das culturas orgânicas e medição da pegada ecológica). Há também um número significativo de projetos que se focalizam em atividades de dimensão familiar, bem como em culturas próprias da região, entre os quais se destacam o milho, soja, cacau, feijão, café, arroz, frutas tropicais e as carnes bovina e ovina, só para citar algumas.
- e) Outros 25% dos projetos dirigidos ao fortalecimento dos Setores de Produção justificam-se, em proporções semelhantes, em tudo o que se realiza nos domínios da *Indústria* e do *Turismo* (cerca de vinte iniciativas em cada caso). Assim, os projetos associados à *Indústria* vão para além dos agropecuários e estão concentrados em melhorar e garantir a qualidade do processamento de produtos derivados, tais como alimentos, têxteis, couro e madeira, bem como em progredir no design relacionado com a sua apresentação final, para além de promoverem a melhoria de fórmulas de produção mais limpas e respeitadoras do ambiente. Na mesma linha, a categoria *Ambiental* transversaliza uma parte dos projetos relativos a uma das apostas setoriais da região para o fomento do desenvolvimento: o *Turismo*. São de salientar, por um lado, os projetos orientados para uma gestão sustentável; e, por outro lado, os que trocaram experiências para aproveitar recursos turísticos tão variados como os naturais e os culturais e que, por vezes, são também partilhados na fronteira entre os parceiros que participam na cooperação.

- f) Finalmente, os restantes 25% dos projetos produtivos integram intercâmbios de natureza bem diferente, classificados em cinco setores de atividade: *Pesca, Silvicultura, Comércio e Extração* (em torno a 10 projetos em cada caso) e *Construção* (apenas 3). Para ilustrar o que foi realizado no quadro dos referidos setores, são de referir os projetos dedicados ao fortalecimento de técnicas de aquicultura; gestão florestal; análise de mercados; apoio à criação de instituições nacionais para o fomento do comércio externo; melhoria dos sistemas de informação para a interpretação de dados aplicados à exploração mineira, intercâmbio de experiências relativas ao quadro regulamentar da extração; e construção de infraestruturas rodoviárias; isto apenas para citar alguns.
- g) Por seu turno, e ainda numa perspetiva económica, em 2017 registaram-se mais de 60 projetos (um décimo do total) orientados para a melhoria das condições de funcionamento das economias nacionais, através do reforço de diferentes tipos de Infraestruturas e serviços. Na verdade, o conjunto destas iniciativas classificou-se em 7 setores de atividade: *Empresas; Energia; Ciência e Tecnologia; Transportes e Armazenamento* (entre 10 e 15 projetos, conforme o caso); *Emprego; Comunicações; e Banca e Finanças* (respetivamente de 2 a 6 projetos). A título de exemplo, tratou-se de uma CSS muito centrada na promoção e apoio às pequenas e médias empresas, bem como na criação de ecossistemas de empreendedorismo; no fomento de um uso mais sustentável da energia, procurando a ecoeficiência; no crescente recurso a fontes renováveis, em especial à hidráulica; na transferência de inovações técnicas e científicas para aplicação ao desenvolvimento económico e industrial; na conceção de planos de mobilidade (ciclovias, estradas, portos fluviais) e de revisão de sistemas de custos, tarifas e financiamento dos investimentos associados às infraestruturas de transportes; e nos projetos concebidos para fortalecer o carácter institucional associado ao emprego, quer através do apoio aos respetivos Ministérios do Trabalho, quer aos mecanismos de inspeção e certificação de competências ocupacionais, entre muitos outros.
- h) Por outro lado, e no que se refere a mais de uma centena de projetos (16,1% do total) que em 2017 se orientaram para o Fortalecimento Institucional, podemos distinguir vários tipos de iniciativas em função dos seus objetivos específicos. De forma mais concreta:
- Praticamente 44% destes intercâmbios foram expressamente consagrados ao *Fortalecimento das instituições e políticas públicas*. Neste contexto, houve projetos para melhorar a gestão e planificação dos governos, bem como uma clara aposta nos temas que combinaram informação e tomada de decisões, através de intervenções em sistemas de dados, produção de estatísticas e indicadores, contas nacionais e até no acompanhamento e monitorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Houve também numerosos intercâmbios especificamente dedicados, enquanto políticas públicas, à planificação, negociação e gestão da Cooperação Internacional e da CSS e Triangular.
 - Entretanto, cerca de outros 40% destes projetos dedicaram-se ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*. Tal como se depreende da própria denominação setorial, devem aqui distinguir-se, por um lado, os projetos mais orientados para a implementação e fortalecimento de quadros regulamentares e jurídicos, destacando-se algumas experiências dirigidas aos adolescentes, e à necessidade de trabalhar em sistemas penitenciários que conciliem a responsabilidade penal com a posterior reinserção e inclusão social; e, por outro lado, todos os intercâmbios dedicados aos Direitos Humanos, incluindo a luta contra diferentes tipos de tráfico e discriminação e os projetos sobre memória histórica que englobam, entre outras iniciativas, a construção de museus da memória, transferência de práticas forenses que facilitam a busca e identificação de pessoas vítimas de desaparecimentos forçados e o impulso aos Bancos de Dados Genéticos.
 - Por último, registaram-se projetos pontualmente dedicados à *Gestão das Finanças Públicas* (4) e ao fomento da *Participação Política e da Sociedade Civil* (apenas um) e um número relativamente maior de intercâmbios (mais de uma dezena) sobre questões classificadas na rubrica *Paz, segurança pública, nacional e defesa*. De facto, uma grande parte das experiências intercambiadas abordaram a prevenção e luta contra todo o tipo de delitos, destacando-se os resultantes do tráfico de drogas, branqueamento de capitais e posse ilegal de armas de fogo. Como novidade, salienta-se uma iniciativa contra a denominada “cibercriminalidade”, protagonizada pela Argentina e Uruguai, e explicada com mais pormenor no Quadro II.6.

QUADRO II.6

ARGENTINA E URUGUAI: INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS NA LUTA CONTRA A CIBERCRIMINALIDADE

Entre outras coisas, a globalização tem sido sinónimo de um progressivo fenómeno de interligação a nível mundial. Um fenómeno que foi acompanhado e não teria podido ocorrer sem a expansão e massificação simultânea dos serviços das tecnologias da informação, que por sua vez explicam, entre outros, a digitalização da economia, as novas formas de gestão governamental e a revolução das comunicações e transportes. Este fenómeno abriu uma janela de oportunidades, vantagens e potenciais benefícios, mas também de novos riscos, ameaças e perigos. Estes últimos incluem a emergência de novas e sofisticadas práticas criminosas, a que nos referimos através do termo “cibercriminalidade”.

Preocupados com essa questão, trinta países promoveram e subscreveram a 23 de novembro de 2001, em Budapeste, a primeira Convenção (internacional) sobre cibercriminalidade. Como refere o seu Preâmbulo, através deste acordo os países procuram, num pensado equilíbrio entre a luta contra a criminalidade e a proteção dos Direitos Humanos, a articulação de “*uma política criminal comum, com o objetivo de proteger a sociedade contra a criminalidade no ciberespaço, designadamente, através da adoção de legislação adequada e da melhoria da cooperação internacional*” (Conselho da Europa, 2001; p.1). Apesar da Convenção ter surgido no Conselho da Europa, em 2019 já contava com a adesão de

sessenta países, pertencentes a diferentes continentes.

A crescente importância que os países ibero-americanos estão a dar a este tema, manifesta-se a partir de múltiplos âmbitos de intervenção: por um lado, internacional, tal como sugere a progressiva adesão à Convenção de Budapeste (a Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México, República Dominicana, Panamá, Peru e Uruguai ratificaram-na ou encontram-se nesse processo);¹ por outro lado, regional, destacando-se a crescente cooperação e intercâmbio de experiências entre parceiros, bem como o impulso em 2016 da iniciativa ibero-americana CyberRed, surgida no quadro da Assembleia Geral da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) e que tem por objetivo intensificar a relação entre as Procuradorias ibero-americanas na área da cibercriminalidade;² e também nacional, pois os países estão a apostar na promoção de leis próprias que tomam como referência o quadro internacional.

Neste contexto, dois dos países que se destacam pela sua intervenção nesta matéria são o Uruguai e a Argentina. Com efeito, há anos que o Uruguai tem vindo a impulsionar iniciativas nacionais de luta contra a cibercriminalidade, enquanto que a Argentina tem sido um dos países mais ativos ao criar uma regulamentação legal que, a partir de 2008, tem uma das suas manifestações mais importantes na sanção da

Lei 26.388 de Crimes Informáticos, sendo um dos poucos países que a possui. Ambos são também pioneiros na promoção da troca de experiências na matéria: em concreto, através do projeto de CSS Bilateral “Fortalecimento das capacidades em matéria de cibercriminalidade”, em execução em 2017.

Neste sentido, e de acordo com o documento do projeto, a sua principal ação combinou três elementos: um, relativo à capacitação de funcionários das forças de segurança e justiça em matéria de investigação de crimes informáticos, legais e forenses; outro, para a abordagem dos princípios legais de intervenção contra os vários crimes tecnológicos; e um terceiro, que combina a análise de casos práticos de investigação de crimes tecnológicos com o conhecimento e adoção de novos recursos e ferramentas.

O projeto teve uma duração de 12 meses e foi implementado em três etapas. Embora o fortalecimento tivesse sido mútuo, entre os seus principais resultados destacam-se a capacitação de cerca de 30 funcionários uruguaios que puderam conhecer a organização interna e os fundamentos da Superintendência de Crimes Tecnológicos da Argentina; os princípios básicos de intervenção em diversos delitos tecnológicos; e os conceitos e casos práticos de ciberpatrulhamento e de cibercriminalidade contra a infância e adolescência.

¹ <https://adcdigital.org.ar/wp-content/uploads/2018/03/Convencion-Budapest-y-America-Latina.pdf>

² <https://comjib.org/portugal-acoge-la-xxiv-asamblea-general-ordinaria-de-la-asociacion-iberoamericana-de-ministerios-publicos-aiamp/>

i) Merecem uma menção especial mais de 50 projetos que se classificam numa das rubricas que registou maior crescimento ao longo destes últimos anos: a Ambiental. Dentro deste quadro de ação, praticamente 9 em cada 10 dos intercâmbios realizados foram especificamente orientados para a preservação e cuidado da natureza, enquanto que os restantes 10% abarcaram as experiências que afetam cada uma das fases associadas à *Gestão de Catástrofes*. A título de exemplo, são de salientar:

- Os projetos concebidos para apoiar a luta contra as alterações climáticas: iniciativas para agir sobre os focos de emissão dos gases com efeito de estufa (transporte); para melhorar a qualidade da medição e quantificação desses gases (inventários); bem como as que reforçam a gestão de áreas florestais e melhoram a sua capacidade como sumidouros, contribuindo para fazer avançar a realização dos compromissos assumidos relativamente ao Acordo de Paris, explicitamente citados em várias ocasiões. Dado que a necessidade de unir forças para preservar o ambiente não acaba aqui, também se registam experiências (muitas delas focalizadas entre parceiros em territórios fronteiriços, tal como na Amazónia) relativas à proteção de áreas naturais e ao fortalecimento da gestão dos recursos naturais e dos resíduos gerados pela ação humana.
- De forma complementar, e tal como já se mencionou, os projetos de CSS Bilateral promovidos em 2017 no contexto da *Gestão de catástrofes* (1,1% do total), relacionaram-se com diferentes fases do ciclo, destacando-se os relativos à prevenção (Sistemas de Alerta Precoce e técnicas de vigilância de fenómenos vulcânicos) e os que trabalham numa resposta mais imediata (combate a incêndios, técnicas de busca e salvamento em estruturas colapsadas e intervenções face a eventos sísmicos).

j) Os últimos 5,9% dos projetos de CSS Bilateral mantidos em execução pelos países ibero-americanos ao longo de 2017, foram constituídos por cerca de 40 iniciativas setorialmente muito diferentes: de facto, 7 em cada 10 dedicaram-se à *Cultura*; 3 em cada 10 à *Igualdade de Género*; e houve uma única intervenção subordinada à rubrica *Outros*. Tendo em conta os fins a que se destinaram, devemos destacar vários tipos de iniciativas:

- Por um lado, as que procuram melhorar a gestão de diferentes manifestações de património cultural (arqueológico, documental e bibliográfico); o fortalecimento de instituições públicas setoriais (institutos de arte); o progresso na formalização de algumas especializações (licenciatura em bibliotecas); e os esforços para relacionar o desenvolvimento artesanal com o empreendedorismo e com certificações de qualidade que melhorem a inserção desses produtos nos mercados; para além de vários projetos relativos à música (sistema de coros) e à medição da Cultura (Contas satélites).
- Por outro lado, as que pretenderam progredir para uma maior igualdade entre os géneros, e que incluíram um intercâmbio de experiências que proporcionou aos países mais instrumentos para a luta contra a violência de que as mulheres são alvo, e isto tanto em termos de prevenção e ação quanto de apoio às vítimas; o avanço para instituições e políticas com perspetiva de género; e os esforços para relacionar o empreendedorismo com o acesso das mulheres às mesmas oportunidades e vantagens do desenvolvimento.

O setor do Ambiente foi um dos que registou um maior crescimento nos últimos anos em termos de quantidade de projetos

Finalmente, os países ibero-americanos também contribuíram para o fortalecimento de capacidades através da troca de ações. O Diagrama II.4 reproduz a distribuição do total das ações que estiveram em execução em 2017 (caudal de origem),¹⁰ conforme o âmbito de intervenção (caudal médio) e o setor de atividade (caudal de destino). A sua observação sugere que:

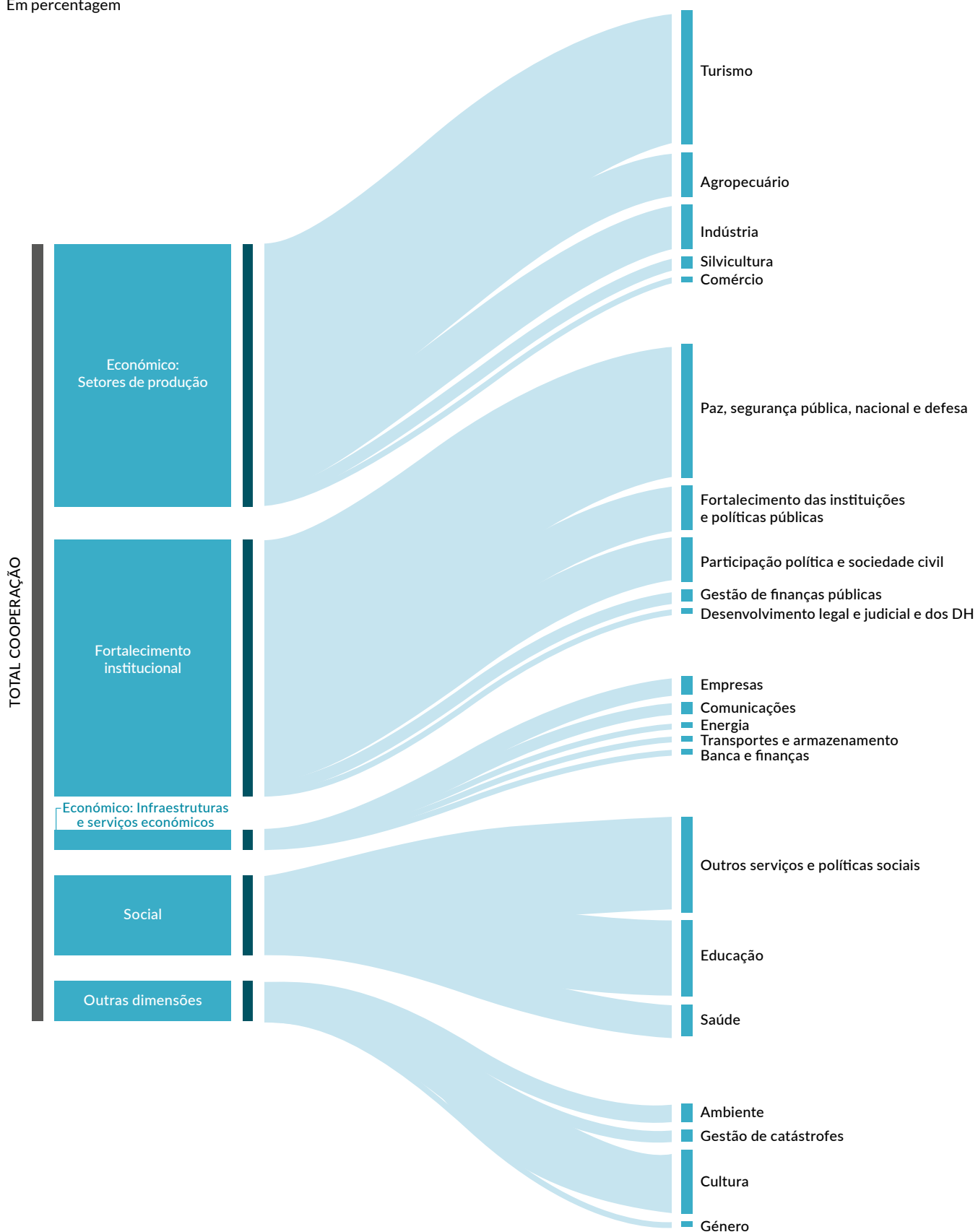
¹⁰ Embora as ações totais calculadas para 2017 ascendam a 160, a forma como novamente se contabilizam as “bidirecionais”, faz com que o total não coincida com o total ao qual se aplica a análise setorial (131).

- a) A maior parte das ações (46, equivalentes a 35,1%) foram promovidas para fortalecer o setor Económico. Nesta área, e numa proporção de 5 para 1, prevaleceram mais uma vez as dedicadas aos Setores de Produção relativamente às que apoiaram a criação de Infraestruturas e Serviços Económicos, muito mais residuais. Seguiram-nas, por ordem de importância relativa, as ações (cerca de 30% do total) destinadas ao Fortalecimento institucional. Uma proporção também significativa (cerca de 25%), justificou-se pela cooperação orientada para a área Social. Menos marcantes foram as dedicadas a Outros âmbitos (11 ações equivalentes a 8,4%), e às questões Ambientais (5 ações, das quais 2 se orientaram para a *Gestão de Catástrofes*).
- b) Esta distribuição por áreas foi determinada pela incidência que, através das ações, se verificou nos diferentes setores de atividade. Neste sentido, praticamente dois terços desta CSS Bilateral de 2017, justificou-se a partir de apenas seis setores, em cuja categoria se intercambiaram entre um máximo de 21 e um mínimo de 10 ações: tratou-se do Turismo; do setor da *Paz, segurança pública, nacional e defesa, do Fortalecimento de instituições e políticas públicas; da Educação; de Outros serviços e políticas sociais; e da Cultura*. Se a estes acrescentarmos as áreas *Agropecuário e Indústria* (7 em cada caso), justificam-se até 75% de todas as ações de CSS Bilateral intercambiadas pelos países em 2017.
- c) Por se tratar de ações pontuais, cuja implementação se realiza através de workshops, cursos e trocas de experiências e boas práticas, os temas abordados diferem dos projetos e podem dirigir-se a um perfil mais especializado. A título de exemplo, os países participaram em ações para saberem como outros países gerem e promovem o turismo; como administram os impostos e receitas associados a essa atividade; e como conjugam a disponibilidade de determinados recursos (artesanais e observação de aves) com a sua promoção, em especial em comunidades que necessitam de uma alternativa económica. No âmbito da segurança, os cursos abordaram a relação entre os Direitos Humanos e a função policial, a planificação de operações contra o tráfico de drogas e o tratamento de drogas sintéticas; enquanto que no do fortalecimento institucional, encontramos ações dedicadas, por exemplo, à construção de catálogos de oferta de CSS e Triangular. Convém referir as assessorias para conhecer os subsídios sociais para famílias em pobreza extrema e as realizadas para saber como se executa um plano de salvaguarda do património cultural imaterial.

DIAGRAMA II.4

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DAS AÇÕES DE CSS BILATERAL, POR SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

II.4.2 PERFIL DOS PAÍSES

A forma como as capacidades da região foram fortalecidas a partir dos intercâmbios realizados através de uma modalidade de CSS Bilateral, não pode dissociar-se da contribuição realizada por cada um dos seus protagonistas. Neste sentido, o resultado regional é só um reflexo da forma como se combinaram os pontos fortes transferidos por aqueles que maioritariamente exerceram o papel de ofertantes, com as lacunas ou necessidades que conseguiram cobrir aqueles de desempenharam o papel de recetores.

Com base no atrás mencionado, esta secção dedica-se a identificar as capacidades que, com maior frequência, estiveram associadas à ação de cada um dos países ibero-americanos durante 2017, em especial dos que em mais ocasiões exerceram o papel de ofertante e/ou recetor.

II.4.2.1. NO EXERCÍCIO DO PAPEL DE OFERTANTE

Tal como já se referiu, o México e o Chile foram os dois países ibero-americanos que, ao longo de 2017, participaram num maior número de projetos a partir do papel de ofertante: de facto, participaram num total de 285 projetos que, de forma agregada, justificaram 40% dos 733 intercambiados pelo conjunto da região. Neste sentido, para mostrar o tipo de capacidades que, a partir desta atividade, ambos tenderam a partilhar com os seus parceiros, elaboraram-se os Gráficos II.5 e II.6. Respetivamente relacionados com o México e o Chile, ambos mostram essas capacidades através de um padrão de projeção solar (ver Nota Metodológica) que permite distribuir o total dos projetos nos quais cada um deles participou (158 e 127) conforme o setor de atividade (anel externo) e o âmbito de intervenção (anel interno) nos quais incidiram. A sua observação permite afirmar o seguinte:

- a) No caso do México (Gráfico II.5), foram maioritários (4 em cada 10) os projetos dedicados ao fortalecimento de capacidades económicas. No entanto, dentro destes prevaleceram os que se orientaram para os

Setores de Produção (80%) face aos que se dirigiram à criação de Infraestruturas e Serviços Económicos (20%). De forma complementar, foram também significativos os intercâmbios que fortaleceram a área Social (cerca de 25%), bem como os que procuraram o Fortalecimento Institucional dos seus parceiros (13,4%). Seguiram-nos de muito perto os projetos com objetivos Ambientais, que chegaram a justificar outros 12,1% dos intercâmbios finalmente oferecidos por esse país. Os últimos 10% justificaram-se pelos intercâmbios que afetaram Outros âmbitos de intervenção.

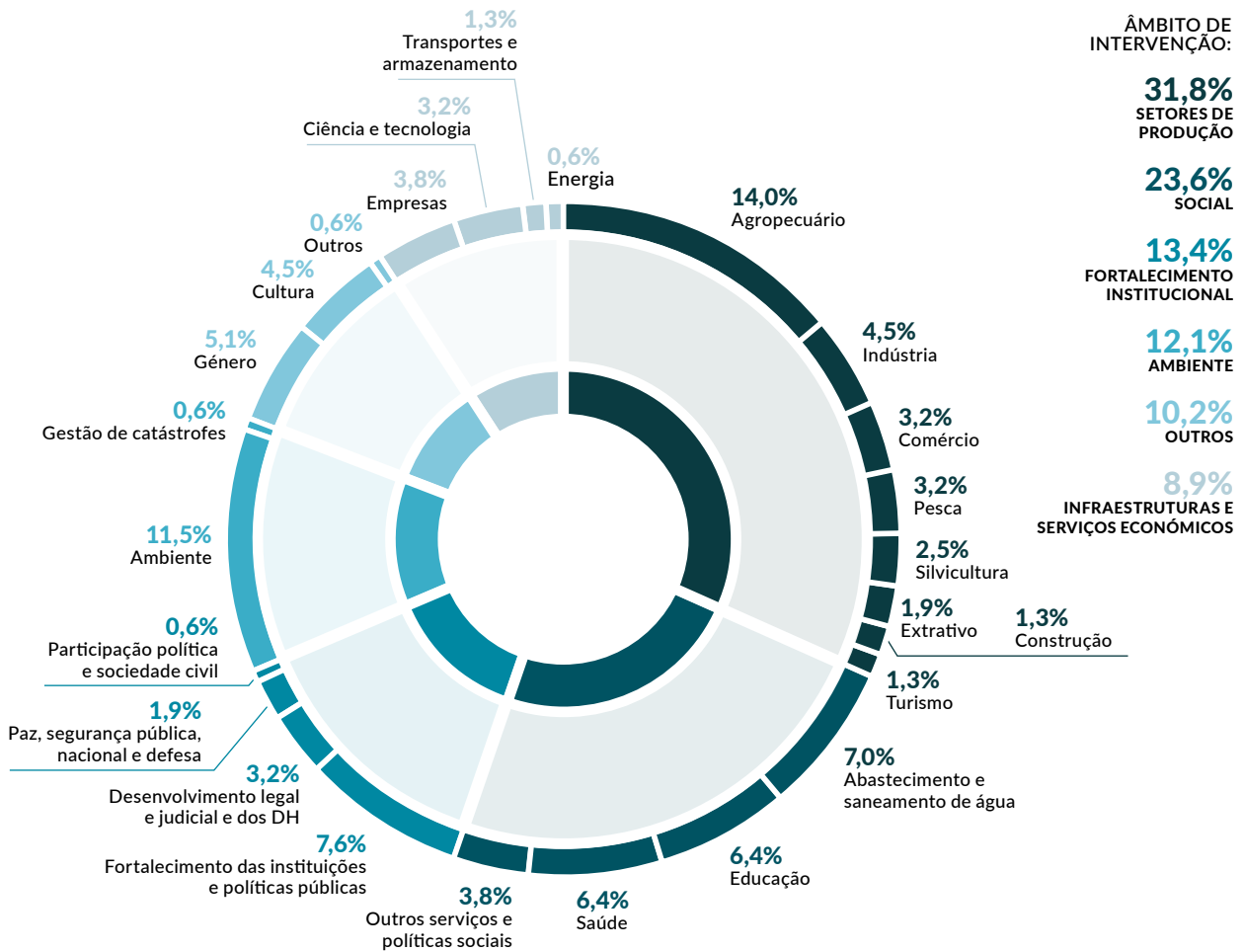
Quanto a este perfil de capacidades, foi por sua vez determinante a intensa atividade que o México desenvolveu nos setores *Agropecuário* (22 projetos, equivalentes a mais de 14% do total) e do *Ambiente* (18, que justificam outros 11,6%). Outras capacidades nas quais o México mostrou pontos fortes foram as orientadas para o *Fortalecimento das instituições e políticas públicas*, o *Abastecimento e saneamento de água* e a *Educação*; setores que, de forma agregada, justificaram, em proporções semelhantes, pouco mais de trinta projetos.

Concretamente, tratou-se de projetos muito transversalizados pela inovação, gestão da informação e uso aplicado de tecnologias. Assim, o México partilhou com os seus parceiros numerosas técnicas fitossanitárias que incluíram, entre outras, a gestão genética, controlo de pragas e desenvolvimento de biofertilizantes. O setor *Agropecuário* foi muito dirigido à gestão de dados e à investigação para, por exemplo, favorecer a adaptação do setor às alterações climáticas e atenuar os seus piores efeitos. De facto, a luta contra a mudança climática esteve no centro da CSS que o México intercambiou relacionada com o *Ambiente*, embora nesta área também se registassem projetos sobre gestão de áreas protegidas e de resíduos. De novo a gestão, neste caso da informação para avaliações sobre a disponibilidade de recursos hídricos, centrou outra das experiências partilhadas pelo México. A criação de indicadores e de estatísticas, acompanhada por um melhor acesso à informação, constituiu outro dos principais objetivos de apoio aos governos. Finalmente, no que se refere à *Educação*, as TIC estiveram muito presentes, acompanhando a expansão de aulas e conteúdos educativos de natureza digital.

GRÁFICO II.5

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS PELO MÉXICO COMO OFERTANTE, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem

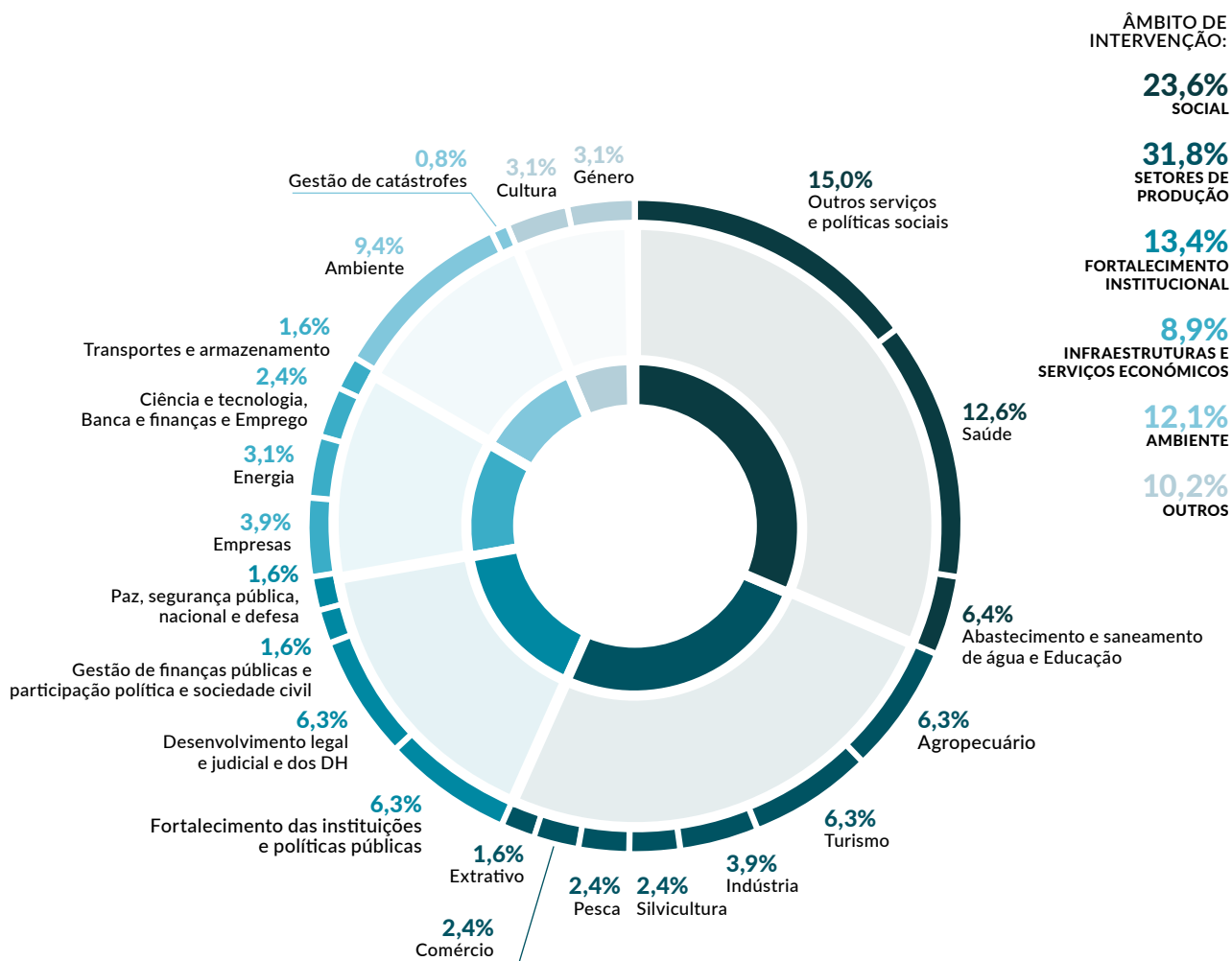


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO II.6

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS PELO CHILE COMO OFERTANTE, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) No caso do Chile, tal como sugere a comparação do Gráfico II.6 com o II.5, a diferença mais significativa relativamente ao México é na distribuição de prioridades dentro do próprio âmbito socioeconómico. Com efeito, para o Chile, a área Económica necessita de agregar o relativo aos Setores de Produção (um quarto dos 127 projetos nos que participou como ofertante) e às Infraestruturas e Serviços

(11,0%) para que, de forma agregada, o seu peso seja mais representativo do que, por si só, regista a área Social: 31,5%. Entretanto, as restantes áreas mantêm uma ordem de importância relativa muito semelhante: assim, a do Fortalecimento Institucional justifica 15,7% do executado em 2017; a Ambiental, uma décima parte; e a categoria de Outros âmbitos, uns menores 6,3%.

Por sua vez, os dois setores que em 2017 registaram pesos mais significativos sobre o total, pertencem ao âmbito Social: *Outros serviços e políticas sociais* (15%) e *Saúde* (12,6%). Segue-os muito de perto o *Ambiente*, em cujo objetivo incidiram até 12 projetos, equivalentes a 9,5% dos 127 finalmente registados. Foram também significativas as contribuições representadas, no âmbito Económico, pelos setores *Agropecuário e Turismo* e, no institucional, pelo *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos* e pelo *Fortalecimento das instituições e políticas públicas*, quatro rubricas relacionadas, em cada caso, com 8 projetos que, de forma agregada, justificaram outros 25% do total intercambiado.

A título de ilustração, a CSS chilena aproveitou alguns dos seus reconhecidos pontos fortes no âmbito da política social, em especial no desenvolvimento de programas especialmente concebidos para atuar em coletivos muito concretos, tais como a primeira infância (estratégias e guias pedagógicos de atendimento integral), jovens (programas nos quais o desporto é um instrumento de inclusão), idosos (gestão de lares) e pessoas com deficiência (instituições do governo especializadas), apenas para citar alguns. De igual forma, o Chile partilhou com os seus parceiros progressos em alguns tratamentos médicos (oncologia infantil e doenças neuromusculares), bem como a sua experiência no fortalecimento do caráter institucional do próprio setor e dos seus subsistemas (dávivas e transplantações, redes de saúde e instituições para a vigilância da saúde). A luta contra as alterações climáticas e os compromissos do Acordo de Paris foram recorrentes na CSS do Chile na área ambiental, um trabalho para o qual chegou a contar com o reconhecimento das Nações Unidas. Nesta linha, são também de salientar os projetos dedicados à proteção das áreas marinhas e dos oceanos.¹¹

Entretanto, a Argentina e o Brasil, cujo peso agregado sobre o total dos 733 projetos de CSS Bilateral intercambiados na região ao longo de 2017 ultrapassou os 25%, também basearam os seus intercâmbios em partilhar, um com o outro, aquilo no que foram e são uma referência. Com efeito:

- a) 43,5% dos 105 projetos em que a Argentina participou como ofertante de CSS Bilateral orientaram-se para as atividades de produção principalmente relacionadas com as grandes capacidades desenvolvidas por esse país nos setores *Agropecuário* (27 projetos que justificam um em cada 4 dos intercâmbios registados pela Argentina durante todo o ano 2017) e da *Indústria* (outras 12 iniciativas). Aqui podemos encontrar uma cooperação muito diversificada e especializada, quase sempre relacionada com a agricultura, pecuária e com a transformação dos seus derivados. Neste sentido, os projetos partilhados pela Argentina abarcaram, entre outros, a segurança alimentar e o trabalho com pequenos agricultores; o âmbito fitossanitário (controlo de pragas, modificação genética e identificação de germoplasmas bovinos); e, já no processo de transformação, a investigação em bioconservação e o desenvolvimento de técnicas avançadas para melhorar a qualidade nutricional dos alimentos (entre eles, os carnes, lácteos e seus derivados), bem como a garantia da sua segurança.

As outras áreas nas quais a Argentina tem capacidades demonstradas são a do Fortalecimento institucional e a Social (um agregado próximo dos 40% dos 105 intercâmbios finais). É de referir a importância dos projetos que se classificam dentro da rubrica *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos* (uma vintena), e que permitem que a Argentina partilhe a sua reconhecida experiência em memória histórica, bancos de perfis genéticos e desenvolvimento do quadro legal e das ciências forenses, apoiando assim outros países na localização e identificação de pessoas vítimas de desaparecimentos forçados, bem como em avançar nos necessários processos de verdade, justiça e reparação. Uma grande parte da experiência que este país partilhou com os seus parceiros na área da Saúde refere-se à dádiva e transplantação de órgãos, células e tecidos.

¹¹ A Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) liderou a relação entre a luta contra as alterações climáticas e a cooperação, o que fez com que se tornasse na primeira agência de cooperação da América Latina a conseguir a acreditação do Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas das Nações Unidas e o que lhe permitiu aceder em 2017 a recursos para executar projetos que melhorassem a resiliência às alterações climáticas. Além disso, o Chile é mundialmente reconhecido por ser líder na proteção dos oceanos, já que 43% da sua zona económica é salvaguardada com áreas marinhas protegidas e o país formulou de forma inédita uma política oceânica, bem como uma atualização da sua política antártica (AMEXCID e GIZ, 2018).

- b) Por seu lado, praticamente metade (48%) dos 94 projetos em que o Brasil participou como ofertante em 2017, incidiram no âmbito Social, e muito especialmente na da *Saúde* (25,5% dos intercâmbios totais) e do *Abastecimento e saneamento de água* (13,8%). A título complementar, mais de um quinto da CSS Bilateral executada pelo Brasil procurou fortalecer os Setores de produção, com um grande peso da sua experiência Agropecuária. Por sua vez, 15% dos intercâmbios dirigiram-se ao Ambiente e os restantes 15%, em proporções semelhantes, às áreas do Fortalecimento institucional e das Infraestruturas e serviços económicos.

O perfil do Brasil demonstra o importante desenvolvimento deste país em algumas áreas de trabalho muito específicas. Neste sentido, destaca-se muito especialmente a forma como o Brasil partilhou com praticamente todos os países da região a sua experiência na implementação e expansão das redes de Bancos de Leite materno, uma política de referência pela forma como contribuiu para reduzir a mortalidade infantil e fez avançar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) associados à Agenda 2015. Esta experiência ocupa uma grande parte da CSS do Brasil na área da *Saúde* que, no entanto, se complementa com projetos dedicados ao fortalecimento dos sistemas de sangue e produtos derivados do sangue e à vigilância e regulamentação da saúde. O Brasil foi ainda muito ativo quanto a acompanhar outros países na melhoria dos seus processos de gestão de recursos hídricos e nos âmbitos agropecuário e ambiental, respetivamente na transferência de técnicas de cultivo e fitossanitárias aplicáveis a culturas concretas (frutas tropicais, milho, feijão, cacau, soja...) e na gestão de áreas protegidas.

Merecem uma menção especial a Colômbia, Cuba e Uruguai, três países que, no exercício do papel de ofertante, participaram num número suficientemente crítico de projetos: 66,61 e 48 em cada caso. A distribuição das suas respetivas iniciativas conforme o setor e âmbito de intervenção revela diferenças significativas entre os perfis de capacidades que cada um deles partilhou. Em concreto:

- a) Dois terços da CSS Bilateral que a Colômbia manteve em execução em 2017 dirigiram-se, em igual proporção, às áreas Social e do Fortalecimento institucional. De facto, para este perfil foram determinantes os pesos relativos de dois setores: o dos *Outros serviços e políticas sociais* e o dedicado a fortalecer as instituições e políticas públicas, ambos com registos de 15 projetos que justificam, de forma agregada, até 45% dos 66 intercâmbios nos quais a Colômbia participou em 2017. Nestes quadros de intervenção, destacaram-se os projetos nos quais este país partilhou a sua experiência para promover a convivência e a paz em zonas de conflito através de programas que fomentam o desporto e a arte; bem como as iniciativas para melhorar a gestão dos serviços públicos, fortalecer os sistemas de cadastro, a digitalização da agenda pública e a própria CSS e Triangular, mostrando, por exemplo, os seus progressos em termos de valorização. Por outro lado, é de acrescentar o considerável peso dos projetos de CSS Bilateral orientados para a *Cultura* (8, equivalentes a 12,1% do total) e cujos temas se concretizaram, entre muitos outros, no desenvolvimento do artesanato, promoção da leitura, desenho curricular de uma licenciatura em bibliotecas e gestão do património arqueológico.

- b) Por sua vez, Cuba e Uruguai partilharam um volume de projetos relativamente parecido, mas divergiram nos seus perfis de capacidades, que foram praticamente opostos: extremamente especializado, no primeiro caso; muito diverso e versátil, no segundo. Mais concretamente:

- Mais de 90% dos 61 projetos de CSS Bilateral nos quais Cuba exerceu o papel de ofertante em 2017 justificaram-se pelo seu reconhecido nível de desenvolvimento na área Social: de facto, 39 projetos (equivalentes a quase dois terços do total) relacionaram-se com a *Saúde*; pouco mais de um quinto (13), com a *Educação*; e uns últimos 8,2%, com os *Outros serviços e políticas sociais*, onde se classifica tudo o que respeita ao desporto como motor de inclusão social em que Cuba é também uma referência. De entre estes projetos salientam-se os relativos à formação integral dos profissionais da Educação e da Saúde; alguns de longa data que são

uma referência para os seus parceiros (Eu Sim Posso na alfabetização – cujo método foi premiado pela UNESCO em 2006–¹² e Operação Milagre, dedicado a facilitar o acesso das pessoas com poucos recursos a cirurgias oftalmológicas); e outros mais inovadores, tais como os que ambicionam o desenvolvimento de tratamentos e fármacos alternativos, baseados em conhecimentos ancestrais e no recurso à botânica.

- Entretanto, os cinquenta projetos de CSS Bilateral nos quais o Uruguai participou como ofertante relacionaram-se com um máximo de 16 setores de atividade (mais de metade dos 30 reconhecidos no espaço ibero-americano) e com cada um dos 6 domínios de intervenção. Neste sentido e tal como já se referiu, o Uruguai apresentou um perfil muito versátil, no qual a atenção aos objetivos Sociais (cerca de um terço do total intercambiado) e Económicos (uns agregados 27,1%) se combinou com o Fortalecimento Institucional (25%) e Ambiente (12,5%) e, de forma mais pontual, com Outros âmbitos (últimos 4,2%). A modo de exemplo, o Uruguai apoiou os seus parceiros no reconhecimento de certificações e diplomas relativos à formação profissional e de docentes (*Educação*); no desenvolvimento de competências em ciências da carne, tipificação e caracterização das que se comercializam e aplicação da inteligência estratégica ao setor *Agropecuário*; bem como em tudo o que respeita à incorporação de uma abordagem de direitos na gestão pública e ao intercâmbio das melhores práticas de equidade territorial (*Fortalecimento das instituições e políticas públicas*).

Os cinquenta projetos de CSS Bilateral nos quais o Uruguai participou como ofertante relacionaram-se com um máximo de 16 setores de atividade

Finalmente, ao longo de 2017 houve ainda outros 8 países ibero-americanos que exerceram, pelo menos numa ocasião, o papel de ofertantes de projetos de CSS Bilateral. Como já se observou, a intensidade com que participaram foi variável e oscilou entre um mínimo de 2 projetos oferecidos por El Salvador, Guatemala e República Dominicana e um máximo de 25 registados pelo Peru. Neste sentido, e ao contrário do que poderia parecer, a participação como ofertante num número menor de intercâmbios costuma ir acompanhada por um perfil de capacidades muito definido, pois a “incorporação” neste papel só se realiza a partir de pontos fortes muito reconhecidos pelos potenciais parceiros. Assim, tendo em conta o volume de intercâmbios, distinguem-se dois grupos:

- a) O primeiro, integrado pelo Peru, Costa Rica, Equador e Paraguai, todos eles com um crescente protagonismo como ofertantes e com mais de uma dezena de projetos em execução em 2017. As especializações através das quais cada um deles exerceu esse papel são muito diferentes: só para citar algumas, o Peru destacou-se no apoio a técnicas de cultivo de produtos próprios da região, tais como a batata e o cacau, bem como na sua experiência para relacionar a gastronomia com o desenvolvimento empresarial; entretanto, os temas ambientais, relativos à gestão de áreas protegidas e recursos, destacaram-se no contexto das capacidades partilhadas pela Costa Rica; os temas sociais, em especial as estratégias de inclusão para pessoas com deficiência, marcaram a cooperação do Equador; e as questões energéticas, particularmente as relacionadas com fontes hidráulicas, destacaram-se no caso do Paraguai, tal como mostra o Quadro II.7.
- b) O segundo grupo é composto pela Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e República Dominicana, cujas intervenções como ofertantes são mais esporádicas (de 2 a 6 projetos em 2017). Mesmo assim, devemos destacar as experiências partilhadas na área do *Turismo* (promoção de circuitos culturais no caso da Bolívia e de gestão hoteleira no da República Dominicana); as relacionadas com o setor *Agropecuário*, em especial no que se refere ao papel das mulheres (Guatemala) e à gestão dos sistemas de garantias recíprocas (Honduras); bem como o respeitante aos serviços portuários e aeroportuários e aos seus custos e tarifas, objetivo para o qual se orientou a CSS oferecida por El Salvador.

¹² http://www.cubadebate.cu/noticias/2019/10/17/cuba-destaca-resultados-del-metodo-yo-si-puedo-en-la-unesco/#.Xft_IUdKjIU

QUADRO II.7

PARAGUAI: O CRESCENTE PAPEL DE OFERTANTE A PARTIR DA APOSTA NUMA CSS DIVERSA E INCLUSIVA

Entre 2007 e 2017, o Paraguai participou em 190 projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral. Em 9 de cada 10 destas iniciativas, a participação do Paraguai produziu-se a partir do exercício de um papel proeminentemente recetor. Mas nos últimos anos, especialmente a partir de 2016, o país sul-americano também começou a exercer o papel de ofertante. De facto, a tabela aqui incluída, mostra os 9 projetos nos quais o Paraguai fez intercâmbios nesse papel em 2017. Tal como se observa, a referida cooperação caracterizou-se por ser diversa e inclusiva,

se tivermos em conta que se baseou na associação com quatro parceiros diferentes (Colômbia, El Salvador, República Dominicana e Uruguai) e que permitiu a transferência de capacidades e o intercâmbio de experiências relacionadas com um máximo de oito setores de atividade que abarcam áreas tão diversas como a económica (*Agropecuária, Energia e Turismo*), a social (*Saúde e Outros serviços e políticas sociais*), a cultural e a dedicada ao fortalecimento institucional (*Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos*).

Tendo em conta esta diversidade, o Paraguai demonstra a sua capacidade para partilhar alguns pontos fortes setoriais amplamente reconhecidos. De facto, a edição de 2018 deste Relatório já dedicou um espaço ao Projeto SIMORE, uma ferramenta informática que facilita o acompanhamento, monitorização e avaliação do estado de adiantamento do país relativamente às recomendações sobre Direitos Humanos aprovadas no quadro das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

PROJETOS DE CSS BILATERAL NOS QUAIS O PARAGUAI EXERCEU O PAPEL DE OFERTANTE, CONFORME O PARCEIRO E SETOR DE ATIVIDADE. 2017

Parceiro	Setor de atividade	Projeto
Colômbia	Agropecuário	Fortalecimento da competitividade pecuária na Colômbia e Paraguai.
	Cultura	Transferência de conhecimentos e boas práticas para o fortalecimento de capacidades musicais (arpa) em San José del Guaviare e Puerto Carreño.
	Cultura	Capacitação em perspetiva intercultural para a Gestão Pública
El Salvador	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um plano de ação para definir os passos a dar na realização dos Projetos Hidroelétricos do Rio Paz. • Intercâmbio de experiências de construção, gestão de aspetos ambientais e sociais, e funcionamento e manutenção de centrais hidroelétricas a aplicar ao desenvolvimento do Projeto Hidroelétrico El Cimarrón.
	Turismo	Fomento de Empreendedorismos Turísticos Juvenis para o Fortalecimento de uma Cultura de Paz.
República Dominicana	Outros serviços e políticas sociais	Programa TEKOPORA: Fortalecimento da Gestão de Programas de Proteção Social.
	Desenvolvimento legal e judicial e dos DH	Programa de Cooperação Técnica para a implementação de um sistema de acompanhamento das recomendações internacionais sobre Direitos Humanos (SIMORE).
Uruguai	Saúde	A América Latina unida contra doenças esquecidas (Leishmaniose).

CONTINUAÇÃO DA P. 82

Tal como se referiu nesse Relatório (SEGIB, 2018; p.72), esta ferramenta, impulsionada em 2014, tornou-se numa referência para outros países da região e serviu como ponta de lança para os intercâmbios de experiências de CSS Bilateral que o Paraguai começou a promover como ofertante a par de outros parceiros. Conforme a tabela, em 2017 o intercâmbio do SIMORE teve como protagonistas o Paraguai e o República Dominicana.

Outra área em que o Paraguai é uma referência, é a que se refere à produção de energia de origem hidráulica. Uma experiência que tem mais de 4 décadas, pois foi em 1973 quando o Brasil e o Paraguai subscreveram o denominado Tratado de Itaipu,

um instrumento legal para facilitar a ambos os países o aproveitamento hidroelétrico conjunto do rio Paraná. Um ano depois, em 1974, com um movimento que também garantiu a administração e gestão conjuntas, foi criada a Empresa Binacional com o mesmo nome. Atualmente a Itaipu é a maior hidroelétrica do mundo em produção de energia. Num contexto de necessário progresso para um Desenvolvimento Sustentável, considera-se que a energia de origem hidráulica permanecerá, por muitos anos, a principal fonte produtora de energia elétrica de ambos os países.¹

Neste cenário, o desenvolvimento alcançado e a capacidade instalada favoreceram

que o Paraguai apostasse em partilhar com outros parceiros, através da Cooperação Sul-Sul, a sua reconhecida experiência na construção e manutenção de centrais hidroelétricas, bem como em tudo o que se relaciona com a gestão dos seus aspetos ambientais e sociais. Tal consta, a partir de 2016, do seu Catálogo de Oferta de Cooperação Técnica². Esta oferta concretizou-se em numerosos intercâmbios, entre os quais se destacam, tal como mostra a tabela, os mantidos durante 2017 com El Salvador, especificamente dedicados a apoiar o desenvolvimento no país centro-americano de dois Projetos Hidroelétricos: Cimarrón e Rio Paz.

¹ <https://www.itaipu.gov.py/es/energia/energia-hidraulica>

² <http://www.stp.gov.py/v1/wp-content/uploads/2018/07/Cat%C3%A1logo-de-Oferta-de-Cooperaci%C3%B3n-T%C3%A9cnica.pdf>

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, SEGIB (2018) e página digital da Itaipu

II.4.2.2.

NO EXERCÍCIO DO PAPEL DE RECETOR

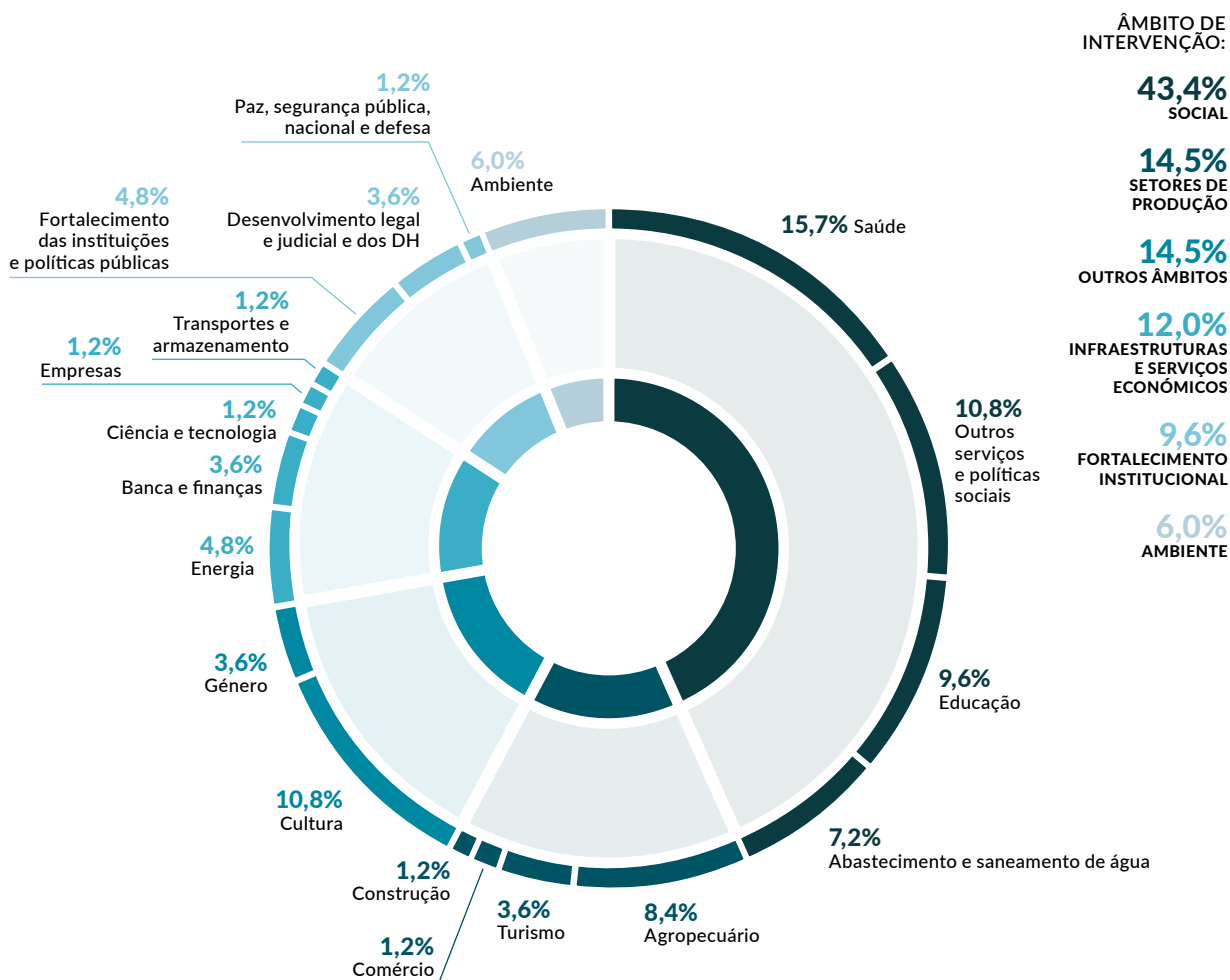
Ao longo de 2017, El Salvador foi o país que exerceu num maior número de ocasiões (82) o papel de recetor de projetos de CSS Bilateral. Para mostrar como estes contribuíram para fortalecer algumas das suas capacidades, elaborou-se o Gráfico II.7, que apresenta o peso relativo dos referidos projetos conforme o setor e o âmbito de intervenção do qual dependem. Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) A maior parte dos projetos de CSS Bilateral que El Salvador recebeu em 2017 (36, equivalentes a uns consideráveis 43,4% dos 82 registados) orientaram-se para o fortalecimento da área Social. O peso relativo dos projetos que incidiram neste âmbito chegou a triplicar o que correspondeu às áreas que o seguiram em termos de projetos: os Setores de Produção e os Outros âmbitos de intervenção, cada um deles com 12 projetos que justificaram respetivamente 14,5% do total intercambiado.

GRÁFICO II.7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS POR EL SALVADOR COMO RECETOR, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Entretanto, as contribuições das Infraestruturas e Serviços Económicos, do Fortalecimento Institucional e do Ambiente foram menores (entre 5 e 10 projetos), pelo que as suas percentagens de participação se situaram numa faixa inferior que oscilou entre 12% e 6%.

b) Em conformidade com o anterior, quando a análise se centrou no setorial, as atividades que mais se destacaram foram precisamente as que incidiram em objetivos Sociais: a *Saúde* (15,7% do total recebido), os *Outros serviços e políticas sociais* (10,8%), a *Educação* (9,6%) e

o *Abastecimento e saneamento de água* (7,2%). Nestas áreas, a cooperação concretizou-se, por exemplo, na receção de apoio para alargar a Rede Nacional de Bancos de Leite materno e fazer avançar o seu processo de certificação de qualidade; bem como no fortalecimento do sistema nacional de sangue e produtos derivados do sangue e na promoção dos mecanismos de doação associados. Tanto no âmbito da *Saúde* quanto no da *Educação*, identificaram-se projetos orientados para reforçar as instituições próprias do setor. Isto combinado com uma aposta em conhecer experiências educativas inovadoras, que favorecessem quer a inserção e educação contínua das crianças no sistema, quer o progresso dos seus processos de aprendizagem através do recurso à dança e ao xadrez. Por sua vez, a arte e o desporto foram protagonistas de outros projetos que pretenderam melhorar a convivência e a inclusão social. Apostou-se também em apoiar a melhoria da agenda pública nacional em tudo o que se refere ao desenvolvimento da infância e juventude. Finalmente, El Salvador aproveitou a possibilidade de conhecer experiências de outros parceiros para melhorar os processos de saneamento e tratamento de água.

- c) Outros setores relevantes para a CSS Bilateral recebida por El Salvador ao longo de 2017 foram dois de natureza bem diferente: o da *Cultura* (pouco mais de um décimo dos intercâmbios totais) e o *Agropecuário* (7,2%). Devemos aqui salientar a aposta em incorporar à gestão pública uma abordagem intercultural, de acordo com a rica realidade nacional; o conhecimento dos processos que devem permitir criar um selo distintivo de qualidade que identifique os produtos indígenas; e o esforço em vincular a pedagogia musical com a cultura de paz. Por sua vez, a cooperação no campo Agro centrou-se na segurança alimentar e nos pequenos produtores, especialmente através da introdução de técnicas de cultivo e de rega para melhorar as colheitas de produtos básicos como o milho e o feijão.

Entretanto, ao longo de 2017, a Colômbia, México, Uruguai e Argentina exerceram o papel de recetores em cerca de 60 projetos de CSS Bilateral. A participação nestes intercâmbios permitiu a cada um deles fortalecer ainda mais algumas das suas capacidades, bem como colmatar algumas lacunas setoriais. Mais concretamente:

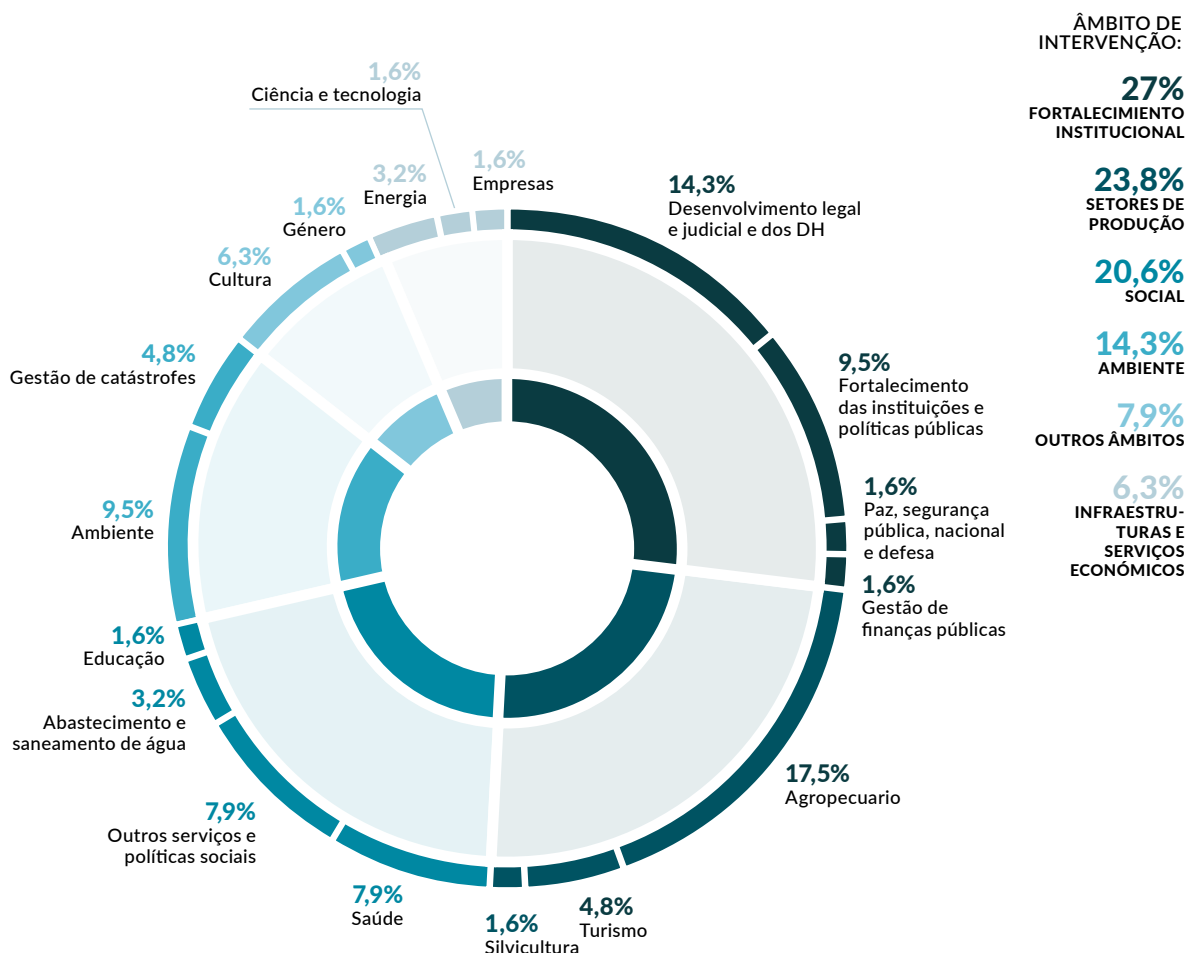
- a) Para o caso da Colômbia (63 projetos), elaborou-se o Gráfico II.8. Tal como sugere a sua observação, metade dos projetos que o país recebeu acompanharam o fortalecimento das suas áreas institucionais (27,0% do total intercambiado) e dos Setores de produção (23,8%). A outra metade, distribuiu-se entre a área Social (20,6%), Ambiental (14,3%), criação de Infraestruturas e serviços económicos e os Outros âmbitos de intervenção (respetivamente com uns menores 6,3% e 7,9%).

De facto, este perfil responde ao grande peso relativo principalmente registado pelos projetos que se destinaram a fortalecer o setor *Agropecuário* (11 intercâmbios equivalentes a 17,5% do total), o *Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos* (outras 9 iniciativas que justificaram 14,3% dos registos) e, em menor medida, as Instituições e políticas públicas e o Ambiente (6 projetos em cada caso que de forma agregada representaram um quinto dos 63). De entre as experiências concretas intercambiadas, são de salientar, no âmbito Produtivo, as destinadas a potenciar a produção agrícola através, por exemplo, do desenvolvimento de biofertilizantes, da adoção de novas técnicas de sulcos e de melhorias fitossanitárias para atenuar pragas. Entretanto, no âmbito institucional estes orientaram-se para temas de memória histórica; de busca, identificação e localização de pessoas desaparecidas, incluindo tudo o que respeita ao trabalho para integrar uma abordagem de Direitos Humanos à medicina legal e à ciência; bem como de Segurança jurídica para consolidar a paz social. Neste sentido, os Acordos de Paz fizeram uma especial referência à cooperação, permeando todo o tipo de áreas e não exclusivamente a institucional ou a social. Assim, por exemplo, no âmbito do Ambiente, os projetos para a gestão das áreas protegidas foram acompanhados por outros mais singulares, tais como o dedicado à negociação e resolução de conflitos socioambientais que contribuiu para a consolidação da paz em áreas protegidas.

GRÁFICO II.8

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS POR COLOMBIA COMO RECETOR, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) Em contraste, praticamente dois terços da CSS Bilateral em que o México participou como recetor (outros 63 projetos) foram claramente orientados para o âmbito socioeconômico: com efeito, cerca de 40% dos intercâmbios pretenderam fortalecer diferentes aspetos da área económica (com 7 em cada 10 destes centrados nas atividades de produção); enquanto que 25% se justificaram pela forma

como se procuraram apoiar as diferentes áreas sociais. Por sua vez, tudo isto foi acompanhado por uma grande aposta nos temas ambientais, que por si só justificaram uns consideráveis 17,5% do total intercambiado. Em consequência, as áreas do Fortalecimento institucional e dos Outros âmbitos registaram pesos inferiores (11,1% e 7,9% em cada caso).

Na verdade, tratou-se de uma cooperação dispersa entre um número notável de setores (mais de metade dos reconhecidos no espaço ibero-americano), pelo que o total dos projetos classificados dentro de cada um deles foi relativamente baixo, registando-se apenas dois casos em que número de intercâmbios alcançou a dezena: o *Agropecuário* e o *Ambiental*. A isto devemos acrescentar a particularidade de que, no caso mexicano, muitos destes projetos foram classificados como “bidirecionais”, tendo neles o México exercido os papéis de recetor e de ofertante e aproveitado o intercâmbio de experiências para fortalecer mutuamente as capacidades de ambos os parceiros. Mesmo assim, devemos salientar a forma como tudo isto contribuiu para melhorar as especializações em temas de rastreabilidade e biossegurança das práticas pecuárias, para além da competitividade das cadeias de produção a elas associadas; bem como o apoio à luta contra as alterações climáticas, a adoção de técnicas de monitorização e atenuação da degradação das terras e as técnicas aplicadas à gestão de resíduos, para referir apenas alguns exemplos.

- c) No caso do Uruguai, a receção de CSS Bilateral orientou-se particularmente para fortalecer determinadas especializações nas áreas Social (praticamente 4 em cada 10 dos 62 projetos nos quais participou a partir desse papel) e Institucional (pouco mais de 21%). De facto, os três setores onde se registou um maior número de intercâmbios relacionaram-se com as mencionadas áreas: trata-se dos relativos à *Saúde*, *Educação* e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, com 8-9 projetos em cada caso. Por sua vez, o âmbito Económico justificou, de forma agregada, uns consideráveis 26,2% dos projetos finais, sendo além disso maior a proporção do dedicado às *Infraestruturas e Serviços Económicos*, com um peso relativo de 16,4% que duplicou o dos *Setores de Produção* (8,2%). Na realidade, tratou-se de um total de 16 projetos dispersos em 6 setores diferentes, correspondendo o número máximo (5) ao *Agropecuário*. Para além disso, as áreas *Ambiental* e dos *Outros âmbitos* registaram uma importância relativa menor, respetivamente de 9,8% e 3,3%.

Tal como já se mencionou, foi uma cooperação que permitiu fortalecer ainda mais algumas capacidades já desenvolvidas pelo Uruguai. A modo de exemplo, através da CSS o Uruguai aprofundou as suas políticas nacionais de dádiva e transplante e de deficiência, por meio

dos conhecimentos e experiências dos bancos de tecidos e dos registos de doadores, bem como dos sistemas de projeção, produção e reparação de próteses. No âmbito da educação, o mesmo ocorreu para melhorar os processos de avaliação, acreditação e reconhecimento de diplomas do ensino oficial. No que se refere ao fortalecimento das políticas públicas, também procurou nos seus parceiros apoio para um melhor uso da prospetiva como instrumento de planificação a longo prazo e, em conformidade com as discussões que atualmente ocupam a agenda internacional para o desenvolvimento, tomou conhecimento de experiências que o fortaleceram na monitorização e acompanhamento dos ODS e na análise das possíveis consequências da graduação para os países classificados como de Rendimento Médio-Alto e Alto.

- d) Na mesma linha, a Argentina aproveitou o intercâmbio de experiências com os seus parceiros para fortalecer áreas nas quais ela própria é uma referência, tal como sugere o facto de que dois dos setores onde maiormente a CSS Bilateral recebida se concentrou tenham sido o *Agropecuário* e o *Turismo* (9 e 7 projetos dos 58 registados, equivalentes de forma agregada, a mais de um quarto do total). Na verdade, o âmbito Económico, numa proporção claramente favorável aos Setores de produção (4 iniciativas por cada 1 das dedicadas à criação de *Infraestruturas e Serviços Económicos*), justificou praticamente 45% dos intercâmbios finais. Entretanto, a área Social (com o destaque da *Saúde*) justificou outros 25,9% face aos menores 8,6% e 3,4% relativos ao *Ambiente* e a *Outros âmbitos de intervenção*.

Em termos de experiências concretas, são de salientar a capacitação docente em educação técnica e agrícola, a identificação de oportunidades de cooperação científicas e técnicas entre instituições especializadas em agro, e a exploração de vias alternativas, tais como a apicultura. Também se destacaram os intercâmbios de boas práticas sobre turismo de fronteira. De facto, registaram-se vários projetos que aproveitando os recursos naturais transfronteiriços, construíram uma estratégia comum aos dois parceiros e favoreceram tanto a promoção do turismo binacional quanto o consequente desenvolvimento das comunidades.

Por seu lado, o Peru, Chile, Bolívia e Paraguai, no Sul do continente, bem como as Honduras, na América Central, participaram no papel de recetor num número de projetos semelhante, que variou entre 40-50 intercâmbios. No entanto, as semelhanças na intensidade de participação não impediram que se voltassem a identificar perfis setoriais muito diferentes, congruentes com as necessidades de cada um. Em concreto:

- a) A Bolívia concentrou cerca de 45% do total dos projetos recebidos em dois setores: no da *Saúde* (23,3%) e *Agropecuário* (20,9%). Os primeiros apoiaram experiências relativas a tratamentos e intervenções médicas (oncologia infantil e oftalmologia para famílias com baixos rendimentos) e fortaleceram instituições e políticas próprias do setor (arbitragem médica e TeleSaúde). Entre os segundos, destacaram-se os que se orientaram para transferir técnicas de rega, cultivo e fitossanitárias a aplicar sobretudo a produtos específicos, entre os quais são de mencionar a batata, arroz, soja, milho e outros, próprios da Amazônia.
- b) De igual modo, pouco mais de 40% dos projetos de CSS Bilateral que o Paraguai recebeu em 2017, relacionaram-se com dois setores de tipo Social: o da *Saúde* (23,1% do total) e o de *Outros serviços e políticas sociais* (17,9%). Em ambos os casos, prevaleceram as experiências que permitiram fortalecer os aspetos mais institucionais, destacando-se, entre outros, a formação e capacitação de pessoal médico; a implementação e expansão de redes de saúde e de Bancos de Leite materno; o apoio à Direção Nacional de Vigilância da Saúde e à Secretaria para a Deficiência; a realização de inquéritos nacionais sobre alimentação e nutrição; e o conhecimento de metodologias para abordar o futebol como instrumento de inclusão social.
- c) Entretanto, a CSS Bilateral recebida pelo Chile destaca-se pela forma como as suas principais áreas de ação se inter-relacionam entre si: o *Ambiente* (16,3% dos projetos) e os setores *Agropecuário* e de *Outros serviços e políticas sociais* (9,3% cada um). Na verdade, é fácil identificar, por exemplo, projetos para aprender técnicas de medição da pegada de carbono gerada por algumas colheitas; como cultivar uva de mesa contribuindo simultaneamente para adaptar e atenuar as alterações climáticas; e como dar à sementeira uma perspetiva que integre os objetivos produtivos nos de inclusão social.

- d) Por outro lado, no que se refere ao Peru e às Honduras houve três setores que se salientaram muito relativamente aos restantes: trata-se da *Saúde*, *Outros serviços e políticas sociais* e *Ambiente*, com agregados que, em cada caso, justificaram cerca de 40% da cooperação recebida. Em ambos os casos deu-se prioridade ao fortalecimento de instituições de saúde (respetivamente dádiva e transplante e sangue e produtos derivados do sangue), à formação de pessoal médico (geral ou específica, por exemplo em epidemiologia de terreno –Peru– e saúde mental –Honduras–), e à expansão dos Bancos de Leite Materno. Tanto o Peru quanto as Honduras também aproveitaram esta cooperação para reforçar as suas capacidades em gestão de áreas protegidas.

Finalmente, devemos analisar o caso dos países que, como Cuba, Guatemala, Costa Rica, República Dominicana, Equador e Panamá, receberam entre 20 e 30 projetos; bem como os da Nicarágua, Venezuela e Brasil, todos eles com menos de 15 intercâmbios. Mais em pormenor:

- a) Tal como tem vindo a ser habitual, Cuba combinou a transferência da sua experiência Social com o fortalecimento de capacidades Económicas, especialmente concentradas nos setores *Agropecuário* (15,2% dos intercâmbios), *Extrativo* (12,1%) e *Industrial* (outros 9,1%). É pertinente referir aqui os projetos fitossanitários; a gestão de Organismos Geneticamente Modificados (OGM); a abordagem agro y bioecológica; o processamento de dados cartográficos; e o desenvolvimento de quadros regulamentares para a mineração.
- b) Para a Guatemala foi especialmente importante a cooperação recebida para fortalecer as suas instituições e políticas públicas (praticamente um em cada 4 projetos recebidos). Destacaram-se os que combinaram a gestão de governação com a sua modernização através da introdução preferencial de novas tecnologias. O Quadro II.7 inclui as experiências nas quais o país participou em 2017 que procuraram promover a igualdade de Género entre uma população duplamente discriminada: a das mulheres indígenas.
- c) Por sua vez, a Costa Rica e a República Dominicana apresentaram um perfil muito diversificado, pois praticamente metade dos projetos recebidos (cerca de uma dezena) distribuíram-se, em cada caso, por um máximo de 5 setores diferentes. No caso da

Costa Rica, tratou-se de uma cooperação que fortaleceu as áreas da *Saúde, Indústria, Ambiente, Cultura* e até *Transportes e armazenamento*. Na República Dominicana, as capacidades fortalecidas afetaram setores tão variados como os do *Comércio, Cultura, Educação, Saúde e Fortalecimento das instituições e políticas públicas*.

- d) No que se refere ao Equador e Panamá, ambos com uma vintena de projetos, prevaleceram os intercâmbios de experiências que fortaleceram áreas diferentes em cada um dos casos: a Social para o Equador (*Saúde e Outros serviços e políticas sociais*) e a Económica para o Panamá (*Agropecuário e Pesca*). Em concreto, no caso equatoriano os projetos implementados em 2017 foram estruturados

em redor dos medicamentos, bancos de leite materno e primeira infância; e no panamenho, à volta de hortas escolares e familiares, saúde animal e vegetal e aquicultura.

- e) Por último, mais de um terço dos projetos recebidos pela Nicarágua, Venezuela e Brasil, orientaram-se para fortalecer as capacidades destes países na área da *Saúde*. No caso dos dois primeiros, houve também uma participação significativa de outros projetos de natureza Social (*Água* no caso da Nicarágua e *Outros serviços e políticas* no da Venezuela); ao passo que no Brasil foi o setor *Agropecuário* o que complementou os projetos recebidos.

QUADRO II.8

GUATEMALA: INTEGRANDO A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA DEFESA DAS MULHERES INDÍGENAS

No ano de 2013, a Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) publicou o que ainda hoje é o relatório de referência para aprofundar a situação das mulheres indígenas da nossa região. Assim, e sempre segundo esse estudo, calcula-se que na América Latina e no Caribe exista uma população de mais de 23 milhões de mulheres indígenas pertencentes a mais de 670 povos. Neste sentido, conforme se resume na tabela elaborada para esse efeito, o México, Guatemala e Peru, são os países da região onde vive um maior número de mulheres indígenas (8,7 milhões no primeiro caso e cerca de 3,3 nos outros dois), que chegam a justificar entre 15,3% e 23,8% do total das mulheres destes países. Entretanto, na Colômbia, Equador e Brasil, o número de mulheres indígenas

oscila entre 700.000 e 400.000 e o seu peso relativo sobre o total de mulheres situa-se entre 0,4% no Brasil e 7,1% no Equador. Por sua vez, a Nicarágua, Panamá, Uruguai e Costa Rica registam valores absolutos menores (entre 50.000 e 200.000), mas com pesos relativos mais variáveis e, em geral, mais elevados, até 12,1% no Panamá (CEPAL, 2013) (Banco Mundial, 2016).

Neste cenário, são numerosos os estudos que aprofundam como a dupla condição de mulher e indígena aumenta a vulnerabilidade desse coletivo, criando brechas permanentes de desigualdade e discriminação relativamente aos homens e a toda a população não indígena em termos, por exemplo, de acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e espaços de decisão

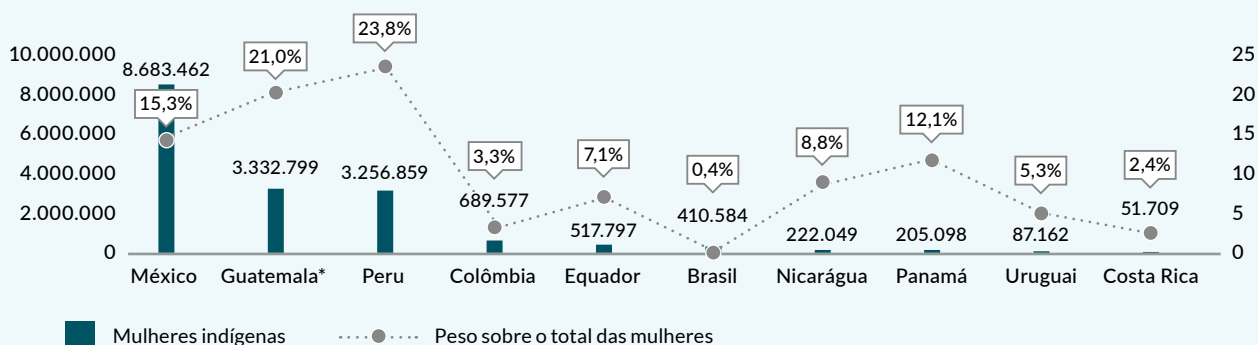
política, só para citar alguns. Em contraponto, esses mesmos relatórios também destacam a capacidade que as mulheres indígenas têm vindo a demonstrar para dar resposta a esta situação e aos seus permanentes desafios, o que se evidencia na sua crescente liderança nas organizações políticas e sociais indígenas, bem como na forma como estão a assumir responsabilidades nos mais importantes espaços sociais e políticos.¹

Neste sentido, no que respeita ao caso da Guatemala, o segundo país da América Latina e Caribe com maior número de população total indígena e de mulheres indígenas, a consciência desta realidade e dos desafios que coloca, especialmente num contexto orientado pela vontade de cumprir a Agenda 2030,

¹ <http://www.filac.org/wp/comunicacion/filac-informa/situacion-de-la-mujer-indigena-en-america-latina-y-el-caribe/>

MULHERES INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA, CONFORME O PAÍS

População total de mulheres indígenas e percentagem sobre o total das mulheres

* <https://lac.unwomen.org/es/donde-estamos/guatemala>

Fonte: SEGIB a partir da CEPAL (2013), Banco Mundial (2015) e ONU Mulheres

permite entender que o coletivo constitua um dos grupos de especial atenção dentro dos planos de ação do país, entre os quais se destacam a Política Nacional de Promoção e Desenvolvimento Integral das Mulheres – PNPDIM 2008-2023– e o Plano Nacional de Desenvolvimento K’atun: A Nossa Guatemala 2032.²

Com tudo isto, a Guatemala pretende promover o empoderamento das mulheres indígenas, facilitar a sua plena integração na economia e nos processos de tomada de decisões, bem como garantir os seus direitos e, em última análise, conseguir que beneficiem do desenvolvimento nacional em condições de igualdade.³ As intervenções nacionais para responder a estes desafios são ainda acompanhadas por uma aposta na troca de experiências e fortalecimento a partir da Cooperação Sul-Sul. Em 2017, tal concretizou-se na receção de dois projetos e de uma ação de CSS Bilateral. Em concreto:

- Por um lado, o México (primeiro país em população e mulheres indígenas, que partilha as prioridades da Guatemala no seu próprio Plano Nacional de Desenvolvimento) ratificou àquele país centro-americano o objetivo de estabelecer um acordo de cooperação para partilhar experiências e fortalecer ações entre ambos os países a favor das mulheres indígenas. O acordo, intitulado “Transferências de conhecimentos sobre Políticas Públicas e Mulheres Indígenas”, foi concebido de forma integral, com propostas de ações que englobam, entre outras, todas as questões que contribuem para eliminar a violência contra as mulheres e alargar as suas oportunidades de participação política e social. Assim, em 2017 a cooperação entre o México e a Guatemala concretizou-se num projeto de “Intercâmbio de experiências no quadro do apoio e prevenção da Violência contra as Mulheres”.
- Por outro lado, também em 2017 a Guatemala recebeu apoio técnico por parte da Colômbia, através de um projeto concebido para projetar um roteiro que permitisse dotar institucionalmente com melhores estratégias e mecanismos de atenção e reparação as mulheres indígenas vítimas de violência e que, por sua vez, deverá contribuir para o fortalecimento do Defensor da Mulher Indígena, instituído após os Acordos de Paz de 1996.
- Finalmente, numa ação pontual, a Polícia Nacional Civil de El Salvador apresentou à sua contraparte da Guatemala, a Rede de Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos das Mulheres, um mecanismo de defesa e promoção dos seus direitos no âmbito do corpo policial, e que constituiu um dos passos para a concretização da Política Institucional de Equidade e Igualdade de Género da Polícia Nacional Civil.⁴

^{2,3} <https://lac.unwomen.org/es/donde-estamos/guatemala>⁴ <http://www.pnc.gob.sv/portal/page/portal/informativo/novedades/noticias/Presentaci%F3n%20de%20Red%20de%20Mujeres%20Defensoras%20de%20los%20Derechos%20Hu#.XfdVvINKiUk>

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, Banco Mundial (2015), CEPAL (2014) e consultas às páginas do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), ONU Mulheres e Polícia Nacional Civil de El Salvador.

II.5

COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da sua aprovação na sede da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015, o espaço ibero-americano mostrou-se firmemente comprometido com a Agenda 2030 e com tudo o que permite progredir para a conquista de um desenvolvimento que “*não deixe ninguém para trás*”. Para a Cooperação Sul-Sul este compromisso traduziu-se na pesquisa de instrumentos que contribuem para orientar as suas ações na obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesta linha, a partir de 2016 progrediu-se num mandato que as principais instituições da

CSS na Ibero-América se atribuíram a si próprias: avançar, acompanhadas pela SEGIB e pelo PIFCSS, na construção coletiva de uma metodologia que permita saber a que ODS se dirigem os projetos de Cooperação Sul-Sul que se encontram em execução. Para evitar confusões, não se trata de uma metodologia de avaliação nem de medição das contribuições, mas apenas de um instrumento para tentar saber um pouco mais acerca de qual pode ser a potencial contribuição destes projetos de CSS para os esforços que cada país –e, em definitivo, o conjunto da região– faz para fazer avançar o Desenvolvimento Sustentável.

A última edição deste Relatório já referia as principais características desta metodologia,¹³ na qual os países, a SEGIB e o PIFCSS continuaram a trabalhar ao longo de 2019 e cujos principais resultados serão incluídos num documento final que será publicado durante 2020. O Esquema II.1 foi elaborado para resumir os passos dados no processo de construção dessa metodologia, bem como a lógica em que se fundamentaram. Em concreto:

ESQUEMA II.1

ACERCA DA METODOLOGIA IBERO-AMERICANA SOBRE CSS E ODS

II.1.1. Processo de construção coletiva



II.1.2. Base da proposta metodológica



¹³ Ver Quadro II.10 em SEGIB (2018; p.79).

- a) Tal como se pode observar no Esquema II.1.1, a metodologia desenvolvida parte de um exercício prévio realizado pela SEGIB a partir da edição de 2016 deste Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América. A integração dos países no trabalho coletivo verificou-se a dois níveis: através de um Grupo de Trabalho (mais reduzido e constituído pela Argentina, Espanha, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai), e de todos os 21 países membros do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS).

Uma ferramenta importante para assegurar a participação de todos neste exercício, foi a realização de dois workshops coorganizados pelo PIFCSS; o primeiro em Santo Domingo (República Dominicana), em setembro de 2018, e o segundo em Montevideu (Uruguai), em abril de 2019. Os workshops, as consultas e um teste preliminar da metodologia, deverão servir de base para a sua aprovação final por parte dos países, bem como para a sua sistematização, apresentação e difusão pública num documento a elaborar e que se prevê venha a estar disponível em meados de 2020.

- b) Por sua vez, o Esquema II.1. inclui, de forma resumida e indicativa, a base da proposta metodológica que deve facilitar a identificação da possível contribuição dos projetos de CSS promovidos pelos países da região para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, a metodologia exige a construção de um “roteiro” que permita, partindo dos projetos e passando pelo conteúdo dos 30 setores de atividade nos quais se classificam esses projetos de CSS no espaço ibero-americano, “atravessar” as 169 metas associadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, a partir delas, chegar a identificar o ODS para o qual parece que melhor “apontam”.

Na versão mais definitiva desta edição de 2019 do Relatório da CSS na Ibero-América, a metodologia desenvolvida foi aplicada à análise dos projetos de CSS Bilateral que os países ibero-americanos intercambiaram ao longo de 2017: neste caso um total de 641, pela forma como, tal como na análise setorial, se contabilizaram os “bidirecionais”. Para representar os resultados obtidos, foi elaborado o Gráfico II.9. Trata-se de um gráfico de colunas radiais, no qual os 17 eixos que o dividem correspondem a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O ODS 1 situa-se na vertical, marcando as 12 horas,

e os restantes ordenam-se correlativamente no sentido das agulhas do relógio. Os 17 ODS ficam assim categorizados no perímetro do círculo. Sobre cada eixo desenha-se um segmento (ou “coluna”) cuja superfície depende do número de projetos potencialmente alinhados com o correspondente ODS, afastando-se tanto do centro quanto maior for esse número.

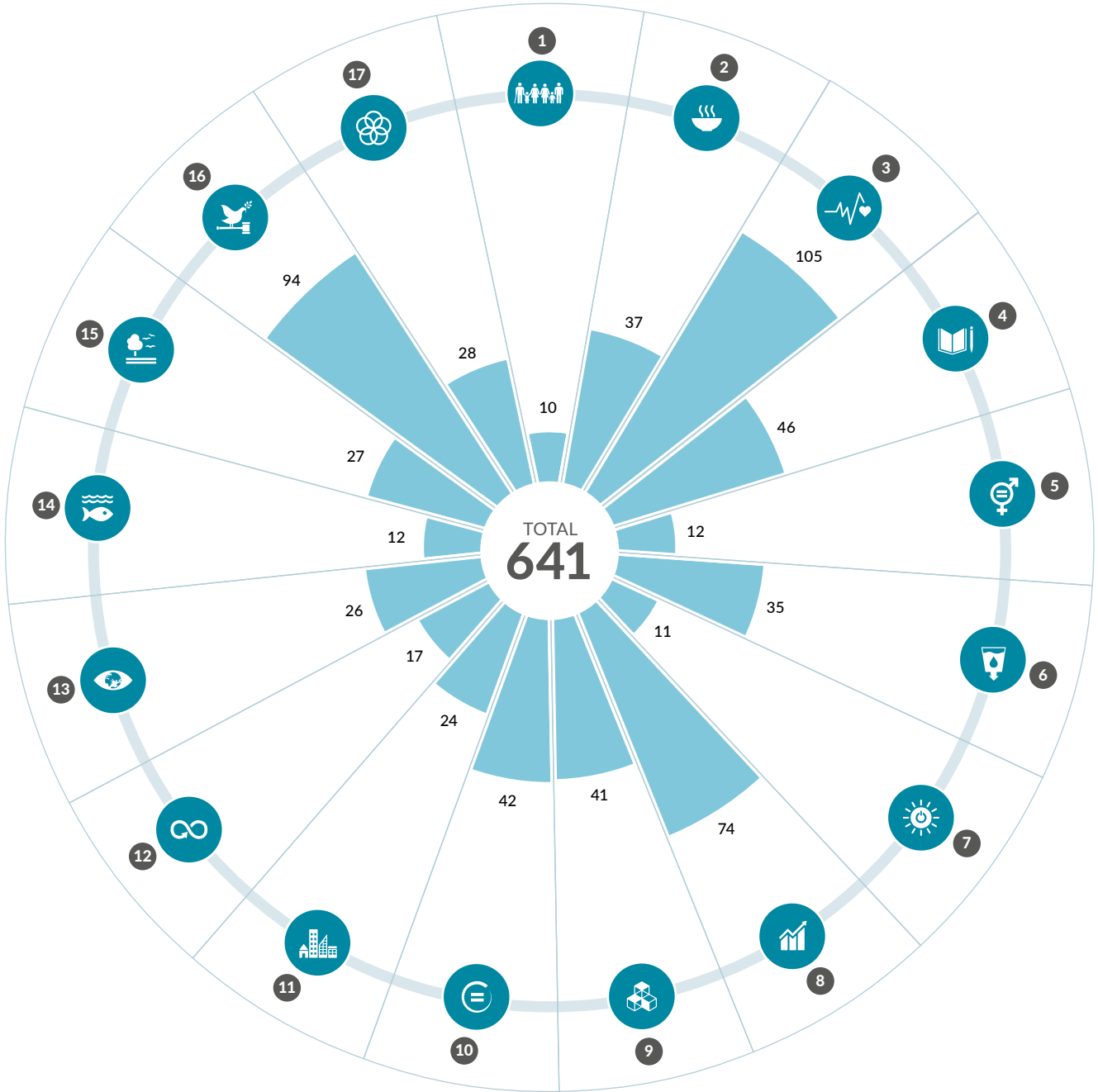
Da observação do Gráfico II.9 depreende-se o seguinte:

- a) Uma grande parte dos projetos, quatro em cada 10, puderam contribuir para a realização de três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 3 “Saúde e bem-estar” (105 projetos equivalentes a 16,4% do total), ODS 16 “Paz, justiça e instituições sólidas” e ODS 8 “Trabalho digno e crescimento económico” (94 e 75 intercâmbios que justificaram, respetivamente, 14,7% e 11,5% dos projetos registados em 2017).
- b) Por sua vez, outros 30% dos intercâmbios puderam orientar-se para apoiar a realização de cinco ODS diferentes: ODS 2 “Fome zero”; ODS 9 “Indústria, inovação e infraestruturas”; ODS 4 e 10, relativos em cada caso à “Educação de qualidade” e “Redução das desigualdades”; e ODS 6 “Água potável e saneamento”. O número de projetos relacionados com cada um destes ODS situou-se na faixa dos 35 e 45 e com valores de participação relativa entre 5% e 7,5%.
- c) Finalmente, os últimos 30% dos projetos de CSS Bilateral intercambiados pelos países da região ao longo de 2017 visaram:
- Por um lado, a concretização de três ODS com uma forte componente ambiental (ODS 11 “Cidades e comunidades sustentáveis”, ODS 13 “Ação pelo clima” e ODS 15 “Vida de ecossistemas terrestres”), aos que devemos acrescentar o ODS 17 dedicado às “Parcerias para atingir os objetivos”. Relacionados com cada um destes Objetivos, registaram-se cerca de 25 projetos de CSS.
 - Por outro lado, fizeram-se avançar outros cinco ODS: ODS 1 “Fim da pobreza”; ODS 5 “Igualdade de género”; ODS 7 e 12 “Energia acessível e não poluente” e “Produção e consumo responsáveis”; e ODS 14 “Vida submarina”. Apesar das ações relativas a estes terem sido menores, em torno de cada um deles registaram-se não menos de uma dezena de intercâmbios.

GRÁFICO II.9

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME O ODS COM O QUAL POTENCIALMENTE PODEM ESTAR ALINHADOS. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Uma análise mais pormenorizada dos conteúdos específicos dos projetos implementados em 2017 permite saber, através de que objetivos

a CSS pode efetivamente estar a apoiar a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Mais especificamente:

- a) Tal como já se referiu, mais de uma centena de projetos podem estar a contribuir para “*garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todos a todas as idades*”, o objetivo visado pelo ODS 3.¹⁴ A maior parte deles coincidem com a CSS impulsionada para fortalecer o setor da Saúde, não só o seu caráter institucional, mas também toda a cooperação que combina a abordagem das fases preventivas da doença com o seu posterior tratamento, para além da melhoria da qualidade de vida em geral. Para tal, desatacam-se aqui, e apenas para citar alguns, os projetos promovidos para controlar e reduzir o consumo de tabaco; os relativos a uma melhor nutrição (em especial da primeira infância e idosos); os dedicados a tratamentos específicos (oncologia infantil e fármacos neuroprotetores para aliviar dores); e os muitos que se registaram para reforçar os sistemas de dádiva e transplante.

Mas, pela forma como a metodologia foi concebida, também se identificam projetos de CSS que inicialmente se classificaram em setores diferentes da Saúde, como nos *Agropecuário, Populaao e saúde reprodutiva, Outros serviços e políticas sociais* e inclusivamente no *Ambiente*. A título de exemplo,  de referir a cooperaao que através da gestão fitossanitária tem como principal objetivo melhorar a saúde travando as doenças transmissíveis; e a que, centrando-se nas pessoas migrantes, promove o acesso aos serviços de saúde; e fomentando o exercício e o desporto, promove uma melhoria da qualidade de vida; bem como a que, agindo sobre uma reduao da poluiao do ar, água e solo, melhora positivamente a saúde.

- b) Por seu turno, tendo em conta o enorme peso do fortalecimento do âmbito público na CSS promovida na região, não  de estranhar que cerca de outros cem projetos se relacionassem com o ODS 16, concebido para “*promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas*”, algo que por sua vez exige a “*construçao de instituioes responsáveis e eficazes*”. Neste sentido, o alinhamento com esta finalidade  alcançado a partir de projetos muito variados, classificados em nove setores de atividade diferentes. Têm primazia, apenas para citar alguns, os que melhoram as estatísticas e indicadores e os que reforçam os sistemas

de planificaao, avaliaçao e gestão do âmbito público através da sua modernizaao e da incorporaao de TIC, para assim melhorar o acesso  informaçao, tomada de decisões e prestaao de contas relativamente  cidadania; bem como os projetos que contribuem para o desenvolvimento legal e judicial dos países e para reduzir qualquer tipo de discriminaao. Assim, devemos destacar toda a cooperaao que promove o acesso  justiça; a que se centra em facilitar a reinserao de jovens e adolescentes em conflito com a lei; a que aborda, a partir de diferentes perspetivas, o respeito pelos Direitos Humanos; a que contribui para a luta contra o tráfico de qualquer pessoa ou promove a tomada de medidas para erradicar o trabalho infantil; bem como toda a CSS que, usando como ferramentas o desporto e a arte, pretende promover a convivência, a inclusão social e a paz em comunidades vítimas de conflito.

- c) Entretanto, uma grande parte dos projetos que em 2017 visaram fortalecer diferentes setores de produçao, infraestruturas e serviços por forma a garantirem um correto funcionamento económico, e inclusivamente a promoao de outras indústrias (tais como a da Cultura), puderam orientar-se para o ODS 8, que aborda tanto os aspetos relativos ao crescimento e  sua sustentabilidade, quanto os que promovem o “*emprego e trabalho dignos*”. Neste contexto, foram especialmente relevantes os projetos que se classificaram nas categorias *Emprego e Empresas*, bem como os que se relacionaram com as rubricas *Agropecuário e Turismo*. Alguns exemplos visaram o reconhecimento e certificaao de capacidades profissionais e a promoao do empreendedorismo e das micro, pequenas e mdias empresas.  também de sublinhar toda a cooperaao que partilha técnicas de cultivo e rega, desenvolve novos fertilizantes e fortalece as cadeias de processamento de alguns produtos agrícolas habituais na região; bem como a que transfere experiências relativas ao impulso do turismo como motor de desenvolvimento local. Em todos estes casos, devemos destacar a transversalidade que por vezes emerge ao colocar a tnica nas famílias e nas alternativas de emprego; e na aplicaçao de modos de gestão e de técnicas que permitem que toda a atividade económica progrida para o modelo mais sustentável possível.

¹⁴ Todas as referências literais às finalidades contidas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável reproduzem-se a partir de <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

- d) A categoria *Agropecuário* e também a *Pesca* encontram-se de novo na origem de projetos que procuraram fortalecer o ODS 2 e assim “alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição”. A título de exemplo, devemos mencionar os projetos que combinam a produção de alimentos, colocando a ênfase no autoconsumo e na melhoria do seu acesso por parte de populações com carências nutricionais. Partilharam este objetivo projetos de Cooperação Sul-Sul classificados no setor da *Saúde* ou de *Outros serviços e políticas sociais*, por se tratar de uma cooperação concebida para lutar contra a subnutrição crónica, desenvolver alimentos ricos em determinados nutrientes (óleo e ómega 3), e promover as cantinas e hortas escolares, apenas para citar alguns.

A categoria Agropecuário e também a Pesca encontram-se de novo na origem de projetos que procuraram fortalecer o ODS 2 e assim “alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição”

- e) “A disponibilidade de água e a sua gestão sustentável e saneamento para todos” é outro dos objetivos que orientaram alguns dos projetos que visaram o ODS 6, maioritariamente classificados na categoria *Abastecimento e saneamento de água* e, pontualmente, *Ambiente*. Incluem-se aqui todos os relativos à gestão de recursos hídricos e à sua garantia de acesso e saneamento, sistemas tarifários e atenção às zonas rurais.
- f) Um número semelhante de projetos, preferencialmente relacionados com os setores da *Indústria* e da *Ciência e Tecnologia*, orientaram-se para outro ODS com um grau de importância relativa análoga, o ODS 9, que visa “*infraestruturas resilientes*”, uma “*industrialização inclusiva e sustentável*” e o fomento da “*inovação*”. Alguns deles permitirão partilhar experiências sobre progressos científico-tecnológicos a aplicar a processos económicos, especialmente aos produtivos, acrescentando por vezes o duplo objetivo de o fazer de forma ambientalmente mais sustentável. A título de ilustração, trata-se de projetos que promovem a reutilização de resíduos (fibra da bananeira) para projetar e elaborar novos produtos.
- g) Merece uma menção especial a CSS que em 2017 se empenhou em fazer avançar os ODS 4 “Educação de qualidade” e 10 “Redução das desigualdades”, ambos muito inter-relacionados. Como seria de esperar, há uma intensa correlação entre os projetos classificados na rubrica *Educação* e o ODS 4, bem como entre os relativos a *Outros serviços e políticas sociais* e o ODS 10. Foram identificados projetos muito diferentes que abarcaram desde a formação de formadores até à digitalização de aulas e conteúdos curriculares, passando pela inovação pedagógica através, por exemplo, do recurso ao xadrez e à arte no ensino dos mais pequenos. Devemos ainda abordar a cooperação que fortalece as políticas sociais mais integrais, concebidas para promover a inclusão social, e que focaliza a sua ação em coletivos mais vulneráveis como na primeira infância, jovens, idosos e pessoas com deficiência.
- h) Por sua vez, a evolução para “*idades e assentamentos humanos inclusivos, seguros e resilientes*”, em conformidade com o ODS 11, apoia-se em projetos de natureza muito diversa. São pertinentes os orientados para a melhoria integral dos bairros e para o fortalecimento das políticas de habitação que, por sua vez, promovem a inclusão (classificados na categoria *Outros serviços e políticas sociais*); os que fomentam a proteção e salvaguarda do património cultural e natural, em especial dos povos indígenas e originários (relacionados com o setor da *Cultura*); bem com outros, mais pontuais, que visam fomentar o uso de bicicletas públicas nas grandes cidades (*Ambiente*).
- i) Entretanto, projetos maioritariamente classificados nos setores do *Ambiente*, *Gestão de catástrofes* e *Silvicultura* e, mais pontualmente, no *Agropecuário*, foram os que mais determinaram como objetivo fazer avançar os ODS 13 “Ação pelo clima” e 15 “Vida dos ecossistemas terrestres”. Trata-se da cooperação dedicada ao controlo das emissões de dióxido de carbono; da que intervém nas fases de diagnóstico e prevenção perante os efeitos mais extremos das alterações climáticas, mas também na sua adaptação e atenuação; bem como da que aborda a gestão da biodiversidade e da sustentabilidade das florestas, cujo uso como sumidouros é crucial para o desafio mundial que este fenómeno representa.

- j) No que se refere ao ODS 17, muito voltado para os meios que devem permitir a implementação da Agenda 2030, bem como para a construção de uma “*Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável*”, podemos distinguir dois tipos de projetos. Os primeiros, tenderam a relacionar-se, por exemplo, com a introdução de sistemas tarifários em setores tais como o dos *Transportes e Armazenamento* e da *Energia*, contribuindo assim para a melhoria das receitas fiscais que devem apoiar o financiamento do Desenvolvimento. Os segundos, com a constituição de parcerias e a conjugação de esforços, através do fortalecimento da Cooperação Internacional, Sul-Sul e Triangular, bem como do intercâmbio de experiências para melhorar os indicadores que permitem a cada um dos países monitorizar e acompanhar o progresso ao nível dos ODS.
- k) Finalmente, menos numerosos mas não menos importantes, são os mais de cinquenta projetos que, de forma agregada, tenderam a estar alinhados com os ODS 1 “Fim da pobreza”; ODS 5 “Igualdade de género”; ODS 7 “Energia acessível e não poluente”; ODS 12 “Produção e consumo responsáveis”; e ODS 14 “Vida submarina”. A modo de ilustração, trata-se de projetos que visam fortalecer as estratégias nacionais de erradicação da pobreza; todos os concebidos para fazer avançar a luta contra a violência de que as mulheres são alvo; os que promovem energias renováveis e o seu uso eficiente; os relativos à gestão de resíduos, em especial dos resultantes de atividades económicas como as extrativas; e todos os relacionados com a gestão de mares e oceanos. Para este último caso, foi elaborado o Quadro II.9, que especifica como e entre quem se estabeleceram os doze projetos que devem contribuir para preservar um dos bens mais valiosos da humanidade: a água e a sua biodiversidade.

QUADRO II.9

UNINDO ESFORÇOS PARA A CONSERVAÇÃO DOS OCEANOS, MARES E RECURSOS MARINHOS

Quando as Nações Unidas apresentaram o ODS 14, concebido para “*conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos*”, lembraram a importância destes recursos para que a Terra seja habitável, estando na origem de grande parte dos alimentos que ingerimos e do oxigénio que respiramos. Reincidiram nesta ideia, recordando ainda o papel fundamental dos mares e oceanos na história da economia mundial, como “*canais vitais de comércio e transporte*”. E afirmaram-no energicamente, chamando a atenção para que uma “*gestão*

prudente deste recurso mundial essencial” é necessária se realmente quisermos um futuro de Desenvolvimento Sustentável.¹

Esta realidade é especialmente crítica para a nossa região. A América Latina e o Caribe têm uma linha costeira com mais de 70.000 quilómetros. Junto a ela, encontram-se muitos dos seus maiores povoamentos urbanos. A pesca, o turismo e a atividade portuária são essenciais para a economia de uma grande parte dos nossos países. Alguns dados provam-no. Em 2012, o Chile, México e Peru, justificaram mais de 11%

do total da pesca mundial, fazendo parte dos 18 países que concentram 80% de toda a pesca do mundo. Na região, também se realiza praticamente a décima parte da circulação mundial de contentores por mar; e 45% das viagens de cruzeiro de todo o mundo efetuam-se no Caribe (CEPAL; 2019).

Mas esta fonte de recursos económicos, e sobretudo de biodiversidade e vida –só o Caribe concentra 7% de todos os recifes de coral do mundo–, sofre fortes ameaças, parcialmente devidas à sua progressiva degradação. A acumulação de

¹ <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

PROJETOS DE CSS BILATERAL POTENCIALMENTE ALINHADOS COM O ODS 14. 2017

Países parceiros	Projeto
Argentina/Chile	Cooperação para a aprovação e sensibilização sobre a sustentabilidade da pesca recreativa no ensino escolar das comunas de Futaleufu e Palena, através da experiência da Província de Chubut (Argentina).
Brasil/México	Intercâmbio de experiências de formação profissional e técnica em áreas de pesca e aquicultura.
Brasil/Peru	Fortalecimento de capacidades para melhorar a produção aquícola no Baixo Yavarí.
Brasil/Peru	Fortalecimento de capacidades para melhorar a produção aquícola em Madre Dios.
Chile/Costa Rica	Cooperação em matéria de maricultura entre os governos do Chile e da Costa Rica.
Chile/México	Fortalecimento de capacidades institucionais para o uso sustentável dos oceanos e mares, com ênfase em áreas marinhas protegidas e adaptação às alterações climáticas.
Chile/México	Desenvolvimento e fortalecimento da indústria aquícola entre Jalisco e Chile.
Cuba/México	Investigação biológica e pesqueira da garoupa vermelha <i>epinephelus morio</i> .
México/Panamá	Fortalecimento de capacidades no setor da aquicultura e pescas para a criação e implementação de clusters.
México/Panamá	Avaliação e conservação dos níveis populacionais do recurso caramujo marinho <i>Strombus (Lobatus) gigas</i> no Panamá.
México/Panamá	Criação de um comité para o fortalecimento do setor pesqueiro e da sua cadeia de valor.
Peru/República Dominicana	Intercâmbio de experiências entre o Conselho Dominicano de Pesca e Aquicultura (CODOPESCA) e o Instituto Tecnológico de Produção do Peru.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

plásticos, os agroquímicos e as águas residuais domésticas, são as três principais fontes de poluição. De facto, só o mar Mediterrâneo concentra uma poluição de plásticos superior à do Caribe. No Chile, por exemplo, encontraram-se 5.000 peças de plástico por quilómetro quadrado a uma distância de 1.000 km da costa, elevando-se este valor para 50.000 peças por km² na ilha de Páscoa (CEPAL; 2019).

Neste contexto, e visando o compromisso de fazer avançar a Agenda 2030 e o Desenvolvimento Sustentável, os países ibero-americanos têm vindo a agir a partir de várias frentes, sendo uma delas a

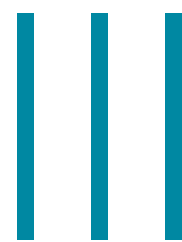
Cooperação Sul-Sul. Assim, só em 2017 foram identificados até 12 projetos que podem estar alinhados com o ODS 14 “Vida submarina”. A tabela elaborada para este efeito enuncia esses projetos e os seus protagonistas.

Tal como se pode observar na tabela, envolveram-se na promoção deste tipo de intercâmbios um total de 9 países ibero-americanos: O México em seis 6 ocasiões; o Brasil, Chile, Panamá e Peru em 3; e a Argentina, Costa Rica, Cuba e República Dominicana, cada um deles em 1 projeto de CSS Bilateral. Tratou-se de uma cooperação que pretendeu fazer avançar a realização do ODS 14,

apostando numa fórmula dupla: por um lado, na relativa a agir sobre a atividade pesqueira e a aquicultura, implementando melhorias para conseguir um uso mais sustentável dos recursos; e por outro lado, fomentando o desenvolvimento de Áreas Marinhas Protegidas, uma prática coerente com os compromissos assumidos ao abrigo do direito internacional, através da Convenção sobre a Diversidade Biológica ratificada pela maior parte dos países latino-americanos e que conseguiu que uma grande parte deles visasse alcançar em 2020 a meta de proteger 10% dos ecossistemas relevantes no caso marinho costeiro.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, CEPAL (2019) e página digital das Nações Unidas para os ODS (www.un.org/sustainabledevelopment)





CAPÍTULO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul

Capítulo III

A Cooperação Triangular na Ibero-América

A Cooperação Triangular, diferente mas indissociável da Cooperação Sul-Sul, ocupa um espaço próprio neste *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*. E fá-lo a partir da sua primeira edição de 2007. Recentemente, o referido espaço foi ganhando força, à medida que a Cooperação Triangular se foi consolidando internacionalmente como uma ferramenta inovadora de procura de soluções partilhadas para os problemas do desenvolvimento. Esta aposta renovada na Cooperação Triangular coincidiu, por um lado, com o seu reconhecimento, em 2015, como meio para uma implementação efetiva da Agenda 2030 e, por outro lado, já em 2019, com o tratamento especial recebido no contexto da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada na Argentina para comemorar o 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires, tal como mostra o Quadro III.1.

Neste sentido, e de acordo com uma estrutura semelhante à aplicada para analisar a Cooperação Sul-Sul Bilateral, o presente capítulo sobre Cooperação Triangular, desenvolve os seguintes conteúdos:

- a) Em primeiro lugar, o capítulo identifica (e caracteriza) as ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular em que os países da região participaram pelo menos em alguma altura de 2017. Reconstrói a trajetória seguida por esse conjunto no período compreendido entre 2006 (primeiro ano para o qual existem registos de Cooperação Triangular) e 2017, passando assim a identificar algumas das principais tendências observadas.
- b) A seguir, centra a sua atenção nos protagonistas: que países e que outros agentes (em geral, organismos intergovernamentais) participaram no conjunto dessas iniciativas e no exercício de que papel. Esta análise completa-se identificando ainda as alianças, entre que parceiros se realizaram com maior frequência e em que circunstâncias: ou seja, observando se há algum esquema institucionalizado (entre outros, um memorando ou um fundo misto) que esteja a facilitar a promoção de triangulações entre determinados países. Neste sentido, e tal como em edições anteriores, o capítulo também se referirá aos aspetos mais operacionais da Cooperação Triangular, mas, ao contrário de outros anos, não o fará através de uma secção específica, mas antes de uma abordagem transversal, mostrando as casuísticas mais interessantes nos casos em que a análise o justifique.¹

¹ Isto será possível graças à enorme acumulação de conhecimentos que o espaço ibero-americano começa atualmente a ter sobre esta modalidade: informações e dados associados às mais de 1.100 iniciativas de Cooperação Triangular que a região executou nesta última década (ver Quadro II.1 do capítulo anterior).

c) Finalmente, o capítulo adota uma perspectiva setorial que permite identificar melhor o perfil de capacidades que a Cooperação Triangular fortaleceu na região ao longo de 2017, bem como a forma como os diferentes parceiros contribuíram para tal. Numa leitura complementar

e recorrendo à mesma metodologia aplicada ao segundo capítulo, analisa-se a forma como o fortalecimento destas capacidades pode também estar a contribuir para fazer avançar a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

QUADRO III.1

O PABA+40 E O RENOVADO APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL À COOPERAÇÃO TRIANGULAR COMO MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DA AGENDA 2030

De 20 a 22 de março de 2019, teve lugar na Argentina a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40). Nela comemorou-se o 40º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento que, em 1978, deu lugar a um dos marcos fundadores da Cooperação Sul-Sul e Triangular: o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA). Com a realização desta Segunda Conferência, e na sequência do reconhecimento recebido por esta cooperação em 2015 no âmbito da Agenda 2030, a comunidade internacional reafirmou a importância que concede à Cooperação Sul-Sul e Triangular como meio para a implementação efetiva do Desenvolvimento Sustentável.

Neste sentido, e em termos gerais, a Segunda Conferência reconheceu o valor destas modalidades de cooperação a nível político, técnico e financeiro; salientou a sua

multidimensionalidade, muito de acordo com a natureza dos novos Objetivos de Desenvolvimento; centrou a atenção no potencial de contribuir para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões; para além de reconhecer, entre outros, o seu contributo para a integração regional, sub-regional e inter-regional e, em consequência, para a soma de esforços inovadores através dos quais se adotam medidas coletivas que reforçam o desenvolvimento sustentável e ajudam a instaurar uma ordem económica internacional mais justa e equitativa.

A Declaração final reflete bem estes reconhecimentos gerais e, embora a maior parte do documento se refira sempre simultaneamente a ambas as modalidades de cooperação, também há pontos (em concreto, o ponto 12 e 28) que reconhecem a especificidade da Cooperação Triangular e exortam os países membros a recorrer mais intensamente

à sua implementação. Entre estas referências à Cooperação Triangular, devemos destacar que:

- a) Da Declaração se depreende uma Cooperação Triangular que complementa a Sul-Sul, podendo inclusivamente ser uma combinação de Cooperação Sul-Sul e Norte-Sul por criar alianças que permitem, a parceiros de natureza muito diferente, unir forças na conquista de objetivos de desenvolvimento partilhados.
- b) Ainda conforme o mesmo documento, a comunidade internacional observa que o tipo de alianças que a Cooperação Triangular permite, acrescenta valor à Cooperação Sul-Sul, por facilitar a todos um melhor acesso a diversas fontes de recursos, experiências e capacidades que por sua vez contribuem para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento e para a obtenção dos ODS.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 101

- C) Finalmente, e de acordo com a mesma Declaração, a Cooperação Triangular oferece outros valores acrescentados, entre os quais se destacam a sua capacidade para criar alianças inovadoras e oferecer soluções adaptáveis e flexíveis aos problemas do desenvolvimento (Nações Unidas, 2019).

No entanto, a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul também permitiu evidenciar os desafios que ainda persistem e os aspetos em que a Cooperação Triangular deve melhorar. Neste sentido, a Declaração *“reconhece a necessidade de compreender melhor a cooperação triangular e de proporcionar mais provas e informações rigorosa sobre a sua dimensão, alcance e efeitos”*, para além de encorajar tudo o que se refere ao intercâmbio de informações e conhecimentos e ao registo e documentação de boas práticas (Nações Unidas, 2019; p.9).

De facto, o espaço ibero-americano tem muito para progredir e partilhar, pois os países que o constituem, acompanhados a partir de 2007 pela SEGIB e a partir de 2010 pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), trabalham na melhoria de sistemas próprios que avaliem a qualidade e os efeitos dos programas; na recompilação de dados a nível nacional para levar essa cooperação a todos os agentes; na sistematização de experiências; e na elaboração de manuais orientadores que facilitem uma gestão da Cooperação Triangular, especialmente nas fases de formulação e negociação, também de acordo com os princípios específicos e as características singulares que se consideram acompanhar a Cooperação Triangular.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e das Nações Unidas (2019)

III.1

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM 2017

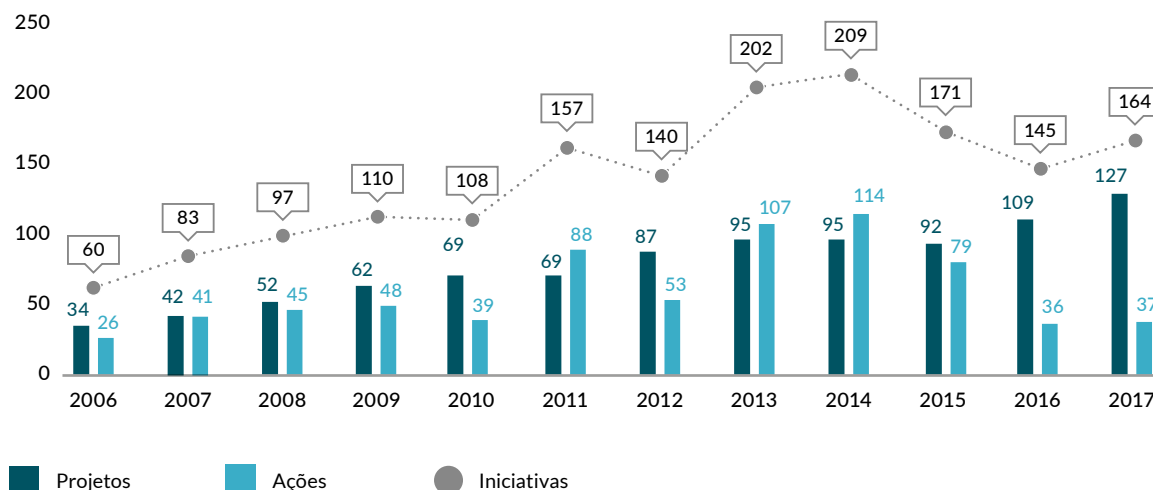
Ao longo de 2017, os países ibero-americanos participaram em 127 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular que, de forma agregada, ascenderam a 164 iniciativas. Tal como se pode observar no Gráfico III.1, que mostra a evolução dessas iniciativas no período 2006-2017, os valores do último ano representaram um aumento relativamente aos registadas no exercício anterior. Na verdade, entre 2016 e 2017, o conjunto das iniciativas aumentou 13,6% (das 145 iniciais até às 164 finais), um crescimento que se deve, quase na totalidade, ao impulso resultante dos projetos, que aumentaram de 109 em 2016 para 127 no último ano, o que representa um crescimento de 16,5%.

■ Ao longo de 2017, os países ibero-americanos participaram em 127 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular, que representa um aumento relativamente aos registadas no exercício anterior

GRÁFICO III.1

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS, AÇÕES E INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR. 2006-2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, uma análise mais pormenorizada sobre a forma como evoluíram as iniciativas de Cooperação Triangular nas quais os países ibero-americanos participaram no período compreendido entre 2006 e 2017, permite identificar várias tendências:

- a) Por um lado, e no conjunto das iniciativas, distinguem-se três etapas de crescimento:
- Uma primeira, entre 2006 e 2008, na qual uma taxa de aumento médio superior a 27%, aumentou o valor total das iniciativas, praticamente das 60 iniciais até às 100 finais.
 - Uma segunda, mais extensa, entre 2009 e 2014, na qual o crescimento acumulado permitiu duplicar o número total de iniciativas, até as situar acima das 200.

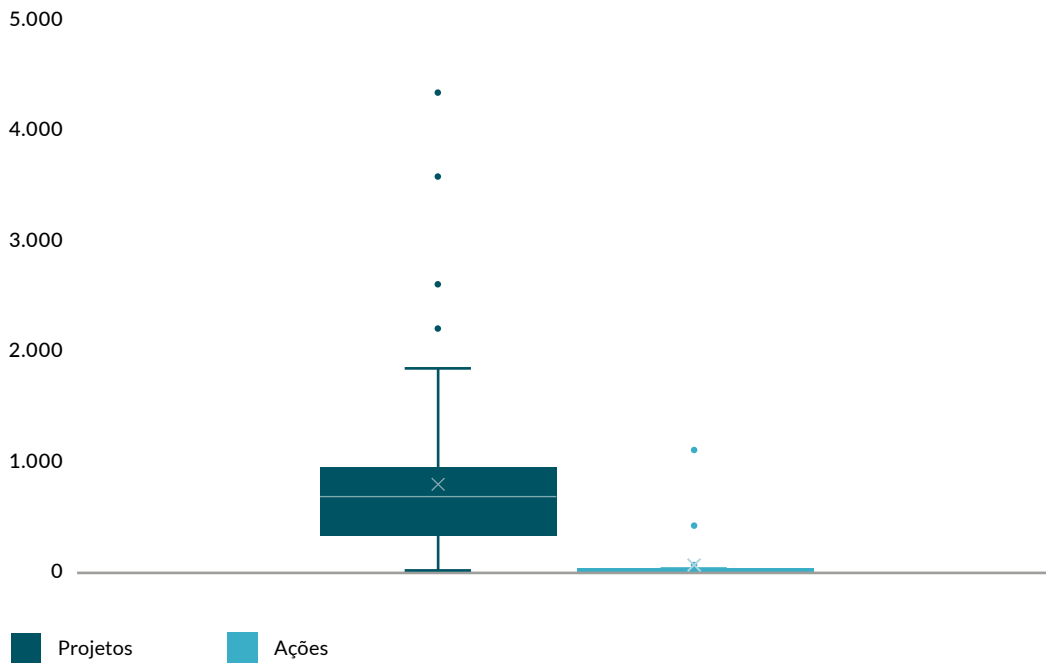
- Uma terceira, de 2015 a 2017, na qual a tendência se inverteu e se começaram a registar taxas de crescimento negativas, de -6,8% de média anual, que diminuiram ligeiramente o valor final das iniciativas, das mais de 200 registadas em 2014 para as já mencionadas 164 de 2017.

- b) Por outro lado, identifica-se uma mudança na composição da instrumentalização da Triangular, a favor dos projetos e em detrimento das ações. Assim, entre 2006 e 2014, os projetos representaram, em média anual, à volta de 53% de todas as iniciativas. Ao passo que, a partir de 2015, esse peso relativo não deixou de crescer até à considerável percentagem de 77,4% de 2017, quando mais de 3 em cada 4 iniciativas foram executadas a partir de projetos.

GRÁFICO III.2

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME A DURAÇÃO. 2017

Em dias

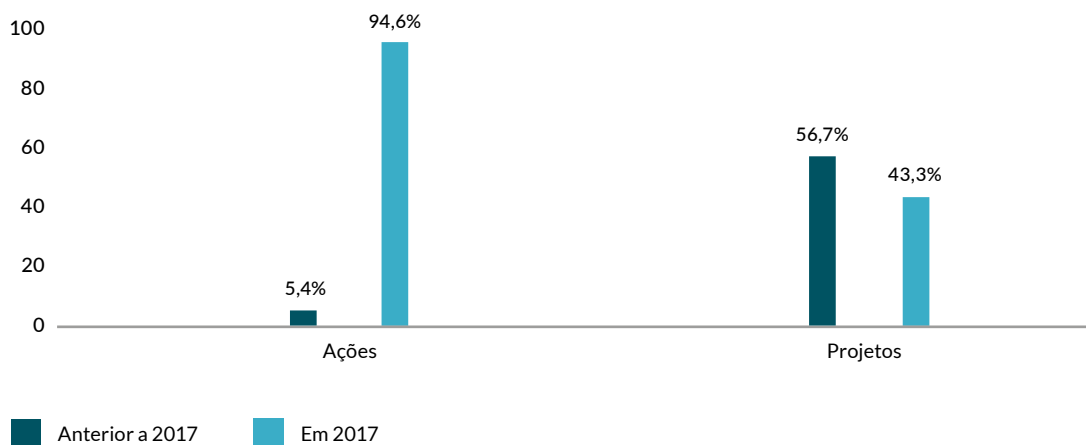


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO III.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O ANO DE INÍCIO

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Com base no atrás exposto, a recente tendência para a redução do volume total de iniciativas, a par do aumento relativo dos projetos, deu lugar a um crescente fortalecimento da Cooperação Triangular. Tal foi possível porque os projetos têm uma dimensão maior que as ações, conforme se depreende de uma análise comparativa entre ambos os instrumentos. Assim:

- a) O Gráfico III.2 distribui os projetos e ações de Cooperação Triangular mantidos em execução ao longo de 2017, conforme os dias decorridos entre a altura em que se iniciou a iniciativa e aquela em que terminou.² Tal como se pode observar, em todos os parâmetros analisados aos valores correspondentes aos projetos foram consideravelmente mais elevados.
- Metade dos projetos de 2017 registaram uma duração que se alargou entre um e dois anos. Embora também se tivessem registado projetos com uma duração menor (mínimo de 29 dias) e maior (até cinco anos e, excecionalmente, até 12), esses projetos estiveram em execução, em média, 835 dias (2 anos e 3 meses).

- Entretanto, as ações situaram-se em intervalos de valores muito inferiores. Por quartis, 25% das ações exigiram, para uma execução completa, entre 1 e 3,5 dias; outros 25%, de 3,5 dias até 9; e os restantes 50%, aumentaram o tempo de execução até pouco mais de um mês (32 dias). O valor anómalo e excecional de algumas ações, com durações superiores a 1.000 dias, eleva substancialmente a média, situando-a em 58 dias; um valor que, mesmo assim, representa apenas 7% do tempo necessário para executar um projeto (835 dias).

- b) Os dados anteriores estão em coerência com os do Gráfico III.3, que distribui todos os projetos e ações³ que estiveram em execução nalguma altura de 2017, conforme o ano de início (igual ou anterior a este). Tal como se depreende, por terem maior duração, a maior parte dos projetos (56,7%) tiveram início antes de 2017, enquanto que 43,3% dos 127 projetos triangulares registados neste último ano, tiveram início no próprio ano de 2017. Estes valores contrastaram com os relativos às ações, pois praticamente todas (94,6%) iniciaram a sua execução em 2017, sendo excecionais (apenas 5,4%) as que tiveram início numa data anterior a esse ano.

² Uma vez que para este cálculo é necessário dispor simultaneamente das datas de início e de finalização da atividade, e estas não se encontram disponíveis para todas as iniciativas, o Gráfico III.2 foi elaborado com os dados relativos a 55,9% dos 127 projetos registados em 2017 e 94,6% das 37 ações.

³ Uma vez que o ano de início é obrigatório para todos os registos, o Gráfico III.3 foi elaborado a partir do total das iniciativas de Cooperação Triangular mantidas em execução em 2017.

III.2

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES E DOS SEUS PARCEIROS NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA

A seguir, passamos a identificar, em primeiro lugar, quem protagonizou a Cooperação Triangular realizada na região ao longo de 2017 e, em segundo lugar, que tipo de alianças foram estabelecidas entre os parceiros para que tal fosse possível. As particularidades que a natureza desta modalidade de cooperação atribui a esta análise, juntamente com a forma como foi definida no espaço ibero-americano, sugere que de antemão recordemos várias coisas:

- a) Por um lado, a Cooperação Triangular não se define pelo número de agentes que participam nela, mas pela sua execução em torno de três papéis: primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor. Por esse motivo, o que se identificará, para cada ação e projeto, é que países e/ou organismos intergovernamentais (de forma individual ou a par de outros parceiros) participaram na Triangular ocupando cada um desses papéis, e com que frequência.

- b) Por outro lado, que a triangulação se produza entre uns parceiros ou entre outros, e que se realize em determinados termos ou noutros, muitas vezes depende da existência de acordos prévios entre as partes, impulsionados precisamente para promover a Cooperação Triangular. Trata-se de Memorandos de Entendimento ou fundos mistos, por exemplo, que determinam a forma como a Cooperação Triangular se implementa. Por esse motivo, ter conhecimento da existência destes acordos e aprofundar o modo como funcionam, será uma questão que tenderá a transversalizar a análise das parcerias e do seu desenvolvimento efetivo através de projetos e ações de Cooperação Triangular.

III.2.1

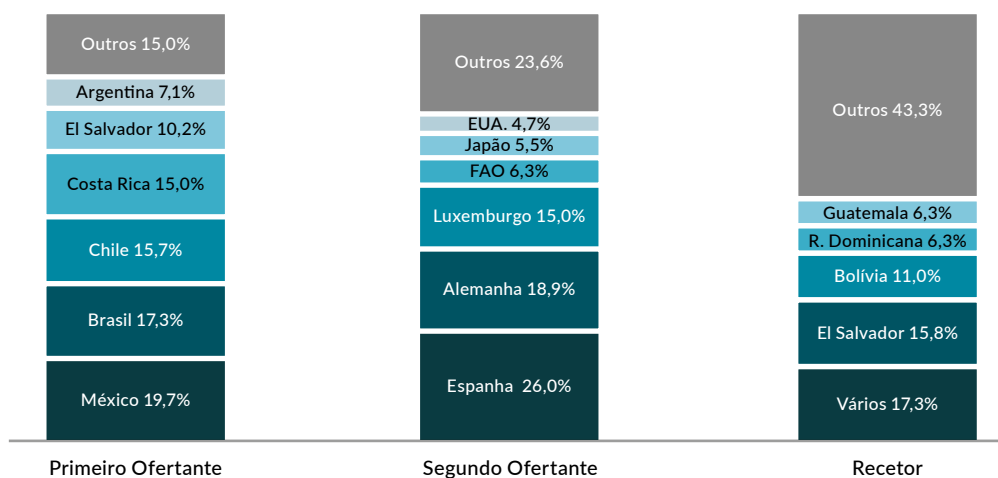
PAÍSES, ORGANISMOS E PAPÉIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

O Gráfico III.4 mostra os países e organismos intergovernamentais que tenderam a protagonizar os 127 projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução na região ao longo de 2017. Para tal, o gráfico distribui os diferentes parceiros a partir de duas informações: da participação relativa sobre o total intercambiado e do papel exercido em cada caso (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor).

GRÁFICO III.4

PRINCIPAIS AGENTES DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O PAPEL. 2017

Em percentagem



Nota: A rubrica “vários” refere-se à coincidência de diferentes agentes no exercício do mesmo papel; “outros” refere-se aos restantes agentes que participaram na Cooperação Triangular e que não são explicitamente mencionados.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da sua observação depreende-se que:

- a) No que respeita aos primeiros ofertantes, é de referir que em 2017 até 12 países ibero-americanos transferiram, pelo menos em uma ocasião, capacidades a partir desse papel. De facto, e tal como se observa no Gráfico III.4, o México foi o país que esteve presente num maior número de ocasiões: em 25 destas iniciativas, equivalentes a praticamente 20% do total. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, o Brasil, Chile e Costa Rica, participando cada um deles em cerca de vinte projetos. Em conjunto, os quatro países foram responsáveis, de forma agregada, por dois terços dos projetos de Cooperação Triangular promovidos em 2017. Outros dois agentes relevantes foram El Salvador e Argentina (respetivamente com 13 e 9 projetos), com uma contribuição conjunta de 17,3%. Entretanto, os últimos 15% dos projetos deveram-se à participação mais pontual do Equador, Uruguai, Cuba, Colômbia e Peru, que exerceram o papel de primeiro ofertante em 1 a 3 projetos triangulares. Nesses 15% devemos ainda considerar os sete projetos nos quais “vários” países ibero-americanos se associaram para exercer o papel de primeiro ofertante, destacando-se aqui as associações protagonizadas pelo México em conjunto com o Chile, Costa Rica, Colômbia, El Salvador ou Panamá, dependendo do caso.
- b) Por sua vez, mais de trinta agentes participaram nos projetos de Cooperação Triangular de 2017 exercendo o papel de segundo ofertante: tratou-se de 18 países (4 deles ibero-americanos: Brasil, Chile, El Salvador e Espanha) e de 13 organismos intergovernamentais. Em concreto, e tal como se pode novamente observar no Gráfico III.4, a função de Espanha foi decisiva ao desempenhar o papel segunda ofertante em 33 projetos de Cooperação Triangular, equivalentes a mais de um quarto do total. Outro terço justificou-se pela contribuição conjunta de outros dois países, Alemanha e Luxemburgo, os quais participaram, respetivamente em 24 e 19 projetos. Se aos anteriores acrescentarmos os vinte projetos em que participaram, em proporções muito próximas, a Agência

das Nações Unidas que lidera os esforços internacionais relacionados com a Agricultura e a Alimentação (FAO), um dos países com mais experiência no âmbito da Cooperação Triangular (Japão), e um dos que mais recentemente se integrou nesta modalidade (Estados Unidos), justificam-se 3 em cada 4 dos 127 projetos de Cooperação Triangular registados em 2017.

- c) Ainda no papel de segundo ofertante, é de salientar a importância relativa mantida por outros dois organismos internacionais: a Organização dos Estados Americanos (OEA), que participou em 6 projetos de Cooperação Triangular, equivalentes a quase 5% do total; e a União Europeia (UE), que pela primeira vez participa em projetos desta modalidade (concretamente em 4), em parte graças aos resultados que, tal como mostra o Quadro III.2, resultam dos esforços promovidos apenas dois anos antes, quando a UE lançou o Programa Adelante, concebido precisamente para facilitar a Cooperação Triangular entre a América Latina e a Europa.

Entretanto, também se registaram intervenções pontuais, por um lado, do Brasil, Chile e El Salvador; por outro, da Austrália, França, Países Baixos, Singapura, Suécia e Suíça; e, finalmente, do Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das agências das Nações Unidas dedicadas à Educação, Cultura e questões relativas à População (respetivamente UNESCO e UNFPA). Devemos considerar de novo que, tal como aconteceu com o primeiro ofertante, se voltam a registar projetos nos quais vários parceiros exerceram simultaneamente o mesmo papel. Além disso, a maior parte deles corresponderam a uma associação entre um país e um organismo que se aliaram para exercer o papel de segundo ofertante.

Apenas para mencionar dois exemplos, esse foi o caso dos projetos participados pela Itália e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), pelo Chile e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), e pela Alemanha e a Aliança do Pacífico (AP).

d) No que se refere ao exercício do papel de recetor e tal como tem vindo a ser habitual, a casuística mais comum foi a de que vários países exerceram de forma simultânea esse papel: em concreto, em 22 ocasiões, que justificam 17,3% dos 127 projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução ao longo de 2017. A fórmula das parcerias foi muito variada e oscilou, a modo de exemplo, entre as alianças de dois parceiros (entre outros, El Salvador e Guatemala; Chile e Panamá; e Colômbia e Peru); países que partilham fronteira (Argentina, Brasil e Uruguai); e entre aqueles que integram uma mesma sub-região (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá, a par da República Dominicana, na América Central e Caribe; Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru, no Sul do continente). A este tipo

de casuística, seguiram-se as protagonizadas por um único país, entre as quais são de salientar os casos de El Salvador e Bolívia, responsáveis, como recetores, por mais de 25% dos intercâmbios de Cooperação Triangular registados em 2017 (respetivamente 20 e 14 projetos). Significativas foram também as participações da República Dominicana e Guatemala, ambas recetoras, em cada caso, de 8 projetos de Cooperação Triangular que equivalem, de forma conjunta, a 12,6% do total. Muito semelhantes foram os registos do Paraguai (6 projetos), bem como os da Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras e Peru (5 em cada caso). Mais pontuais foram as intervenções registadas por Cuba, Nicarágua, Panamá e Uruguai (3 projetos cada um), Argentina (2), Chile e México (1 cada um).

QUADRO III.2

A UNIÃO EUROPEIA E O PROGRAMA ADELANTE COMO FÓRMULA PARA PROMOVER A COOPERAÇÃO TRIANGULAR

Entre 2011 e 2016, os países ibero-americanos declararam ter participado num máximo de 17 ações de Cooperação Triangular nas quais a União Europeia exerceu o papel de segundo ofertante. Em muitos casos, tratou-se de triangulações realizadas no quadro de um Programa de Cooperação mais vasto, o do EuroSocial, surgido em 2005 para promover o intercâmbio de experiências entre as duas regiões e assim contribuir para o reforço institucional e das políticas públicas dos 19 países da América Latina.¹

A partir de 2017, as informações dos países relativamente à Cooperação Triangular realizada em conjunto com a União Europeia mudou de perfil e as ações foram substituídas por projetos, um facto que parece ser fruto da nova estratégia da UE e da consequente crescente aposta nesta modalidade. Na verdade, e tal como se pode observar na tabela elaborada para este efeito, os dados de 2017 já fazem referência a 4 projetos de Cooperação Triangular, tendo dois deles sido realizados num contexto que marca um ponto de viragem: o

Fundo Regional para a Cooperação e Associação Internacional, promovido pela Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (DEVCO) da Comissão Europeia em 2015, rebatizado como Programa ADELANTE-UE.

¹ <https://eurosocial.eu/historia/>

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARTICIPADOS PELA UE E PELOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS. 2017

Projeto	Dados relevantes
Apoio à segurança alimentar da população de Cuba	Primeiro ofertante: Chile Segundo ofertante: União Europeia (Programa Adelante-UE) Recetor/es: Cuba
Fortalecimento da Justiça Reparadora	Primeiro ofertante: Costa Rica Segundo ofertante: União Europeia (Programa Adelante-UE) Recetor/es: Colômbia e México
Sementeiras e recolha de água, taxa de serviços hídricos e reconhecimento do pagamento de serviços ambientais	Primeiro ofertante: Costa Rica Segundo ofertante: União Europeia Recetor/es: Peru
Reforço das instituições dos países da América Central responsáveis por políticas comerciais internacionais e pela promoção dos exportadores	Primeiro ofertante: Costa Rica Segundo ofertante: União Europeia Recetor/es: Chile

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Esta transformação produz-se num contexto no qual a Cooperação Triangular ganha espaço no debate sobre desenvolvimento, ao compreender que se encontra perante uma cooperação que permite aproveitar muito melhor as vantagens partilhadas dos agentes envolvidos para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As possibilidades que a Cooperação Triangular oferece para a construção de pontes entre a Cooperação Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul, bem como para que todos os seus protagonistas realizem um exercício de responsabilidade partilhada, é outro fator que a torna atrativa (GPI, 2019).

Uma vez que a possibilidade de fomentar este tipo de iniciativas se torna mais fácil quando é acompanhada por um quadro institucional, em 2015 a UE decidiu concretizar a sua aposta com o impulso do Programa Adelante. Com um orçamento de 10.063.365 euros, o Programa Adelante identifica e promove as relações horizontais entre os países da América Latina e Caribe

e entre estes e a Europa; potencia o intercâmbio de conhecimentos para aproveitar a capacidade de todos os seus parceiros contribuir para soluções orientadas para o desenvolvimento sustentável da região; e financia projetos com base no princípio dos custos partilhados (GPI, 2019).

Em 2017, são de salientar dois dos projetos declarados pelos países:

a) O primeiro dos projetos apoiados pela UE promove a cooperação técnica entre o Serviço Agrícola e Pecuário do Chile e o Ministério da Agricultura de Cuba. Trata-se de um projeto fitossanitário que pretende aumentar a disponibilidade de alimentos seguros de origem animal, o que por sua vez garante a segurança alimentar das populações. No contexto deste projeto, com um orçamento superior a um milhão de euros, implementaram-se diversas ações de capacitação e formação técnica, destacando-se, entre elas,

os estágios profissionais no Laboratório e Estação de Quarentena Lo Aguirre e no Escritório Central do Serviço Agrícola Pecuário do Chile.²

b) No segundo, estiveram envolvidos o Sistema Judicial da Costa Rica, que liderou a transferência de capacidades, bem como a Escola Judicial Rodrigo Lara Bonilla da Colômbia e o Sistema Judicial do Estado do México, tendo ambos os organismos desempenhado um papel preferencialmente recetor. O objetivo da iniciativa foi o de aplicar soluções alternativas ao encarceramento a fim de promover uma justiça mais humana e equitativa, e aumentar as oportunidades das populações mais vulneráveis.³ Segundo a memória, a UE cofinanciou este projeto de 1.029.182,6 euros de orçamento, tendo também participado na promoção de espaços de interlocução e facilitado o intercâmbio de experiências e boas práticas (Villalobos e Castrillo, 2019).

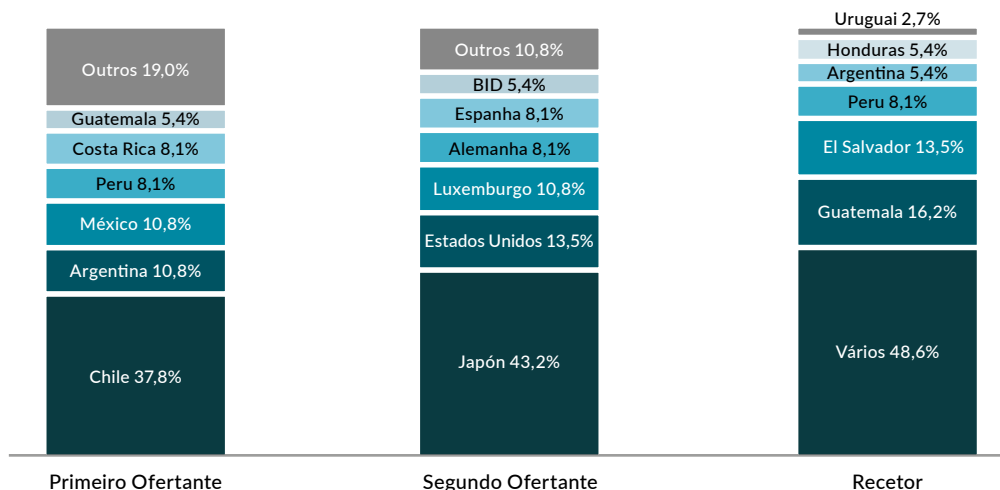
^{2,3} <https://www.adelante-i.eu/>

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, Global Partnership Initiative on Effective Triangular Cooperation (GPI) (2019), Villalobos e Castrillo (2019) e Página Oficial do Programa ADELANTE - <https://www.adelante-i.eu/>

GRÁFICO III.5

PRINCIPAIS AGENTES DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O PAPEL. 2017

Em percentagem



Nota: A rubrica "vários" refere-se à coincidência de diferentes agentes no exercício do mesmo papel; "outros" refere-se aos restantes agentes que participaram na Cooperação Triangular e que não são explicitamente mencionados.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

De forma semelhante, o Gráfico III.5 mostra como se desenrolou a participação dos diferentes agentes na Cooperação Triangular de 2017, de novo diferenciando o papel, mas tomando agora como referência as 37 ações que estiveram em execução pelo menos em alguma altura do referido exercício. Tal como se pode observar, os resultados reproduzem alguns dos padrões específicos dos projetos, ao mesmo tempo que apresentam uma especificidade própria em outros aspetos. Em concreto:

a) Embora o número de países ibero-americanos que exerceram o papel de primeiros ofertantes fosse muito semelhante (12 no caso das ações relativamente aos 13 identificados para os projetos), a distribuição da participação esteve mais concentrada num pequeno número. Assim, o Chile foi o país que exerceu este papel num maior número de ocasiões: em 14, que justificam praticamente 38% das ações de 2017. Uma proporção semelhante deve-se à contribuição conjunta de 4 países: Argentina e México, que participaram respetivamente em 4 ações (pouco mais de 20% entre ambos); e Costa Rica e Peru, que participaram cada um deles em 3 ações (outros agregados 16,2%). A última quinta parte justifica-se pela soma das ações pontuais do Brasil, Colômbia, Cuba, Honduras, El Salvador, Panamá e Uruguai.

b) Por sua vez, 10 agentes diferentes participaram, no papel de segundo ofertante, na execução das 37 ações de Cooperação Triangular registadas em 2017: oito países (os ibero-americanos Chile, Espanha, México e Portugal, em conjunto com a Alemanha, Estados Unidos, Japão e Luxemburgo) e dois organismos intergovernamentais (BID e OEA). Neste caso, a concentração por parceiros também foi elevada: assim, o Japão justificou 16 ações, equivalentes a mais de 43% das totais. A uma distância considerável, seguiram-se os Estados Unidos, Luxemburgo, Alemanha e Espanha, todos eles segundos ofertantes em 5 a 3 ações que, de forma agregada, representam outros 40% do total das executadas em 2017. Por último, 16,2% responderam a ações pontuais do BID (2), OEA, Chile, México e Portugal (1 cada um).

c) Por fim, em 2017 os 19 países da América Latina participaram, em pelo menos uma ocasião, na receção de ações de Cooperação Triangular. De novo, e tal como no caso dos projetos, em praticamente metade das ações finalmente executadas (48,6%), os países participaram em aliança com outros parceiros da região. Na outra metade das ações, foram apenas seis os países que participaram como recetores a título individual, oscilando a intensidade deste facto entre as 5 e 6 ações de El Salvador e Guatemala, 3 do Peru, 2 das Honduras e Argentina e uma ação pontual do Uruguai.

III.2.2

PRINCIPAIS AGENTES E ALIANÇAS ESTABELECIDAS

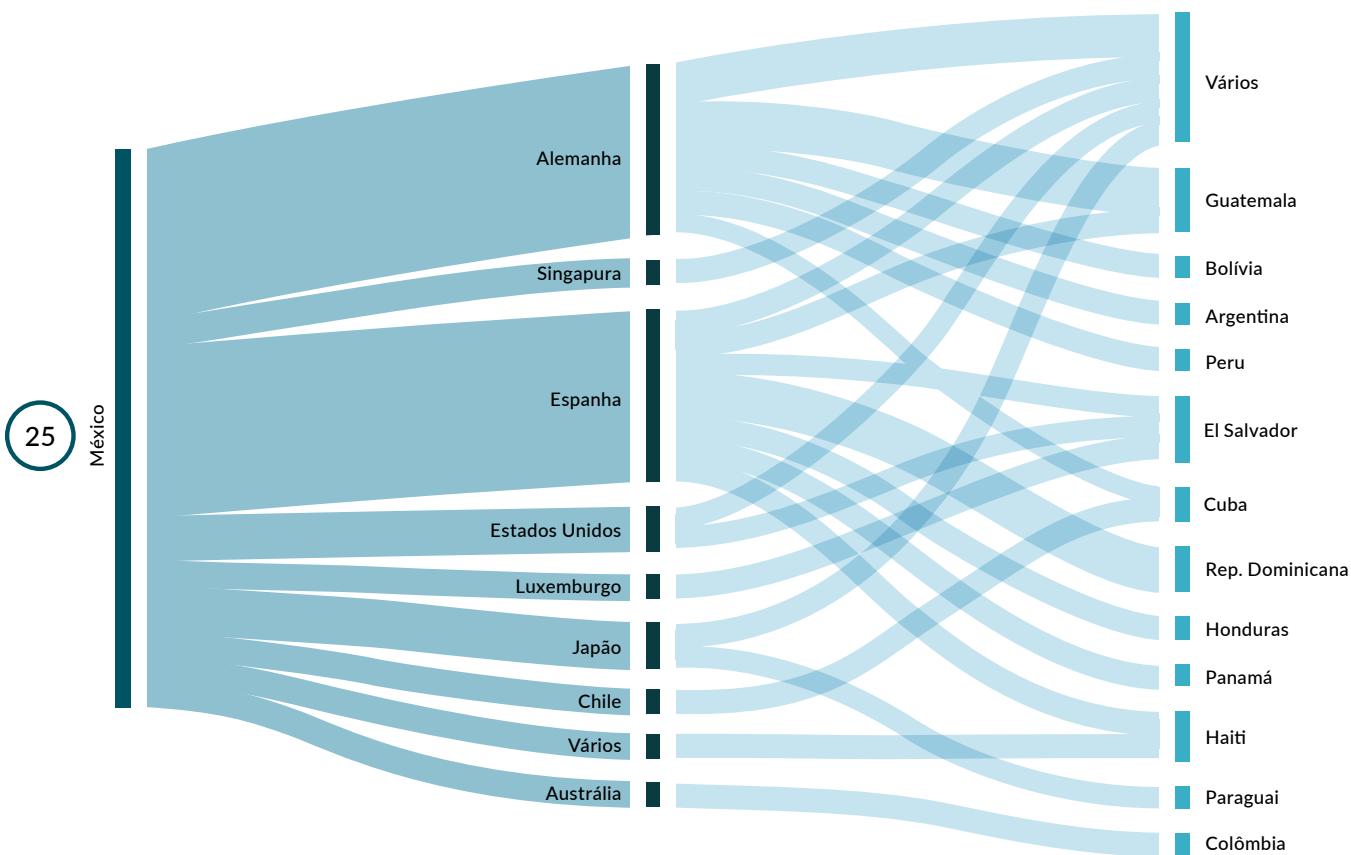
Para ilustrar este tipo de alianças, estabelecidas entre os agentes que participaram na Cooperação Triangular de 2017, analisam-se os casos dos países ibero-americanos que se destacaram no exercício do papel de primeiro ofertante (México, 25 projetos), segundo ofertante (Espanha, 33) e recetor (El Salvador, um total de 20). Para cada

um deles foi elaborado um diagrama de fluxo que mostra com que parceiros realizaram intercâmbios, com que intensidade, e no exercício de que possível papel, situando, em cada caso, no caudal mais à esquerda, os primeiros ofertantes, no do meio, os segundos ofertantes, e no da direita, os recetores.

DIAGRAMA III.1

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO MÉXICO NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE, CONFORME O SEGUNDO OFERTANTE E RECETOR. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, o Diagrama III.1 ilustra as alianças através das quais o México pôde executar os 25 projetos de Cooperação Triangular em que participou em 2017 no papel de primeiro ofertante.⁴ Assim:

- a) No seu relacionamento com os segundos ofertantes, destacaram-se as associações que o México estabeleceu com a Alemanha e Espanha, países a par dos quais participou, respetivamente, em 8 projetos que, de forma agregada, justificaram 64% das 25 mencionadas triangulações. Mais pontual foi a relação com outros segundos ofertantes, entre os quais são de referir o Japão e Estados Unidos (2 projetos em cada caso), para além da Austrália, Chile e de novo o Chile com a OPS (“vários”), e Luxemburgo e Singapura (1 projeto conjunto a cada um deles).
- b) A existência de acordos institucionais que contribuem para promover a Cooperação Triangular influenciou muito a intensa relação do México com a Alemanha e Espanha. No caso de Espanha (tal como poderemos observar com mais pormenor no Quadro III.3), o Fundo Misto de Cooperação Técnica e Científica México-Espanha, criado em 2014, funciona através de três modalidades de ação, uma das quais se concretiza, precisamente, na realização de projetos de Cooperação Triangular com países terceiros.⁵ Ao abrigo da mesma lógica, funcionam parte dos acordos que facilitam a associação do México com a Alemanha para a realização de iniciativas na modalidade Triangular. Neste

caso, trata-se de dois quadros institucionais de natureza diferente: um especificamente bilateral, como o Programa de Fortalecimento Institucional da AMEXCID apoiado pela agência alemã GIZ; e outro que alcança todos os países da região, como o Fundo Regional para a Cooperação Triangular da América Latina e Caribe, também promovido pela GIZ, neste caso em conjunto com o Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ).⁶

- c) Finalmente, os projetos de Cooperação Triangular nos quais o México participou como primeiro ofertante contribuíram para reforçar as capacidades de mais de quinze recetores. De facto, tratou-se de uma cooperação pouco concentrada, na qual a casuística mais habitual (6 projetos, equivalentes a 24% do total), foi a de que vários países, preferencialmente meso e centro-americanos, exerceram simultaneamente essa receção. A associação México-Espanha também tendeu a concretizar-se em projetos triangulares com os países centro-americanos e caribenhos; enquanto que a impulsionada pelo México e Alemanha teve um perfil diferente ao registar uma relação preferencial com a Guatemala (4 projetos), com “vários” parceiros (2 projetos, um da Guatemala com a Costa Rica e outro da Guatemala com as Honduras), bem como, e de forma pontual, com países localizados na região Sul do continente, caso da Argentina, Bolívia e Peru, recetores, em cada caso, de um projeto Triangular.



No contexto das iniciativas de Cooperação Triangular, destacaram-se o México como primeiro ofertante (25 projetos), Espanha como segundo ofertante (33) e El Salvador como recetor (20)

⁴ Na realidade, o México também participou como primeiro ofertante em outros 4 projetos de Cooperação Triangular. Trata-se de projetos nos quais, tal como já se referiu, partilhou esse papel com o Chile, Colômbia, Costa Rica e Panamá, e que, precisamente por serem partilhados, não aparecem no Diagrama III.1, onde apenas se incluíram aqueles em que participou como primeiro ofertante de forma individual.

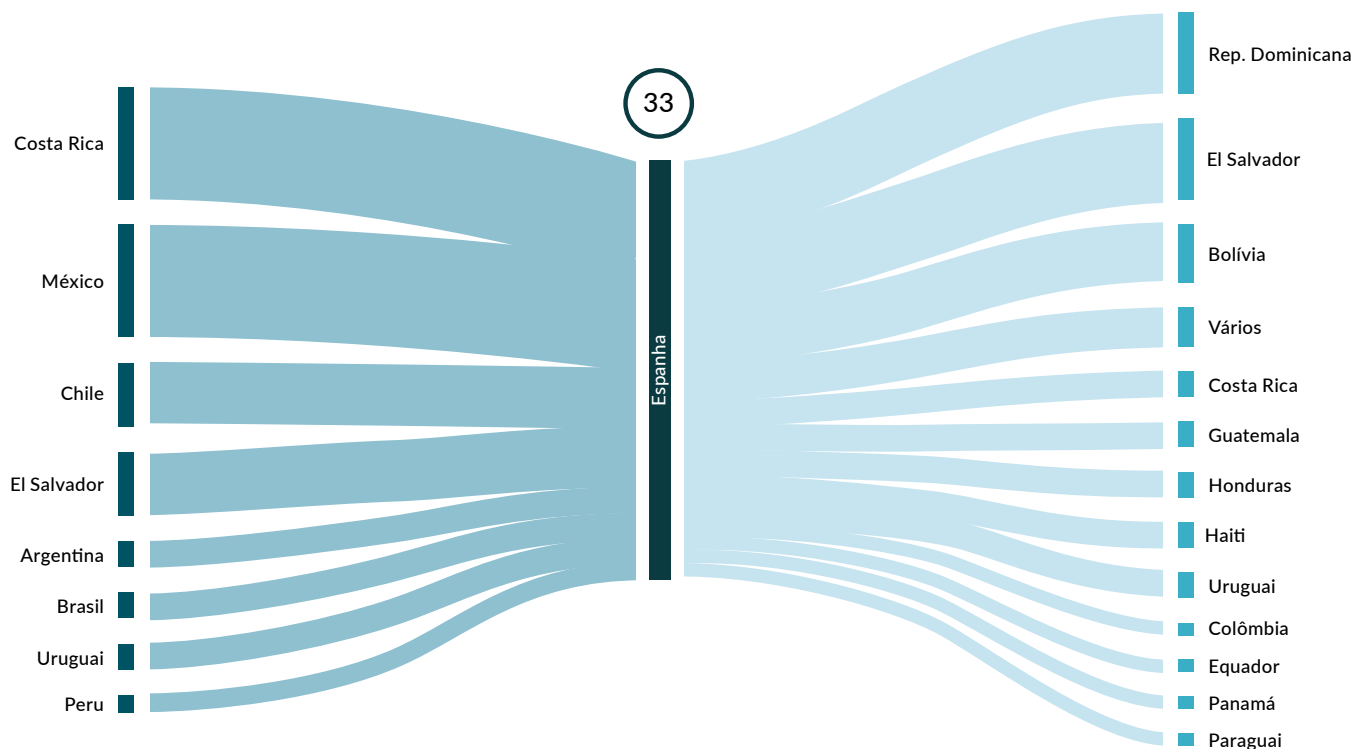
⁵ <https://aacid.org.mx/fondo-mixto-de-cooperacion-tecnica-y-cientifica-mexico-espana/>

⁶ <https://www.giz.de/en/worldwide/13665.html>

DIAGRAMA III.2

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE ESPANHA NO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE, CONFORME O PRIMEIRO OFERTANTE E RECETOR. 2017

En unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Diagrama III.2 reproduz, com a lógica anterior, a forma como Espanha se relacionou com outros parceiros para poder realizar os 33 projetos de Cooperação Triangular nos quais participou em 2017 como segundo ofertante. A sua observação permite afirmar o seguinte:

- a) Em 2017, praticamente metade (48,4%) dos 33 projetos de Cooperação Triangular nos quais Espanha participou como segundo ofertante contaram com a participação de dois primeiros ofertantes: Costa Rica e México, com os quais partilhou, na mesma proporção, um total de 16 projetos. Outros 30,4% justificaram-se pela associação de Espanha com o Chile e El Salvador (5 triangulações em cada um dos casos); e os últimos 20%, por intercâmbios pontuais com a Argentina, Brasil, Uruguai e Peru (1 ou 2 projetos, dependendo do caso).
- b) Através dessas alianças, Espanha contribuiu para o fortalecimento de quinze recetores. São de salientar os 12 projetos (equivalentes a 36,4% do total) destinados, na mesma proporção, ao fortalecimento de El Salvador e República Dominicana; bem como os 4 projetos executados com a Bolívia (12,1%), e os 3 realizados em associação simultânea com “vários” recetores (outros 9,1%). Os restantes 42,4% dos projetos distribuíram-se entre praticamente uma dezena de países, tendo cada um deles sido recetor de 2 projetos de Cooperação Triangular (Costa Rica, Guatemala, Haiti, Honduras e Uruguai) ou de um (Colômbia, Equador, Panamá e Paraguai).

c) O facto de Espanha ser atualmente o agente que lidera a Cooperação Triangular no exercício de segundo oferente, bem como as parcerias através das quais tal se concretiza, é indissociável da aposta que o país realizou nos últimos anos em promover esta modalidade. Neste sentido, e tal como mostra o Quadro III.3, entre 2010 e 2017, Espanha subscreveu instrumentos de promoção da Cooperação Triangular com 10 países diferentes, oito dos quais coincidem

com os primeiros ofertantes com que se associou nos 33 projetos registados em 2017. Trata-se de acordos que acompanharam o progressivo aumento do número de iniciativas triangulares em que Espanha participou, e que condicionaram a cadeia de relacionamentos entre aqueles que exerceram o papel de primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor.⁷

⁷ A modo de exemplo, os 8 projetos participados por Espanha (segundo ofertante) e Costa Rica (primeiro ofertante), tiveram por destino: El Salvador (2), Honduras (1) e República Dominicana (2); para além da Colômbia, Paraguai e Uruguai (1 em cada caso). Esta distribuição está em coerência com o facto de estarem enquadrados no Programa de Cooperação Triangular Espanha-Costa Rica-América Latina e Caribe, inicialmente impulsionado para promover a Cooperação Triangular com países terceiros centro-americanos e que, desde há uns anos, alargou o seu raio de ação a todos os países da região. Como dado adicional, a maior parte desses projetos (6 de 8), visaram temas ambientais; o que também está em conformidade com o facto de que este Programa de Cooperação centra as suas intervenções em áreas tais como as alterações climáticas, infância, adolescência, população e desenvolvimento (<http://www.aecid.es/ES/Paginas/D%C3%B3nde%20Cooperamos/Am%C3%A9rica%20Latina%20y%20Caribe/Centroamerica-Mexico-Caribe/Costa-Rica.aspx>).

QUADRO III.3

ESPAÑA: UMA DÉCADA A APOSTAR NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA

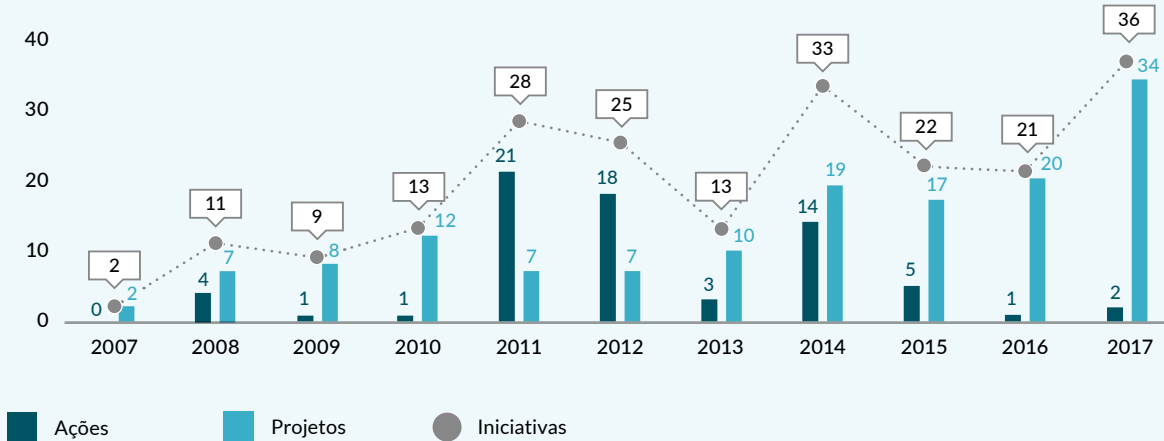
Em pouco mais de uma década, Espanha consolidou-se como um dos agentes de maior protagonismo da Cooperação Triangular realizada

na Ibero-América. O gráfico que apresenta a evolução das ações e projetos (iniciativas) em que anualmente o país participou

nessa modalidade, mostra um aumento exponencial: das apenas 2 iniciativas registadas em 2007 para as 36 de 2017.

EVOLUÇÃO DAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM QUE ESPANHA PARTICIPA. 2007-2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CONTINUA NA PÁGINA 115

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 114

No entanto, tal como se pode observar no gráfico, o facto desse aumento ter seguido uma trajetória irregular não significa, paradoxalmente, que não se possam identificar tendências claras, resultantes da aposta e de um compromisso firme e constante por parte de Espanha para com essa modalidade. Com efeito:

a) Por um lado, as irregularidades que se observam são compatíveis com a identificação de duas etapas com diferentes intensidades de participação: uma primeira, compreendida entre 2007 e 2010, onde o dinamismo de Espanha é relativamente menor (participa em média em 8 ou 9 iniciativas por ano); e uma segunda, a partir de 2011, na qual as iniciativas em que o país participa em média anual, aumentam até praticamente triplicarem, situando-se o valor final acima das 25.

b) Por outro lado, a diferente evolução seguida pelo número de ações e projetos e, em consequência, o modo como evoluíram os seus diferentes pesos relativos sobre o total das iniciativas mostra não só que a Cooperação Triangular aumentou, mas também que o fez a partir de uma crescente instrumentalização dos projetos relativamente às ações, algo que sugere uma maior dinâmica. Assim, enquanto que em 2011 e 2012 o número de ações (entre 21 e 18) multiplicou por 2 e até por 3 vezes o dos projetos (7); a partir de 2013 a proporção inverte-se, chegando em 2017 a um cenário no qual das 36 iniciativas registadas praticamente todas (34) são projetos, passando as ações para um papel cada vez mais secundário.

Esta dinâmica de crescimento e fortalecimento da Cooperação Triangular não é alheia ao esforço que Espanha realizou para estabelecer alianças com outros parceiros da região e, através delas, promover uma série de instrumentos que sem dúvida favoreceram o impulso rápido e ágil de um número crescente de iniciativas. Trata-se de instrumentos diversos (entre outros, Memorandos de Entendimento, Acordos de Nova Geração, Fundos Mistos e Programas de Cooperação Técnica) que prosseguem, entre outros, o objetivo de promover uma Cooperação Triangular de natureza técnica com outros países. O esquema elaborado inclui a cronologia da assinatura desses instrumentos entre 2009 e 2017, na qual estão envolvidos 10 países ibero-americanos; seguindo a mesma ordem cronológica, trata-se do Chile, Costa Rica, Brasil, El Salvador, Uruguai, México, Equador, Panamá, Peru e Argentina.

CRONOLOGIA DOS INSTRUMENTOS SUBSCRITOS POR ESPANHA COM OUTROS PARCEIROS DA REGIÃO, QUE CONTRIBUEM PARA A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR



Fonte: SEGIB a partir de www.aecid.es

De facto, e em termos agregados, entre 2007 e 2017, Espanha participou como segundo ofertante num total máximo de 140 projetos e ações de Cooperação Triangular. O último gráfico elaborado desagrega esses 80 projetos e 60 ações conforme os países que, em associação com Espanha, exerceram o papel de primeiro ofertante. Tal como se

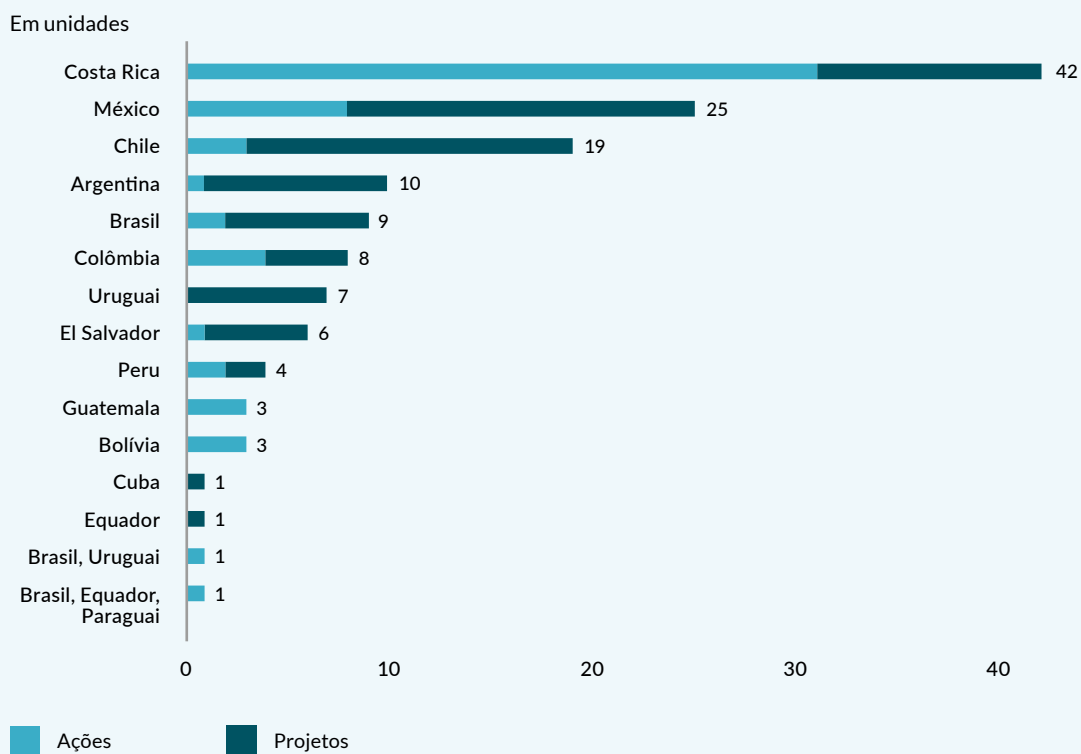
pode observar, existe uma elevada correlação entre os países com os quais se formalizaram instrumentos e a participação conjunta em iniciativas de Cooperação Triangular. Assim, registam-se iniciativas com todos os 10 países ibero-americanos com os quais se estabeleceram as mencionadas associações, oscilando o número de intercâmbios realizados entre

os 42 efetuados com a Costa Rica e um projeto pontualmente promovido com o Equador. Outros parceiros, também pontuais, foram a Colômbia (4 triangulações), Bolívia (3), Guatemala (3), Cuba (1) e Paraguai (neste caso, uma ação no papel de primeiro ofertante partilhado com o Brasil e Equador).

CONTINUA NA PÁGINA 116

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 115

PRINCIPAIS PARCEIROS DE ESPANHA NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR, NO PAPEL DE PRIMEIROS OFERTANTES (2007-2017)



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste cenário, merece uma especial referência a aliança estabelecida entre Espanha e Chile, dois países que, ao longo desta década, promoveram cerca de vinte iniciativas nesta modalidade de cooperação. Instituída em 2009, a associação entre ambos coincide com a assinatura do primeiro dos Memorandos impulsioneados por Espanha em conjunto com os seus parceiros ibero-americanos. O referido acordo estabeleceu as bases para a constituição de um mecanismo inovador de financiamento de atividades conjuntas, através do qual foram executados 8 dos projetos registados: o Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha, que ao longo de 2019 comemorou a sua primeira década de funcionamento.

O Fundo foi concebido para fazer avançar um objetivo duplo: realizar projetos conjuntos a favor de países terceiros da região da América Latina e Caribe, na modalidade de Cooperação Triangular, por forma a que a associação de Espanha e Chile ofereça vantagens comparativas face à cooperação bilateral; bem como apoiar institucionalmente a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID).

O Fundo funcionou em duas etapas: uma primeira, compreendida entre 2011 e 2014, com um orçamento máximo de 1.300.000 dólares, financiado a 70% por Espanha e 30% pelo Chile; e uma segunda, 2015-2020, com contribuições de 50%, de 150.000 dólares por ano por parte de cada um daqueles

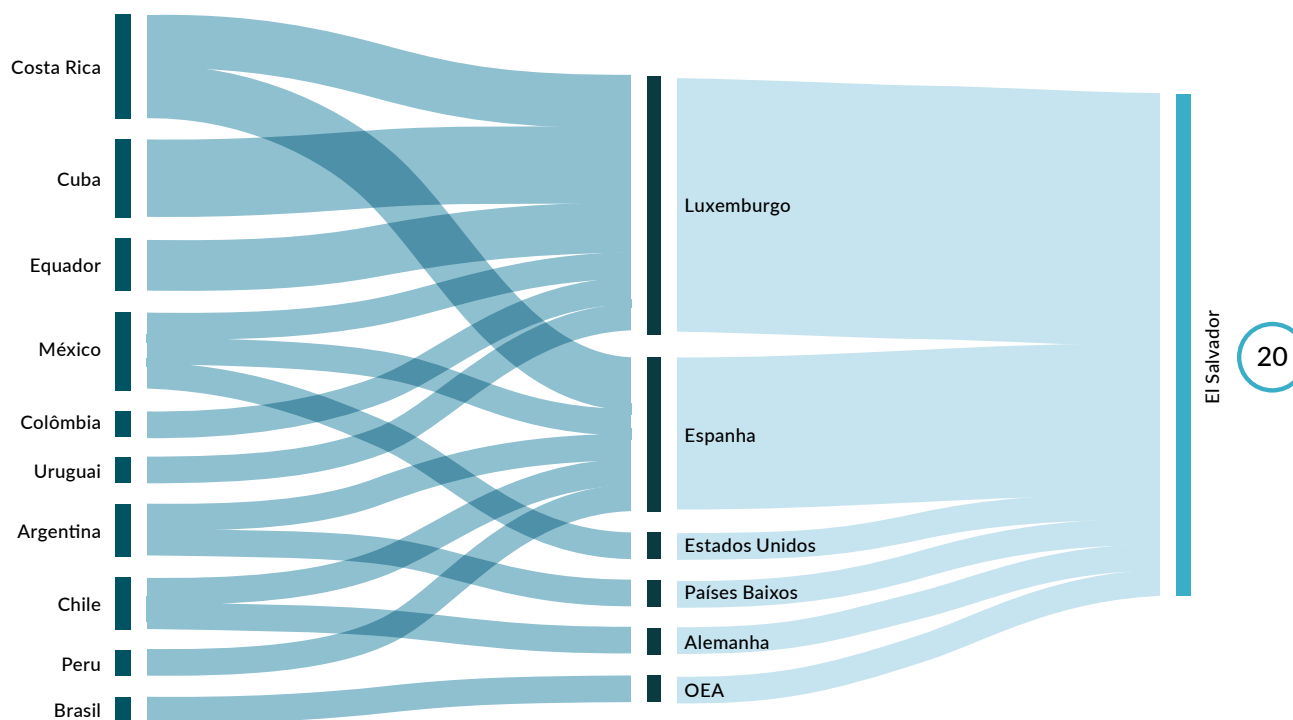
países. Após uma década de experiência do Fundo, a avaliação realizada por ambos os países foi satisfatória, e este foi destacado tanto pelo Chile quanto por Espanha pela sua capacidade de fomentar uma Cooperação Triangular da qual se retiraram numerosos ensinamentos e que se revelou horizontal e paritária, fortalecendo a aliança entre os países parceiros (incluindo o recetor, que participou com elevado grau de apropriação), e tornando-se num exemplo de como as experiências de Cooperação Triangular não só trazem benefícios para o país recetor, mas também para os parceiros ofertantes, que igualmente se alimentam do intercâmbio de conhecimentos técnicos e experiências (AECID e AGCID, 2019).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, AECID e AGCID (2019).

DIAGRAMA III.3

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE EL SALVADOR NO PAPEL DE RECETOR, CONFORME O PRIMEIRO E SEGUNDO OFERTANTES. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, o Diagrama III.3 permite um exercício análogo para o caso de El Salvador, o país ibero-americano que, em 2017, exerceu o papel de recetor de projetos de Cooperação Triangular num maior número de ocasiões (20). A sua observação mostra as relações que El Salvador teceu com outros parceiros para tornar possível a implementação desses projetos. Em concreto:

a) 80% dos projeto de Cooperação Triangular nos quais El Salvador exerceu o papel de recetor em 2017, devem-se à relação com dois segundos ofertantes: Luxemburgo, com quem partilhou 10 projetos (metade do total) e Espanha, parceira em outros 6 projetos, equivalentes a 30% dos finalmente registados. Esta enorme concentração contrasta com a distribuição dos 4 projetos restantes, na realidade, iniciativas pontualmente intercambiadas com a Alemanha, Estados Unidos, Países Baixos e OEA.

b) Esta dinâmica de relacionamento é indissociável do impulso que El Salvador, precisamente a par de Espanha e do Luxemburgo, deu a um instrumento que se revelou essencial em todo este processo: o denominado Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FOSAL), financiado com o contributo desses dois países. Neste sentido, as alianças forjadas entre esses parceiros e a constituição do Fundo, justificam parte do crescente protagonismo de El Salvador na Cooperação Triangular realizada na região, e além disso fá-lo de forma inovadora, promovendo um papel "dual" para o país centro-americano: como recetor (16 triangulações em parceria com o Luxemburgo e Espanha em 2017) e como primeiro ofertante (13 projetos de Cooperação Triangular em 2017, 9 com o Luxemburgo como parceiro principal e 4 com Espanha no exercício desse mesmo papel).

- c) No entanto, note-se que nem todas as triangulações de Espanha e El Salvador com países terceiros foram apoiadas pelo FOSAL, mas que, por vezes, mediou outro tipo de instrumento: em geral, os Fundos Mistos que Espanha também mantém com países que exercem o papel de primeiro ofertante desses projetos, tal como nos casos do México e Chile. Neste sentido, e como se pode observar no Diagrama III.3, em 2017 10 países ibero-americanos chegaram a participar como primeiros ofertantes nesses 20 projetos triangulares: tratou-se, por ordem de importância relativa, da Costa Rica (4 projetos); Cuba e México (3 em cada caso); Argentina, Chile e Equador (2 cada um); e Brasil, Colômbia, Peru e Uruguai, todos com participação apenas num intercâmbio pontual.
- a) Metade dos projetos de Cooperação Triangular em que a Ibero-América participou em 2017 contribuíram para fortalecer dois tipos de capacidades: as relacionadas com a área Social (33 projetos, equivalentes a 26% do total); e com o Ambiente (32 projetos que justificam 25,2% do executado em 2017). A outra metade deve-se, principalmente, aos esforços orientados para o setor Económico (outra quarta parte do total dos projetos, numa proporção de 3 para 1 entre Infraestruturas e Serviços Económicos e Setores de Produção); o Fortalecimento Institucional (20,5%); e os Outros âmbitos de intervenção, uma área que inclui *Cultura* e *Género* e na qual só foram executados 4 projetos (3,1%).

III.3

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE 2017

A análise da Cooperação Triangular a partir de uma perspetiva setorial permite identificar como a região contribuiu para reforçar as suas capacidades a partir do que foi executado em 2017. Este exercício é realizado, em primeiro lugar, identificando para que setores se orientaram os 127 projetos e as 37 ações mantidas em execução em 2017 nesta modalidade; e, em segundo lugar, relacionando essa distribuição setorial com o realizado por cada um dos agentes que, a partir dos diferentes papéis reconhecidos, participaram mais ativamente nas triangulações de 2017.

III.3.1

PERFIL DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR

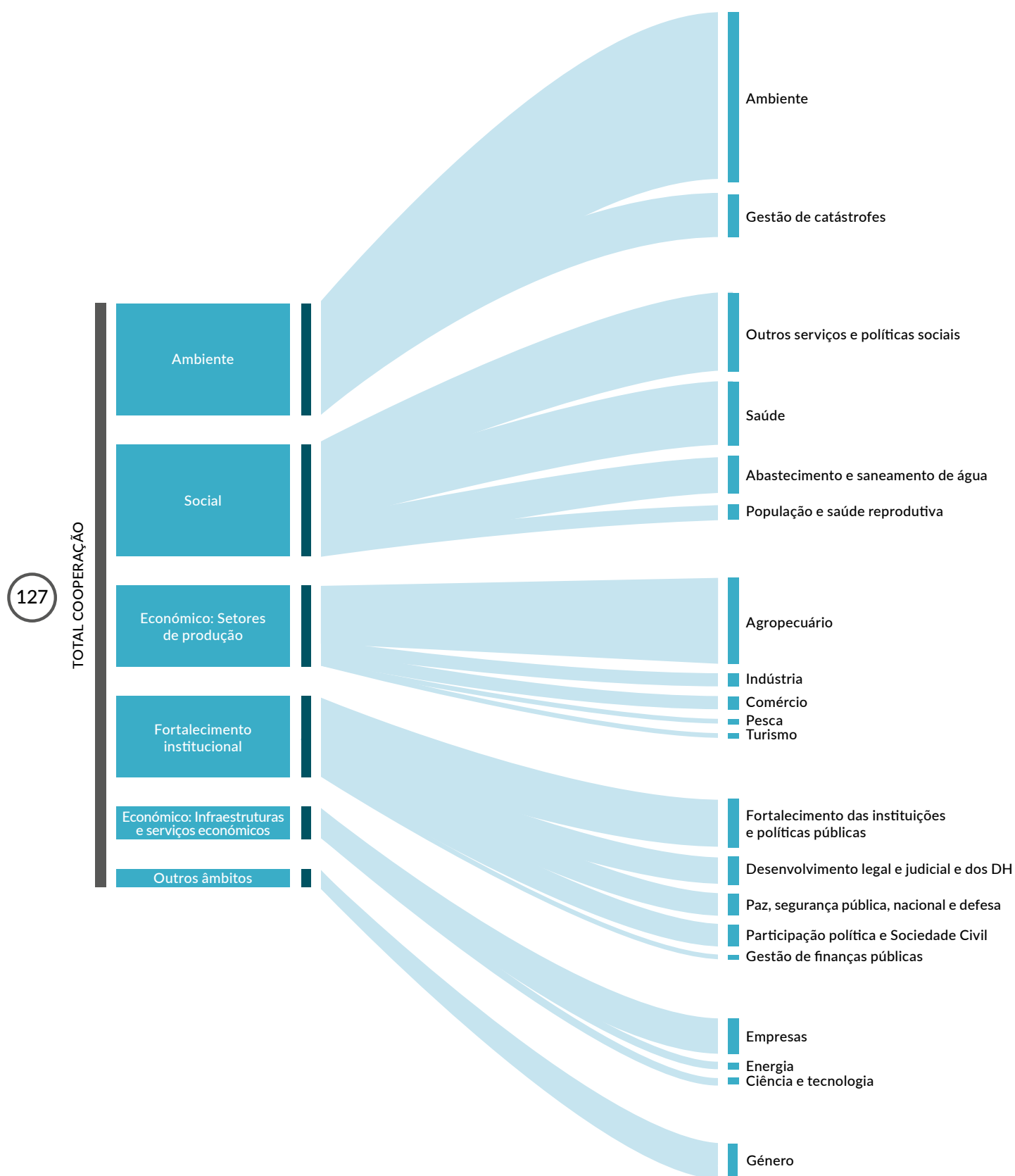
O Diagrama III.4 distribui os 127 projetos de Cooperação Triangular nos quais os países da região participaram ao longo de 2017 (caudal esquerdo), conforme o âmbito de intervenção no qual incidiram (caudal médio) e o correspondente setor de atividade (caudal direito). Da sua observação depreende-se o seguinte:

- b) Tal como se observa no Diagrama III.4, a importância relativa registada pelos diferentes âmbitos de intervenção é determinada pelo peso de vários setores. Trata-se, principalmente, de cinco setores que justificam 6 em cada 10 dos 127 projetos de Cooperação Triangular executados em 2017: *Ambiente* (um em cada 5 projetos); *Agropecuário* (12,6% dos totais); *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde* (em torno a 9-11% em cada caso, equivalentes, de forma agregada, a outros 20%); e os que visaram o *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* (8,7%).
- c) Por setores, é sem dúvida importante destacar a forte aposta que a região está a fazer para reforçar as suas capacidades no que respeita ao *Ambiente*. Neste sentido, o Quadro III.4 analisa a forma como os principais setores de atividade foram modificando o seu peso relativo sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular realizados entre 2007 e 2017 e uma das suas conclusões é clara: A Ibero-América aposta em unir forças, promover triangulações e dotar-se de maiores capacidades para enfrentar os atuais desafios ambientais da região e do planeta, constituindo este um dos maiores compromissos da Agenda 2030: o desenvolvimento sustentável. Em 2017, destacaram-se os projetos centrados em promover a adaptação às alterações climáticas, progredir na gestão das informações e dos conhecimentos aplicados à conservação da biodiversidade e atenuar a emissão de gases com efeito de estufa, desenvolver metodologias e manuais de avaliação ambiental e melhorar a gestão integral dos resíduos sólidos urbanos, isto para referir apenas alguns exemplos.

DIAGRAMA III.4

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

QUADRO III.4

A PROGRESSIVA APOSTA DA IBERO-AMÉRICA NUMA COOPERAÇÃO TRIANGULAR QUE DÊ RESPOSTA AOS DESAFIOS AMBIENTAIS: O PERÍODO 2007-2017

No período compreendido entre 2007 e 2017, os países ibero-americanos foram modificando a prioridade setorial para a qual os projetos de Cooperação Triangular se orientaram. A referida modificação expressa-se no primeiro gráfico, que ao longo do período considerado, apresenta a evolução dos cinco setores de atividade mais importantes de 2017 (*Ambiente, Agropecuário, Outros serviços e políticas sociais, Saúde e Fortalecimento de instituições e políticas públicas*).

Na realidade, a observação do gráfico permite distinguir de três etapas:

1. Durante a primeira (2007-2008), estes cinco setores justificaram, em média, 40% dos projetos de Cooperação Triangular. Os esforços concentraram-se principalmente em fortalecer o setor das instituições e políticas públicas, o que em média

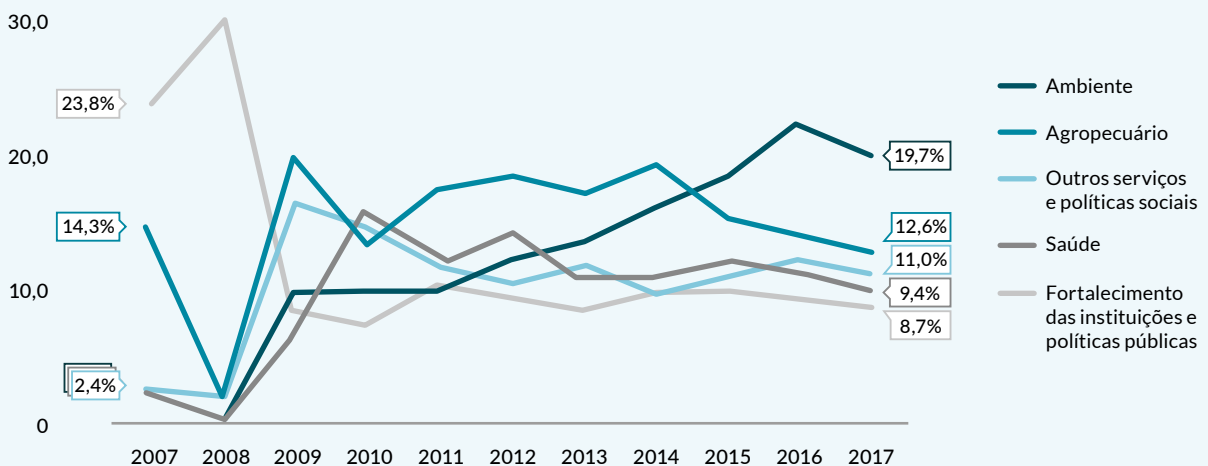
justificou mais de um quarto dos projetos. A importância desse setor reforçou-se quando lhe foram agregados os dados da participação relativa ao *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH, Gestão de finanças públicas, e Paz, segurança pública, nacional e defesa*, que acabam por representar cerca de 60% do total dos projetos de Cooperação Triangular. Entretanto, o âmbito *Agropecuário* contribuiu, em média, para 8,1% das triangulações; enquanto que o *Ambiental, Outros serviços e políticas sociais e Saúde*, apenas representaram uma contribuição pontual, equivalente, em cada caso, a 1,2%-2,2% do total.

2. Em apenas alguns anos, durante o período 2009-2011, o cenário mudou: por um lado, porque o peso médio relativo desses cinco setores aumentou mais de 20 pontos

percentuais, situando-se ligeiramente acima dos 60%; e, por outro lado, pelas fortes (e contrapostas) alterações das tendências registadas por esses mesmos setores. Com efeito, o aumento global justifica-se, precisamente, pela pressão no sentido do crescimento de quatro desses setores: assim, o *Agropecuário* duplicou o seu peso médio sobre o total até alcançar uns significativos 16,6%; os *Outros serviços e políticas sociais* e a *Saúde*, passaram de um agregado de 3,4% para 25%; e o *Ambiente* não deixou de crescer, tendo multiplicado o seu peso relativo até conseguir justificar um em cada 10 projetos finais. Estas tendências contrastam com a registada pelos projetos dedicados ao *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, que reduziram a sua participação média dos 26,9% dos anos 2007-2008 até aos 8,5% desta segunda etapa.

EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME OS SETORES. 2007-2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CONTINUA NA PÁGINA 121

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 120

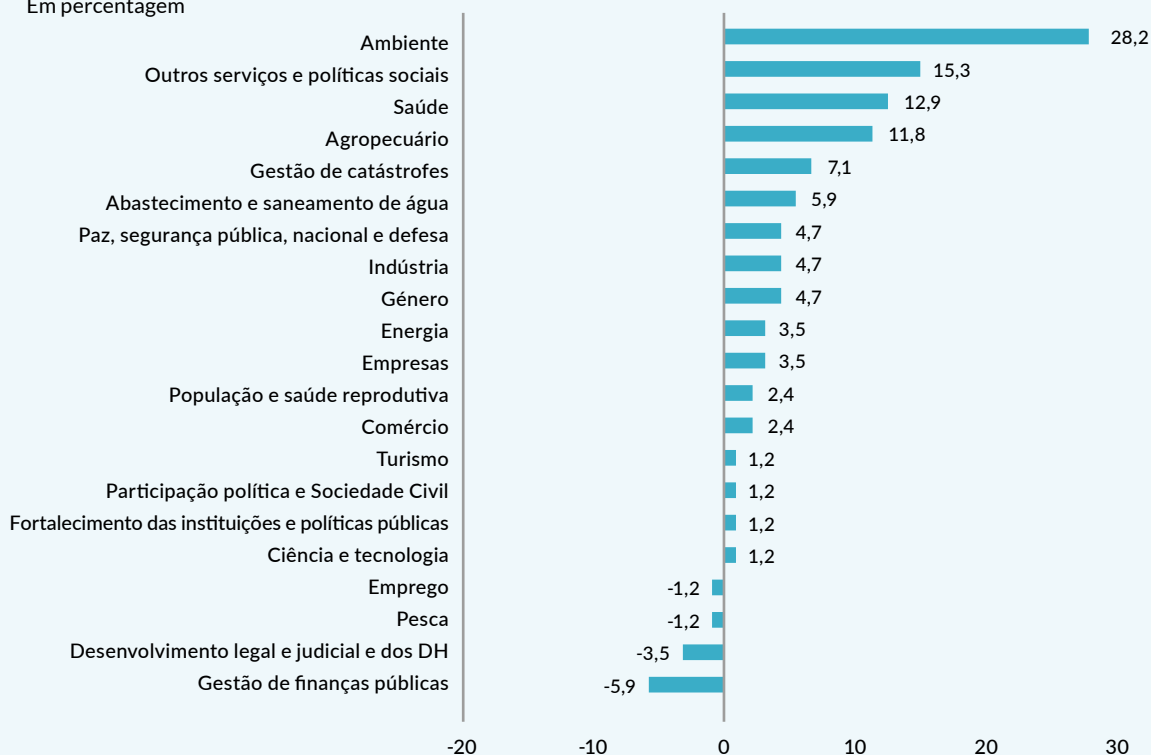
3. Entre 2012 e 2017, esses mesmos 5 setores já representavam, em média, cerca de 65% dos projetos de Cooperação Triangular participados pela região. Três deles mantiveram um comportamento extremamente

estável, e os seus pesos relativos situaram-se em valores médios semelhantes aos da etapa anterior: *Agropecuário* (16,0%); *Saúde* (11,2%); e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* (9,1%). Por sua vez, os *Outros serviços e políticas*

sociais perderam 4 pontos de participação, caindo para 10,9%; uma queda que compensa largamente o imparável aumento dos projetos dedicados ao *Ambiente* que aumentaram 7 pontos e se situaram, em média, nuns consideráveis 17%.

CONTRIBUIÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DO TOTAL DOS PROJETOS, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE. 2007-2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

As mesmas tendências ratificam-se a partir de outra abordagem: a que oferece o segundo gráfico, elaborado para identificar qual a contribuição de cada setor para a alteração dos projetos registados entre 2007 e 2017 (um total de 85 projetos adicionais, que separam os 42 do primeiro exercício dos 127 finais).

A sua observação não deixa margem para dúvidas: praticamente 3 em cada 10

desses novos projetos (28,2%) justificam-se pela prioridade que os países ibero-americanos deram a que a Cooperação Triangular contribuisse para enfrentar os atuais desafios ambientais da região. Além disso, 4 em cada 10 novos projetos devem-se à contribuição agregada dos três dos setores que mantêm maior importância relativa: *Outros serviços e políticas sociais*, *Agropecuário* e *Saúde*. Outra prioridade que vai ganhando

terreno, estreitamente relacionada com esses mesmos desafios ambientais, é a relativa à *Gestão de catástrofes* (uma contribuição de 7,1%). Entretanto, e em conformidade com o atrás mencionado, o *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, o *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* e a *Gestão das finanças públicas*, coincidem com os setores que realizaram uma contribuição muito baixa (1,2% da transformação) ou até negativa (-3,5% e -5,9%).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- d) O segundo setor mais relevante de 2017 foi o *Agropecuário*, com 16 projetos de Cooperação Triangular. Neste caso, os países ibero-americanos centraram as suas ações em algumas culturas próprias da região (café, cana de açúcar, algodão, cacau, abacate...), bem como nos agricultores familiares e de pequena escala. Neste contexto realizaram-se várias iniciativas que se centraram na segurança alimentar e na promoção de fórmulas que facilitassem uma maior inclusão financeira dos produtores rurais. Realizaram-se ainda outro tipo de experiências ligadas a temas fitossanitários (administração de bancos de sementes) e de sustentabilidade (aproveitamento dos resíduos agrícolas da cana de açúcar).
- e) A seguir aos projetos *Agropecuários*, destacaram-se 11% dos projetos de Cooperação Triangular que tiveram por objetivo fortalecer *Outros serviços e políticas sociais*. Tratou-se de iniciativas dedicadas a apoiar políticas e instituições públicas que centram as suas ações nalgum grupo populacional, tal como na infância, adolescência e terceira idade. São de salientar os projetos que relacionam juventude, com emprego e integração social, bem como os que visam o progressivo envelhecimento da população e desenvolvem políticas para melhorar o atendimento e cuidados a esta população, tal como mostra o Quadro III.5.
- f) Por seu turno, praticamente um em cada 10 projetos de Cooperação Triangular participados pelos países ibero-americanos em 2017 incidiram no setor da *Saúde*. Uma grande parte destas iniciativas procurou fortalecer o próprio sistema através do intercâmbio de experiências para melhorar o atendimento e a segurança dos pacientes, bem como reorganizar a rede de serviços de atendimento hospitalar e de emergência, só para indicar alguns. Também se realizaram projetos orientados para grupos populacionais específicos, sendo este novamente o caso da infância (desenvolvimento de atendimento pediátrico em cardiologia infantil), doenças concretas (luta contra o VIH/SIDA) e medicamentos (acesso e uso racional e seguro).
- g) Outra atividade importante (cerca de 9% dos 127 projetos triangulares mantidos em execução em 2017), refere-se às capacidades que melhoram a gestão dos governos através do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*. Vale a pena referir aqui a cooperação em matéria de descentralização de competências, bem como tudo o que respeita à planificação e ordenamento territorial. Outro bloco relevante de projetos, foi destinado ao fortalecimento da própria cooperação, com iniciativas muito diversas que englobam a implementação de sistemas de informação, promoção de instituições governamentais temáticas (subsecretarias), apoio a Programas de Cooperação Triangular e implementação da agenda de eficácia da cooperação para o desenvolvimento.
- h) Os restantes 40% dos projetos, distribuíram-se em 15 setores de atividade diferentes, destacando-se apenas os projetos destinados à *Gestão de catástrofes; Desenvolvimento legal e judicial e dos DH; Paz, segurança pública, nacional e defesa; e Abastecimento e saneamento de água*, quatro setores cuja contribuição relativa sobre o total oscilou entre 4% e 5%. As outras capacidades setoriais foram contempladas com intervenções pontuais de 1 a 4 projetos, devendo referir-se o setor *Género*.
- Finalmente, uma nota relativa às 37 ações de Cooperação Triangular que os países ibero-americanos mantiveram em execução ao longo de 2017. Na realidade, praticamente 3 em cada 4 destas iniciativas destinaram-se a atender os âmbitos do Fortalecimento institucional (37,8%) e do Ambiente (35,1%), dados que sugerem uma maior concentração de ações num pequeno número de âmbitos. Igualmente, e em comparação com os projetos, outra diferença significativa refere-se ao tipo de atividades que emergem: a *Gestão das finanças públicas* (6 ações) e a *Gestão de catástrofes* (um total de 10). A título de exemplo, através das ações de Cooperação Triangular, os países ibero-americanos reforçaram a administração de bens em extinção de domínio; leis que regulamentam os sistemas de concurso, adjudicação de contratos e compras públicas; práticas nos ministérios das finanças e receitas públicas; bem como as capacidades que melhoram o alerta, prevenção e intervenção face a tsunamis, terremotos e incêndios florestais, entre outras catástrofes naturais.

QUADRO III.5

A COOPERAÇÃO TRIANGULAR IBERO-AMERICANA EM MATÉRIA DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO ADULTA

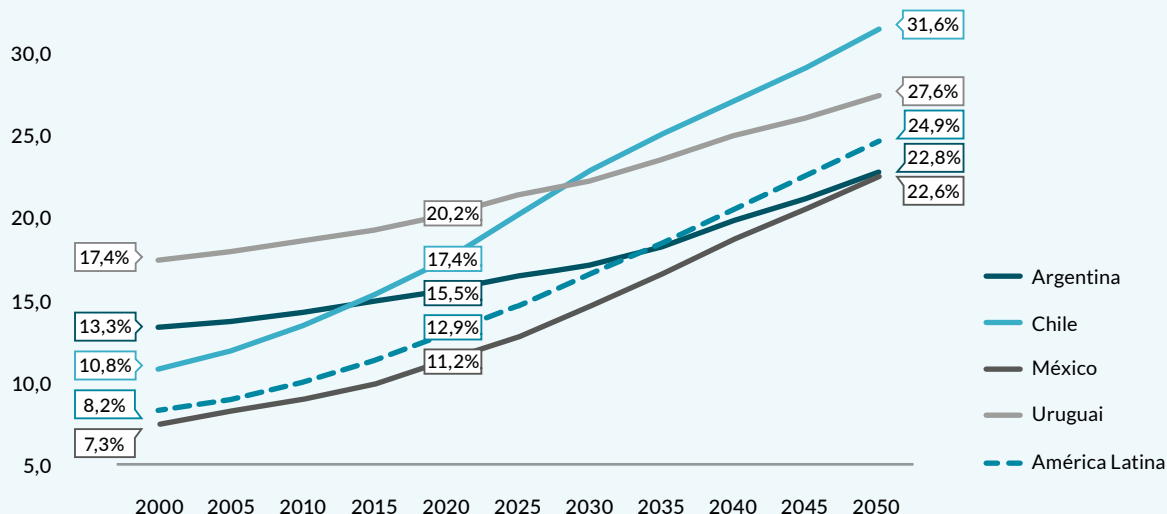
Segundo as Nações Unidas (2019), a população mundial está a envelhecer. Esse processo manifesta-se através do aumento progressivo da proporção de pessoas com 60 ou mais anos de idade relativamente à população total. A evolução de alguns valores e projeções parece ratificar essa afirmação. A este respeito, calcula-se que em 2019 uma em cada 11 pessoas (cerca de 9% da população mundial) terá mais de 65 anos; prevendo-se que essa proporção aumentará para uma em cada seis (até 16%) em 2050.

A progressão acentua-se ainda mais nas regiões em desenvolvimento. Neste sentido, o mesmo estudo prevê que entre 2019 e 2050 a proporção entre os que terão 60 ou mais anos de idade e o total duplique no Norte de África; Ásia Ocidental, Central e Meridional; Leste e Sudeste Asiático; e América Latina e Caribe. A CEPAL (2018) confirma essas mesmas tendências. Assim, a observação do gráfico elaborado para esse efeito sugere que, no conjunto da América Latina, a proporção das pessoas com mais de 60 anos de idade sobre a população

total continue a aumentar a um ritmo exponencial, o que irá permitir que passe dos 8,2% do ano 2000 para 12,9% em 2020; um valor que em 2050 poderá chegar a situar-se praticamente em 25%. O impacto de tudo isto na estrutura demográfica provocará situações sem precedentes. De facto, a própria CEPAL estima que em 2037 “a proporção crescente de pessoas idosas ultrapassará a dos menores de 15 anos, etapa a partir da qual o processo de envelhecimento se tornará no fenómeno demográfico preponderante” (CEPAL, 2018, Pág. 31).

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 60 ANOS EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA, CONFORME A PROJEÇÃO. 2000-2050

Em percentagem de população total



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados e indicadores das bases de dados e publicações estatísticas da CEPALSTAT.

Neste cenário, e no âmbito dos compromissos assumidos com a Agenda 2030, o envelhecimento passa a ser um tema incontornável da agenda pública. Por um lado, transformando os instrumentos

de planificação, pois a tomada de decisões sobre desenvolvimento deve realizar-se tendo em conta os diferentes cenários demográficos. Por outro lado, implementando políticas públicas mais integrais

e adequando as estruturas económicas e sociais para assim melhorar a qualidade de vida das pessoas mais velhas e, por sua vez, progredir para a universalização da proteção dos seus direitos.

CONTINUA NA PÁGINA 124

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 123

Neste contexto, em 2017 devemos referir a promoção da iniciativa “Apoio à concepção de estratégias para os cuidados do envelhecimento e da população adulta”. Trata-se de um projeto de Cooperação Triangular com a Argentina no papel de primeiro ofertante; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no de segundo ofertante; e o Chile, Uruguai e México no papel de recetores.

Tal como se pode observar no gráfico, todos os países ibero-americanos envolvidos nesta iniciativa estão a sofrer o progressivo envelhecimento das suas populações. De facto, nos casos do Chile e México, bem como no do conjunto da região, a proporção entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais e o total da população projetada para 2050, praticamente triplica a registada em 2000; enquanto que na Argentina e Uruguai, a distância entre essas mesmas taxas está próxima de metade, de uns menores 1,6-1,7.

A iniciativa parte da experiência argentina. Assim, tendo em conta a necessária adaptação ao

envelhecimento da população, a Argentina procurou melhorar os cuidados médicos e sociais que o Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (INSSJP) deve prestar às pessoas em idade avançada e, dentro delas e muito especialmente, às que sofrem de doenças crónicas e registam altas taxas de comorbilidade, elementos adicionais que acrescentam um maior grau de fragilidade e vulnerabilidade. Um estudo de investigação permitiu identificar a população em estado de fragilidade e estabelecer as bases para testar um novo conceito de modelo de atendimento a este grupo populacional: o conhecido como Casa Médica, concebido para integrar a prestação de serviços de saúde a vários níveis de atendimento com outros mais próprios dos serviços sociais.

Depois do seu lançamento, o BID acordou em financiar com 350.000 dólares uma iniciativa que permita à Argentina partilhar a sua experiência com outros países que sofrem processos de envelhecimento semelhantes, tal

como o caso dos já mencionados Chile, México e Uruguai. O referido projeto, apoia e promove a saúde integral, proporcionando atendimento médico geral e especializado a fim de conservar e recuperar a saúde através de ações preventivas, curativas e de reabilitação. Organiza ainda o trabalho de equipa para que os diferentes profissionais envolvidos possam assumir a responsabilidade dos cuidados dos indivíduos e da população a seu cargo numa perspectiva que inclua os aspetos biopsicossociais e integre conceitos inovadores de organização e de tecnologia da informação com a medicina baseada em evidências para otimizar o bem-estar das pessoas. A avaliação positiva desta experiência baseia-se na prova de que diminui as despesas hospitalares, os internamentos e as consultas de emergência. Além disso, aumenta o acesso aos serviços de saúde, a qualidade de vida e incrementa a satisfação dos pacientes, bem como a eficácia dos serviços preventivos.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, CEPAL (2018) e Nações Unidas (2019).

III.3.2

PERFIL DOS PRINCIPAIS AGENTES

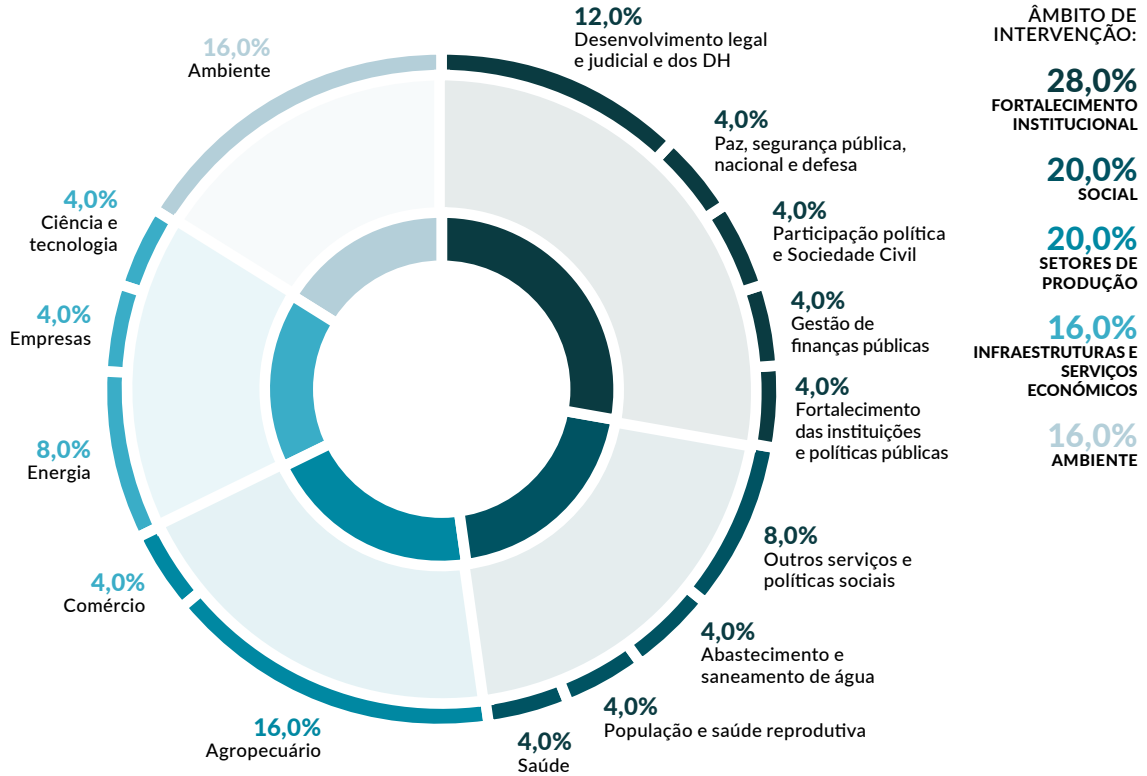
Uma outra leitura sobre como a Cooperação Triangular contribuiu para o fortalecimento de capacidades pode ser realizada colocando o foco nos países que mais apoiaram este perfil: ou seja, distribuindo a cooperação por setores de atividade, neste caso não para o conjunto do intercambiado na região, mas distinguindo cada um dos países que nela participaram. Na verdade, para que o resultado

seja significativo, e dado o volume de iniciativas e a necessária distribuição em 30 setores de atividade, o exercício realiza-se apenas para os projetos e para os três países com mais atividade (respetivamente México, Espanha e El Salvador), em cada um dos três papéis reconhecidos no espaço ibero-americano.

GRÁFICO III.6

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO MÉXICO, NO EXERCÍCIO DO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE. 2017

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, o Gráfico III.6 distribui os 25 projetos nos quais o México participou como primeiro ofertante em 2017, conforme o setor de atividade a que se dedicaram. A sua observação sugere o seguinte:

- a) Dois terços desses projetos de Cooperação Triangular consagraram-se ao fortalecimento de três âmbitos de intervenção diferentes: o do Fortalecimento Institucional (28,0%) e o dos Setores de Produção e Social (20% em cada um dos casos). Os restantes 32% das triangulações do México, distribuíram-se em partes equivalentes, entre o apoio aos âmbitos Ambiental e das Infraestruturas e Outros Serviços Económicos.
- b) Na realidade, e tal como se pode observar no mesmo Gráfico III.6, os 25 projetos do México estiveram muito dispersos, chegando a distribuir-se por 15 setores de atividade diferentes, o que representa participações que oscilaram entre 1 projeto e um máximo de 4. Em concreto, são de salientar as 4 iniciativas (16,0%) que contribuíram para fortalecer, em cada caso, as

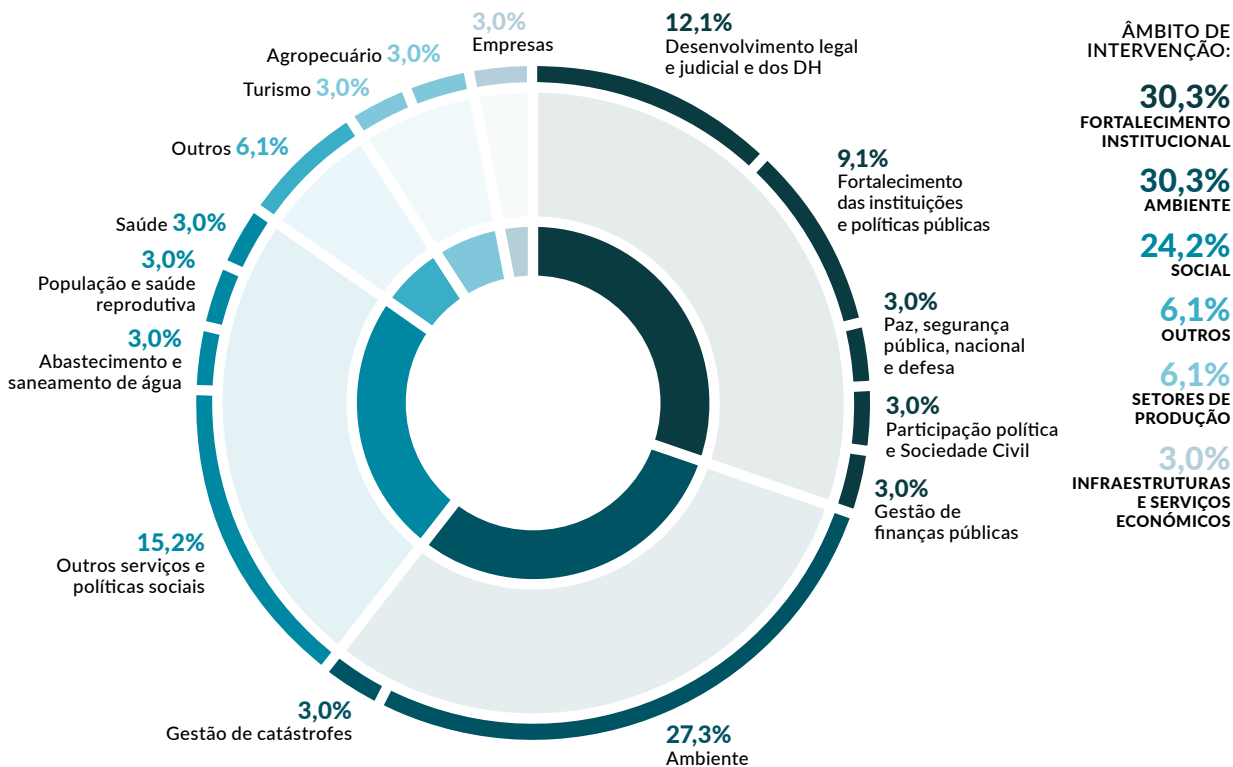
capacidades relativas ao Ambiente e ao setor Agropecuário; as 3 destinadas ao Desenvolvimento legal, judicial e dos Direitos Humanos (12,0%), bem como as duas ocasiões nas quais, respetivamente, se abordaram temas relativos à Energia e a Outros serviços e políticas sociais.

- c) A modo de exemplo, o México aproveitou os projetos de Cooperação Triangular em que participou em 2017 para partilhar as suas experiências relacionadas com a gestão de resíduos, o desenvolvimento integral do mar e da costa e o uso dos *big data* para avaliar e enfrentar a degradação dos ecossistemas; bem como com a gestão pré e pós-colheita do abacate, a promoção de investigações aplicadas à melhoria da colheita de cacau, e as questões fitossanitárias, incluindo os bancos e a melhoria de sementes. Outros projetos a destacar são os orientados para reforçar os órgãos eleitorais nacionais e a promoção de boas práticas que favorecem uma maior eficiência energética, apenas para nomear alguns.

GRÁFICO III.7

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE ESPANHA, NO EXERCÍCIO DO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Entretanto, o Gráfico III.7 ilustra o caso de Espanha, que em 2017 exerceu o papel de segunda ofertante em 33 projetos de Cooperação Triangular. Da sua observação depreende-se que:

- a) No caso de Espanha, houve um maior nível de concentração, de tal forma que praticamente 85% dos projetos visaram três âmbitos de intervenção: Fortalecimento Institucional, Ambiental e Social (respetivamente 30,0% destas iniciativas, 30,0% e 24,2%). As iniciativas executadas noutros âmbitos tiveram um caráter mais pontual.
- b) O setor que mais se destacou foi o do *Ambiente*, pois mais de um quarto dos projetos triangulares que Espanha apoiou em 2017 procuraram fortalecer capacidades nessa área. Tratou-se de 9 iniciativas dedicadas, por exemplo, à promoção da reciclagem, gestão integral de resíduos sólidos e gestão ambiental, muitas vezes abordando aspetos institucionais (desenvolvimento de

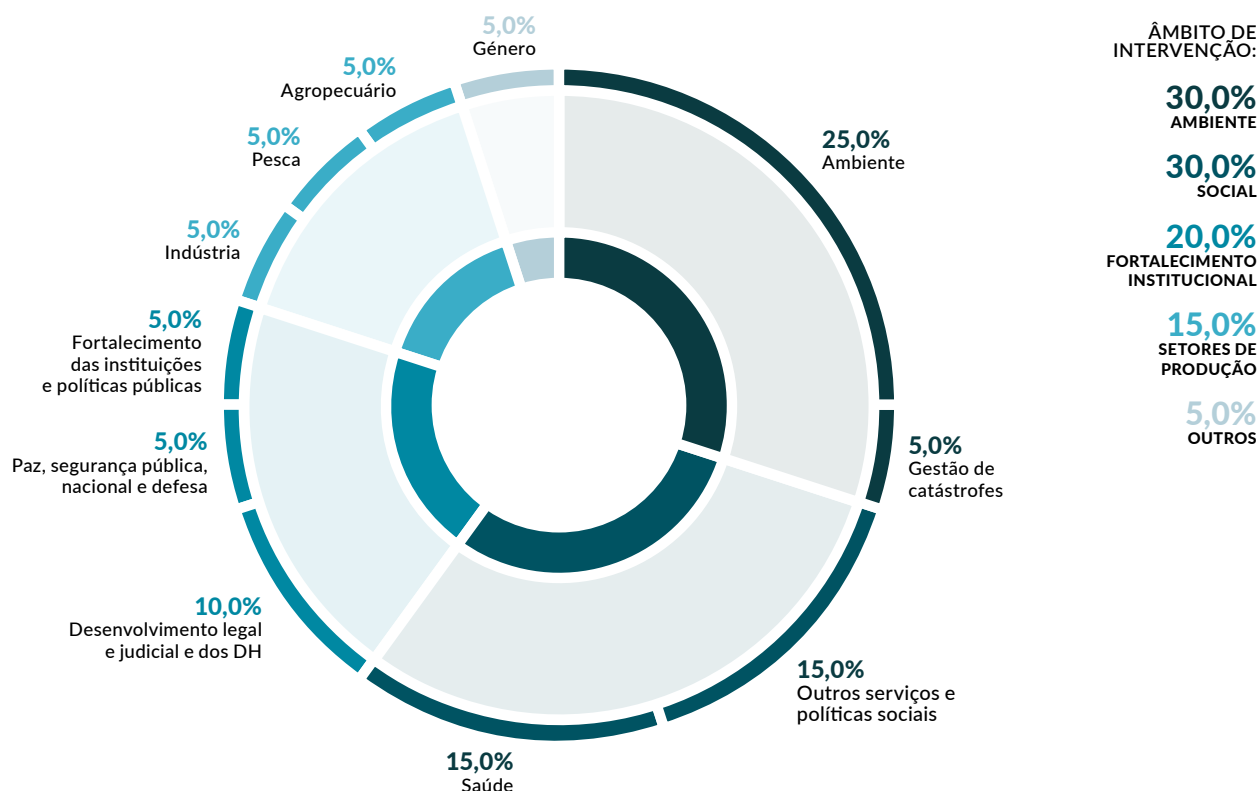
programas de políticas públicas e apoio a entidades próprias do setor) e/ou centrando-se no caso específico dos municípios.

- c) Seguiram-no, por ordem de importância relativa, os projetos de Cooperação Triangular orientados para *Outros serviços e políticas sociais* (5), *Desenvolvimento legal, judicial e dos DH* (4) e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*. A modo de exemplo, são de salientar os projetos apoiados por Espanha em matéria de juventude (emprego, inserção social, participação dos jovens, políticas de prevenção, e tratamento e reabilitação devido ao consumo de drogas por forma a favorecer essa integração); implementação de políticas de promoção da equidade racial; desenvolvimento de instrumentos de ordenamento territorial; para além de iniciativas para partilhar com outros parceiros a experiência dos acordos de Cooperação Triangular que Espanha mantém com alguns países da região.

GRÁFICO III.8

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE EL SALVADOR, NO EXERCÍCIO DO PAPEL DE RECETOR. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, o Gráfico III.8 apresenta o caso de El Salvador, o país da região que em 2017 exerceu num maior número de ocasiões o papel de recetor de Cooperação Triangular (20). Quanto ao tipo de capacidades fortalecidas com esta modalidade de cooperação, devemos destacar:

a) Por um lado, que 60% dos projetos nos quais El Salvador participou se orientaram, na mesma proporção, para o fortalecimento de capacidades nos âmbitos Ambiental e Social. Os restantes 40% dos projetos procuraram apoiar, quase na totalidade e em proporções semelhantes, o desenvolvimento de capacidades relacionadas com o Fortalecimento Institucional (20,0% do total intercambiado) e os Setores de Produção (15,0%).

b) Por outro lado, tratou-se de 20 iniciativas que se chegaram a relacionar com um máximo de 11 setores de atividade. A maior concentração de projetos incidu no Ambiente (5), Saúde (3) e Outros serviços e políticas sociais (3). Tratou-se de uma cooperação que visou reforçar os processos de avaliação ambiental, promover o acesso e uso racional de medicamentos, e garantir o desenvolvimento integral dos recursos marinhos; para além de regulamentar a transplantação de órgãos e reorganizar os serviços de assistência hospitalar; bem como abordar, através de distintos meios, tudo o que respeita à juventude e inserção social.

III.4

COOPERAÇÃO TRIANGULAR E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tal como se observou no capítulo anterior, e de acordo com a metodologia que se está a desenvolver no espaço ibero-americano, identificar os setores de atividade a que respondem os projetos que se executam nas diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul facilita a identificação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

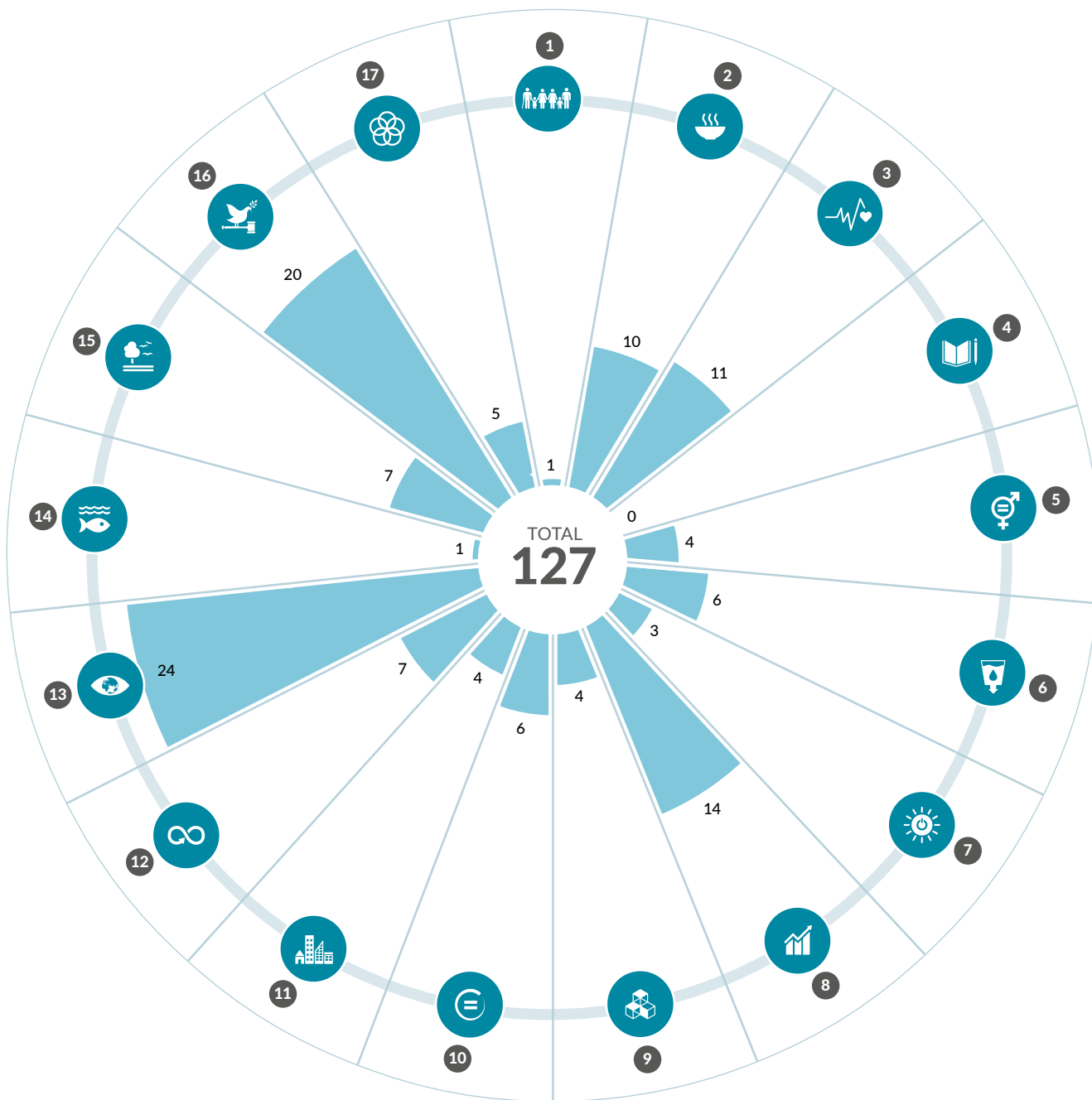
com os quais esses mesmos projetos podem estar potencialmente alinhados. Neste sentido, o Gráfico III.7 foi elaborado a fim de mostrar para que ODS parecem apontar os 127 projetos de Cooperação Triangular em que os países ibero-americanos participaram em 2017. Más especificamente:

- a) Um terço dos 127 projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução em 2017 puderam estar alinhados com o ODS 13 Ação pelo clima (24 projetos equivalentes a praticamente 20% do total registado esse ano) e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes (vinte projetos que justificam outros 15,7%). Outra terça parte dos projetos justificam-se pelo potencial alinhamento com quatro ODS diferentes: ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico, ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 2 Fome zero (com participações de cada um deles à volta de 11% e 8%, conforme o caso); bem como com o ODS 12 Produção e consumo responsável, um objetivo ao qual se puderam dedicar 7 projetos (5,5%). Ao agregar os resultados associados aos ODS 15 Vida dos ecossistemas terrestres, ODS 6 Água e saneamento e ODS 10 Redução das desigualdades, chegamos a justificar 8 em cada 10 projetos triangulares promovidos pela região em 2017. Os últimos 20% devem-se aos projetos que pontualmente (entre 1 e 5, dependendo do caso) se orientam para algum dos oito restantes ODS, com a única exceção do ODS 4 Educação de qualidade que, em 2017, não aparece associado a qualquer projeto.
- b) Mais especificamente, os 25 projetos de Cooperação Triangular que potencialmente poderão contribuir para que a região avance na conquista do ODS 13, partilharam o objetivo de melhorar as capacidades institucionais e humanas dos países ibero-americanos no seu processo de prevenção, adaptação e atenuação dos efeitos resultantes das alterações climáticas. Tratou-se principalmente de projetos classificados nos setores do *Ambiente* e da *Gestão de catástrofes* que visaram fortalecer mecanismos para promover a sustentabilidade ambiental; desenvolver sistemas de avaliação e monitorização de riscos face a ameaças de catástrofe (incluindo, tal como mostra o Quadro III.6, o recurso a ferramentas de *big data*); trocar experiências relacionadas com o pagamento de serviços ambientais; monitorizar a evolução dos glaciares tropicais quanto ao aumento da temperatura global; fazer avançar a implementação de registos de emissões poluentes; bem como aprender a transversalizar as alterações climáticas na configuração de orçamentos, investimentos e políticas públicas em geral, apenas para nomear alguns.

GRÁFICO III.9

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O POTENCIAL ALINHAMENTO COM OS ODS. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- c) Entretanto, os 20 projetos de Cooperação Triangular potencialmente alinhados com o ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes, tendem a coincidir com iniciativas que se categorizaram em setores próprios do âmbito do Fortalecimento Institucional. Nesse caso, os países pretenderam, entre outros, melhorar a eficácia das instituições públicas e aumentar a sua transparência, promover leis não discriminatórias, progredir para o acesso universal à justiça, garantir o direito à participação política e lutar contra todas as formas de violência, especialmente contra aquelas de que são vítimas as mulheres e as crianças. A título de exemplo, convém referir a cooperação promovida para implementar instrumentos próprios da prestação de contas públicas; dotar a função pública de melhores quadros institucionais e regulamentares; fortalecer os sistemas eleitorais; promover políticas que garantam a equidade racial e os direitos da população LGTBI; trocar experiências que facilitem o restabelecimento dos direitos da infância em zonas de pós-conflito; bem como todas as iniciativas orientadas para a construção da paz e para a conceção e implementação de políticas públicas que afastem os jovens de qualquer forma de violência.
- d) Por sua vez, em 2017 houve 14 projetos de Cooperação Triangular orientados para a obtenção do ODS 8 sobre Trabalho digno e crescimento económico. Neste caso, tratou-se de iniciativas relacionadas com a economia e as suas condições de funcionamento. São de mencionar aqui projetos do setor *Agropecuário* relativos a processos de culturas que pretendem melhorar a produção e integrar procedimentos ambientalmente mais sustentáveis; outros, categorizados no setor do *Comércio*, que contribuíram para facilitar a inserção nos mercados externos; e aqueles que, relacionados com as *Empresas*, apoiaram a criação de quadros propícios para os pequenos empreendedores e para as pequenas e médias empresas.
- e) Finalmente, com mais de dez projetos, identificou-se uma Cooperação Triangular potencialmente alinhada com o ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 2 Fome zero. Assim, e no que se refere ao ODS 3, são de referir as iniciativas que visaram melhorar os sistemas de cuidados de saúde, em especial a gestão hospitalar e os serviços centrados em alguns coletivos (cardiologia pediátrica e qualidade de vida dos idosos); luta contra o VIH SIDA; bem como as próprias do setor da *População e saúde reprodutiva*, tal como acontece no caso dos projetos sobre emergências obstetrícias e neonatais e sobre intercâmbios de experiências de sistemas de análise da mortalidade materno-infantil para tentar assim reduzir as taxas atuais. Por outro lado, e no que se refere ao ODS 2 Fome zero, devemos incluir tanto os projetos que, classificados no setor *Agropecuário*, procuraram fortalecer as estratégias de segurança alimentar e nutricional; quanto os que, no setor da *Saúde*, também abordaram o tema da alimentação e da sua garantia de acesso a partir de iniciativas que promovam a autoprodução de alimentos e a melhoria das colheitas obtidas no contexto da agricultura familiar.

Um terço dos projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução em 2017 puderam estar alinhados com o ODS 13 Ação pelo clima e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes

QUADRO III.6

O USO DOS BIG DATA PARA A AVALIAÇÃO DE ECOSISTEMAS NO QUADRO DA AGENDA 2030: A EXPERIÊNCIA DO MÉXICO, AUSTRÁLIA E COLÔMBIA

Embora não haja uma definição precisa nem concertada sobre o que significa *big data*, há um acordo sobre o facto de que a expressão não deve ser traduzida por “dados maciços” nem equiparado a esse termo. É algo que os ultrapassa e para o qual coincidem sentimentos contraditórios que enfrentam, por um lado, o potencial que possuem como ferramenta para analisar, compreender e abordar muitos dos principais problemas sociais e ambientais do mundo de hoje; e, por outro lado, os enormes desafios criados pelo seu uso efetivo, o que inclui desde como desenvolver as infraestruturas científicas exigidas, até aspetos muito mais sensíveis como, por exemplo, a necessidade de regular os seus possíveis conflitos éticos (DNP, 2017).

No entanto e seja como for, atualmente parece difícil melhorar os processos de tomada de decisões e, conseqüentemente, a gestão de qualquer política pública, sem recorrer ao desenvolvimento dos Big Data. É o que sugere, por exemplo, a adoção da própria Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável que, tendo em conta as lições retiradas da sua antecessora, a Agenda do Milénio, se centra na importância de dispor de dados “de qualidade, acessíveis, a tempo e fiáveis” que apoiem a “medição do progresso” para assim melhorar o acompanhamento, monitorização e avaliação dos progressos que se vão verificando durante a sua implementação (Comissão de Estatística das Nações Unidas, 2017).

O Relatório que inclui estas precisões, “Transformando o nosso mundo”, também se refere à necessidade de construir capacidades para que tal seja possível, bem como para desenvolver metodologias de análise das informações que se adaptem aos novos tempos e permitam a adoção de abordagens multidimensionais (económicas, sociais e ambientais) coerentes com o conceito de Desenvolvimento Sustentável que a comunidade internacional determinou como meta. Aprofundando este objetivo, em janeiro de 2017, a Organização das Nações Unidas realizou na Cidade do Cabo (África do Sul), o primeiro Fórum Mundial sobre Dados. O referido espaço serviu para apresentar um Plano de Ação Global sobre Dados para o Desenvolvimento Sustentável, adotado um ano antes, na 48ª Sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas (Comissão de Estatística das Nações Unidas, 2017).

Assim, e numa perspetiva mais ambiental, existem precedentes que permitem progressos neste domínio. Um deles é a Avaliação dos Ecossistemas do Milénio, promovida pelo próprio Secretário-Geral das Nações Unidas no ano 2000. Trata-se de uma “avaliação científica”, construída com base na análise maciça de dados, que permite identificar as tendências e a evolução dos ecossistemas do mundo e como as transformações que se registam têm impacto no bem-estar humano. Também possibilita orientar melhor a tomada de decisões e impulsionar as ações necessárias para restaurar, conservar e melhorar o seu uso

sustentável. As conclusões desta avaliação envolveram 1.360 peritos de todo o mundo e ficaram registadas em cinco volumes técnicos e seis relatórios de síntese.¹

Tendo em conta estes precedentes, as atuais tendências para a gestão da informação e os compromissos adquiridos relativamente à Agenda 2030, em 2017 o México, no papel de primeiro ofertante, a Austrália no de segundo ofertante e a Colômbia no de recetor, decidiram promover o projeto de Cooperação Triangular “O uso dos Big Data para avaliar a integridade dos ecossistemas e a degradação ecológica”. O objetivo do projeto é contar com informações que permitam monitorizar as alterações dos ecossistemas desses três países e de alguns dos serviços que oferecem, para identificar quanto antes os seus possíveis impactos e orientar e agilizar a adoção de políticas públicas que promovam o Desenvolvimento Sustentável. Para isso, está-se a trabalhar na criação de um ambiente digital com perspetiva de *big data*, que facilite o armazenamento e a transmissão de dados maciços sobre o ambiente. Após o seu processamento, serão criados subprodutos de enorme utilidade, tais como painéis de controlo e sistemas de relatórios com perspetiva de sustentabilidade. Finalmente, estabeleceram-se sistemas operacionais para a monitorização do ambiente com indicadores padronizados, especialmente concebidos para identificar e avaliar alterações que se produzam de forma rápida e abrupta, melhorando assim os tempos de reação face a possíveis efeitos.

¹ <https://www.millenniumassessment.org/es/About.html>





IV

CAPÍTULO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul



Capítulo IV

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Regional

O presente capítulo focaliza-se na terceira das modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecidas no espaço ibero-americano: a Regional. Trata-se de uma modalidade de maior dimensão, que une os esforços de vários países na procura de soluções partilhadas para os problemas do desenvolvimento e que se executa a partir de programas e projetos de cooperação. A sua maior escala também se manifesta pela forma como amplia o seu raio de ação tanto em termos geográficos quanto de duração. De facto, e tal como poderemos observar ao longo do capítulo, a combinação da análise histórica com o que efetivamente ocorreu em 2017, sugere que se trata de uma Cooperação Sul-Sul consideravelmente estável, cuja ação se prolonga por vários anos.

Nessa base, o capítulo dedicado a esta modalidade de CSS estrutura-se da seguinte forma:

- a) Por um lado, sistematiza-se e caracteriza-se o conjunto das iniciativas (programas e projetos) de Cooperação Sul-Sul Regional nas quais os países ibero-americanos participaram em 2017. A análise completa-se tendo em conta a evolução dessas iniciativas no período compreendido entre o primeiro e o último ano de registo (2007-2017).
- b) Em segundo lugar, analisa-se o que ocorreu em 2017 na perspetiva da participação: em concreto, da que se refere aos países ibero-americanos. Para esse efeito, recorre-se a um mapa de intensidades, que permite visualizar o nível de participação de cada um dos países no conjunto das iniciativas mantidas em execução em 2017. Como novidade, realiza-se ainda uma análise sobre a forma como os países ibero-americanos se relacionaram entre si quando participaram na execução desta Cooperação Sul-Sul.
- c) A seguir, mantém-se a perspetiva da participação, mas neste caso quanto aos outros agentes relevantes para esta modalidade: os organismos multilaterais. Neste sentido, a identificação destes organismos é importante para entender algumas questões relacionadas com o funcionamento dos programas e projetos pois, nesta modalidade, são precisamente estes os organismos que dotam a cooperação de um quadro institucional e de regras de organização e regulamentação.

- d) Em quarto lugar, as iniciativas de CSS Regional nas quais a Ibero-América participou em 2017 distribuem-se conforme os setores de atividade e os âmbitos de intervenção em que incidiram. Tal como nas restantes modalidades, trata-se de saber para que objetivos a CSS se orientou e, dada a sua dimensão regional, identificar a que tipo de problemas de desenvolvimento os países tentaram dar uma resposta partilhada.
- e) Finalmente e graças à metodologia desenvolvida no espaço ibero-americano, a análise por setores serve para progredir na identificação da forma como os programas e projetos de Cooperação Sul-Sul Regional se puderam potencialmente alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, em suma, identificar como é que a partir desta modalidade, a Ibero-América pode avançar para o cumprimento da Agenda 2030.

IV.1

PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL EM 2017

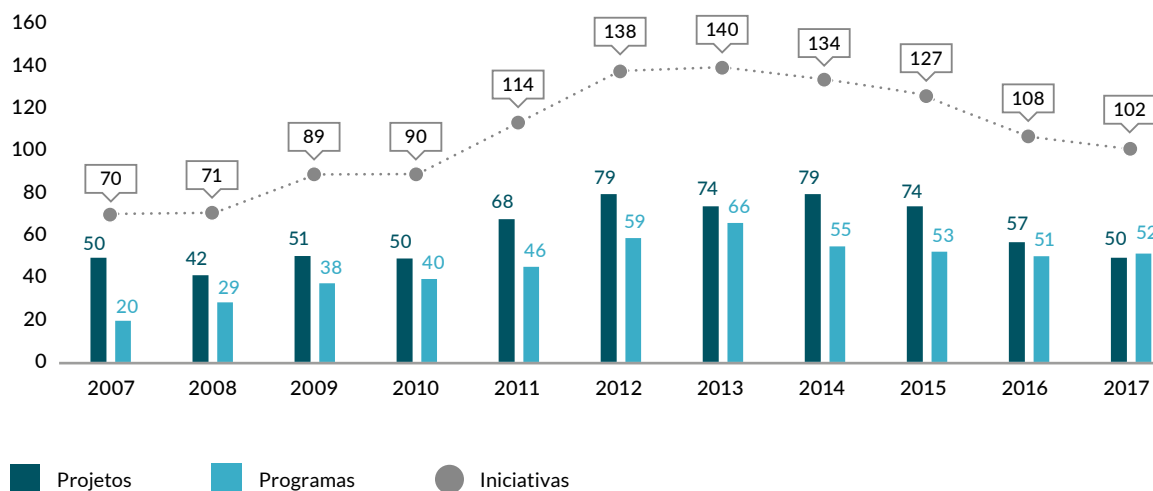
Ao longo de 2017, os países ibero-americanos participaram num total de 102 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional, que foram instrumentalizadas, em proporções muito semelhantes, através da execução de 50 projetos e 52 programas. Tal como se pode observar no Gráfico IV.1, que apresenta a evolução deste este

tipo de iniciativas entre o primeiro ano em que foram registadas (2007) e o último, o valor de 2017 só se situa ligeiramente abaixo do correspondente a 2016 (108 iniciativas), uma diferença que se explica basicamente pela redução do registo do número de projetos, que passou de 57 para os já mencionados 50.

GRÁFICO IV.1

EVOLUÇÃO DAS INICIATIVAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL. 2007-2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

De facto, e numa perspetiva temporal mais ampla, o mesmo Gráfico IV.1 situa os valores das 102 iniciativas de CSS Regional correspondentes a 2017, 45% acima das de 2007 (70 iniciativas). No entanto, esse aumento não foi constante, mas fruto de duas etapas com dinâmicas contrapostas, de intenso crescimento na primeira (2007-2013) e de posterior queda na segunda (2014-2017), e nas quais os projetos e programas também se comportaram de forma diferente. Mais especificamente:

- a) Entre 2007 e 2014, o número de iniciativas de CSS Regional participadas pelos países da região duplicou: das 70 do primeiro ano para as 140 do último. Dois terços das novas iniciativas justificaram-se pelo aumento dos programas executados nessa modalidade, enquanto que uma em cada três se deveu ao incremento dos projetos.
- b) Por sua vez, entre 2015 e 2017, as iniciativas de CSS Regional registaram uma queda média anual de -7,5% que fez diminuir o valor final, do máximo registado em 2014 para as já mencionadas 102 de 2017. Nesta segunda etapa, tal como já se referiu e ao contrário da primeira, o comportamento dos projetos teve um impacto maior que o dos programas. Com

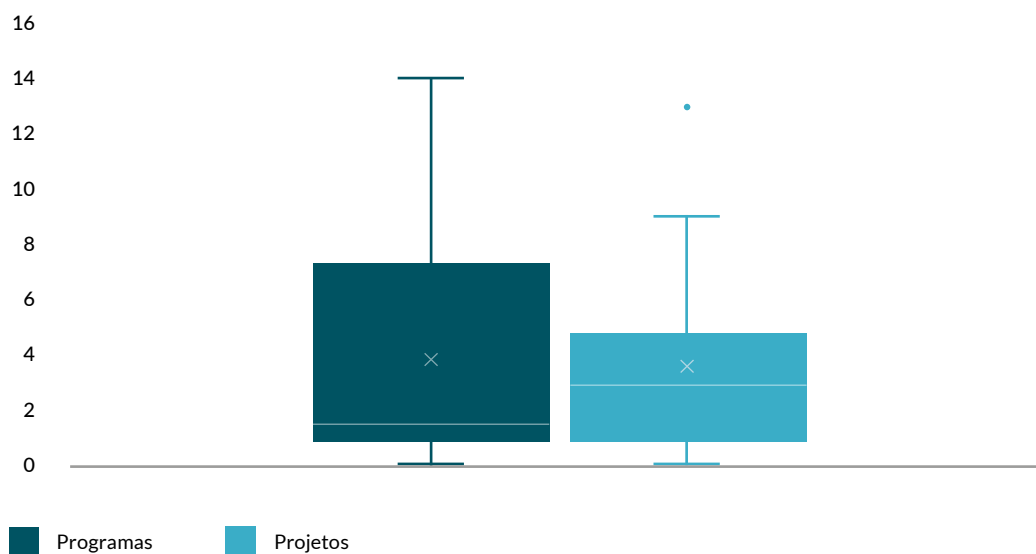
efeito, no final desta etapa, mesmo tendo-se registado nestes anos uma redução média anual de -5,5%, os programas mantiveram-se num valor relativamente elevado (52) e mais de 2,5 vezes superior ao de 2007 (20). Entretanto, a queda anual registada pelos projetos entre 2015 e 2017 foi mais intensa (-8,7%), o que contribuiu para diminuir o valor deste tipo de iniciativas, fazendo com que o número de projetos de 2017 fosse exatamente igual ao registado no início da década considerada (50).

O facto dos programas de CSS Regional terem tido um comportamento mais estável ao longo do tempo está muito relacionado com dois aspetos claramente diferentes no que respeita aos projetos: por um lado, porque são iniciativas com tempos de execução superiores e, por outro lado e conforme o atrás mencionado, porque as suas datas de início de atividade se situam mais atrás. A observação combinada do Gráfico IV.2, que mostra os períodos de execução que as iniciativas tenderam a registar, com o Gráfico IV.3, que distribui os programas e projetos conforme o seu ano de início, ratifica essa afirmação. Neste sentido, devemos salientar o seguinte:

GRÁFICO IV.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME A DURAÇÃO. 2017

Em anos decorridos entre o início e o fim das atividades

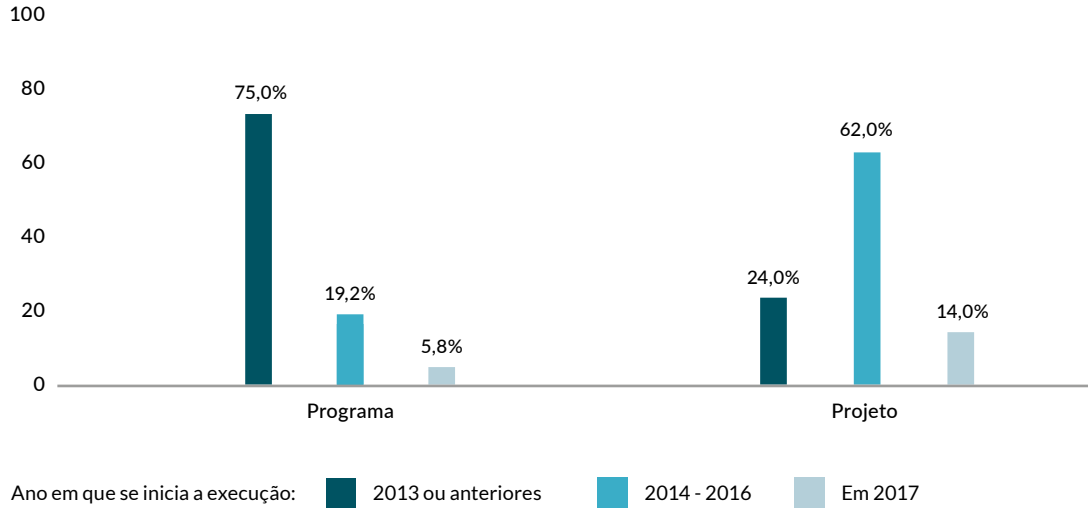


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO IV.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME O ANO DE INÍCIO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- a) Tal como se pode observar no Gráfico IV.2,¹ metade dos programas de CSS Regional mantidos em execução em 2017 registaram uma duração de 1 a 7,25 anos, um período que em 25% dos casos se pôde chegar a alargar até aos 14 anos. Por sua vez, a duração de metade dos projetos oscilou entre um intervalo de valores relativamente inferior, de 1 a 4,5 anos, ao passo que 25% também se puderam alargar até aos 9 anos..
- b) De acordo com o que se observa no Gráfico IV.3, 75% dos programas de CSS Regional em que os países ibero-americanos participaram em 2017 têm uma data de início anterior a 2013; uma quinta parte principiou entre 2014 e 2016; e apenas 6% dos 52 programas regionais teve início no próprio ano de 2017. Em contraste, apenas um em cada 4 projetos de CSS Regional começou antes de 2013; tendo a maior parte deles (6 em cada 10) tido início entre 2014 e 2016; e praticamente 15% do total, no mesmo ano de 2017.

Ao longo de 2017, os países ibero-americanos participaram num total de 102 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional, que foram instrumentalizadas através de 50 projetos e 52 programas

¹ Para elaborar este gráfico foi necessário dispor, simultaneamente, dos anos do início e da conclusão das atividades. O primeiro é conhecido para todas as iniciativas, mas o segundo só para aquelas que efetivamente já terminaram. Assim, e dado que nem sempre se dispõe dessa data, o gráfico não está construído a partir do total das iniciativas, mas sim de uma amostra equivalente a 80% dos projetos e a um quarto dos programas de CSS Regional.

IV.2

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL DE 2017

O Mapa IV.1 distribui os 22 países ibero-americanos conforme o número de iniciativas através das quais participaram na Cooperação Sul-Sul Regional executada ao longo de 2017. De modo análogo a como se tem vindo a realizar no segundo capítulo deste relatório, os possíveis valores organizam-se por intervalos, atribuindo-se a cada um deles uma cor de diferente intensidade. Desta forma, o Mapa IV.1 torna-se num instrumento para visualizar de forma rápida quão ativa foi a participação de cada país ibero-americano na CSS Regional de 2017.

Neste sentido:

- a) Em 2017, a Costa Rica, México e Colômbia foram os países que se mostraram mais dinâmicos relativamente a esta modalidade de Cooperação Sul-Sul, pois participaram, em cada caso, num total de 63 programas e projetos. Seguiram-nos, por ordem de importância relativa, dois países centro-americanos (Panamá e Guatemala) e dois do Cone Sul (Argentina e Brasil), presentes num número de iniciativas menor, mas superior a 50.
- b) No entanto, a casuística mais habitual foi a partilhada pelos nove países cujo número de iniciativas se situou no intervalo das 40 a 49. Tratou-se, nas sub-regiões centro-americana e caribenha, de El Salvador, Honduras, Guatemala e República Dominicana e, de novo no Sul do continente, do Equador, Peru e Chile, a par do Paraguai e Uruguai.
- c) Outros seis países registaram participações menores e algo dispares entre elas. Com efeito, e ainda do lado americano, dois países andinos, a Bolívia e Venezuela, participaram respetivamente em 33 e 23 programas e projetos de CSS Regional; ao passo que Cuba se manteve ativa em pouco mais de vinte iniciativas. Na Península Ibérica, Espanha participou em 25 iniciativas, Portugal em 12 e Andorra em 2.

Em 2017, a Costa Rica, México e Colômbia foram os países que se mostraram mais dinâmicos relativamente a esta modalidade de Cooperação Sul-Sul, pois participaram, em cada caso, num total de 63 programas e projetos

MAPA IV.1

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS EM INICIATIVAS DE CSS REGIONAL. 2017



Legenda. Faixas de intensidade, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada país participou em 2017

- Mais de 60
 - Entre 50 e 59
 - Entre 40 e 49
 - Entre 30 e 39
 - Entre 20 e 29
 - Entre 10 e 19
 - Entre 0 e 9
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por sua vez, e como novidade da presente edição do Relatório da CSS na Ibero-América, a análise sobre a forma como os países participaram na Cooperação Sul-Sul Regional pode completar-se com outra perspectiva: a que se obtém determinando que associações (de dois ou mais países) se verificaram com maior frequência. Por outras palavras, trata-se de identificar quem tendeu a associar-se com quem quando se procuraram juntar forças para resolver problemas comuns. Os resultados desta análise apresentam-se no Gráfico IV.4.

De facto, trata-se de um recurso gráfico conhecido como “mapa de calor”, elaborado a modo de matriz, à volta de 22 linhas e 22 colunas. Seguindo a mesma ordem, cada uma delas identifica-se com um dos 22 países ibero-americanos. O ponto de encontro entre a linha e a coluna marca o par de parceiros correspondente. Sobre a “célula”, assinala-se em quantas iniciativas os dois países coincidiram, substituindo-se o número pela cor da intensidade que lhe corresponde de acordo com o intervalo de valores em que se encontra o número final das iniciativas. Os países foram também ordenados de tal forma que certos agrupamentos de países se podem distinguir graficamente com mais facilidade.

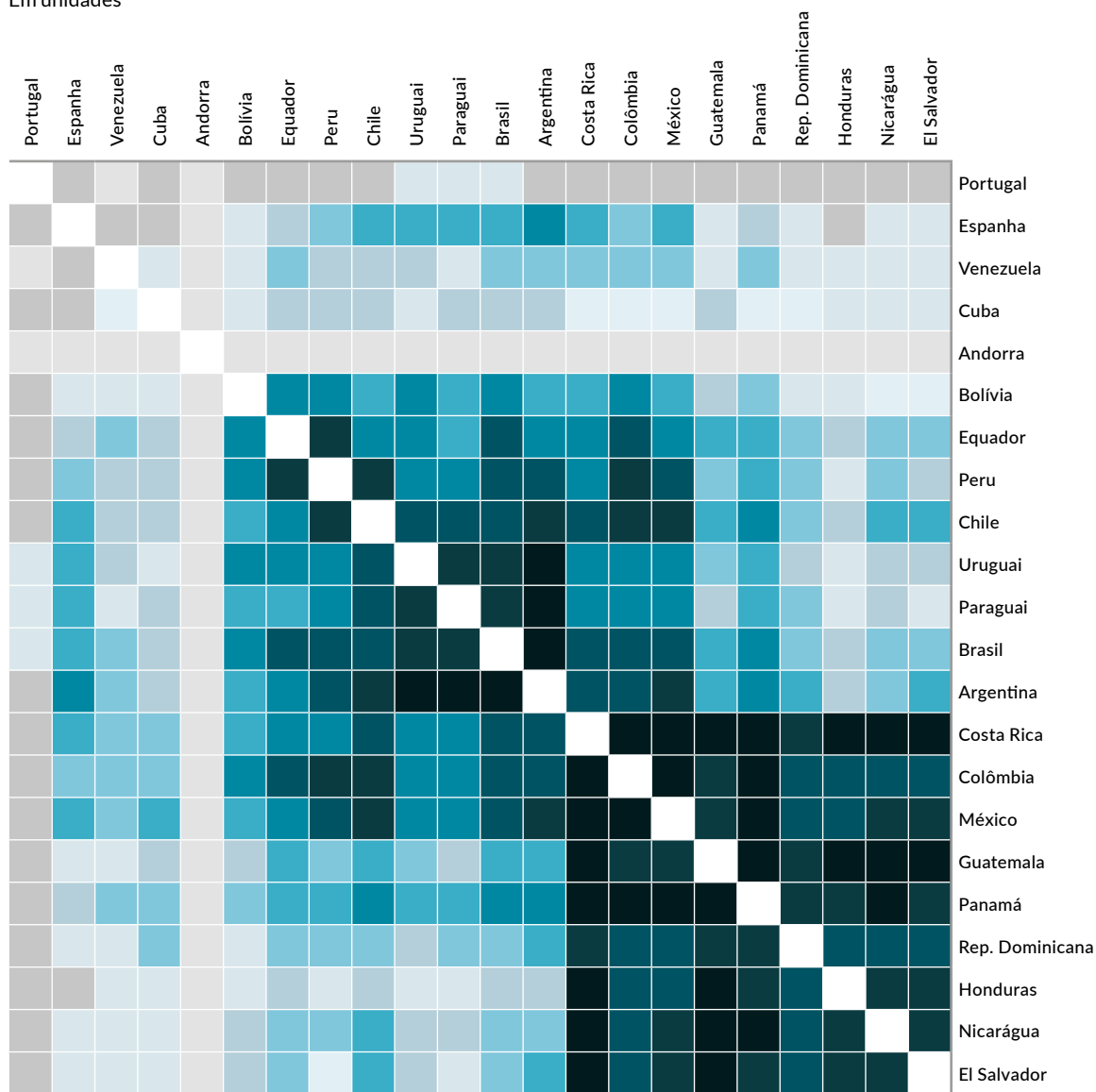
Por conseguinte, a observação do Gráfico IV.4 permite identificar pelo menos quatro “agrupamentos” de parceiros diferentes. Mais especificamente, devemos destacar o seguinte:

- a) O primeiro grupo de países com maior frequência de associação na modalidade de Cooperação Sul-Sul Regional, situa-se no quadrante inferior direito do gráfico. Trata-se de um grupo integrado pelos países centro-americanos (Costa Rica, Guatemala, Panamá, Honduras, Nicarágua e El Salvador), em conjunto com a República Dominicana, México e Colômbia. Com efeito, cada um dos possíveis pares de parceiros teve tendência para coincidir entre um mínimo de 31 iniciativas (casos da Colômbia e Honduras ou da Nicarágua e República Dominicana) e um máximo de 52 (Colômbia e México). Tal como se pode observar, trata-se de um relacionamento muito geográfico, de proximidade, e até de pertença, pois todos eles fazem parte da região mesoamericana.
- b) Um segundo grupo identifica-se a partir de um quadrante mais central, que no seu extremo inferior direito se sobrepõe ao anterior. Neste caso, aos já mencionados México, Colômbia e Costa Rica, devemos acrescentar a maior parte dos países sul-americanos: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru, Equador e Bolívia. Cada possível par teve tendência para coincidir em 20 a 50 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional. Dentro deste grupo, destaca-se um terceiro, no qual as intensidades de associação se situam nas faixas de valores mais elevadas e que está integrado pelos quatro países do Cone Sul que, por sua vez, fazem parte do MERCOSUL, sendo esse o caso da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.
- c) Finalmente, o Gráfico IV.4 também permite tornar visível um grupo de países que, sendo relativamente menos ativo na Cooperação Sul-Sul Regional de 2017 é, conseqüentemente, o que em menos ocasiões coincide com outros parceiros. Assim, agrupados fisicamente no extremo superior esquerdo, encontram-se Cuba, Venezuela, Espanha, Portugal e Andorra. Neste caso, qualquer dos possíveis pares de parceiros a estabelecer entre eles coincide, no máximo, com 10-13 iniciativas. No entanto, nas relações destes agentes com os restantes países da região, devemos salientar como a mais intensa a de Espanha com a Argentina (24 iniciativas), com o México (22) e com Cuba, Paraguai, Uruguai, Costa Rica e Chile (21, em cada um dos casos). Todos estes resultados são compatíveis com o facto de que os três países da Península Ibérica têm dificuldade em participar na CSS Regional a partir de plataformas que vão para além da Ibero-Americana, à exceção dos acordos de colaboração que Espanha mantém com o MERCOSUL e SICA.

GRÁFICO IV.4

INTENSIDADE DA RELAÇÃO ENTRE PAÍSES IBERO-AMERICANOS, CONFORME O NÚMERO DE INICIATIVAS DE CSS REGIONAL NAS QUAS CADA PAR DE PARCEIROS COINCIDE. 2017

Em unidades



Legenda. Faixas de intensidade, conforme o número de iniciativas de CSS Regional nas quais cada par de países coincidiu em 2017



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por último, cabe ainda mencionar que em parte das 102 iniciativas de CSS Regional mantidas em execução em 2017 puderam participar países não ibero-americanos. Esse é o caso do Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Japão e Suíça, bem como de países caribenhos como o Belize. A sua presença pode justificar-se por vários motivos, muitas vezes relacionados com a prestação de apoio financeiro, a transferência de capacidades específicas ou

mesmo a filiação conjunta em outros organismos multilaterais. A título de exemplo, a coincidência dos países da América Latina com os Estados Unidos e Canadá, em geral ocorre no quadro de iniciativas nas quais a OEA também participa; enquanto que a presença de Belize tende a verificar-se no contexto dos Programas Mesoamericanos que, a partir do seu eixo México ou Colômbia, envolvem os países centro-americanos e a República Dominicana.

IV.3

PARTICIPAÇÃO DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CSS REGIONAL DE 2017

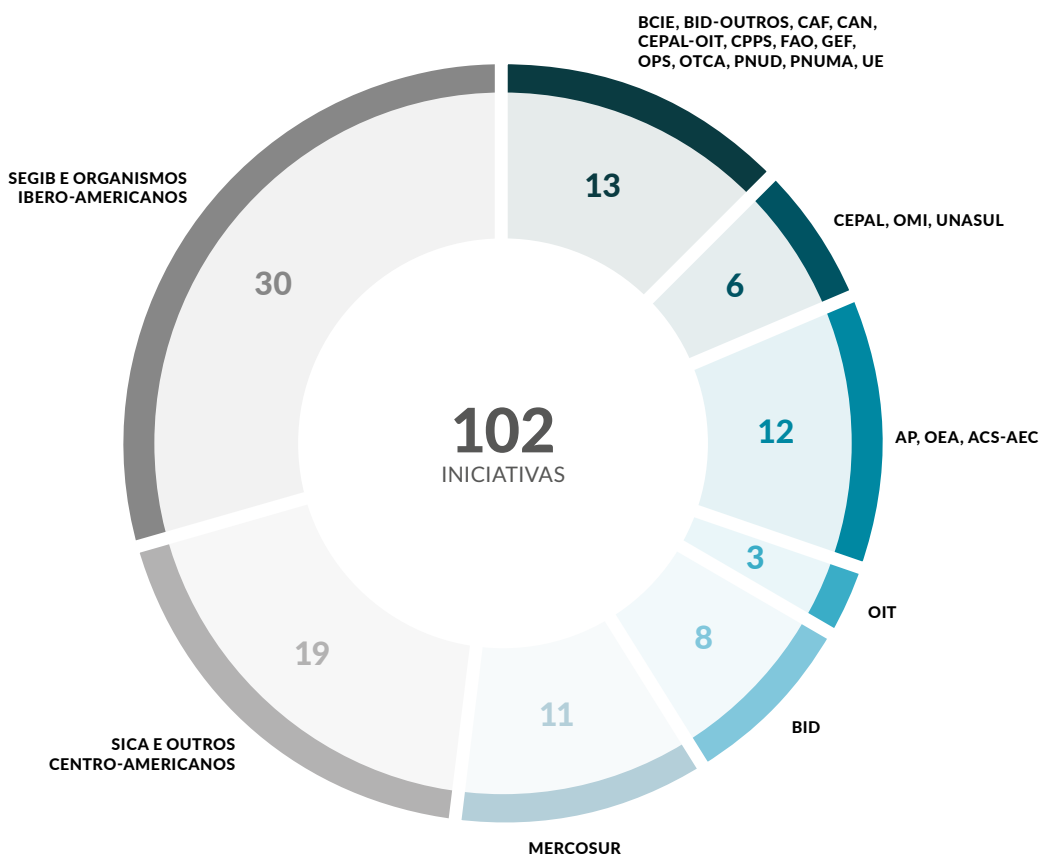
Uma das características que define a modalidade de Cooperação Sul-Sul Regional no espaço ibero-americano é que esta tenha um mecanismo institucional que, reconhecido formalmente por todas as partes, regule as relações dos diferentes participantes (PIFCSS e SEGIB; 2013). Neste sentido e por vezes, esse caráter institucional

é expressamente concebido para normalizar as regras nas quais a modalidade se vai executar. Mas essa é a exceção. Conforme sugere o que aconteceu em anos anteriores, o habitual é que o quadro de regulamentação seja determinado pela participação de outro interveniente-chave neste tipo de cooperação: os organismos multilaterais.

GRÁFICO IV.5

PARTICIPAÇÃO DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NAS INICIATIVAS DE CSS REGIONAL. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A importância destes agentes na execução da CSS Regional ilustra-se no Gráfico IV.5, que inclui as 102 iniciativas mantidas em execução em 2017 e as distribui conforme os organismos que, em todos os casos, acompanharam esta cooperação.

A observação do Gráfico IV.5 sugere o seguinte:

- a) Praticamente 3 em cada 10 das iniciativas de CSS Regional nas quais os países ibero-americanos participaram ao longo de 2017 contaram com o acompanhamento de algum agente multilateral pertencente ao espaço ibero-americano. De facto, em 80% destes casos, esse agente foi a própria Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Em 20% das restantes iniciativas, outros organismos ibero-americanos, muitas vezes em conjunto com a própria SEGIB, facilitaram esse quadro regulamentar, sendo esses os casos da COMJIB, OEI, OIJ e OISS, respetivamente dedicadas à cooperação em matéria de justiça, educação, juventude e segurança social. De qualquer forma, tratou-se de 24 programas e 6 projetos de CSS Regional, todos eles aprovados no contexto das sucessivas Cimeiras Ibero-Americanas de Chefes e Chefas de Estado e de Governo.
- b) Cerca de outro quinto das iniciativas (19) devem-se à participação ativa de organismos do âmbito centro-americano, mais concretamente, do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), presente em 85% desses intercâmbios e de uma das suas instâncias especializadas, o Centro Regional de Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CENPROMYPE), um organismo que justifica outros 15% desses mesmos programas e projetos de CSS Regional.
- c) Entretanto, o MERCOSUL foi o terceiro organismos multilateral que em 2017 acompanhou um maior número de iniciativas de CSS Regional: 11, todas elas instrumentalizadas através de projetos. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que participaram, respetivamente, em 8 e 3 iniciativas. O caso do BID é especialmente interessante pela forma como promove iniciativas através da Cooperação Sul-Sul que permitem à região progredir na obtenção de bens públicos globais e, em suma, de desenvolvimento. Uma dessas experiências refere-se à iniciativa Retina Latina, descrita no Quadro IV.1.
- d) Finalmente, e tal como se pode observar no Gráfico IV.5, o último terço das iniciativas de CSS Regional em que os países ibero-americanos participaram em 2017 contou com o acompanhamento de até vinte organismos diferentes. São de salientar, o papel desempenhado pela Aliança do Pacífico (AP) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), ambos presentes em 4 iniciativas; bem como o da Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Organização Marítima Internacional (OMI) e União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), envolvidos em 2 iniciativas. Outros organismos participaram de um modo mais pontual e inclusivamente em aliança com instituições homólogas, destacando-se as intervenções da Comunidade Andina das Nações (CAN), bancos de desenvolvimento tais como o Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE), e de agências das Nações Unidas (FAO, OPS, PNUD e PNUMA), para designar apenas alguns exemplos.

QUADRO IV.1

O BID E A CSS PARA FORNECER BENS PÚBLICOS REGIONAIS:
A EXPERIÊNCIA DO RETINA LATINA

Há já muitos anos que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) implementa a Iniciativa Bens Públicos Regionais, partindo do reconhecimento de que os países da América Latina e Caribe têm desafios e oportunidades de desenvolvimento comuns, que em numerosas ocasiões podem ser abordados de forma mais eficiente e eficaz através de uma ação conjunta e da cooperação regional.¹ Nomeadamente, através desta Iniciativa, o BID procura apoiar ativamente a Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento.

Neste contexto, o BID considera bens públicos regionais como “bens, serviços ou recursos produzidos e consumidos coletivamente” (pelo setor público ou pelo setor privado sem fins lucrativos) e cujos benefícios são partilhados. Ou seja, são bens ou serviços que podem ser utilizados sem que haja concorrência entre os consumidores (não rivalidade) e que estejam disponíveis sem custos para todos os potenciais utilizadores (não exclusividade dos benefícios).² Assim, todos os anos se realiza um concurso público para projetos que devem ser apresentados pelo menos por três países e que são financiados pelo BID com recursos não reembolsáveis.

Um dos nove projetos selecionados em 2012 foi a “Plataforma de Coordenação Regional para a Distribuição Audiovisual”, que tem por objetivo “contribuir para a criação de um mercado regional de produtos audiovisuais na América Latina e promover a integração cultural dos países”.³ O projeto, atualmente em vigor, é implementado pelas instituições cinematográficas da Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai. A coordenação, secretaria técnica e execução são lideradas pela Colômbia respetivamente através da Direção de Cinematografia, do Ministério da Cultura e do Proimágenes Colombia.

Conforme referem os seus protagonistas, “a proposta surge da necessidade de estabelecer ações concretas de âmbito regional para responder a três condições: inexistência de um mercado regional consolidado, concentração de obras nacionais de sucesso no mercado local que não se exibem em mercados vizinhos, e insuficiência de mecanismos de coordenação regional para a distribuição de cinema”.⁴

Assim, em março de 2016 foi lançado o Retina Latina, o primeiro portal gratuito de vídeo a pedido com cinema e informação cinematográfica dirigido ao público

latino-americano⁵. Por sua vez, no final de 2017 a plataforma foi escolhida como uma das sete beneficiárias do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC) da Convenção da UNESCO 2005 sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, com o projeto “Apropriação, fortalecimento e promoção do cinema latino-americano através da plataforma digital regional de cinema Retina Latina”.⁶ Nesse contexto, foram realizados workshops de formação, tais como o Laboratório de Distribuição para a América Latina e Caribe⁷, a fim de reforçar as capacidades dos novos criadores.

A plataforma também aposta no incremento das curtas-metragens e documentários, contando para isso com a colaboração da Conferência de Autoridades Cinematográficas da Ibero-América (CACI) através do programa DOCTV Latino-América, do qual fazem parte 17 países latino-americanos.⁸ Também desenvolveu alianças com festivais, escolas de cinema, eventos cinematográficos e agentes do setor latino-americano e internacional para promover e difundir o cinema da região. Até meados de 2019, o Retina Latina teve mais de um milhão e meio de visitas e publicou mais de 300 obras cinematográficas de diferentes países.⁹

^{1,2} <https://www.iadb.org/bpr>

³ <https://www.iadb.org/es/project/RG-T2218>

⁴ <https://www.retinalatina.org/acerca-de-retina-latina/>

⁵ <https://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2016-03-04/retina-latina-bid%2C11413.html>

⁶ <https://www.retinalatina.org/la-plataforma-de-cine-latinoamericano-retina-latina-gano-el-fondo-internacional-para-la-diversidad-cultural-fidc-de-la-unesco/>

⁷ <https://www.retinalatina.org/conecta-que-es/>

⁸ <https://www.retinalatina.org/acerca-de-retina-latina/>

⁹ <https://www.mincultura.gov.co/prensa/noticias/Paginas/Retina-Latina-realiza-laboratorio-de-distribucion-cinematografica-en-el-BAM.aspx>

IV.4

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL DE 2017

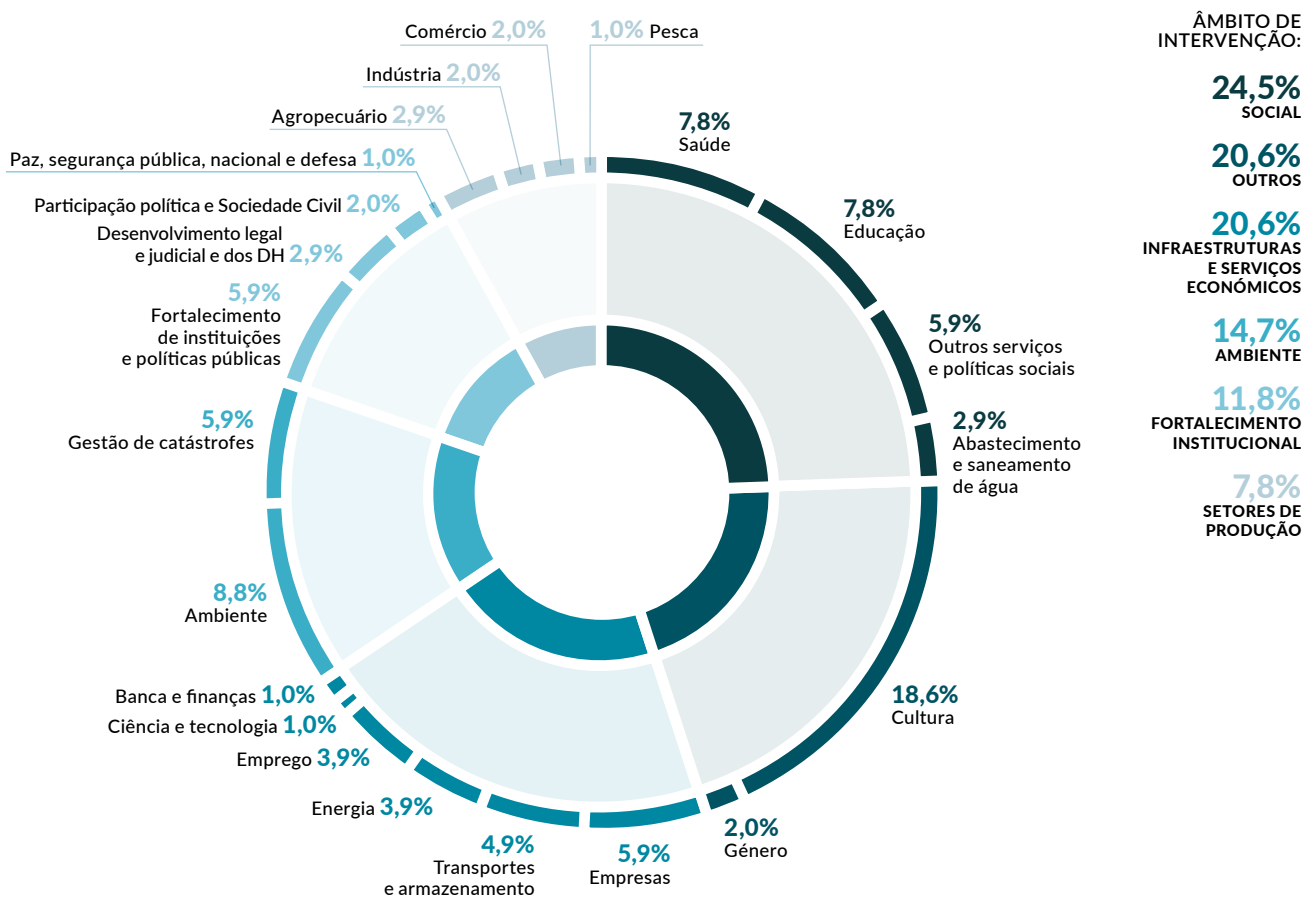
O facto da Cooperação Sul-Sul Regional ser uma modalidade participada por tantos agentes e de tão diferente natureza dá ideia da sua grande complexidade, mas também de que, precisamente por isso, quando se unem forças para promover esta cooperação é porque se procuram sinergias e soluções partilhadas que permitam abordar, com mais ímpeto, problemas de desenvolvimento que tendem a ser comuns a todos os agentes envolvidos.

Nesse sentido, o tipo de problemáticas abordadas pela CSS Regional, bem como o perfil setorial subjacente a elas, estão muito correlacionados com a natureza dos organismos multilaterais que acompanham os países na procura de soluções. Isto deve-se ao facto de que, à exceção de alguns organismos de natureza mais política, a sua maior parte está precisamente especializada em abordar os problemas que a iniciativa procura solucionar.

GRÁFICO IV.6

DISTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS DE CSS REGIONAL, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, o Gráfico IV.6 distribui as 102 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional participadas pela região ao longo de 2017, conforme o âmbito de intervenção e setor de atividade. Combinando a informação do gráfico com os dados disponíveis sobre os conteúdos mais específicos das iniciativas e dos diferentes agentes que nelas participam, os resultados que se obtêm tendem a ratificar o atrás mencionado. Em concreto:

a) Por um lado, e conforme se observa no Gráfico IV.6, a CSS Regional de 2017 apresentou um perfil significativamente disperso em torno dos diferentes âmbitos de intervenção. Assim, 25% dos 52 programas e 50 projetos de CSS Regional mantidos em execução em 2017 pretenderam resolver problemas de carácter Social; uma proporção ligeiramente superior à registada pelas iniciativas que se orientaram, nas mesmas proporções, para a criação de Infraestruturas e Serviços Económicos e para um mais heterogéneo Outros âmbitos de intervenção (20,6% em cada caso). A restante cooperação foi consagrada a atender o Ambiente (14,7%) e o Fortalecimento Institucional (11,8%) e, novamente no âmbito económico, a apoiar o desenvolvimento de vários Setores de Produção (7,8%).

b) Por outro lado, no âmbito Social, a dispersão por setores reproduziu-se, de forma que as 25 iniciativas de CSS Regional que em 2017 visaram este tipo de problemáticas se relacionaram com um máximo de quatro setores de atividade diferentes. De facto, mais de 15% do total dos programas e projetos nos quais a Ibero-América participou em 2017 orientaram-se para problemas relativos à *Educação e Saúde*; 5,9% destinaram-se a *Outros serviços e políticas sociais*; e últimos 2,9% dedicaram-se ao *Abastecimento e saneamento de água*.

A título de exemplo, são de referir as iniciativas que promoveram a alfabetização e a aprendizagem contínua; a evolução para sistemas de ensino que, em linha com a Agenda 2030, garantem uma inclusão social efetiva; bem como tudo o que respeita à formação de estudantes e docentes, destacando-se a promoção de redes de intercâmbio e programas de mobilidade académica. Por sua vez, houve programas e projetos regionais dedicados a reforçar os sistemas de saúde, que realizaram todos os esforços para melhorar a gestão da informação neste setor, através, por exemplo, da promoção de uma rede para o desenvolvimento de registos de saúde em formato eletrónico. Nesse mesmo setor da Saúde, desenvolveram-se esforços regionais para prevenir, controlar e enfrentar uma série de doenças, tal como

as associadas ao dengue, chicungunha, malária e zica. Algumas das iniciativas de 2017 também centraram as suas ações em prestar assistência social a alguns grupos populacionais, tais como os jovens e idosos. De qualquer modo, tratou-se de uma cooperação que em numerosas ocasiões foi acompanhada por alguns organismos ibero-americanos especializados (OEI e OISS), pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), e também pelo SICA, pois uma grande parte das mencionadas iniciativas centraram as suas intervenções nas sub-regiões centro e mesoamericana.

c) Entretanto, os 21 programas e projetos de CSS Regional que em 2017 contribuíram para fortalecer as Infraestruturas e Serviços Económicos, chegaram a dispersar-se por um máximo de 6 setores de atividade diferentes. A sua importância relativa oscilou entre o máximo registado pelas iniciativas que pretenderam promover as *Empresas* (equivalente a 5,95); as dedicadas aos *Transportes e armazenamento* (4,9%); as orientadas para o *Emprego e Energia* (respetivamente 3,9%); e as intervenções pontuais nos setores da *Banca e finanças e Ciência e tecnologia*.

Trata-se de uma distribuição muito influenciada pelo papel do SICA e da sua instância especializada, o Centro Regional de Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CENPROMYPE). Sublinha-se de novo a atenção prestada à sub-região centro e mesoamericana, através de iniciativas promovidas para apoiar o tecido empresarial dos seus países. Uma parte destas reforçam as políticas públicas orientadas para os ecossistemas nacionais de empreendedorismo e para a prestação de serviços, especialmente às empresas de menor tamanho. São aqui de salientar os esforços que a região está a realizar para avançar na direção do trabalho digno e com proteção social, desenvolvendo inclusivamente indicadores para o mercado de trabalho que facilitem a tomada de decisões e melhorem a elaboração das políticas de emprego. Neste caso, o centro de intervenção geográfica é mais vasto, com o envolvimento significativo do MERCOSUL, CEPAL e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

d) Por contraste, o importante peso relativo dos Outros âmbitos justifica-se pelo destaque de um dos setores que o define: a *Cultura*, a atividade na qual em 2017 se classificaram um maior número de iniciativas de CSS Regional, 19, equivalentes a 18,6% das totais. De facto, apenas outras 2 das categorizadas desse âmbito de intervenção não se relacionaram com este

setor, dedicando-se a questões de *Género*. Assim, trata-se de 19 iniciativas, 15 das quais são programas ibero-americanos que se dedicaram a uma das três áreas que, a par da Coesão Social e do Conhecimento, orientam o trabalho da SEGIB. Encontram-se neste caso iniciativas muito diversas que contribuem, entre outros, para a promoção de bibliotecas públicas, artesanato, música e artes audiovisuais, bem como para o desenvolvimento de arquivos. Os outros 4 são projetos de CSS Regional acompanhados por organismos multilaterais: a já mencionada plataforma de cinema Retina Latina, patrocinada pelo BID; a iniciativa para fortalecer os itinerários culturais nas missões jesuíticas, a par do MERCOSUL; a promoção de feiras regionais de arte, acompanhada pelo UNASUL; e a elaboração de contas satélite de cultura nos países andinos, apoiada há já vários anos pela OEA.

- e) No que se refere ao domínio Ambiental, a sua relevância é determinada pelas importantes participações relativas registadas pelos setores do *Ambiente* (o segundo mais destacado de 2017 com 8,8% das iniciativas de CSS Regional) e da *Gestão de catástrofes* (uns consideráveis 5,9%). Tal como se pode observar ao longo deste Relatório, a conjugação de esforços na procura de soluções comuns para os desafios ambientais que a região enfrenta, bem como para atenuar e gerir os seus piores efeitos, são uma constante, independentemente da modalidade de CSS a que se referem.

Neste sentido, consolidaram-se as iniciativas de CSS Regional dirigidas a fortalecer as capacidades dos países mesoamericanos para reduzir a vulnerabilidade quanto aos efeitos das secas e favorecer a restauração florestal; alargaram-se os Corredores Biológicos; e promoveram-se programas e ações estratégicas para a gestão sustentável dos grandes ecossistemas marinhos. Também se fomentaram serviços e redes de investigação que melhoram as capacidades regionais para dar resposta às alterações climáticas. De igual forma, promoveu-se uma cooperação que desenvolve capacidades relacionadas com a gestão de riscos e com a hidrometeorologia, uma ciência dedicada a estudar a transferência de água e energia entre a superfície e a atmosfera, de enorme utilidade quando aplicada a fenómenos como os furacões, inundações e mudanças bruscas de temperatura.

É de referir que alguns dos organismos que nesta ocasião acompanharam os esforços da região nas questões relacionadas com o *Ambiente* e a *Gestão de catástrofes*, foram a Organização Marítima Internacional (OMI);

o Fundo que, em parceria com as Nações Unidas, os bancos de desenvolvimento e os países, se dedica ao financiamento de projetos ambientais (GEF); e esquemas de concertação e integração das regiões mais afetadas, tais como o SICA, a Associação dos Estados do Caribe (AEC) e a Aliança do Pacífico (AP).

- f) Finalmente, uma referência às mais de 10% das iniciativas de CSS Regional que em 2017 se orientaram para o Fortalecimento Institucional. Neste caso, o setor que justifica um maior número de programas e projetos (6 em 12) é o do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*. A maior parte das iniciativas correspondem a programas ibero-americanos, entre os quais se destacam os dedicados à gestão territorial e ao governo, tais como os relacionados com o desenvolvimento estratégico urbano e com a formação de dirigentes e funcionários responsáveis pela gestão local. Uma das iniciativas mais importantes neste espaço é a do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), impulsionado em 2008, coincidindo com a XVIII Cimeira Ibero-Americana realizada em São Salvador (El Salvador), para apoiar as entidades que regem a cooperação dos seus 21 países membros. O Quadro IV.2 foi elaborado para salientar uma das ferramentas através das quais se articula o seu trabalho: o denominado Mecanismo Estruturado de Intercâmbio de Experiências (MECSS), um instrumento inovador que, através de um exercício de CSS, contribui para fortalecer as capacidades necessárias para que os países possam gerir melhor as suas políticas nacionais de cooperação.

QUADRO IV.2

O PIFCSS E O DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS INOVADORAS PARA O FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO DO MECANISMO ESTRUTURADO PARA O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

No quadro da XVIII Cimeira Ibero-Americana de Chefes e Chefas de Estado e de Governo realizada em São Salvador (El Salvador) em 2008, os países da região aprovaram o lançamento do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS). Como refere o seu documento de formulação, a iniciativa surgiu com o claro propósito de *“fortalecer e dinamizar a Cooperação Sul-Sul” (...)* *“contribuindo para a qualidade e o impacto das suas ações, bem como para promover a troca de experiências adaptáveis aos contextos e prioridades das políticas públicas de cada país”*. O mesmo documento também contempla outros objetivos mais específicos dirigidos, por um lado, a *“desenvolver e fortalecer as capacidades institucionais dos organismos que gerem a cooperação internacional nos países ibero-americanos”* e, por outro lado, a *“identificar e divulgar casos e experiências (inovadoras) de Cooperação Sul-Sul”*.¹

Com mais de dez anos de existência, o PIFCSS apostou em diferentes tipos de ferramentas. No entanto, o recurso à formação, capacitação

e intercâmbio de experiências em matéria de Cooperação Sul-Sul e Triangular, tem sido uma constante. Nesse contexto, devemos referir o impulso a uma das ferramentas mais bem acolhida e valorizada pelos 21 países membros do Programa: o Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências de Cooperação Sul-Sul - MECSS.

Através do MECSS, o PIFCSS promove o fortalecimento da gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Para tal, financia iniciativas para o intercâmbio de conhecimentos/experiências entre instituições membros do PIFCSS, de acordo com as capacidades e os pontos fortes desenvolvidos por cada um dos países ao nível das suas instituições e políticas de cooperação. Desta forma, e embora se trate de um quadro próprio de um Programa de CSS Regional, o MECSS permite, dentro deste, a execução de intercâmbios sob fórmulas específicas de CSS Bilateral e Triangular. Assim, os países/instituições participantes exercem os papéis próprios das mencionadas modalidades e

executam a sua cooperação através de projetos e ações pontuais, muitas vezes concretizados em estágios, workshops, reuniões técnicas de trabalho e/ou diagnósticos e visitas de campo, apenas para citar alguns.²

A tabela elaborada para este efeito inclui as 14 iniciativas financiadas e executadas no âmbito do MECSS ao longo de 2017. Tal como se pode observar na referida tabela, quinze dos 21 países membro do PIFCSS participaram em alguma das iniciativas de 2017. Em todos os casos, os projetos e ações foram executados a partir de uma modalidade bilateral com dois ou mais países e abordaram temas muito diversos, entre outros: o fortalecimento específico das entidades que regem a cooperação; o desenvolvimento de diferentes metodologias para uma melhor gestão, avaliação e inclusivamente quantificação da CSS; e a elaboração de catálogos de oferta.

¹ <http://cooperacionsursur.org/es/conozcanos/acerca-del-pifcss.html>

² <http://cooperacionsursur.org/es/recursos/mecss.html>

INICIATIVAS IMPLEMENTADAS AO ABRIGO DO MECSS DURANTE O ANO 2017

Nome	Países participantes
1 Quantificação e avaliação da Cooperação Sul-Sul.	Colômbia e Bolívia
2 Intercâmbio de experiências entre as instituições que regem a cooperação internacional de Andorra e Uruguai para explorar possíveis linhas de trabalho conjunto nas modalidades de cooperação bilateral e triangular e assim reforçar as relações entre ambos os países.	Uruguai e Andorra

CONTINUA NA PÁGINA 149

Nome	Países participantes
3 Intercâmbio de experiências para o fortalecimento de capacidade de CSS e CT entre os Governos da Costa Rica e do Peru.	Peru e Costa Rica
4 Intercâmbio de experiências para a elaboração de uma estratégia de cooperação.	Chile e Paraguai
5 Intercâmbio de experiências entre a Agência Peruana de Cooperação Internacional e a Subsecretaria de Cooperação Internacional do MRE e Mobilidade Humana do Equador, sobre gestão e avaliação da Cooperação Sul-Sul e Triangular.	Equador e Peru
6 Intercâmbio de experiências entre El Salvador e a República Dominicana sobre gestão da Cooperação Sul-Sul Regional.	El Salvador e República Dominicana
7 Fortalecimento Institucional Inter-Agências: Chile-Ecuador.	Chile e Equador
8 Transferência da experiência portuguesa em matéria de educação para o desenvolvimento.	Chile e Portugal
9 Seminário Internacional de troca de experiências de Cooperação Sul-Sul: “a experiência do México na criação de uma Lei e de um Sistema de Cooperação Internacional”.	México, Argentina, Colômbia e Paraguai
10 Ferramentas para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular das instituições do Panamá.	Chile e Panamá
11 Intercâmbio de experiências de planificação, negociação e gestão de Cooperação Sul-Sul entre o Paraguai e a Colômbia.	Colômbia e Paraguai
12 Intercâmbio de experiências em matéria de sistematização de boas práticas e de construção de um catálogo de oferta.	Colômbia e República Dominicana
13 Intercâmbio de experiências sobre a iniciativa “Delivering as One” (DaO) e fortalecimento das relações Inter-Agências.	Peru e Uruguai
14 Intercâmbio de experiências para o reforço de capacidades de gestão do ciclo de projetos e identificação de boas práticas de Cooperação Sul-Sul e Triangular.	Chile e República Dominicana

Fonte: SEGIB a partir das informações do PIFCSS

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da página oficial do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCCS)

IV.5

COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

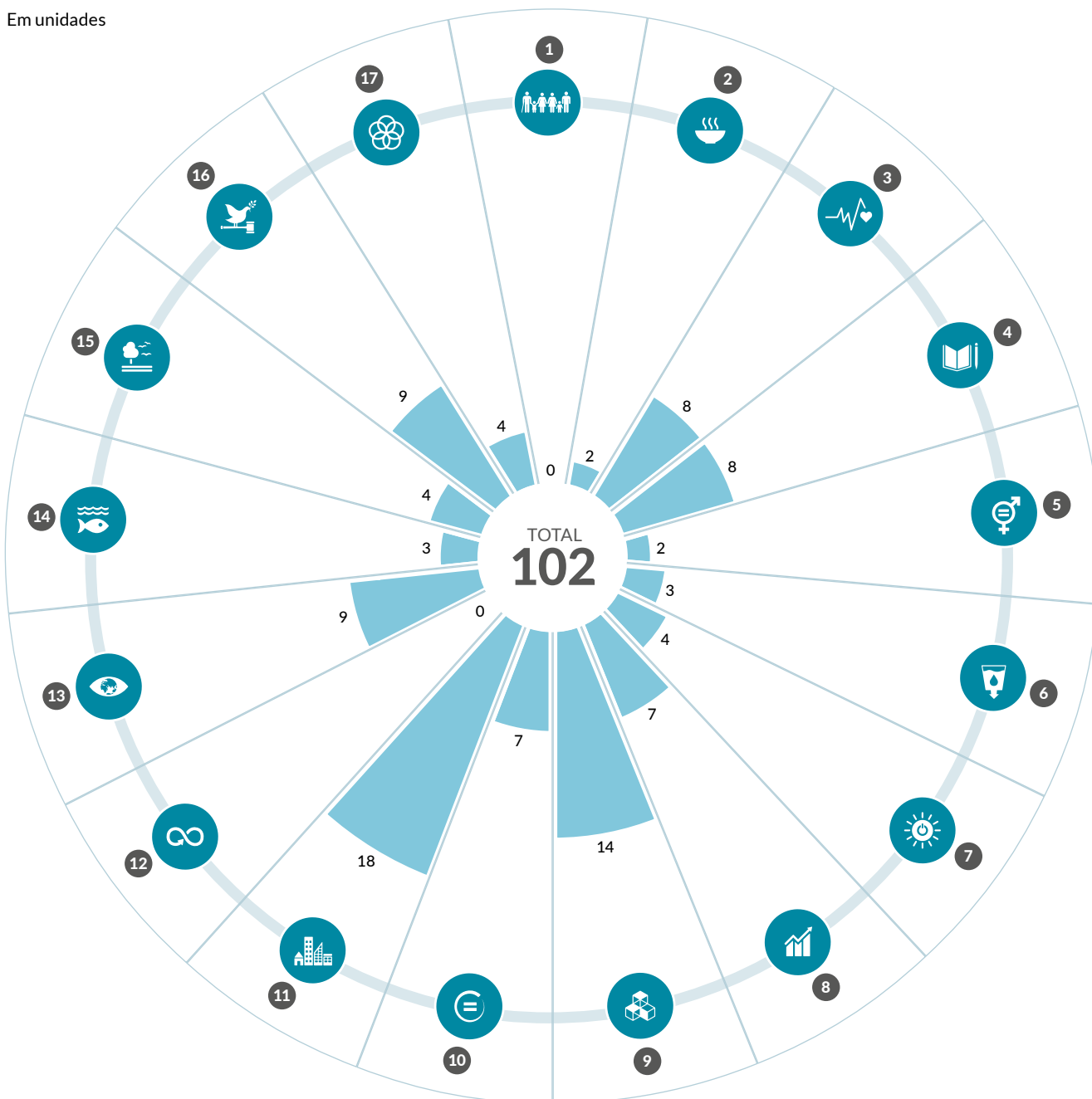
Tal como nos capítulos anteriores, a metodologia que o espaço ibero-americano tem vindo a desenvolver durante estes anos para facilitar a identificação do possível alinhamento da Cooperação Sul-Sul com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permite que nos aproximemos da forma como a CSS Regional pode potencialmente contribuir para a Agenda 2030.

Nessa base, o Gráfico IV.7 distribui as 102 iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional nas quais os países ibero-americanos participaram em 2017, conforme o seu potencial alinhamento com os ODS. Recorrendo de novo a um gráfico polar, atribui-se a cada um dos ODS, ordenados de forma crescente no sentido das agulhas do relógio, o número total de programas e projetos que visaram.

GRÁFICO IV.7

DISTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS DE CSS REGIONAL, CONFORME O POTENCIAL ALINHAMENTO COM OS ODS. 2017

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) Mais de 30% das iniciativas de CSS Regional nas quais os países ibero-americanos participaram em 2017 procuraram progredir na obtenção de metas associadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis (18 programas e projetos que justificam 17,6% do total) e

ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas (14 iniciativas que contribuem com outros 13,7%). Quando a estas se acrescentam as participações relativas da cooperação potencialmente alinhada com outros Objetivos de Desenvolvimento (ODS 13 Ação pelo clima, ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes, ODS 3 Saúde e bem-estar e ODS 4 Educação), justificam-se duas em cada três das iniciativas desse ano.

Conforme o mesmo Gráfico IV.7, o último terço da cooperação pode alinhar-se com um máximo de 9 ODS diferentes. Os seus respetivos pesos relativos oscilaram entre o máximo de 6,9% do ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico e ODS 10 Redução das desigualdades e o mínimo resultante das 2 iniciativas que podem ter apontado para os ODS 2 Fome zero e ODS 5 Igualdade de género. Só dois Objetivos não estão referenciados na CSS Regional de 2017: o ODS 1 Fim da pobreza e o ODS 12 Produção e consumo responsável.

- b) O considerável peso relativo do ODS 11 relacionado com Cidades e comunidades sustentáveis (18 iniciativas) está estreitamente ligado ao peso do setor da *Cultura*. Neste sentido, uma das metas que apontam para o ODS 11 refere-se explicitamente à necessidade de “*proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo*”². A única exceção é protagonizada por uma iniciativa que, através da promoção do desenvolvimento urbano, se classifica no setor do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e que potencialmente pode contribuir para uma urbanização mais inclusiva e sustentável.
- c) Por sua vez, o potencial alinhamento com o ODS 9 Indústria, inovação e infraestruturas, parece fomentar-se a partir das iniciativas (até um total de 14) preferencialmente relacionadas com os setores dos *Transportes e armazenamento, Indústria e Empresas* e, de modo mais pontual, *Comércio e Ciência e tecnologia*. São de salientar os programas e projetos de CSS Regional que em 2017 contribuíram para a melhoria das infraestruturas de transportes e comunicações, quer terrestres quer marítimas; bem como toda a cooperação que, através do empreendedorismo e da oferta de facilidades ao tecido empresarial e industrial, procurou incidir no desenvolvimento da inovação e no seu uso aplicado à economia.
- d) Entretanto, houve praticamente dez iniciativas que, em cada caso, pareceram alinhar-se com os ODS 13 Ação pelo clima e ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes. Categorizados no ODS 13, encontram-se 9 programas e projetos de CSS Regional relacionados com o *Ambiente* e a *Gestão de catástrofes*. Destacam-se as iniciativas que contribuíram para fortalecer as capacidades de atenuação e adaptação às alterações climáticas, bem como as que pretenderam aumentar a resiliência e reduzir os seus piores efeitos. Por outro lado, no contexto do ODS 16 houve iniciativas muito relacionadas com o âmbito do Fortalecimento Institucional, entre as quais se salientam tanto as que incidiram na eficácia, transparência e prestação de contas das

instituições públicas, quanto as que procuraram a universalização dos direitos, acesso à justiça, não discriminação e melhoria da segurança.

- e) No que se refere às 8 iniciativas de CSS Regional que os países ibero-americanos orientaram para o ODS 3 Saúde e bem-estar e tal como já se referiu na análise setorial, tratou-se principalmente de uma cooperação que juntou esforços para acabar com epidemias e doenças transmissíveis que têm especial incidência na região. Neste sentido, o Quadro IV.3 mostra a experiência da luta contra a zica, especialmente virulenta entre os anos 2016 e 2018. Outras 8 iniciativas estiveram potencialmente alinhadas com o ODS 4 Educação de qualidade, entre as quais são de salientar as que procuraram progredir para sistemas inclusivos que garantem o acesso de todos à educação a qualquer nível, bem como aquelas que, através da formação contínua e do intercâmbio, promovem a sua qualidade.
- f) Ainda com registos superiores às 5 iniciativas, encontra-se a Cooperação Sul-Sul Regional que potencialmente pode contribuir para fazer avançar os ODS 8 Trabalho digno e crescimento económico e ODS 10 Redução das desigualdades. Em concreto, atinge-se o ODS 8 a partir de iniciativas classificadas nos setores de *Emprego, Empresas* e, inclusivamente, *Agropecuário*, sempre que promovam o empreendedorismo, trabalho digno e proteção dos direitos laborais. Por seu turno, as iniciativas que se alinham com o ODS 10, tão necessário para “*não deixar ninguém para trás*”, justificam-se pela cooperação que, classificada em *Outros serviços e políticas sociais*, favorece a inclusão e integração social, especialmente das crianças, jovens e idosos.
- g) Finalmente, tal como já se indicou no início, o potencial alinhamento das restantes iniciativas de CSS Regional nas quais os países ibero-americanos participaram em 2017 tem um carácter mais pontual. Mesmo assim, são de referir os esforços da região relativamente ao ODS 17 Alianças para atingir os objetivos, através do fortalecimento das suas capacidades estatísticas e de medição, bem como da própria cooperação internacional, Sul-Sul e Triangular; para além dos que apontaram para o ODS 5 Igualdade de género, através de programas que produzem informações e indicadores na matéria e assim contribuem para a conceção, monitorização e avaliação de políticas que eliminam qualquer discriminação contra as mulheres.

² <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/cities/>

QUADRO IV.3

A COOPERAÇÃO SUL-SUL E O ODS 3: OS ESFORÇOS REGIONAIS NA LUTA CONTRA A ZICA

A meta 3.3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propõe para 2020 “*acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais desatendidas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis.*” Nesta linha, o presente quadro ilustra uma iniciativa de CSS Regional que aborda de forma coletiva a doença provocada pelo vírus da Zica.

Embora na região, a infeção pelo vírus da Zica tenha tido o seu auge na primeira metade de 2016 e diminuído substancialmente em 2017 e 2018,¹ continua a representar um problema de saúde pública que afeta com mais intensidade os grupos mais pobres e vulneráveis e, nesse sentido, desafia o princípio de “não deixar ninguém para trás” da Agenda 2030 (PNUD e IFCR, 2017). Além disso, tal como se pode observar no mapa elaborado para esse efeito, em 2018 e em todos os países da região, havia evidências de transmissão autóctone do vírus da Zica, à exceção do Chile e Uruguai.²

Neste contexto, em 2016 foi criado o projeto de CSS Regional “Apoio à Estratégia Regional para o Combate à Zica”, por sua vez

enquadrado no Plano de Ação para a Prevenção e Controlo do Vírus da Zica na América Central e República Dominicana, elaborado por mandato dos Chefes de Estado e de Governo da região do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana,³ e baseado nas diretrizes e resoluções da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

O projeto, executado entre 2016 e 2018, teve por objetivo “*desenvolver um instrumento para a operacionalização das ações regionais e nacionais de abordagem a um problema de saúde emergente comum aos países da região, transmitido por um vetor endémico na América Central e República Dominicana, tal como o Aedes aegypti*”. Foi implementado pela Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA), que envolve sete países ibero-americanos, bem como o Belize, com o apoio adicional do Governo da Turquia.

De acordo com informações públicas do SICA⁴, os resultados deste projeto foram os seguintes:

- Elaboração de um estudo de resistência a inseticidas em três países da região: Guatemala, Nicarágua e Costa Rica.
- Reforço do controlo químico vetorial e da qualidade dos ensaios de laboratório para a confirmação de diagnósticos de arboviroses dos Ministérios da Saúde da região, através da compra de equipamentos especializados.
- Início de um processo de formação nos países da região SICA, através da realização de cursos, entre outros, sobre entomologia, patologia molecular e de estudos de resistência aos inseticidas.
- Início do processo de constituição de um Grupo de Trabalho de Entomologia dos países da América Central e República Dominicana.
- Doação de equipamentos e maquinaria especializada aos ministérios da saúde dos países da América Central e República Dominicana.

^{1,2} <https://www.who.int/emergencies/diseases/zika/zika-epidemiology-update-july-2019.pdf>

³ <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKewiekOvV5dDnAhWn3OAKHa-GA2QQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sica.int%2Fdownload%2F%3F106879&usg=AOvVaw1AXDSpzeEvX3qD592uaR6K>

⁴ https://www.sica.int/proyectos/apoyo-a-la-estrategia-regional-para-el-combate-del-zika-en-el-marco-de-la-implementacion-del-plan-de-accion-regional-para-la-prevencion-y-control-del-virus-del-zika-en-centroamerica-y-republica-dominicana_32.html

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, PNUD e IFCR (2017), e páginas digitais do SICA e OPS

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 152

TAXA DE INCIDÊNCIA DE CASOS ACUMULADOS DE ZICA POR CADA 100.000 HABITANTES NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS DA IBERO-AMÉRICA. CASOS SUSPEITOS E CONFIRMADOS AUTÓCTONES. ANO 2018



Legenda. Faixas de intensidade, conforme a taxa de incidência acumulada

- Mais de 20
- Entre 10,1 e 20
- Entre 4 e 10
- Entre 2,1 e 4
- Entre 0,1 e 2
- 0

Fonte: SEGIB a partir da OPS <http://www.paho.org/data/index.php/es/temas/indicadores-zika/528-zika-weekly-es.html>





V

CAPÍTULO

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

subsul



Capítulo V

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul com outras regiões

O presente capítulo analisa a Cooperação Sul-Sul em que a Ibero-América participou em 2017 juntamente com países em desenvolvimento de outras regiões. A primeira secção lança um olhar global sobre o conjunto da cooperação realizada com essas sub-regiões, para posteriormente se centrar nos dados específicos de cada uma delas: Caribe não Ibero-Americano, África, Ásia, Oceania e Médio Oriente. Em cada uma das análises efetuadas, distinguem-se as modalidades através das quais a CSS foi executada, os parceiros protagonistas e as capacidades setoriais fortalecidas.

V.1

UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Ao longo de 2017, os países ibero-americanos participaram, de forma agregada, num total de 1.310 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Praticamente um quarto destas iniciativas (319), referem-se àquelas que os países ibero-americanos intercambiaram com países em desenvolvimento pertencentes a outras regiões do mundo. Trata-se de um valor muito semelhante ao de 2016 (314), que se traduz num ligeiro aumento desse total de apenas 1,6%.

Em 80% dos casos essas iniciativas instrumentalizaram-se através de projetos, tendo-se apenas 11% verificado através de ações. Os restantes 9% devem-se aos programas de cooperação. Por sua vez, e como aspeto interessante, praticamente 3 em cada 10 dessas iniciativas (28,5%) iniciaram a sua atividade durante o próprio ano de 2017, ao passo que uma percentagem semelhante a iniciou antes de 2005. Esta coincidência sugere que a cooperação da Ibero-América com países em desenvolvimento de outras regiões não é pontual, mas sistemática e de longa duração.

MATRIZ V.1

INICIATIVAS DE CSS BILATERAL, TRIANGULAR E REGIONAL DA IBERO-AMÉRICA EM CONJUNTO COM OUTRAS REGIÕES. 2017

Em unidades

REGIÃO	MODALIDADE			
	CSS BILATERAL	COOPERAÇÃO TRIANGULAR	CSS REGIONAL	TOTAL
África	83	8	2	93
Ásia	60	0	0	60
Caribe não Ibero-Americano	89	15	33	137
Oceania	8	0	0	8
Médio Oriente	19	0	0	19
Várias regiões	2	0	0	2
TOTAL	261	23	35	319

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por seu turno, a Matriz V.1 mostra a distribuição dessas 319 iniciativas conforme a localização geográfica do país em desenvolvimento com que se realizou a cooperação. Com efeito, em mais de 40% das iniciativas (137), o parceiro principal pertenceu ao Caribe não Ibero-Americano, um padrão muito relacionado com a proximidade geográfica. Certamente pelo mesmo motivo, esta circunstância acentua-se quando se aborda o caso da CSS Regional (33 de cada 35 iniciativas registadas em 2017 foram realizadas com o Caribe não Ibero-Americano). Seguiram-no, em importância relativa, a África, uma região com a qual a Ibero-América realizou praticamente 30% dos

seus intercâmbios em 2017. O papel exercido por esta região é coerente com o esforço que a África está a fazer, não só para estimular a sua Cooperação Sul-Sul, mas também para a traduzir num relatório que a sistematize. A publicação em 2019 do primeiro Relatório da CSS em África e o acompanhamento que lhe foi dado pelo espaço ibero-americano (ver Quadro V.1), são a prova disso. Igualmente, ao agregar os intercâmbios com a Ásia (20%) ao Caribe não Ibero-Americano e a África, justificam-se (numa proporção muito parecida à do ano anterior) 90% dos programas, projetos e ações de CSS de 2017 com outras regiões.

QUADRO V.1

A IBERO-AMÉRICA ACOMPANHA A ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO AFRICANO SOBRE COOPERAÇÃO SUL-SUL

Os dez anos de Relatórios da CSS na Ibero-América, a par do trabalho realizado na região para conceber e implementar a plataforma de dados online sobre esta modalidade (o Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, cujo acrónimo é SIDICSS), deram uma experiência à SEGIB que lhe permitiu acompanhar a África na elaboração do seu primeiro Relatório da Cooperação Sul-Sul.

Com efeito, ao longo de 2016, os países africanos, acompanhados pelo Centro de Serviço Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em África e pela Nova Aliança para o Desenvolvimento em África (NEPAD), decidiram promover a elaboração de um relatório que sistematizasse a Cooperação Sul-Sul intercambiada na região. O relatório final foi apresentado à comunidade internacional só três anos mais tarde, em março de 2019, no contexto da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (PABA+40).

Desde a primeira hora, a região procurou inspirar-se na experiência ibero-americana, pelo que a SEGIB apoiou a elaboração do primeiro relatório africano de CSS com assistência técnica e participação em diferentes atividades. Entre elas, são de destacar, no final de 2016, o workshop regional “Reporting South-South Cooperation in Africa”, realizado em Adis Abeba (Etiópia), e coorganizado pela SEGIB, PNUD África e NEPAD, que também contou com a contribuição adicional do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB). O objetivo desta atividade foi promover o diálogo político sobre CSS entre representantes de governos e organizações da sociedade civil da África e de instituições regionais. Nomeadamente, foram abordados aspetos conceptuais, técnicos e políticos da sistematização desta modalidade de cooperação.

O documento representa um verdadeiro ponto de viragem para a CSS de África. Para a sua elaboração, sistematizaram-se dados de atividades realizadas em 2017 disponibilizados por 11 países africanos: Benim, Botsuana,

Costa do Marfim, Djibouti, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Ruanda, Sudão e Uganda. Para além da recolha de informações, o relatório procurou promover o diálogo político regional em torno de aspetos políticos e institucionais chave para fomentar a CSS em África e incentivar a integração regional na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na Agenda 2063 de África.

O relatório contém três capítulos onde são abordados: (1) os esforços globais, regionais e nacionais para institucionalizar a CSS, analisados em função das recomendações do Plano de Ação de Buenos Aires de 1978; (2) a análise dos dados recompilados sobre CSS em África; (3) e sugestões para reforçar a CSS em África, incluindo as contribuições das experiências da SEGIB e do IsDB, bem como uma análise do potencial da Cooperação Triangular.

No futuro, os protagonistas esperam manter e aprofundar este exercício, envolvendo mais países sob a liderança da NEPAD e com vista a fortalecer a Cooperação Sul-Sul e Triangular em África.

Fonte: SEGIB a partir do PNUD e NEPAD (2019)

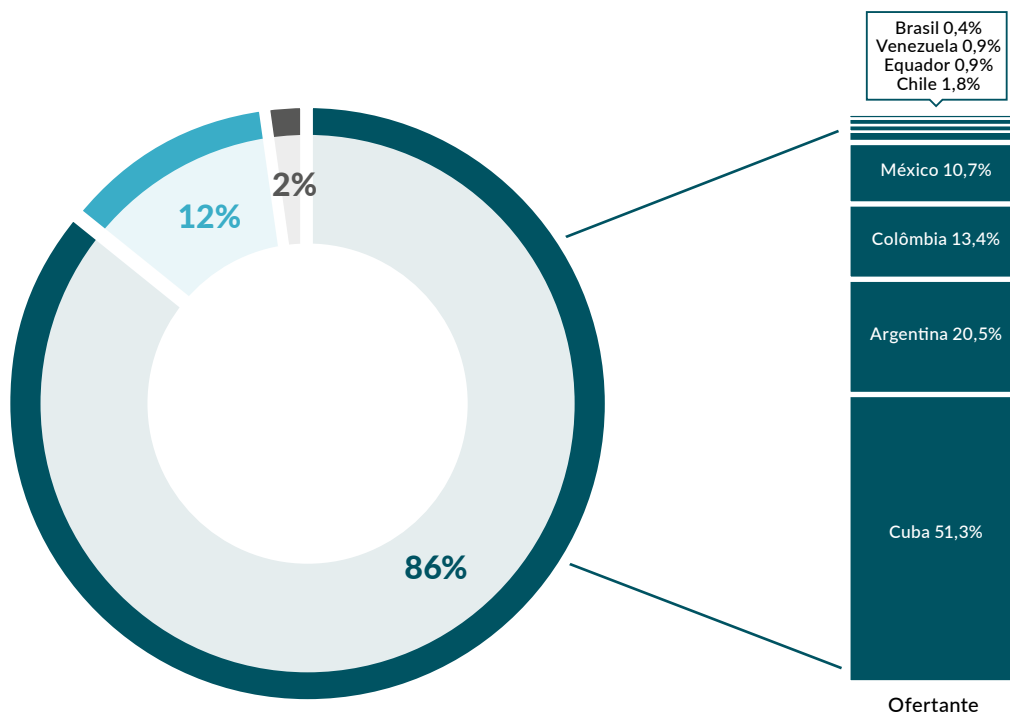
Por outro lado, a maior parte (82%) das iniciativas que a Ibero-América intercambiou em 2017 em conjunto com países em desenvolvimento de outras regiões, foram executadas na modalidade de Cooperação Sul-Sul Bilateral. Podemos afirmar que esta foi a modalidade através da qual se realizou a maior parte da cooperação que teve lugar com cada uma das outras regiões: em concreto, em 65% dos intercâmbios com o Caribe não Ibero-Americano, em praticamente 90% dos realizados com África e

em 100% dos efetuados nas restantes regiões. Em contraste, a Cooperação Triangular (23 iniciativas equivalentes a 7,2% do total das mantidas com outras regiões em 2017) concentrou-se no Caribe não Ibero-Americano (65% das 23 registadas) e África (os outros 35%). Finalmente, tal como já se referiu, praticamente 100% das iniciativas realizadas na modalidade de CSS Regional tiveram como protagonista o Caribe não Ibero-Americano, sendo as iniciativas com África (2) mais pontuais.

GRÁFICO V.1

INICIATIVAS DE CSS BILATERAL ENTRE A IBERO-AMÉRICA E OUTRAS REGIÕES, CONFORME O PAPEL DOS PAÍSES IBERO-AMERICANOS E OS PRINCIPAIS OFERTANTES. 2017

Em percentagem



DISTRIBUIÇÃO CONFORME O PAPEL:

■ Ofertante ■ Recetor ■ Os dois parceiros

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Gráfico V.1 complementa as informações anteriores, desagregando os intercâmbios mantidos com outras regiões na modalidade de CSS Bilateral, conforme o papel exercido pelos países ibero-americanos. Tal como se pode observar, nos intercâmbios bilaterais a Ibero-América tendeu a exercer, preferencialmente, o papel de ofertante (86%). Acresce que os países que principalmente desempenharam o papel de ofertantes foram Cuba, Argentina, Colômbia e México, os quais, em conjunto, justificaram mais de 80% dos intercâmbios bilaterais realizados em 2017.¹

De facto, metade dos projetos de CSS bilateral registados com países em desenvolvimento de outras regiões em 2017 foram oferecidos por Cuba. Trata-se de uma cooperação de longa

duração (a maior parte das iniciativas têm uma data de início anterior a 2001), que reforça capacidades na área Social, principalmente na *Saúde* (76 projetos) e *Educação* (24), muitas vezes através de bolsas de estudo para licenciaturas ou de programas integrais de cooperação. Além disso, os recetores dessa cooperação pertencem às 5 regiões definidas neste Relatório.

Finalmente, a cooperação da Argentina como ofertante para outras regiões, equivalente a um quinto do total, centrou-se num dos seus principais pontos fortes: o setor *Agropecuário*, no qual se classificaram mais de metade dos projetos. A cooperação argentina apoiou países de África, Ásia e Caribe não Ibero-Americano.

¹ Note-se que, por se tratar de um dos capítulos mais recentes do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América (só incluído a partir da edição de 2016), os países que num maior número de ocasiões exerceram o papel de ofertantes coincidem com os que mais ativamente participaram no registo dos dados de CSS com outras regiões.

V.2

CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

Conforme o explicado na secção anterior (Matriz V.1), ao longo de 2017 a Ibero-América participou em 137 iniciativas com países em desenvolvimento do Caribe não Ibero-Americano, um facto que justifica mais de 40% das ações, projetos e programas intercambiados com outras regiões. Em concreto:

- a) Por um lado, a maior parte das 137 iniciativas executadas (89, equivalentes a 65% das totais) foram realizadas na modalidade de CSS Bilateral; quase um quarto (33) correspondeu à CSS Regional; e as restantes à Cooperação Triangular (15).
- b) Por outro lado, três em cada quatro (103 das 137 iniciativas finais) foram executadas através de projetos, tendo-se ainda registado 21 programas e 13 ações. É de acrescentar outra ação com o Caribe não Ibero-Americano, neste caso incluída na rubrica “várias regiões”, por se tratar de uma cooperação simultaneamente participada em conjunto com África, Ásia e Médio Oriente.
- c) Isto é coerente com o facto de que as 89 iniciativas executadas na modalidade de CSS Bilateral foram preferencialmente instrumentalizadas através de projetos (76) e não de ações (apenas 13). Tal como já se referiu, em praticamente todas estas iniciativas à exceção de uma ação, a Ibero-América exerceu o papel de ofertante.

Por sua vez, o Mapa V.1 distribui os projetos de CSS Bilateral através dos quais a Ibero-América partilhou capacidades com o Caribe não Ibero-Americano em 2017, conforme o país que exerceu o papel de recetor. Da sua observação depreende-se que 13 dos 14 países do Caribe não Ibero-Americano exerceram, em pelo menos uma ocasião, o papel de recetores de projetos de CSS Bilateral. Neste caso, o único país não computado foi Barbados que mesmo assim participou em duas ocasiões na receção de ações, sempre a par de outros parceiros.

Mais concretamente, e tal como já sucedeu em Relatórios anteriores, o Haiti, único país da América Latina e Caribe que está na lista dos países menos desenvolvidos das Nações Unidas (UNCTAD, 2019), foi o que recebeu mais cooperação: um total de 14 projetos, equivalentes a praticamente 20% dos destinados a esta região. Segundo os mesmos registos, os parceiros ibero-americanos que mais ativamente colaboraram com o Haiti em 2017 foram Cuba e o México, que entre ambos justificaram mais de metade desses projetos. Destacam-se também como recetores, a Jamaica, Belize, Granada e São Vicente e Granadinas, quatro países que somaram 45% dos projetos de CSS Bilateral registados com o Caribe não Ibero-Americano. Se a todos os anteriores juntarmos as contribuições da Guiana e Santa Lúcia, obtemos os sete países que, de forma agregada, justificaram 80% dos projetos.

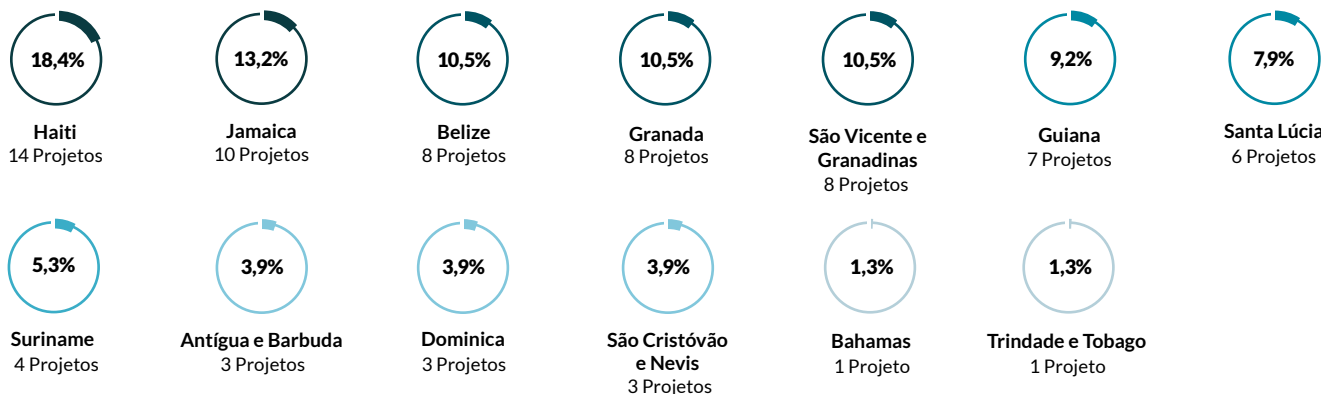
MAPA V.1

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO, CONFORME O PAÍS RECETOR. 2017

Em percentagem



Total geral: 76



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos em 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

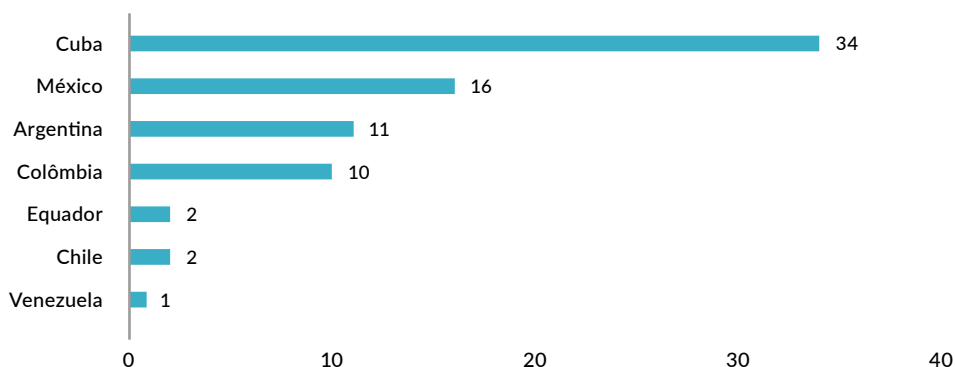
Numa perspectiva complementar, o Gráfico V.2 distribui agora os 76 projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral que em 2017 tiveram por destino o Caribe não Ibero-Americano, conforme o país da Ibero-América que exerceu o papel de ofertante. Tal como se pode observar, 45% dos projetos destinados a esta região durante o mencionado exercício, foram oferecidos por Cuba.

Seguiram-na, por ordem de importância relativa o México, Argentina e Colômbia. Na verdade, estes quatro países foram responsáveis por mais de 90% dos projetos registados em 2017. São de acrescentar, os progressos registados pela Colômbia, a qual entre 2016 e 2017, praticamente triplicou (de 3 para 10) o número de projetos destinados ao Caribe não Ibero-Americano.

GRÁFICO V.2

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO (PAPEL RECETOR), CONFORME O PAÍS OFERTANTE. 2017

Em unidades



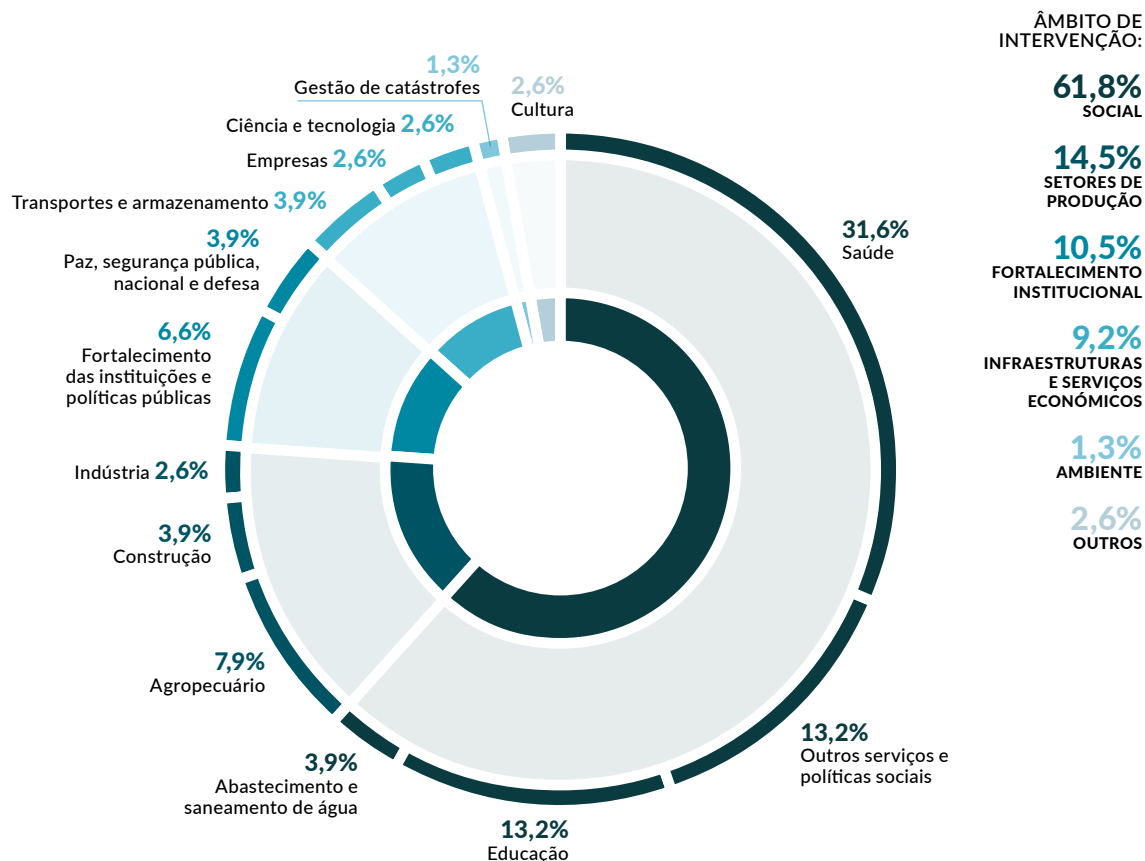
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por sua vez, a análise dos projetos intercambiados com o Caribe não Ibero-Americano conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção (Gráfico V.3), mostra como mais de 60% dos referidos projetos incidiram no objetivo de fortalecer capacidades no âmbito Social, tal como aconteceu no exercício anterior. Por outro lado, quase um quarto dos projetos finais foi orientado para os Setores de Produção e das Infraestruturas e Serviços Económicos. Os destinados ao Fortalecimento Institucional representaram outros 10,5%.

GRÁFICO V.3

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) E DO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO (PAPEL RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Em concreto, praticamente um terço dos projetos intercambiados correspondem, como já acontecia no exercício anterior, ao setor da *Saúde*. Seguiram-no, em termos de participação relativa, os projetos orientados para *Outros serviços e políticas sociais* e para a *Educação*, ambos com uma percentagem acumulada superior a 25%. Influenciou sem dúvida este perfil de intercâmbio, a contribuição da cooperação cubana, um país entre cujas iniciativas se destacam as bolsas de estudo para formar profissionais e a oferta de estudos de licenciatura em *Saúde*, *Educação* e *Desporto*.

Deve também sublinhar-se a importância dos setores *Agropecuário* (7,9%) e do *Fortalecimento institucional e políticas públicas* (6,6%). Quanto ao primeiro, salienta-se a cooperação oferecida pelo

México a três países do Caribe não Ibero-Americano, partilhando com eles as suas experiências na área agrícola (melhoria de culturas, tais como o coco, raízes caribenhas e pimento lampião) e da criação de gado (produção ovina e gestão de água em explorações agrícolas). A Colômbia também transferiu capacidades neste setor, destacando-se aqui tudo o que foi o realizado conjuntamente com São Vicente e Granadinas, uma experiência que se apresenta no Quadro V.2. Finalmente, entre os projetos consagrados ao *Fortalecimento institucional e políticas públicas*, destacaram-se 3 com a Argentina e o México no papel de ofertantes, concebidos para apoiar os sistemas de informação e produção de dados.

QUADRO V.2

APRENDIZAGEM E GESTÃO DE CULTURAS: O CASO DA COLÔMBIA E DE SÃO VICENTE E GRANADINAS

Entre 2017 e 2019, o Serviço Nacional de Aprendizagem da Colômbia (SENA) ofereceu apoio técnico a São Vicente e Granadinas, no quadro do projeto “Fortalecimento técnico em processamento de frutos e transformação de cacau”.^{1,2,3} Por parte da ilha, participaram delegados dos Ministérios das Relações Exteriores, Agricultura e Educação, para além de produtores locais e empresários. Desta forma, trabalhou-se com uma abordagem multiagente, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O objetivo do projeto era o de elaborar e apresentar um documento de recomendações para a adequação do modelo do SENa a São Vicente e Granadinas. O SENa é uma entidade pública

de formação profissional da Colômbia que se dedica ao desenvolvimento social e técnico dos trabalhadores colombianos. Oferece formação “*para a incorporação e desenvolvimento das pessoas em atividades de produção que contribuam para o desenvolvimento social, económico e tecnológico do país*”.⁴ Para isso, a entidade opera numa permanente parceria entre o governo, empresários e trabalhadores.

No início, a instituição colombiana partilhou com funcionários de São Vicente e Granadinas o modelo pedagógico do SENa e realizou um diagnóstico sobre o estado da indústria de secagem de frutos e produção de cacau no país. Com base no que precede, identificaram-se desafios e recomendações em torno

dos processos de sementeira, fertilização, gestão de pragas e produtividade de empresas locais. Por outro lado, lecionaram-se cursos de formação sobre desidratação de frutos e o seu cultivo (dando prioridade à jujuba, fruta-pão e ananás) e sobre gestão de cacau.

Desta forma, o projeto procurou oferecer ferramentas para o máximo aproveitamento dos produtos agrícolas, através de procedimentos para a sua adequada conservação e distribuição. Nesse sentido, o objetivo último foi contribuir para a criação de empreendimentos e oportunidades de emprego, bem como para a melhoria da segurança alimentar e nutricional da população de São Vicente e Granadinas.

¹ <https://www.apccolombia.gov.co/noticia/colombia-ensena-saint-vincent-grenadines-alternativas-de-sostenibilidad-con-frutas-y-cacao>

² <https://www.cancilleria.gov.co/en/newsroom/news/colombia-inicia-proyecto-bilateral-cooperacion-san-vicente-granadinas>

³ https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/boletin_3_estrategia_caribe_mayo_2017_esp_0.pdf

⁴ <http://www.sena.edu.co/es-co/sena/Paginas/misionVision.aspx>

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e das páginas digitais da Agência Presidencial de Cooperação (APC), Ministério das Relações Exteriores da Colômbia e Serviço Nacional de Aprendizagem.

No que se refere agora à Cooperação Triangular, em 2017 houve 15 projetos nos quais, com o apoio de outros parceiros, participaram a Ibero-América e os países em desenvolvimento do Caribe não Ibero-Americano. Em quase metade dos projetos, o México exerceu o papel de primeiro ofertante transferindo capacidades e foi seguido pelo Chile, responsável por um terço dos projetos. Quando a este país se acrescenta o projeto no qual partilhou o papel de primeiro ofertante com El Salvador, verifica-se que o México e o Chile justificaram 12 dos 15 projetos finalmente registados. Estes

valores mostram uma maior concentração relativamente a 2016, ano no qual três países (Chile, Argentina e México) dividiram praticamente em partes iguais a participação total nesse papel.

Por contraste, no exercício do papel de segundo ofertante, identificaram-se um grande número de parceiros. No entanto, apenas três deles (Espanha, Estados Unidos e Reino Unido) estiveram presentes em mais de um projeto. Destacou-se de novo a participação do Haiti,

que exerceu o papel de recetor em metade das iniciativas de Cooperação Triangular destinadas pela região ao Caribe não Ibero-Americano em 2017. Este foi seguido pelo Belize, recetor de um terço dos projetos, algo também semelhante ao que já aconteceu no exercício anterior.

No que respeita às capacidades fortalecidas através da Cooperação Triangular, metade dos projetos procurou reforçar a área Social, e mais de um terço o âmbito Produtivo. Em termos setoriais, destacou-se o setor *Agropecuário* com 4 iniciativas, menos duas que em 2016.

Finalmente, ao longo de 2017 registaram-se 21 programas e 12 projetos de CSS Regional onde coincidiram países em desenvolvimento da Ibero-América e países do Caribe não Ibero-Americano. Dado que na grande maioria participaram pelo menos dois países ibero-americanos, quase todas as iniciativas já foram analisadas no capítulo 4, especificamente dedicado a esta modalidade

e à Ibero-América (ver Nota Metodológica). Foram exceção três programas de CSS Regional, dois deles com o Chile e um com o México, que tiveram como parceiros vários países do Caribe não Ibero-Americano, a título individual ou como integrantes do CARICOM.

Em mais de 40% das iniciativas (137), o parceiro principal pertenceu ao Caribe não Ibero-Americano, um padrão muito relacionado com a proximidade geográfica. Seguiram-no, em importância relativa, a África, uma região com a qual a Ibero-América realizou praticamente 30% dos seus intercâmbios em 2017

V.3

ÁFRICA

Como já se indicou no início deste capítulo, África é a segunda região com a qual a Ibero-América realizou mais intercâmbios em 2017 e engloba quase 30% das iniciativas com países em desenvolvimento de outras regiões. Uma primeira caracterização destas 93 iniciativas sugere que:

- a) Praticamente 90% foram realizadas na modalidade de CSS Bilateral. As restantes distribuíram-se entre Cooperação Triangular (8,6%) e CSS Regional (apenas 2,2%). Acresce que, na cooperação com África, o intercambiado na modalidade Regional procede de anos anteriores, enquanto que na Triangular se registou um aumento significativo relativamente a 2016, ano em que só se contabilizou uma iniciativa.
- b) Por instrumentos de cooperação, as 93 iniciativas intercambiadas entre a Ibero-América e África foram executadas através de 2 programas, 81 projetos e 11 ações para o desenvolvimento. Trata-se também de uma cooperação que tem vindo a prolongar-se no tempo, pois menos de um quarto destas iniciativas foram efetivamente iniciadas em 2017.

Neste sentido, e no que se refere à Cooperação Sul-Sul Bilateral, a Ibero-América exerceu o papel de ofertante em quase todas as iniciativas nas quais participou com África. Em concreto, tratou-se de 76 projetos e 7 ações, aos quais devemos acrescentar, como novidade deste Relatório, uma ação bidirecional entre o Uruguai e a África do Sul.

O Mapa V.2 mostra a distribuição desses 76 projetos de CSS Bilateral nos quais a Ibero-América exerceu o papel de ofertante, conforme o país africano que atuou como recetor. A sua observação sugere que se trata de uma cooperação muito dispersa, com 36 países africanos envolvidos em, pelo menos, uma iniciativa e apenas dois com mais de 5 projetos, os casos de Moçambique (8) e África do Sul (7). Se a estes acrescentarmos outros sete países —Angola, Guiné-Bissau, Botsuana, Costa do Marfim, Gana, Guiné e Namíbia— conseguimos cobrir metade das iniciativas registadas.

MAPA V.2

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) COM ÁFRICA, CONFORME O PAÍS RECETOR. 2017

Em percentagem

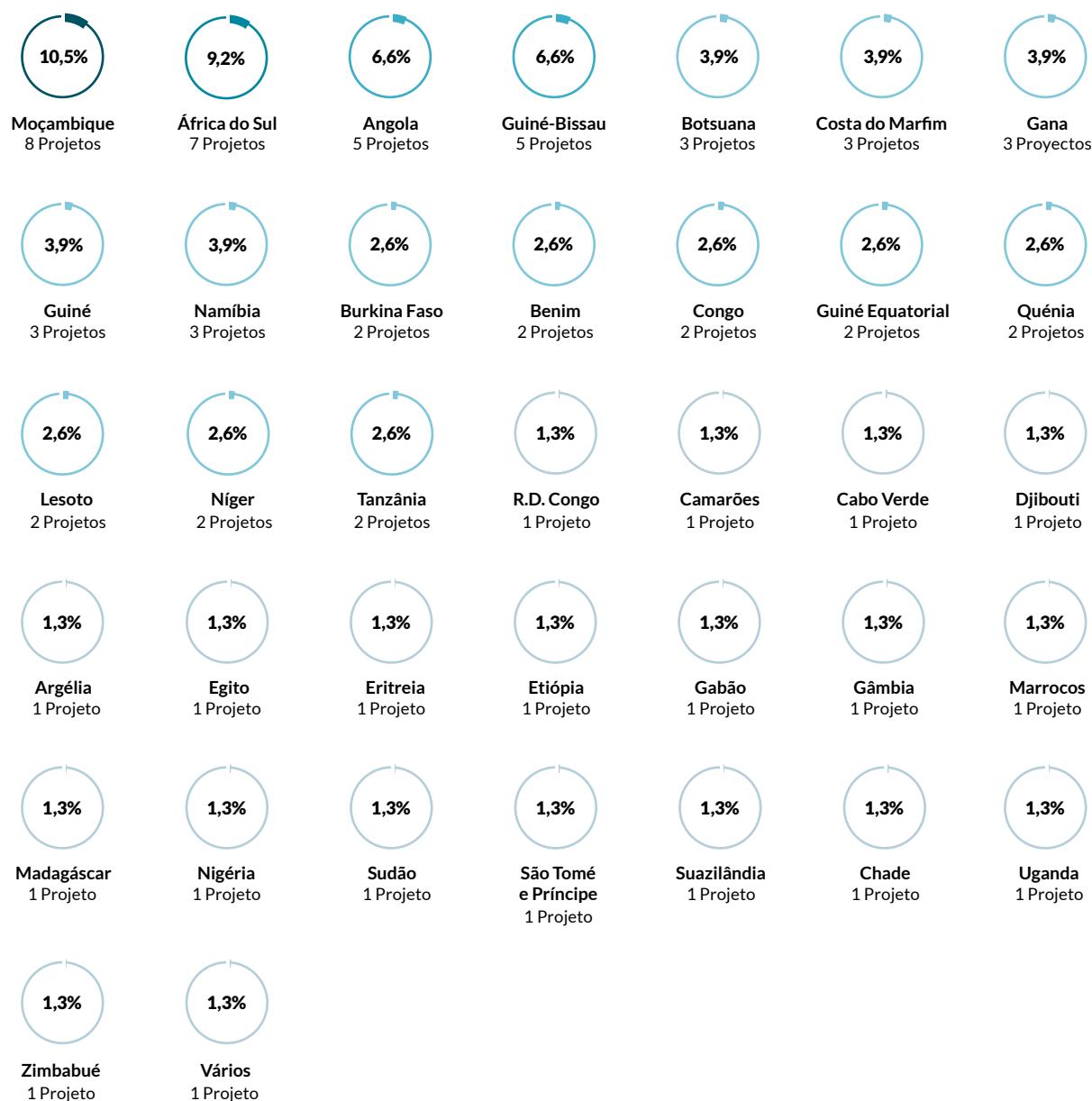


Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos em 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Total geral: 76



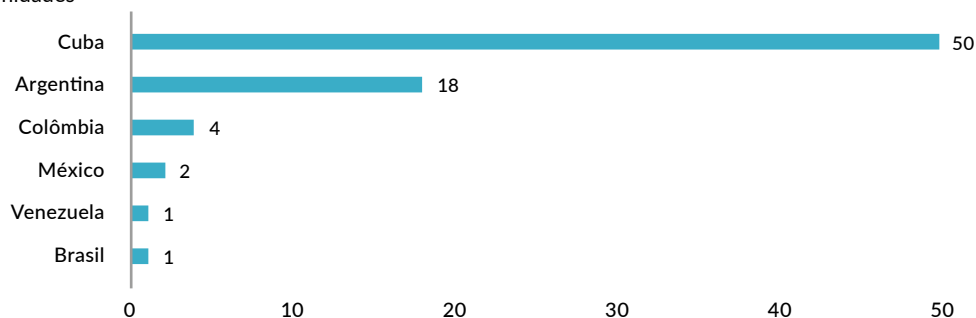
Por sua vez, o Gráfico V.4 mostra a participação dos países ibero-americanos que exerceram o papel de ofertantes na CSS Bilateral mantida com África em 2017. Tal como se pode observar, Cuba destacou-se transferindo capacidades em 50 projetos, equivalentes a quase dois terços do total. Seguiram-na, em termos de importância relativa,

a Argentina com 18 projetos que representaram praticamente outros 25% do total. Uma intervenção mais pontual (respetivamente entre 4 e 1 iniciativas) foi a da Colômbia, México, Venezuela e Brasil. De qualquer modo, trata-se dos mesmos seis países da Ibero-América que desempenharam esse papel com África nos seus intercâmbios de 2016.

GRÁFICO V.4

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA COM ÁFRICA (PAPEL RECETOR), CONFORME O PAÍS OFERTANTE. 2017

Em unidades

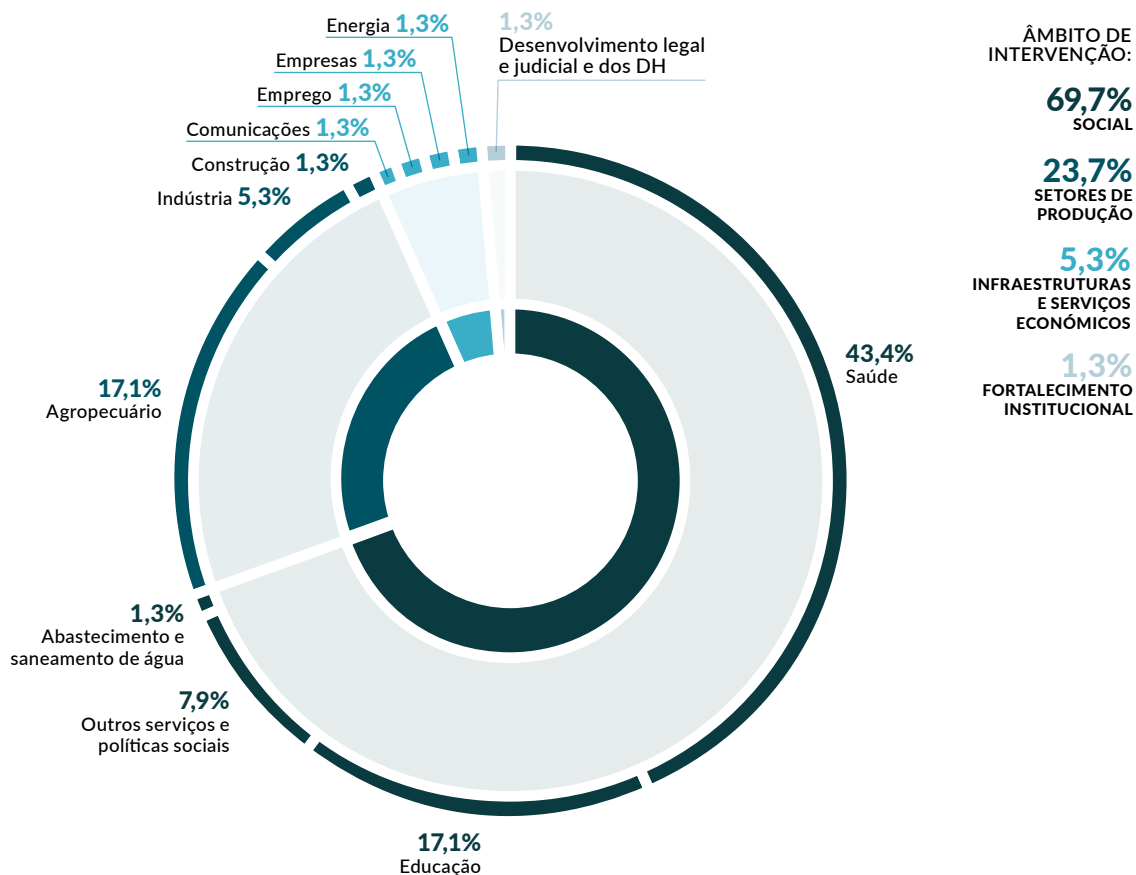


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO V.5

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) E DE ÁFRICA (PAPEL RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

Tal como expressa o Gráfico V.5, 70% dos projetos de CSS Bilateral que a Ibero-América executou em África, orientaram-se para o fortalecimento da área Social. O valor deve-se fundamentalmente aos projetos oferecidos por Cuba, todos eles nesse domínio e que se destinaram especialmente a reforçar as áreas da *Saúde* (44% da cooperação executada por esse país) e da *Educação* (17%). No conjunto do intercambiado, é também de salientar a importância relativa dos projetos dedicados a apoiar os Setores de Produção, bem como a influência da Argentina neste resultado, ao qual pertencem quase um quarto desses projetos. Na verdade, e uma vez mais sobre o total, o setor *Agropecuário* iguala o da *Educação* em intensidade de intercâmbios. Por último, houve 4 projetos que contribuíram para a *Indústria*, uma atividade na qual a Argentina foi de novo o ofertante mais destacado. Em termos gerais, esta tendência para o fortalecimento das capacidades setoriais coincide com a que se observava nos dados de 2016.

Por outro lado, tal como já se mencionou e no que respeita à Cooperação Triangular participada pela Ibero-América e os países em desenvolvimento de África, ao longo de 2017 houve um aumento da quantidade de iniciativas relativamente a 2016: assim, enquanto que em 2016 só se registou uma iniciativa triangular, em 2017 registaram-se 4 projetos e 4 ações, um valor superior ao primeiro mas ainda muito abaixo dos que se registam na modalidade de CSS Bilateral.

De facto, os mesmos seis países ibero-americanos que exerceram o papel de ofertantes de projetos na CSS Bilateral com África, coincidiram com os que executaram o papel de primeiro ofertante nos intercâmbios da modalidade Triangular. De entre todos eles, destacou-se o México, país que exerceu esse papel em 1 projeto e 2 ações. Entretanto, quatro países pertencentes a diferentes regiões e um organismo internacional associaram-se para ocupar o papel de segundo ofertante: neste caso são de destacar Portugal, Alemanha e França com duas iniciativas cada um, bem como o Japão e a FAO.

Quanto aos recetores, registou-se uma grande dispersão pois duas das ações apoiaram simultaneamente um número significativo de países. Destacaram-se Moçambique e Marrocos, os únicos dois países que participaram na receção de mais de uma iniciativa.

Finalmente, é de referir que quase dois terços das iniciativas de Cooperação Triangular participadas pela Ibero-América e África ao longo de 2017 contribuíram para fortalecer capacidades no âmbito Produtivo, algo que em parte se explica pelo peso do setor *Agropecuário*. Neste sentido, e como resultado da combinação de todos os elementos, é interessante salientar, por exemplo, a experiência da produção sustentável de café apresentada no Quadro V.3 e baseada na colaboração estabelecida entre o Brasil, Portugal e Moçambique.

Para terminar, em 2017 identificaram-se dois projetos de CSS Regional da Ibero-América com África, que já estavam em execução em 2016. Trata-se, em primeiro lugar, do Programa de Mobilidade Académica Paulo Freire da OEI no qual participa Cabo Verde e, por outro, do Programa Internacional de Capacitação Eleitoral liderado pelo México, no qual tomaram parte o Egito, Líbia e Tunísia.

QUADRO V.3

PORTUGAL E BRASIL CONGREGAM ESFORÇOS PARA APOIAR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE CAFÉ EM MOÇAMBIQUE

O projeto de Cooperação Triangular “Desenvolvimento sustentável de café no Parque Nacional da Gorongosa”^{1,2,3} entre o Brasil-Portugal e Moçambique, teve início em 2017 com o objetivo de caracterizar e implementar um sistema de produção sustentável de café no mencionado Parque Nacional. Os objetivos últimos são atenuar os efeitos da desflorestação e da pressão das alterações climáticas, promover o agronegócio e aumentar o rendimento e a segurança alimentar das famílias rurais da região.

Anteriormente, no final de 2016, Portugal e o Brasil assinaram um memorando de entendimento sobre cooperação técnica para o desenvolvimento em benefício de países terceiros, no qual se enquadra esta atividade. Na verdade, a assinatura deste MEMO facilitou que a iniciativa fosse coordenada e financiada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Por sua vez, o projeto é executado com o apoio técnico do Centro de Ciências Agrárias e Biológicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) do Brasil, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISA/ ULisboa) de Portugal e do Parque Nacional da Gorongosa.

Estas universidades do Brasil e Portugal têm uma grande tradição de colaboração em investigações de café, tanto no que respeita a sistemas de produção quanto ao comportamento da planta face às limitações climáticas e ao seu melhoramento. Assim, nesta ocasião uniram-se para apoiar com toda a sua experiência o desenvolvimento de recursos humanos e de tecnologia agrícola em Moçambique.

O Parque Nacional da Gorongosa⁴ é uma das áreas mais emblemáticas de África onde foi possível restaurar a vida selvagem. A partir de 2008, tem vindo a ser gerido de forma público-privada entre o Governo de Moçambique e a Fundação Carr, uma organização norte-americana sem fins lucrativos. O Parque dedica-se a quatro áreas principais: conservação da biodiversidade, apoio às comunidades locais, ciência e turismo ecológico.

Por sua vez, o projeto de produção sustentável de café do Parque tem três grandes componentes indissociáveis: económica, ambiental e social. A primeira, relaciona-se com a melhoria da qualidade ao longo de todo o ciclo de produção. A componente ambiental procura recuperar as árvores que existiam na montanha, fundamentais, entre outras coisas, para a retenção da água das chuvas —evitando

deslizamentos de terras— e para a recuperação da fauna do Parque. Esta componente pretende ainda garantir que o café se produz de forma sustentável e que todas as práticas utilizadas são amigas do ambiente —sem compostos que podem ser prejudiciais para a fauna e flora do Parque—. Entretanto, a social tem por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações locais. Desta forma, os recursos produzidos pela venda de café serão canalizados para o desenvolvimento local, por exemplo, através da construção de escolas e clínicas, para além da criação de emprego. A par do exposto, é de acrescentar que o projeto também contribui para o desenvolvimento científico, já que realiza ações de investigação e melhoria genética, bem como formação superior a nível de mestrado e doutoramento de estudantes moçambicanos na área do café.

Prevê-se que a iniciativa continue em execução até 2021 e espera-se que, ao terminar, os agricultores, extensionistas, técnicos, estudantes e investigadores que nela participaram, tenham sido capacitados para melhorar os atuais sistemas de produção. Está também prevista a elaboração de um manual de boas práticas de gestão da cultura do café, que será distribuído gratuitamente aos produtores rurais de Moçambique.

¹ Tese de mestrado de Gonçalo Mendes Vidal Ramires (2008): “Produção de Café Sustentável no Parque Nacional da Gorongosa” pp. 25-27 (Universidade de Lisboa): <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17849/1/Tese%20-%20Final.pdf>

² <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/778>

³ <http://www.ufes.br/conteudo/reitor-assina-acordo-trilateral-para-producao-de-cafe-em-moambique>

⁴ <https://www.gorongosa.org/pt/nossa-historia>

V.4

ÁSIA

Ao longo de 2017, a cooperação da Ibero-América com a Ásia apenas se verificou na modalidade de CSS Bilateral e instrumentalizou-se através de 50 projetos e 10 ações. Acresce que 21 dessas iniciativas tiveram início no próprio ano de 2017, o que sugere um notável dinamismo só ultrapassado pelo Caribe não Ibero-Americano, a região com a qual foram promovidos mais projetos novos.

Por outro lado, é importante destacar que a CSS Bilateral com a Ásia esteve bastante marcada pela prossecução de um fortalecimento mútuo de capacidades, para o que ambas as regiões foram alternando, em proporções muito semelhantes, o exercício dos papéis de ofertante e recetor. Assim:

- a) Em 2017, a Ibero-América foi recetora de um terço das iniciativas intercambiadas entre ambas as regiões (14 projetos e 6 ações). 8 países asiáticos exerceram o papel de ofertantes destas iniciativas, entre os quais se destacaram a China (4 projetos e 5 ações) e o Vietname (5 projetos). Por seu turno, e no que se refere às capacidades fortalecidas, um terço das iniciativas nas quais a Ibero-América foi recetora contribuíram para reforçar os Setores de Produção, enquanto que 25% fortaleceram a área Social.
- b) Por outro lado, a Ibero-América exerceu o papel de ofertante em 35 projetos de CSS Bilateral, que facilitaram a transferência de capacidades para 16 países da Ásia. Conforme indicado no Mapa V.3, em 2017 os principais recetores de CSS Bilateral ibero-americana foram o Vietname (praticamente um quarto desses projetos), Camboja (14%), Filipinas e Laos. No seu conjunto, os quatro países participaram em mais de metade dos projetos.
- c) Nesse mesmo sentido, e tal como se observa no Gráfico V.6, apenas três países ibero-americanos exerceram o papel de ofertantes. De facto, o total deve-se a Cuba e Argentina, que ofereceram cada um deles até 17 projetos. No entanto, a sua relação com os países asiáticos apresenta

um perfil diferente: mais concentrado, no caso da Argentina, que teve como principal recetor o Vietname, seguido do Camboja, para além de outros seis parceiros; e muito disperso no caso de Cuba, que realizou intercâmbios com 14 países.

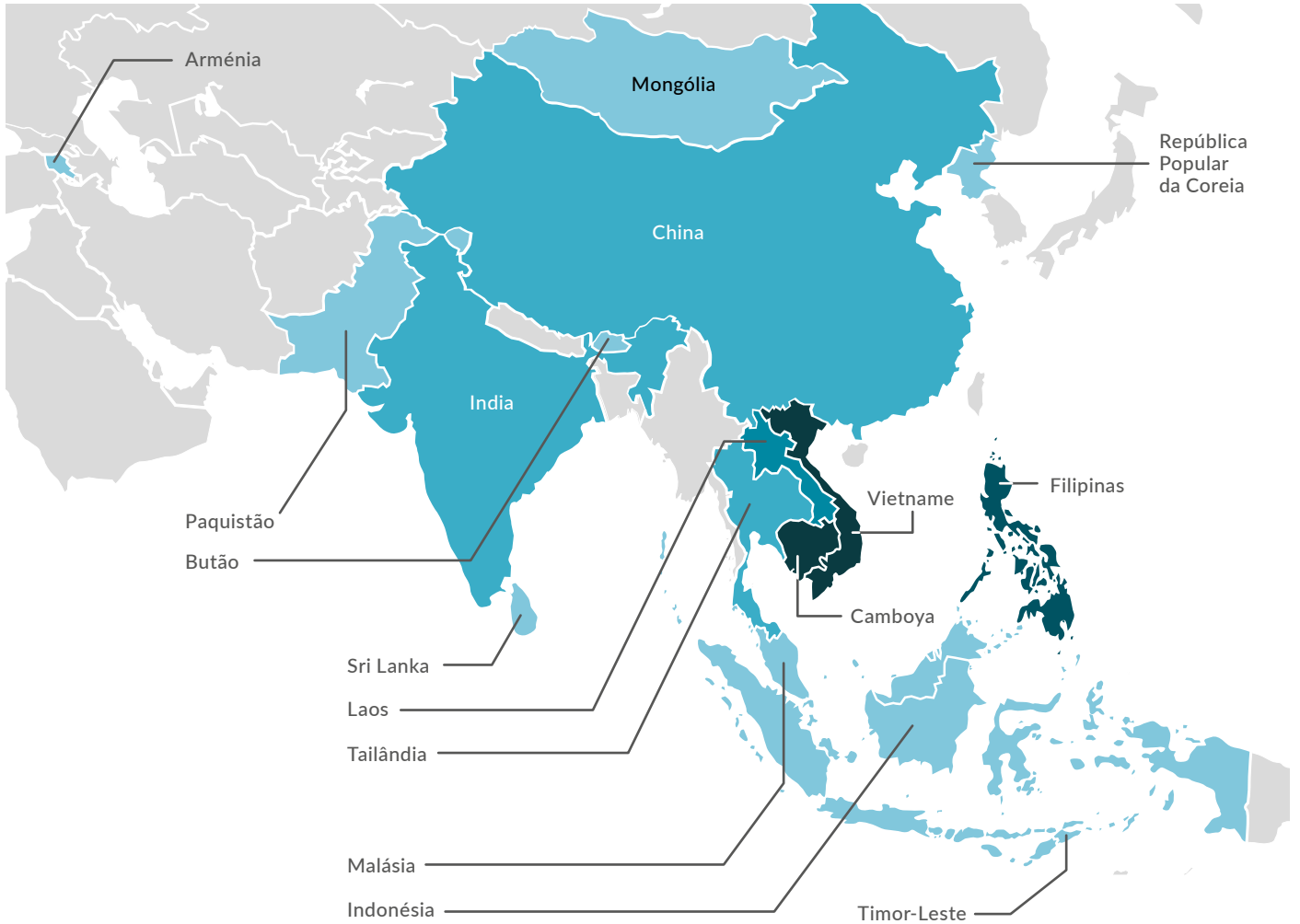
- d) Quanto aos setores, o Gráfico V.7 sugere que mais de metade dos projetos nos quais a Ibero-América exerceu o papel de ofertante reforçaram capacidades no âmbito Social, fundamentalmente apoiados por Cuba. Foi também significativo o apoio que a região proporcionou ao fortalecimento do setor *Agropecuário*, onde se concentraram mais de 40% dos projetos que a Ibero-América ofereceu à Ásia em 2017 e muito influenciado pela Argentina.
- e) Finalmente, é importante referir que houve dois projetos categorizados como “bidirecionais”, nos quais tanto a Ibero-América quanto a Ásia exerceram simultaneamente os papéis de ofertante e recetor. Na realidade, a bidirecionalidade é apenas outra forma de exercer o intercâmbio de aprendizagens e o fortalecimento mútuo, na mesma lógica da alternância de papéis já mencionada e que tem vindo a caracterizar a CSS Bilateral entre a Ibero-América e a Ásia. Tal como se pode observar no Quadro V.4, um exemplo particular deste facto é o Vietname.

É importante destacar que a CSS Bilateral com a Ásia esteve bastante marcada pela prossecução de um fortalecimento mútuo de capacidades, para o que ambas as regiões foram alternando, em proporções muito semelhantes, o exercício dos papéis de ofertante e recetor

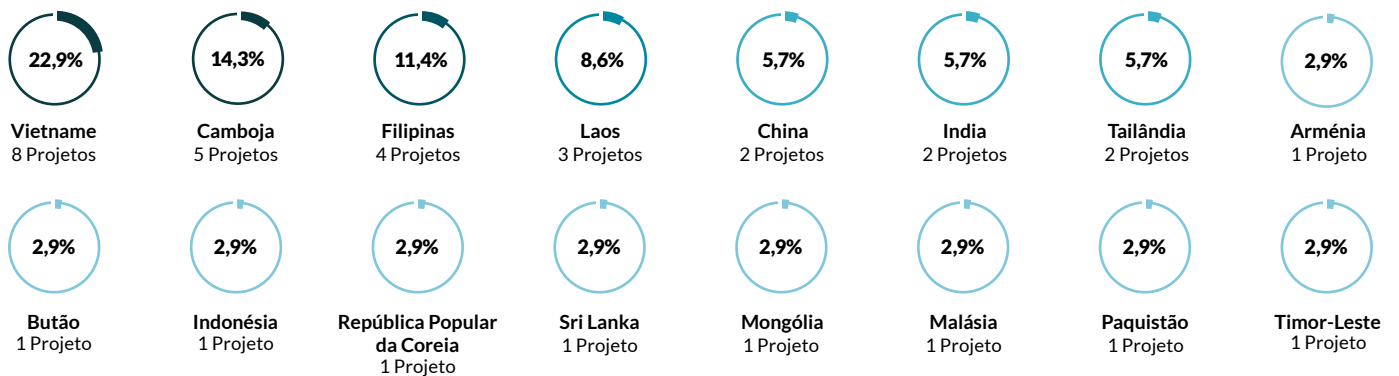
MAPA V.3

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) COM A ÁSIA, CONFORME O PAÍS RECETOR. 2017

Em percentagem



Total geral: 35



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos em 2017

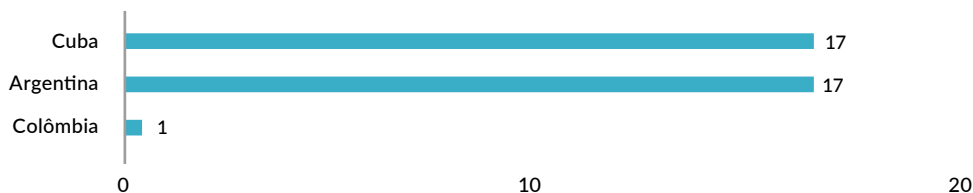
- Mais de 12,5%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 0,1% e 2,5%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO V.6

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA COM A ÁSIA (PAPEL RECETOR), CONFORME O PAÍS OFERTANTE. 2017

Em unidades

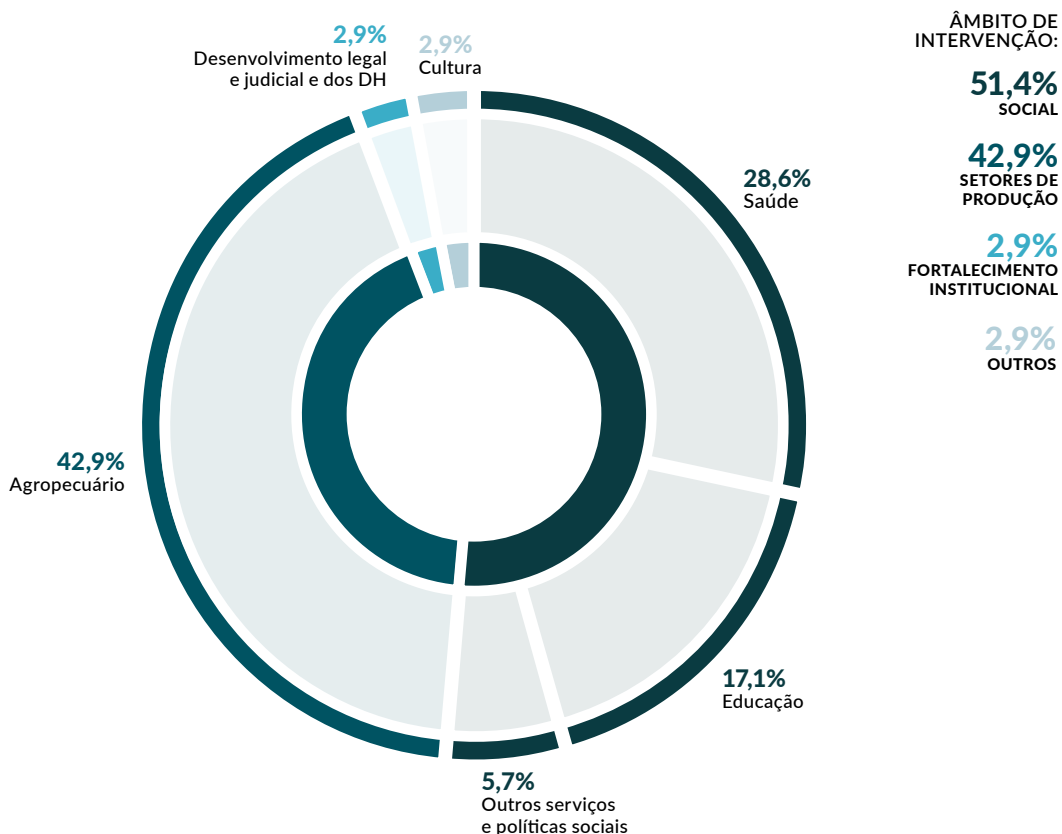


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

GRÁFICO V.7

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) E DA ÁSIA (PAPEL RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE INTERVENÇÃO. 2017

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

QUADRO V.4

O VIETNAME E A IBERO-AMÉRICA: UM EXEMPLO DE ALTERNÂNCIA DOS PAPÉIS DE OFERTANTE E RECETOR

Em 2017 a Cooperação Sul-Sul Bilateral na qual o Vietname participou em conjunto com países em desenvolvimento da Ibero-América, destacou-se pela sua capacidade em participar nesta cooperação alternando, em

proporções semelhantes, o exercício dos papéis de ofertante e recetor. É o que também sugere a tabela elaborada para este efeito que mostra e categoriza os 13 projetos intercambiados em 2017 a partir do título, setor de atividade em que

foram classificados, período no qual se mantiveram em execução, quem foram os parceiros e no exercício de que papel. A sua observação confirma essa distribuição: em 8 deles o Vietname foi recetor e em outros 5, ofertante.

PROJETO DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA COM O VIETNAME. 2017

Título	Setor	Período	Ofertante	Recetor
Apoio a Cuba para fomentar o desenvolvimento das culturas de milho e feijão II Fase.	Agropecuário	2015-2018	Vietname	Cuba
Melhoria do ensino de Ciências Naturais e Matemática em El Salvador, através da experiência vietnamita.	Educação	2017-	Vietname	El Salvador
Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura em El Salvador.	Pesca	2017-	Vietname	El Salvador
Turismo rural comunitário em antigas zonas instáveis de El Salvador.	Turismo	2017-	Vietname	El Salvador
Intercâmbio de experiências em matéria de saneamento básico com a Cidade de Ho Chi Min, na bacia do Nhieu Loc Thi Nghe.	Ambiente	2017-	Vietname	El Salvador
Construção de Capacidades para a Identificação de Vítimas Humanas da Guerra do Vietname.	Desenvolvimento legal e judicial e dos DH	2012-2017	Argentina	Vietname
Desenvolvimento de estudos e estratégias para o controlo da Febre Aftosa.	Agropecuário	2012-2017	Argentina	Vietname

CONTINUA NA PÁGINA 175

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 174

Título	Setor	Período	Ofertante	Recetor
Construção de um procedimento técnico eficaz de mutação química, combinado com biotecnologia, para a melhoria da soja com alto rendimento e resistente a doenças na Argentina e Vietname.	Agropecuário	2014-2017	Argentina	Vietname
Estudo de exequibilidade para a implementação do sistema de reserva de grãos de arroz em silos de sacos plásticos.	Agropecuário	2014-2018	Argentina	Vietname
Clonagem de gado com objetivos lácteos.	Agropecuário	2014-2017	Argentina	Vietname
Criação de vacas leiteiras de elite por transferência nuclear de células somáticas.	Agropecuário	2014-2017	Argentina	Vietname
Estudantes Diplomados Financiados por Cuba (Saúde).	Saúde	2001-	Cuba	Vietname
Estudantes Diplomados Financiados por Cuba (Educação).	Educação	2001-	Cuba	Vietname

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Através destes intercâmbios, este país do sudeste asiático pôde transferir os seus pontos fortes aos parceiros ibero-americanos e simultaneamente aproveitar a experiência destes para fortalecer os seus próprios. Em concreto, o Vietname reforçou as suas capacidades fundamentalmente no setor *Agropecuário*, muito em conjunto com a Argentina, país do qual recebeu 6 projetos, 5 dos quais foram classificados nessa categoria.

Por sua vez, o Vietname apoiou El Salvador com quatro projetos em diferentes áreas, entre os quais são de mencionar os relativos à *Educação, Turismo, Pesca e Ambiente*. A cooperação com Cuba foi estabelecida em ambas as direções, conforme os pontos fortes demonstrados por cada um deles. Assim, Cuba transferiu para o Vietname a sua reconhecida experiência na formação de profissionais da *Saúde e Educação*,

tendo recebido do Vietname cooperação para a gestão das culturas de milho e feijão.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

V.5

OCEANIA

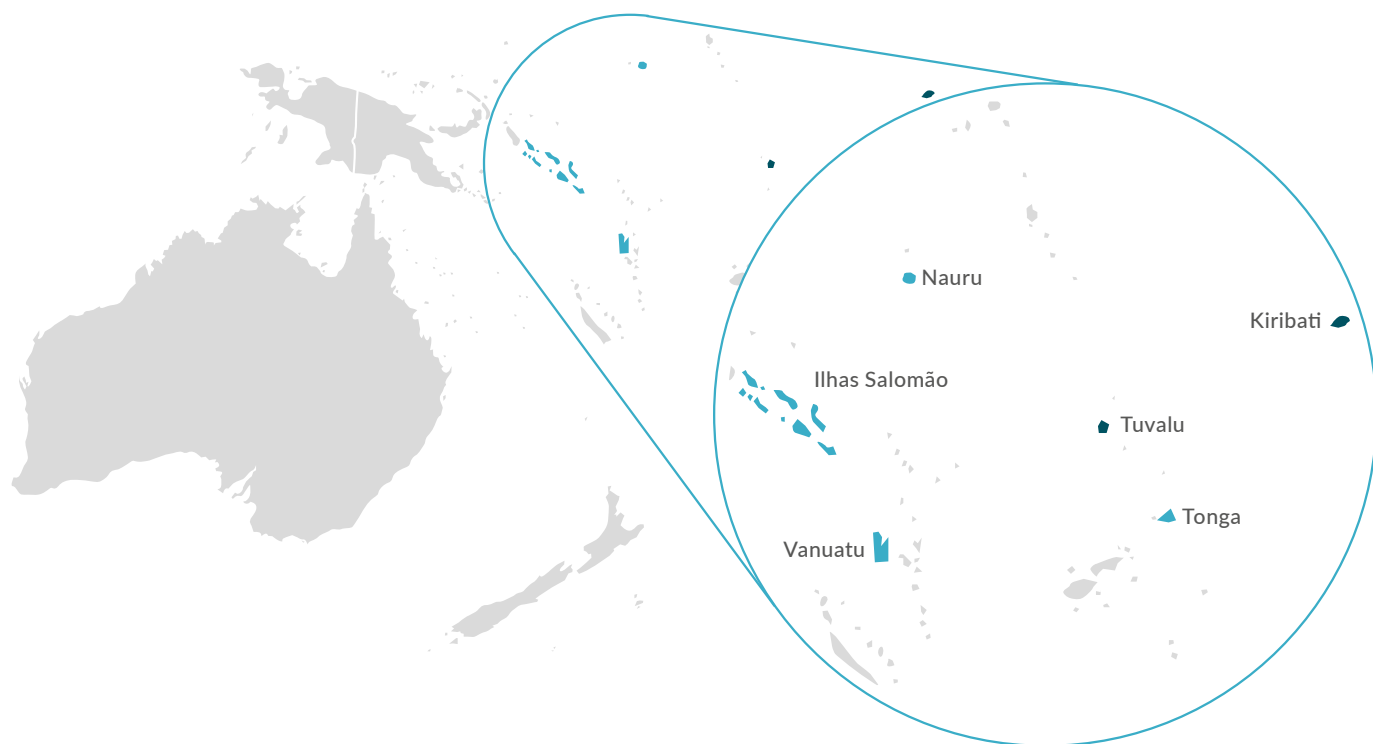
Em 2017 registaram-se 8 projetos de cooperação da Ibero-América com a Oceania, na sua totalidade na modalidade de Cooperação Sul-Sul Bilateral. Em todos eles a Ibero-América exerceu o papel de ofertante através de Cuba (7 projetos) e da

Colômbia (1). Por seu lado, 6 países da Oceania participaram como recetores. O Mapa V.4 mostra quais foram esses países, entre os quais são de destacar Kiribati e Tuvalu, os únicos que participaram em mais de uma iniciativa.

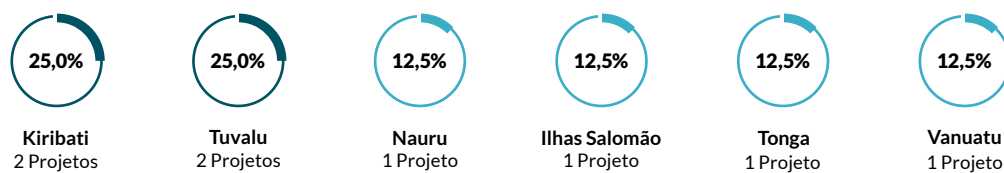
MAPA V.4

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) COM A OCEANIA, CONFORME O PAÍS RECETOR. 2017

Em percentagem



Total geral: 8



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos em 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 0,1% e 15%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

V.6

MÉDIO ORIENTE

Finalmente, em 2017 a Ibero-América intercambiou 17 projetos e 2 ações com países em desenvolvimento pertencentes ao Médio Oriente. Tratou-se de iniciativas totalmente executadas na modalidade de CSS Bilateral. Na maioria das vezes (10, concretizadas em 8 projetos e 2 ações), a Ibero-América foi principalmente recetora. Destacou-se o papel de ofertante da Turquia, que por sua vez teve a

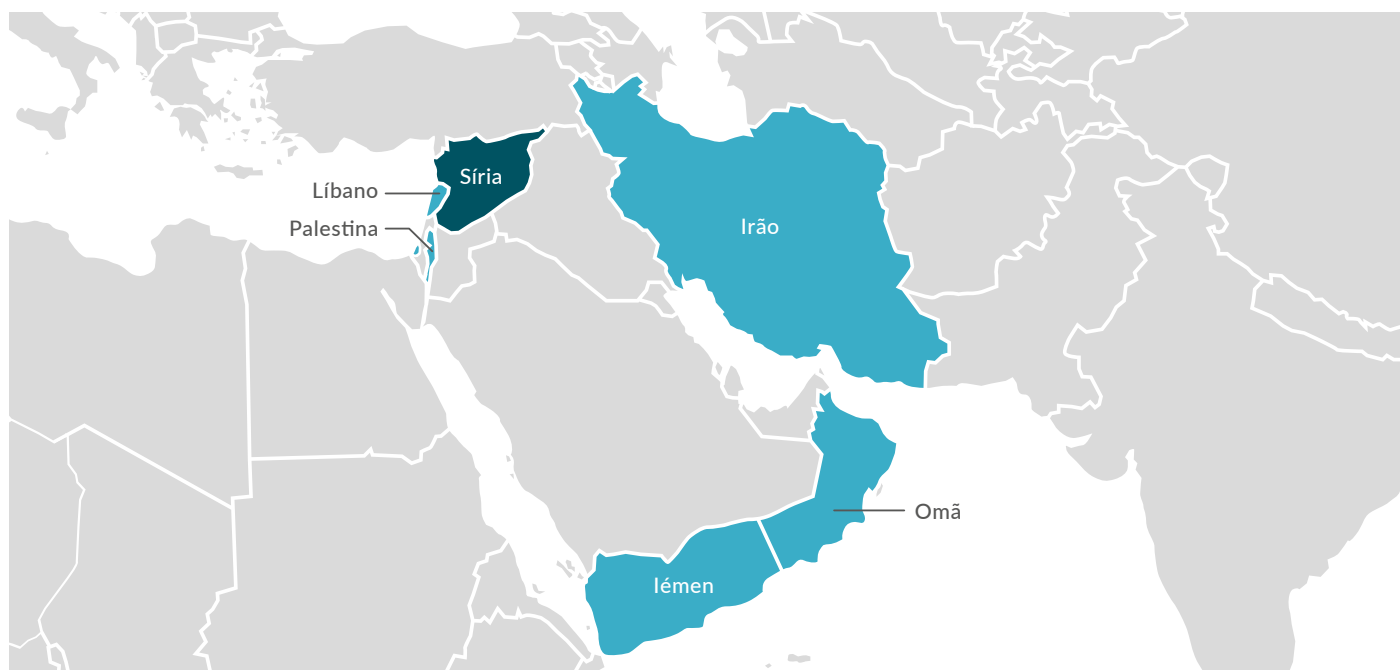
Colômbia como principal recetor. Através destes intercâmbios, a Ibero-América reforçou as suas capacidades, especialmente as relacionadas com o setor do *Abastecimento e saneamento de água*.

Nas restantes iniciativas intercambiadas em 2017 com o Médio Oriente, a Ibero-América exerceu o papel de ofertante. Destacou-se Cuba, que transferiu capacidades através de 7 projetos. O Mapa V.5 mostra os seis países recetores, cada um deles com um projeto pontual, à exceção da Síria (2 projetos). Finalmente, é de acrescentar que também se registaram dois projetos “bidirecionais”, que envolveram a Turquia e a Venezuela.

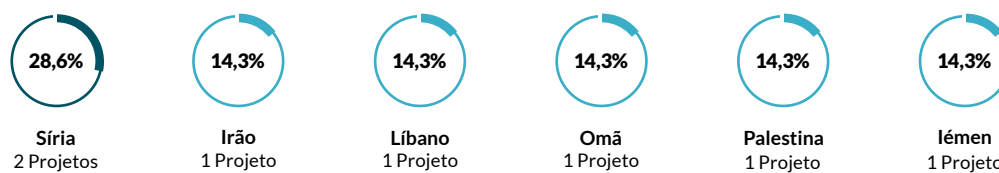
MAPA V.5

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL OFERTANTE) COM O MÉDIO ORIENTE, CONFORME O PAÍS RECETOR. 2017

Em percentagem



Total geral: 7



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação recebidos em 2017

- Mais de 12,5%
- Entre 0,1% e 15%
- Não se registam projetos

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação



FICHAS PAÍS

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2019

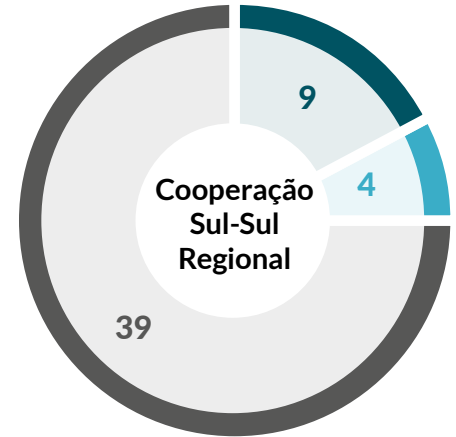
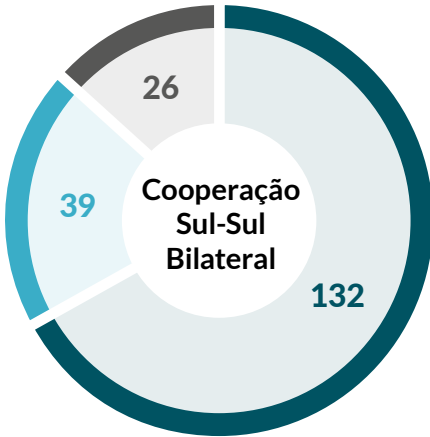
subsul

ARGENTINA

279

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



Ofertante Recetor Ambos

Primeiro ofertante Recetor

Ofertante Recetor Ambos

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



- Agropecuário
- Desenvolvimento legal e judicial e dos DH
- Indústria
- Saúde
- Resto dos setores

- Gestão de catástrofes
- Turismo
- Ambiente
- Resto dos setores

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 9 e 8



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2017, a Argentina manteve em execução 279 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Embora se tenha mantido ativa nas três modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano, 71% das iniciativas corresponderam à CSS Bilateral, enquanto que 19% à CSS Regional e os restantes 11% à Cooperação Triangular. Nas iniciativas de caráter bilateral, exerceu na maior parte dos casos o papel de ofertante, ao passo que nas triangulares exerceu principalmente o papel de recetora.

No papel de ofertante, a Argentina partilhou mais de 30% dos seus conhecimentos e experiências no setor *Agropecuário*. Como recetora, fortaleceu as suas capacidades, entre outros, nos setores da *Gestão*

de catástrofes, Turismo e Ambiente. Através da CSS, a Argentina intercambiou experiências com outros parceiros regionais e extra-regionais, entre os quais se destacaram o Chile, Uruguai e Colômbia.

Apesar de se ter caracterizado por contribuir para todos os ODS, a maior parte das iniciativas em que a Argentina participou apontaram para o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Foram também significativas as contribuições consagradas ao ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

BOLÍVIA

125

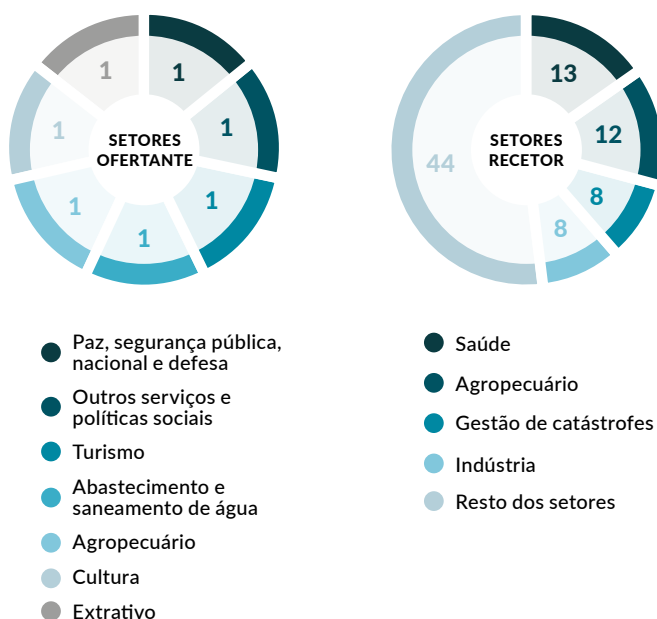
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 11 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, a Bolívia participou num total de 125 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Em metade das ocasiões (50,4%), essas iniciativas foram executadas na modalidade Bilateral, em 26,4% na Regional e em 23,3%, através da Triangular.

Exerceu maioritariamente o papel de recetora nas iniciativas de CSS Bilateral (84%) e Cooperação Triangular (100%), principalmente nos setores da *Saúde* e *Agropecuário*. No exercício do papel de ofertante pôde reforçar as capacidades e conhecimentos dos seus parceiros ibero-americanos em diversos setores.

Em conjunto, a sua participação na CSS de 2017, principalmente intercambiada com o Peru, Colômbia e Argentina, contribuiu para alinhar a cooperação da região com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

BRASIL

193

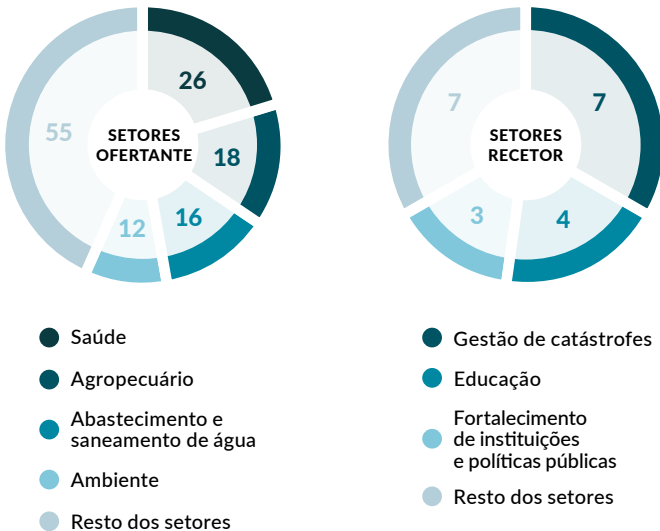
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 6 e 13



PRINCIPAIS PARCEIROS



Mais de metade (53,4%) das 193 iniciativas que o Brasil manteve em execução em 2017, foram impulsionadas na modalidade de CSS Bilateral. Por sua vez, quase um quarto (26,4%) foram executadas na modalidade Regional e os restantes 20,2% corresponderam a iniciativas de caráter Triangular.

Prosseguindo a tendência do ano anterior, em 2017 o Brasil participou na CSS Bilateral exercendo principalmente o papel de ofertante, ao passo que nas iniciativas de Cooperação Triangular combinou o exercício dos papéis.

Através da sua participação na CSS de 2017, o Brasil partilhou com outros países da região a sua experiência nos setores da *Saúde*, *Ambiente*, *Agropecuário* e *Abastecimento e saneamento de água*. Enquanto que no papel de recetor pôde alargar os seus conhecimentos e experiências em *Gestão de catástrofes*. Os seus principais parceiros foram a Argentina, Peru e Uruguai.

O conjunto da sua participação na CSS de 2017 contribuiu para alinhar as iniciativas da região com o ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 6 (Água potável e saneamento) e ODS 13 (Ação pelo clima).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

CHILE

261

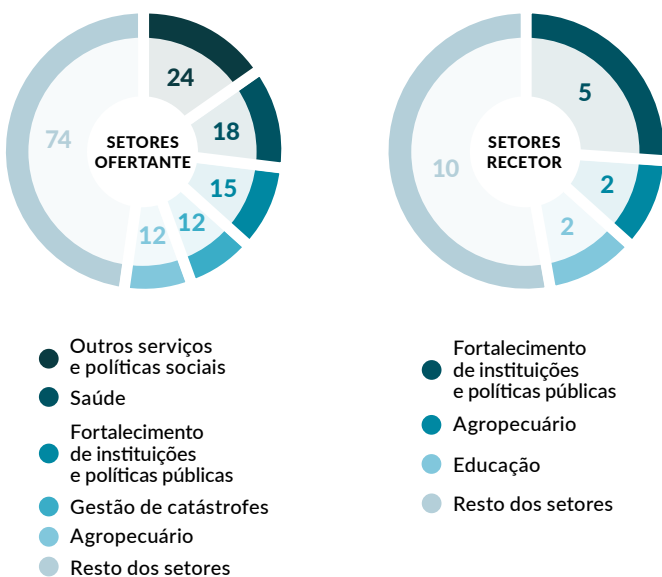
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 8 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



No ano 2017, o Chile participou em 261 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Cerca de 60% das referidas iniciativas foram realizadas na modalidade de CSS Bilateral e as restantes distribuíram-se, numa proporção muito semelhante, entre as de Cooperação Triangular e as regionais (respetivamente 19,9% e 19,2%).

Nas iniciativas de CSS Bilateral e CSS Triangular exerceu principalmente o papel de ofertante através de uma cooperação muito diversificada, entre outros, nos setores da *Saúde*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, *Gestão de catástrofes* e *Agropecuário*. Por sua vez, reforçou a sua própria experiência em setores variados, tais como o *Agropecuário*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Educação*.

Por outro lado, nas iniciativas de Cooperação Regional combinou os papéis de ofertante e recetor em quase 90% dos casos. Os seus principais parceiros foram o México, Argentina e Peru.

Através desta CSS, o Chile contribuiu ativamente para o cumprimento do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Também apoiou de forma significativa o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

COLÔMBIA

284

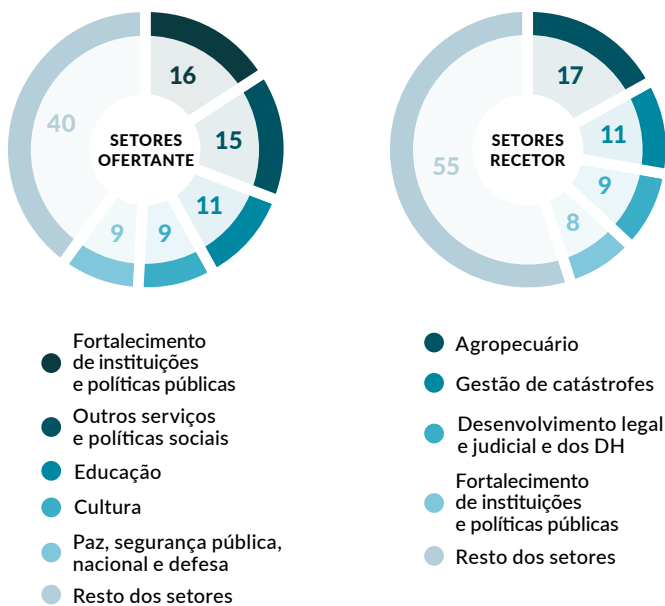
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 8 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Dois terços (67%) das ações, projetos e programas de CSS nos quais a Colômbia participou ao longo de 2017 (284 no total), foram executados na modalidade Bilateral. Os restantes 30% distribuíram-se entre iniciativas triangulares (11%) e regionais (22%). Embora a Colômbia tenha combinado o exercício de papéis, o de ofertante prevaleceu nas iniciativas bilaterais e o de recetor nas triangulares.

Através dos intercâmbios, este país partilhou os seus conhecimentos e experiências fundamentalmente nos âmbitos de intervenção do *Fortalecimento institucional e Social*. Ao passo que quando exerceu

o papel de recetor de cooperação, fê-lo, entre outros, nos setores *Agropecuário*, *Gestão de catástrofes* e *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH*. Os seus principais parceiros foram o Peru, México e Costa Rica.

Graças ao esforço realizado no contexto desta cooperação, a CSS da Colômbia pôde contribuir para a concretização do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

COSTA RICA

170

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

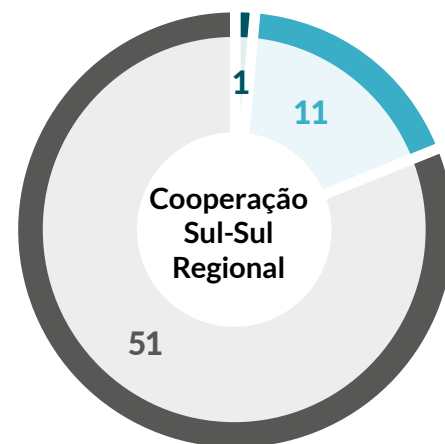
Em unidades



■ Ofertante ■ Recetor ■ Ambos



■ Primeiro ofertante ■ Recetor



■ Ofertante ■ Recetor ■ Ambos

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



● Ambiente
● Turismo
● Saúde
● Educação
● Energia
● Resto dos setores



● Gestão de catástrofes
● Fortalecimento de instituições e políticas públicas
● Saúde
● Resto dos setores

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 9, 11 e 13



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, a Costa Rica participou num total de 170 ações, projetos e programas de CSS predominantemente de carácter regional (37,1%). A percentagem restante repartiu-se equitativamente entre iniciativas executadas na modalidade Triangular (31,8%) e iniciativas realizadas a nível bilateral (31,2%). Embora o país tenha combinado o exercício dos dois papéis, destaca-se a sua crescente participação como ofertante de CSS.

Assim, as iniciativas nas quais este país partilhou os seus conhecimentos com outros parceiros foram maioritariamente consagradas aos setores do *Ambiente* e do *Turismo*. Por sua vez, através de variados intercâmbios, reforçou os seus conhecimentos e capacidades em *Gestão de catástrofes*, *Fortalecimento de instituições e políticas públicas* e *Saúde*. Salienta-se a cooperação realizada com o México, Guatemala e Colômbia.

Em 2017, a CSS da Costa Rica contribuiu principalmente para a concretização do ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação pelo clima).

CUBA

256

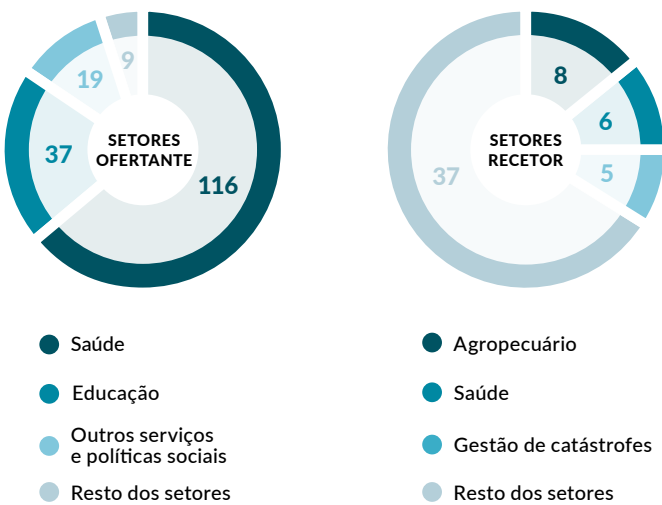
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 4 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2017, Cuba manteve em execução 256 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Desse total, 85,2% corresponderam a iniciativas de CSS Bilateral, seguidas pelas regionais com 8,2% e, em terceiro lugar, pelas de Cooperação Triangular com 6,6%.

Em praticamente 70% das ocasiões, Cuba exerceu maioritariamente o papel de ofertante, partilhando o seu conhecimento e a experiência acumulada em setores tais como a *Saúde* e a *Educação*. Por seu lado, a partir do conhecimento e experiência dos seus parceiros,

fortaleceu as suas capacidades em diversos setores, entre os quais se destacam o *Agropecuário*, *Saúde* e *Gestão de catástrofes*. Salienta-se a cooperação promovida com a Argentina, México e Colômbia.

Em conjunto, através da sua CSS Cuba pôde contribuir de forma direta para a obtenção do ODS 3 (Saúde e bem-estar). Também se destaca a contribuição para o ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

EQUADOR

110

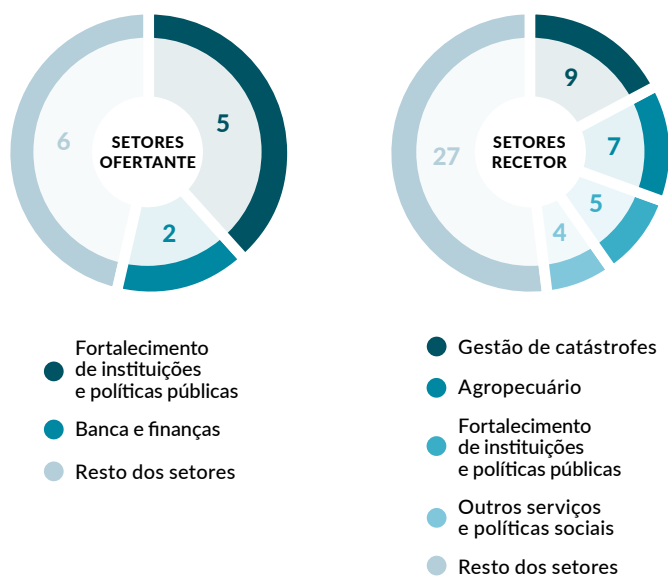
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 11 e 13



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2017, o Equador manteve em execução 110 ações, projetos e programas de CSS. Deste total, 41,8% corresponderam à modalidade Bilateral, 36,4% a iniciativas regionais e os restantes 21,8% à Cooperação Triangular.

Na maior parte dos casos, participou no papel de recetor (52) e reforçou os seus conhecimentos e capacidades em vários setores, dentro dos quais se salientam a *Gestão de catástrofes* e o *Agropecuário*.

Por outro lado, através da cooperação impulsionada com outros países, partilhou, entre outras, experiências de *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, bem como de *Banca e finanças*.

Nos seus intercâmbios, o Equador associou-se a vários países, entre os quais se destacam o Peru, Brasil e Chile. Através da CSS, o país contribuiu para que a região se alinhasse com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação pelo clima).

EL SALVADOR

210

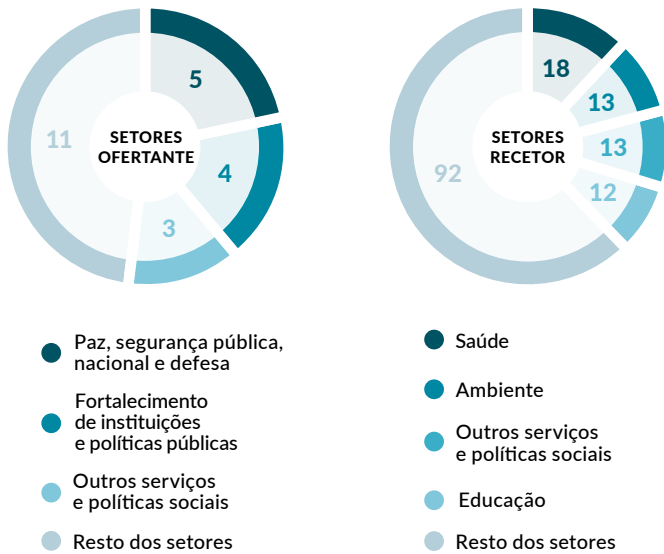
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 3 e 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2017, El Salvador manteve em execução 210 ações, projetos e programas de CSS. A maior parte destas iniciativas foram promovidas na modalidade bilateral (49%), seguidas pelas triangulares (29%) e, em terceiro lugar, pelas regionais (22%).

Nas três modalidades de cooperação reconhecidas no espaço ibero-americano, El Salvador exerceu o papel de recetor em temas muito variados, dos quais se destacam a *Saúde*, *Ambiente* e *Outros serviços e políticas sociais*. Por outro lado, através da sua

experiência acrescentou valor ao conhecimento e capacidade de outros países em setores como a *Paz, segurança pública, nacional e defesa* e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*.

Esta cooperação foi particularmente intensa com os parceiros do México, Costa Rica e Guatemala e no seu conjunto contribuiu para o cumprimento do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 4 (Educação de qualidade).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GUATEMALA

163

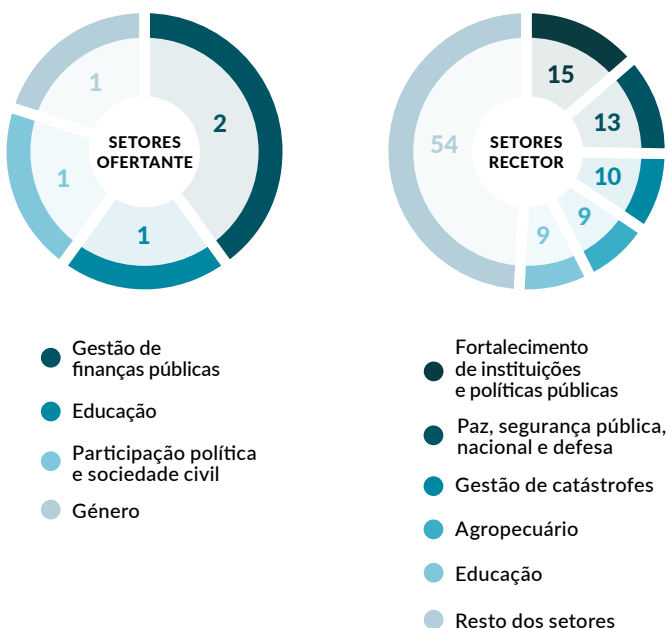
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



No ano 2017, a Guatemala manteve em execução 163 ações, projetos e programas de CSS, que corresponderam maioritariamente à modalidade Bilateral (43,6%), sendo seguidos por outros de caráter Regional (32,5%) e, em terceiro lugar, por triangulares (23,9%).

O país centro-americano reforçou as suas capacidades e conhecimentos, entre outros, nos setores do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*; *Paz, segurança pública, nacional e defesa*; *Gestão de Catástrofes* e *Agropecuário*. Por sua vez, foi-lhe possível partilhar aprendizagens

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 9 e 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



adquiridas e boas práticas com outros parceiros em diferentes âmbitos de intervenção, exercendo o papel de ofertante em *Gestão de finanças públicas*, apenas para mencionar um deles. Destaca-se a cooperação promovida com o México, Costa Rica e Colômbia.

O conjunto da CSS na qual a Guatemala participou em 2017 contribuiu para progredir principalmente para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

HONDURAS

128

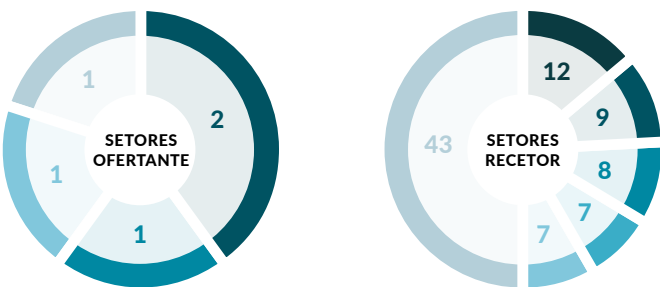
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



- Paz, segurança pública, nacional e defesa
- Abastecimento e saneamento de água
- Fortalecimento de instituições e políticas públicas
- Gestão de finanças públicas
- Gestão de catástrofes
- Outros serviços e políticas sociais
- Saúde
- Ambiente
- Agropecuário
- Resto dos setores

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 3 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, as Honduras participaram em 128 ações, projetos e programas de CSS. Tal como em 2016, a maior parte das iniciativas corresponderam a iniciativas de CSS Bilateral (41,4%), seguidas pelas regionais (35,2%) e, em terceiro lugar, pelas triangulares (23,4%).

A sua participação na receção de cooperação foi intensa e realizou-se, entre outros, nos setores da *Gestão de catástrofes*, *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde*. Como ofertante, evidencia-se uma variedade temática orientada para fortalecer capacidades, por exemplo, no setor da *Paz, segurança pública, nacional e defesa*.

Os seus principais parceiros foram a Guatemala, Costa Rica e México. No conjunto, a sua CSS esteve principalmente alinhada com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

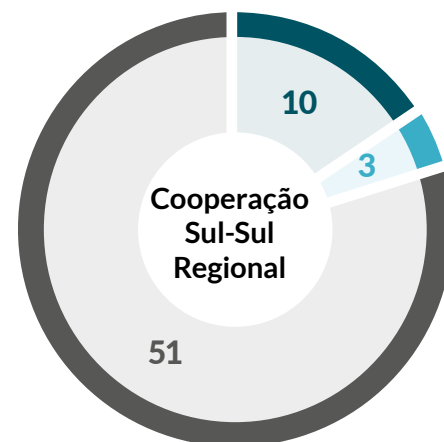
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

MÉXICO

336

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



Ofertante Recetor Ambos Primeiro ofertante Segundo ofertante Recetor Ofertante Recetor Ambos

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



- Agropecuário
- Ambiente
- Educação
- Cultura
- Fortalecimento de instituições e políticas públicas
- Resto dos setores
- Gestão de catástrofes
- Saúde
- Indústria
- Resto dos setores

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 9 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Tal como em 2016, o México foi o país que em 2017 registou participação num maior número de ações, projetos e programas de CSS (um total de 336). O país deu prioridade às iniciativas da modalidade Bilateral (64%), seguidas pelas de carácter Regional (19%) e, em terceiro lugar, pelas triangulares (17%).

O exercício do papel de ofertante de cooperação foi intenso e abarcou setores tais como o *Agropecuário*, *Ambiente* e *Educação*. Por sua vez, reforçou os seus conhecimentos e capacidades a

partir da experiência e dos conhecimentos de outros parceiros, principalmente em *Gestão de catástrofes*, *Saúde* e *Indústria*. Destaca-se a cooperação dinâmica e ativa com a Costa Rica, Chile e El Salvador.

A CSS promovida pelo México em 2017 contribuiu para que a região progredisse principalmente na realização do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

NICARAGUA

87

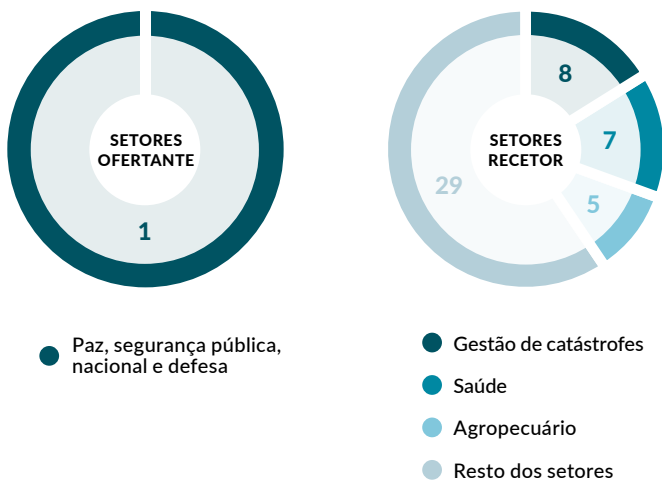
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 11 e 9



PRINCIPAIS PARCEIROS



Cerca de 53% das ações, projetos e programas de CSS nos quais a Nicarágua participou ao longo de 2017 (87), foram executados na modalidade de Cooperação Regional. Em segundo lugar, situaram-se as iniciativas de Cooperação Triangular (27,6%) e finalmente, as realizadas num quadro Bilateral (19,5%).

Embora tenha exercido o papel de recetora de cooperação na maior parte das iniciativas, em setores tais como a *Gestão de catástrofes*, *Agropecuário* e *Saúde*, destaca-se a sua crescente participação como ofertante. Através dos diferentes intercâmbios realizados

em 2017, a Nicarágua reforçou as capacidades e conhecimentos de outros países em *Paz, segurança pública, nacional e defesa*. Os seus principais parceiros foram a Costa Rica, Guatemala e Honduras.

Graças ao esforço realizado no contexto desta cooperação, a CSS do país centro-americano pôde contribuir principalmente para a concretização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PANAMÁ

106

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 9, 3, 11 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Tal como no ano anterior, em 2017 a maior parte das ações, projetos e programas de cooperação nas quais o Panamá participou foram realizados na modalidade Regional (50,9% num total de 106). Em segundo lugar, situaram-se as iniciativas bilaterais (26,4%) e, em último, as de Cooperação Triangular (22,6%).

Este país exerceu de maneira intensa o papel de recetor de cooperação em setores tais como, entre outros, o da *Gestão de catástrofes*; *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*; *Pesca*; *Agropecuário* e *Educação*.

Por sua vez, no papel de ofertante, reforçou de forma proporcional conhecimentos em três setores: *Participação política e sociedade civil*, *Ambiente* e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*. Entre os seus principais parceiros, são de destacar o México, Costa Rica e Guatemala.

Como resultado destes intercâmbios, a CSS do Panamá tendeu a alinhar-se principalmente com o ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

PARAGUAI

121

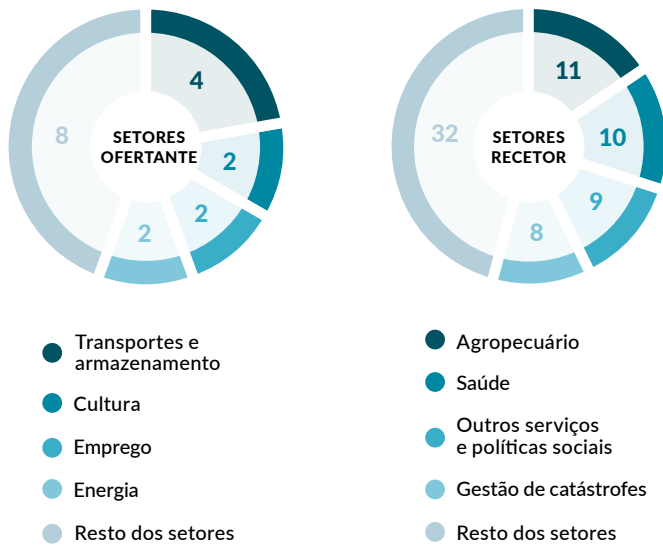
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 11, 3 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017 o Paraguai manteve em execução 121 ações, projetos e programas de CSS, dos quais 44,6% corresponderam a iniciativas bilaterais, 35,5% à modalidade Regional e 19,8% a iniciativas de Cooperação Triangular.

Embora a sua participação no exercício do papel de recetor tenha sido intensa, sublinha-se a crescente participação como ofertante de cooperação. Com efeito, o país transferiu conhecimentos e capacidades para os seus parceiros em setores tais como os

Transportes e armazenamento, Emprego, Cultura e Energia. Por sua vez, foram reforçadas as suas capacidades nos setores da Saúde, Agropecuário, Outros serviços e políticas sociais e Gestão de catástrofes.

O conjunto dos intercâmbios, entre cujos parceiros se destacaram a Argentina, Chile e Brasil, contribuíram para que o Paraguai se alinhasse principalmente com o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PERU

205

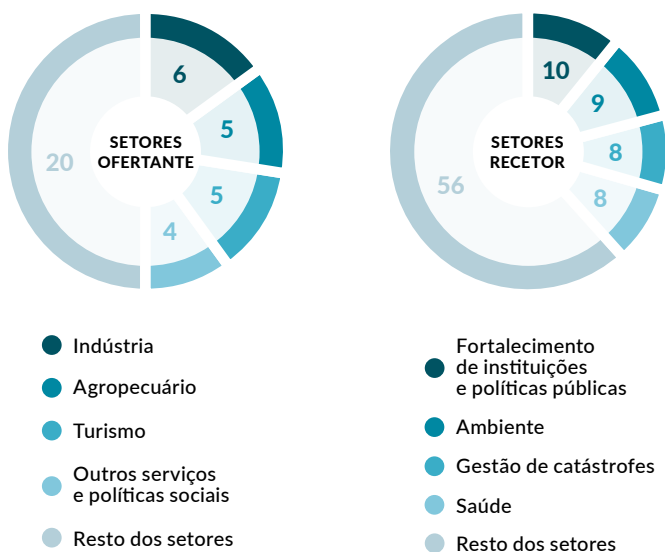
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 8, 11 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, o Peru manteve em execução um total de 205 ações, projetos e programas de CSS. A maior parte deles realizou-se na modalidade Bilateral (61%), tendo sido seguidos por iniciativas de Cooperação Regional (22,9%) e, em último lugar, por Triangulares (16,1%).

Embora o Peru tenha combinado um exercício de papéis, exerceu de forma mais intensa o de recetor. Produto da transferência de conhecimentos e experiências de outros países, o Peru reforçou as suas capacidades, entre outros, nos setores do *Fortalecimento*

de instituições e políticas públicas, Ambiente, Gestão de catástrofes e Saúde. Por sua vez, ofereceu experiência e boas práticas a setores tais como o da *Indústria, Agropecuário e Turismo.* Entre os seus principais parceiros de 2017 destacaram-se a Colômbia, Chile e Brasil.

No conjunto, a sua CSS esteve principalmente alinhada com o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).

REP. DOMINICANA

103

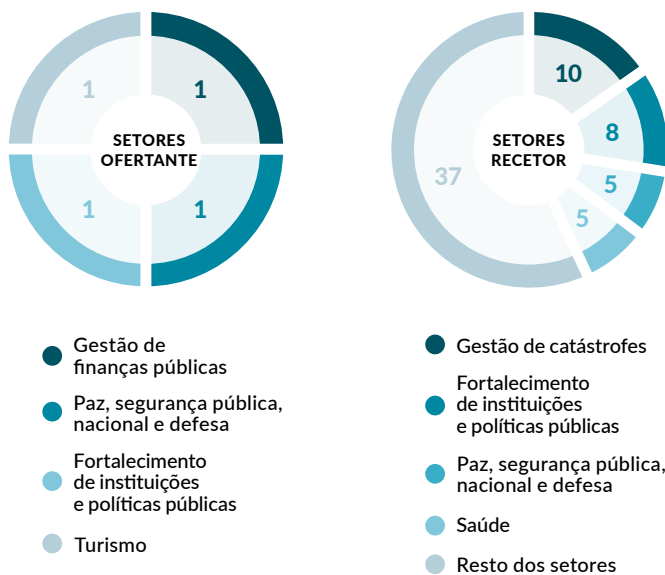
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16, 9 e 8



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017 a República Dominicana manteve em execução 103 ações, projetos e programas de cooperação. Desse total, pouco mais de 40% corresponderam a iniciativas de Cooperação Regional, 34% à modalidade Bilateral e quase 26% à Triangular.

Tal como no ano anterior, a República Dominicana exerceu de forma preferencial o papel de recetora nas iniciativas Bilaterais e Triangulares, particularmente nos setores da *Gestão de catástrofes* e *Saúde*. Os casos para os quais contribuiu com conhecimentos e experiência acumulada, realizaram-se nos setores da *Gestão de finanças públicas*, *Paz, segurança*

pública, nacional e defesa, Fortalecimento de instituições e políticas públicas e Turismo. No âmbito das associações estabelecidas por este país, destacam-se as realizadas com países como a Costa Rica, Colômbia e México.

O conjunto das iniciativas intercambiadas com outros parceiros contribuiu para que a cooperação da República Dominicana se alinhasse principalmente com o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

URUGUAI

161

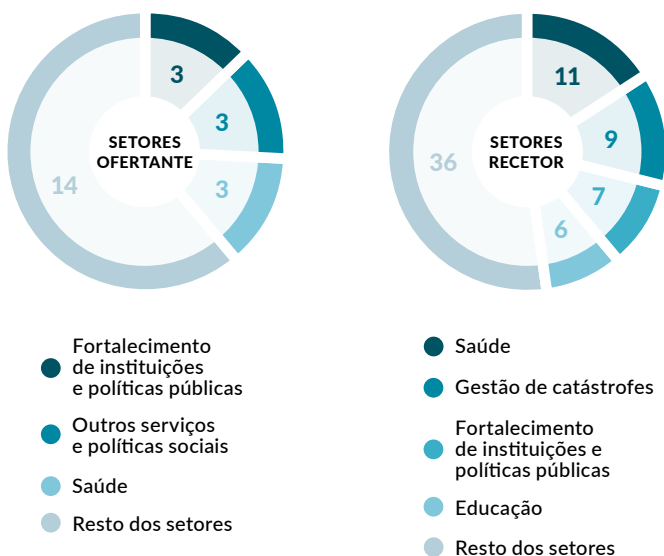
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 11, 16 e 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, registaram-se 161 ações, projetos e programas de cooperação com a participação do Uruguai, dos quais 57% corresponderam a iniciativas Bilaterais, 27% a Regionais e 16% a Triangulares.

Embora o país tenha combinado o exercício dos dois papéis, destaca-se a sua crescente participação como ofertante de cooperação. As iniciativas nas quais exerceu esse papel, permitiram reforçar as capacidades e conhecimentos dos seus parceiros nos setores do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*, *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde*. Por outro lado, nos casos em que recebeu cooperação, esta realizou-se em setores semelhantes, bem como no da *Gestão de catástrofes*.

No âmbito dos vários intercâmbios realizados pelo Uruguai, destacaram-se as colaborações com a Argentina, México e Brasil. Fruto dessa cooperação, em 2017 a CSS do Uruguai contribuiu principalmente para fazer avançar a concretização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 4 (Educação de qualidade).

VENEZUELA

51

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 3, 9 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2017, a Venezuela manteve em execução 51 ações, projetos e programas de CSS, dos quais se salientam os de carácter Regional (45%), seguidos pelos bilaterais (33%) e, em último lugar, pelos triangulares (22%).

O país exerceu um papel preferencialmente recetor de cooperação nos setores da *Gestão de catástrofes* e *Saúde*. Por sua vez, nas ocasiões em que transferiu conhecimentos e reforçou as capacidades dos seus parceiros, fê-lo em três iniciativas: *Construção*, *Comunicações* e *Transportes e armazenamento*.

O Brasil, Colômbia e Cuba foram os principais parceiros da cooperação venezuelana. No seu conjunto e através da CSS pôde contribuir principalmente para a concretização do ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

ESPAÑHA

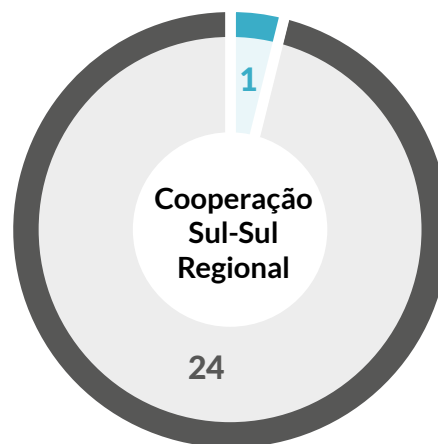
62

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



Segundo oferente



Recetor Ambos

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



- Ambiente
- Outros serviços e políticas sociais
- Desenvolvimento legal e judicial e dos DH
- Fortalecimento de instituições e políticas públicas
- Resto dos setores



- Cultura
- Educação
- Fortalecimento de instituições e políticas públicas
- Resto dos setores

Em 2017, Espanha manteve em execução 62 iniciativas de CSS nas modalidades Triangular (60%) e Regional (40%).

Nas iniciativas de Cooperação Triangular exerceu em todos os casos o papel de segundo ofertante e reforçou os conhecimentos e capacidades dos seus parceiros ibero-americanos, entre outros, em setores como o do *Ambiente*, *Outros serviços e políticas sociais*, *Desenvolvimento legal e judicial e dos DH* e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*. Tal como no ano anterior, no papel de recetor só consta um registo associado à modalidade regional.

ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 16 e 11



PRINCIPAIS PARCEIROS



Entre os seus principais parceiros, destacam-se a Costa Rica, Argentina e México. Por sua vez, através da cooperação promovida por Espanha, contribui-se principalmente para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

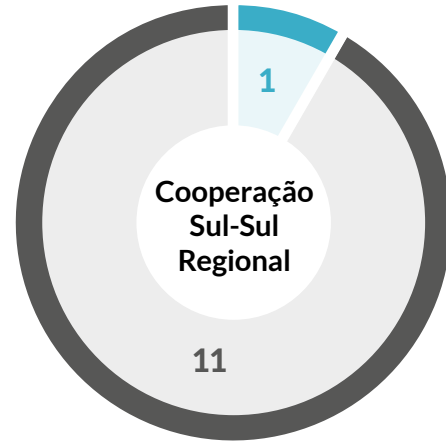
PORTUGAL

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



Segundo oferente



Recetor Ambos

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



Pesca
Agropecuário



Cultura
Fortalecimento das instituições e políticas públicas
Resto dos setores

ALINHAMENTO COM OS ODS*

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 15, 9 e 17



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2017, Portugal participou num total de 14 projetos e programas de CSS. Quase 86% dessas iniciativas de cooperação corresponderam à modalidade Regional. Tratou-se basicamente de programas ibero-americanos nos quais se destacaram como principais parceiros o Brasil, Uruguai e Paraguai, e que contribuíram para o fortalecimento de capacidades, entre outros setores, nos da *Cultura* e *Fortalecimento de instituições e políticas públicas*.

Por sua vez, os restantes 14% foram realizados na modalidade Triangular. Nos dois projetos deste tipo em que Portugal participou em conjunto com outras regiões, fê-lo na qualidade de segundo ofertante no setor da Pesca, com a participação de Angola, Moçambique e Chile, e no setor *Agropecuário* a par de Moçambique e Brasil.

A CSS na qual este país ibero-americano participou esteve principalmente alinhada com o ODS 15 (Vida dos ecossistemas terrestres), ODS 9 (Inovação, infraestruturas e desenvolvimento) e ODS 17 (Alianças para atingir os objetivos).

* Os dados apresentados nesta página não refletem a totalidade do contributo que a Cooperação Portuguesa concede para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos seus países parceiros. Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANDORRA

2

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



ALINHAMENTO COM OS ODS

Iniciativas que se alinham principalmente com os ODS 4 e 9



Tal como em 2016, Andorra participou na CSS de 2017 através de 2 projetos de cooperação, ambos no espaço ibero-americano:

- Paulo Freire de Mobilidade Académica para Estudantes de Programas Universitários de formação de professorado.
- Projeto Adstrito da Qualidade (IBERQUALITAS).

Graças a essa cooperação, contribuiu-se principalmente para o ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas).

Nota metodológica

Nesta secção expõem-se as considerações metodológicas que foram tidas em conta ao analisar a CSS mantida em execução em 2017 pelo conjunto dos países ibero-americanos em cada uma das modalidades reconhecidas neste espaço, bem como para a elaboração final das fichas que resumem e agregam os principais dados de cada país.

MODALIDADES DE COOPERAÇÃO

Cooperação Sul-Sul Bilateral: Modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual dois países em desenvolvimento trocam recursos ou experiências. Nesse intercâmbio não existe condicionalidade e a interlocução realiza-se em igualdade de condições. Os custos são assumidos de forma partilhada, embora não necessariamente em participações equivalentes. Os países repartem entre si os denominados papéis de ofertante (aquele que contribui com os principais recursos financeiros, técnicos e humanos) e de recetor. Por vezes, todos os países participantes exercem simultaneamente os papéis de ofertante e recetor, uma situação denominada por “Ambos”.

Cooperação Triangular: Modalidade de Cooperação Sul-Sul na qual participam um conjunto de agentes que, podendo todos eles realizar diferentes tipos de contribuições (técnicas, financeiras ou outras) dividem entre si o exercício de três papéis: o dos denominados primeiro ofertante e recetor (um ou vários países em desenvolvimento, em cada caso), e o de segundo ofertante (país em desenvolvimento, país desenvolvido, organismo regional ou multilateral, ou alguma associação deles). A característica distintiva é determinada pelo papel do primeiro ofertante, que atua como principal responsável pelo fortalecimento de capacidades.

Cooperação Sul-Sul Regional: Modalidade de Cooperação Sul-Sul que tem por objetivo o desenvolvimento e/ou a integração de uma região, entendendo-se assim que os países que a constituem (no mínimo três em desenvolvimento) partilham e acordam esse objetivo. O carácter regional desta cooperação está contemplado num mecanismo institucional formalizado. A sua execução estabelece-se a partir de programas e projetos.

TIPO DE INICIATIVAS

Programa: Conjunto de projetos orientados para a concretização de um mesmo objetivo. Além disso, por vezes envolve simultaneamente vários destinatários. Só se aplica à modalidade de CSS Regional.

Projeto: Conjunto de ações inter-relacionadas, encaminhadas para um destinatário específico a fim de satisfazer um objetivo comum através da sua execução no quadro de um ou de vários setores e/ou temas. Possui os seguintes elementos: período de execução definido, orçamento e resultados esperados, devendo igualmente prever um mecanismo de acompanhamento e avaliação. Deverá ter sido aprovado num quadro de cooperação (comissão mista, acordo interinstitucional, acordos gerais de cooperação ou similares). Aplica-se a todas as modalidades de cooperação.

Ação pontual: Executa-se pontualmente, uma única vez, através de variantes específicas (assessoria, estágios, investigação conjunta, missão de diagnóstico, seminários, etc.). Só se aplica às modalidades de CSS Bilateral e Cooperação Triangular.

CLASSIFICAÇÃO SETORIAL

Nos últimos anos, chegou-se a um acordo no espaço ibero-americano para a classificação setorial da análise da Cooperação Sul-Sul. Fruto deste esforço, foram definidos 30 setores de atividade, agrupados em 7 âmbitos de intervenção. A Tabela 1 descreve todos esses setores e organiza-os conforme se associem a um a outro âmbito. Para distribuir as iniciativas de CSS de acordo com esta classificação setorial, a figura a que principalmente se recorre é à de um gráfico de projeção solar (semelhante à que se reproduz no Esquema 1), que permite representar dados e informações de diferentes hierarquias a partir de sucessivos anéis concêntricos: em concreto, situando os 30 setores de atividade no círculo exterior e os âmbitos de intervenção em que se agrupam, no correspondente anel interior.

A modo de síntese:

- a) Os setores da *Educação, Saúde, População e saúde reprodutiva, Abastecimento e saneamento de água e Outros serviços e políticas sociais*, têm como quadro de referência o fortalecimento e a melhoria das áreas Sociais, categoria na qual se agrupam.
- b) Por sua vez, os setores *Extrativo, Agropecuário, Silvicultura, Pesca, Construção, Indústria, Turismo e Comércio*, dedicam-se ao fortalecimento dos Setores de Produção. As economias nacionais complementam este apoio a partir de aspetos mais operacionais, os setores da *Energia, Transportes e armazenamento, Comunicações, Ciência e tecnologia, Banca e finanças, e Emprego e empresas*, todos eles agrupados em Infraestruturas e serviços económicos.
- c) Entretanto, consideram-se dedicados ao Fortalecimento Institucional, os setores do *Fortalecimento de instituições e políticas públicas, Gestão de finanças públicas, Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos, e Participação política e sociedade civil*, bem como as questões de *Paz, segurança pública, nacional e defesa*.
- d) Por outro lado, dois setores relacionaram-se com a categoria Ambiental: o primeiro, inclui tudo o que respeita à preservação do *Ambiente*; e o segundo, a todas as intervenções relativas à *Gestão de catástrofes*, considerando-se aqui qualquer das fases envolvidas (prevenção, preparação, atenuação, ajuda de emergência, reabilitação e reconstrução).
- e) Finalmente, pelas suas especificidades e difícil categorização, os setores da *Cultura, Género e Outros* (dedicados a modelos de desenvolvimento alternativos), recebem um tratamento diferenciado e consideram-se dentro de um geral Outros âmbitos de intervenção.

TABELA 1

SETORES DE ATIVIDADE RECONHECIDOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO, CONFORME O ÂMBITO DE INTERVENÇÃO

Âmbito intervenção	Setor de atividade	Descrição	
SOCIAL	Educação	Fortalecimento da Educação a todos os níveis, da básica à universitária, e da formação profissional. Afeta, entre outros, os planos e políticas educativas, programas curriculares, construção e reabilitação de escolas e de outras infraestruturas associadas, bem como a capacitação e formação de docentes e de outros profissionais do setor.	
	Saúde	Fortalecimento da saúde geral e básica, através, entre outras, de ações dirigidas às políticas de saúde, serviços médicos, cuidados básicos de saúde, investigação médica, luta contra doenças transmissíveis e não transmissíveis, desenvolvimento, qualidade e vigilância de fármacos e vacinas, saúde pós-reprodutiva, nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação em saúde e formação de pessoal de saúde.	
	População e saúde reprodutiva	Programas e políticas sobre, entre outros, população, migrações, políticas migratórias, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DST e formação específica.	
	Abastecimento e saneamento de água	Política e gestão, entre outros, de recursos e resíduos hídricos, acesso à água, fornecimento, tratamento, saneamento, esgotos, desenvolvimento de bacias fluviais e formação específica.	
	Outros serviços e políticas sociais	Fortalecimento dos serviços e políticas sociais em geral, políticas de habitação, políticas que visem a não discriminação, cuidados e inclusão social de coletivos mais vulneráveis, em especial pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes, crianças, jovens e idosos, isto apenas para nomear alguns.	
ECONÓMICA	Infraestruturas e Serviços Económicos	Energia	Fortalecimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com a produção e fornecimento de energia proveniente tanto de fontes renováveis quanto de não renováveis, bem como a sua maior sustentabilidade (entre outros: gás, hidrocarbonetos, água, sol, vento e biocombustíveis).
		Transportes e armazenamento	Fortalecimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as políticas de transportes e armazenamento, bem como a melhoria e sustentabilidade dos transportes em geral ou por qualquer dos seus meios (rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo).
		Comunicações	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as comunicações, em qualquer dos seus meios e formatos (entre outros: telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, e tecnologias da informação e das comunicações).
		Ciência e tecnologia	Desenvolvimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que promovam a Ciência e a Tecnologia com resultados de aplicação geral (não setorial) na economia. Inclui também e entre outros, tudo o que diz respeito à transferência dos conhecimentos resultantes, reforço do sistema científico e divulgação e universalização do acesso às tecnologias.
		Banca e finanças	Apoio às capacidades de gestão dos recursos financeiros das empresas, das organizações e de pequenos produtores, especialmente quando se trata de contribuir para fortalecer a economia local. Inclui formação e ensino em serviços financeiros, desenvolvimento e implementação de programas de microcrédito, bem como apoio à banca quando a sua atividade coincide com estes objetivos.
		Emprego	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que facilitem e promovam a criação e acesso ao emprego, bem como a ações mais específicas de formação e capacitação profissional que respondam a esse mesmo objetivo.
		Empresas	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições para a promoção de empresas, especialmente micro, pequenas e médias, bem como ao fortalecimento dos processos de concorrência.

ECONÓMICA	Setores de produção	Extrativos	Fortalecimento da exploração e extração de recursos minerais e energéticos (carvão, petróleo e gás,), bem como tratamento dos seus resíduos, especialmente através de instrumentos de planificação, gestão e legislação mineira.
		Agropecuário	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a agricultura e pecuária. Inclui tudo o que diz respeito ao uso do solo, terras aráveis, gestão de sementes, reforma agrária, soberania alimentar, questões fitossanitárias e de saúde animal e vegetal, fomento de produtores familiares e apoio às cooperativas agrícolas, para referir apenas alguns exemplos.
		Silvicultura	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições dedicadas à silvicultura e gestão florestal, bem como a tudo o que se relaciona com o uso comercial da madeira.
		Pesca	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a aquicultura e a pesca. Inclui, entre outros, o apoio à produção pesqueira artesanal, questões fitossanitárias e de segurança nutricional e alimentar.
		Construção	Desenvolvimento de políticas e apoio ao setor da construção e das infraestruturas.
		Indústria	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o fomento da indústria em geral e por setores. Inclui o fortalecimento de qualquer fase que afete o processo de transformação desde a produção até à distribuição final.
		Turismo	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o setor do turismo.
		Comércio	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições que fomentem o comércio e a distribuição final de produtos a nível local, nacional e internacional. Também afeta os acordos e negociações comerciais regionais e multilaterais.
FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Fortalecimento de instituições e políticas públicas	Fortalecimento do setor público e das suas instituições e políticas. Afeta qualquer nível de governo, pelo que inclui o apoio aos processos de descentralização (política, administrativa e fiscal) e o apoio a governos regionais e locais e entre eles. Também inclui tudo o que se relaciona com a cooperação (como políticas públicas) e a produção de estatísticas e indicadores cujo objetivo seja o de orientar a tomada de decisões sobre as políticas e gestão pública.	
	Gestão de finanças públicas	Inclui, entre outros, a gestão do orçamento e despesa pública, receitas (especialmente do sistema tributário), bem como a melhoria dos sistemas de gestão financeira, políticas fiscais, auditorias públicas, dívida pública, controlo e gestão de empresas públicas e medição do seu desempenho.	
	Desenvolvimento legal e judicial e dos DH	Fortalecimento dos quadros legais, constituições, leis e regulamentações, bem como das instituições, sistemas e procedimentos da justiça, e também as práticas (tradicional, indígenas...) que estão fora do sistema legalmente contemplado; e apoio à defesa e alargamento dos direitos humanos, em especial dos civis e políticos. Inclui a luta contra a impunidade e proteção das minorias de qualquer tipo (étnicas, religiosas, linguísticas, sexuais, emigrantes, crianças, vítimas de tráfico e de tortura...).	
	Participação política e sociedade civil	Fortalecimento da participação política, processos eleitorais, democracia e sociedade civil, bem como de ações que melhorem o controlo dos cidadãos sobre os seus representantes.	
	Paz, segurança pública, nacional e defesa	Processos de paz e resolução de conflitos, desarmamento, desmobilização e reinserção na vida civil. Apoio à segurança pública (orientada para a prevenção, investigação e repressão de delitos contra as pessoas - códigos penais, agências da lei, polícia, prisões...) e à segurança nacional e defesa (luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de drogas, formação militar, controlo de armas...).	
	AMBIENTE	Ambiente	Desenvolvimento, entre outros, de políticas e apoio a instituições dedicadas à proteção do ambiente, sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, tratamento de resíduos, redução da poluição, luta contra as alterações climáticas e preservação da biodiversidade.
Gestão de catástrofes		Apoio a todas as intervenções operacionais que se realizem nas diferentes etapas da gestão de catástrofes, tendo em conta as relativas à prevenção, preparação, atenuação, ajuda de emergência, reabilitação e reconstrução.	

**OUTROS
ÂMBITOS**

Cultura	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições relacionadas com a cultura em todas as suas formas (também tradicional e oral), bem como às artes cénicas, em qualquer das suas disciplinas (arquitetura, dança, teatro, escultura, música, pintura e literatura), e ao artesanato popular, bibliotecas, museu e outros.
Género	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições que promovem, entre outros, programas e projetos que relacionem a mulher com o desenvolvimento, fomentem o seu empoderamento económico e lutem contra a violência de que são vítimas.
Outros	Fomento, entre outros, de modelos de desenvolvimento alternativo, rural e urbano, e da economia social e comunitária.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ESQUEMA 1

SETORES DE ATIVIDADE RECONHECIDOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO, CONFORME O ÂMBITO DE INTERVENÇÃO



Fonte: SEGIB

FICHAS DOS PAÍSES

Os dados incluídos nas fichas correspondem à Cooperação Sul-Sul em que cada país ibero-americano participou ao longo de 2017. Em geral, todas as fichas reúnem informações relativas às iniciativas nas quais participaram, modalidades de cooperação, papéis, principais parceiros, setores de atividade e ODS com os quais potencialmente se alinharam. É importante destacar que os valores apresentados não estão desagregadas por instrumento de execução (ações, projetos, programas) mas que se referem a todas as iniciativas de CSS.

A seguir, explica-se a forma como foram obtidos os cálculos:

- **Número total de iniciativas (em unidades).** Refere-se à soma das ações, projetos e programas nos quais o país participou nas três modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano (CSS Bilateral, Cooperação Triangular e CSS Regional). É de referir que foram tidas em consideração as iniciativas de cooperação dentro da Ibero-América e também com outras regiões. Dada a sua natureza, no caso dos países da Península Ibérica, não se aplica a modalidade de CSS Bilateral.
- **Participação por modalidades e papéis (em unidades).** Em cada uma das modalidades de CSS indica-se o número de iniciativas nas quais o país participou em 2017 para cada um dos papéis que exerceu, tendo em conta as iniciativas de cooperação entre a Ibero-América e também com outras regiões. Além disso, os possíveis papéis exercidos variam dependendo da modalidade de cooperação:
 - CSS Bilateral: Ofertante, Recetor, Ambos.
 - Cooperação Triangular: Primeiro ofertante, Segundo ofertante, Recetor.
 - CSS Regional: Ofertante, Recetor, Ambos.
- **Capacidades fortalecidas (em unidades).** No caso dos 19 países da América Latina, para o total das iniciativas nas quais o país participou na qualidade de ofertante e de recetor, independentemente da modalidade de cooperação, indica-se quantas iniciativas estiveram associadas a cada um dos 30 setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano.

No caso da oferta, consideram-se de forma conjunta os papéis de Ofertante, Primeiro ofertante e Segundo ofertante.

As iniciativas em que o país tem o papel Ambos não são consideradas para esta análise. No gráfico de pizza resultante, mostram-se os setores de atividade (3-4) que mais se destacaram e agregam-se os outros a um genérico “resto dos setores”.

No caso dos três países da Península Ibérica, a análise setorial realiza-se tendo em conta a modalidade na qual se executou a cooperação e não o papel.

- **Alinhamento com os ODS.** Refere-se aos ODS a que potencialmente se podem alinhar as iniciativas nas quais o país participou, independentemente da modalidade de cooperação na qual foram realizadas e do papel nelas exercido. Note-se que para esta análise não se consideram as iniciativas com outras regiões de fora da Ibero-América.
- **Principais parceiros.** Refere-se aos parceiros com os quais em 2017 o país partilhou um maior número de intercâmbios, sem distinguir nem a modalidade de CSS (bilateral, triangular ou regional) nem o papel que exerceu.

Bibliografia

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) (2019). *Fundo Misto de Cooperação Triangular Chile-Espanha. Síntese dos primeiros 10 anos de trabalho conjunto*. 56 páginas. Disponível em: <http://www.agci.cl/index.php/fondo-chile-espana>

Aranco, Stampini, Ibararán e Medellín (2018). “Panorama do envelhecimento e da dependência na América Latina e Caribe”. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Panorama-de-envejecimiento-y-dependencia-en-America-Latina-y-el-Caribe.pdf>

Banco Mundial (2015). *A América Latina Indígena no Século XXI. Primeira década*. Washington, DC, 120 páginas.

Cañon, Clavijo, Godoy, Leotuzé, Pestre, Ricard (2017): *Definição da estratégia de big data para o Estado colombiano e para o desenvolvimento da indústria de big data na Colômbia*. Bogotá. Disponível em: http://datapopalliance.org/wp-content/uploads/2018/09/Documento2_VersionFinal_DNP.pdf

Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (2019). Terceira Reunião do Fórum dos países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável. Santiago do Chile, de 24 a 26 de abril.

----- (CEPAL) (2013). *Mulheres indígenas na América Latina: dinâmicas demográficas e sociais no contexto dos direitos humanos*. Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População e Divisão de Assuntos de Género da CEPAL e Observatório da Igualdade de Género da América Latina e Caribe. Santiago do Chile, 160 páginas.

Comissão de Estatística das Nações Unidas (2017). *Plano de Ação Mundial de Dados do Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Cabo*. Disponível em: https://unstats.un.org/sdgs/hlg/Cape_Town_Global_Action_Plan_for_Sustainable_Development_Data.pdf

Mendes, G. (2018). *Produção de Café Sustentável no Parque Nacional da Gorongosa O efeito do ensombramento na produtividade de café (tese de mestrado)*. Instituto Superior de Agronomia – Universidade de Lisboa. Lisboa.

Nações Unidas (2019). *Crescendo a um ritmo menor, espera-se que a população mundial alcance 9.700 milhões em 2050 e um máximo de quase 11.000 milhões à volta de 2100: Relatório da ONU*. Disponível em: https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_PressRelease_ES.pdf

PNUD e IFCR (2017). *Avaliação do impacto socioeconómico do vírus da zica na América Latina e Caribe: Brasil, Colômbia e Suriname como estudos de caso*. Disponível em: <https://www.ifrc.org/Global/Photos/Secretariat/201702/UNDP-Zika-04-05-2017-Spanish-WEB.pdf>

PNUD e NEPAD (2019). *First African South-South Cooperation Report*. Disponível em: <https://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/first-african-south-south-cooperation-report.html>

Ravera, C. (2017). *Relatório técnico “Um olhar sobre o envelhecimento”*. Fundo das Nações Unidas para a População – FPNU. Disponível em: <https://lac.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/Una%20mirada%20sobre%20el%20envejecimiento%20FINAL21junB.pdf>

S. Huenchuan (ed.), Envelhecimento, Idosos e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: perspectiva regional e de direitos humanos, Livros da CEPAL, N° 154 (LC/PUB.2018/24-P), Santiago, Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44369/1/S1800629_es.pdf

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2018); *Dez anos de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*; SEGIB e Turner, Madrid.

UNCTAD (2019): The least developed countries report 2019. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/lcdr2019_en.pdf

Villalobos e Castrillo (2019): *Memória do Projeto Regional para o Fortalecimento da Justiça Reparadora*, Projeto Regional de Fortalecimento da Justiça Reparadora, San José - Costa Rica. Disponível em: https://www.adelante-i.eu/sites/default/files/jr_memoria.pdf

DECLARAÇÕES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS OFICIAIS

Conselho da Europa (2001). Convenção sobre cibercriminalidade. Budapeste, 23.XI.2001.

Resolução 73/291 da Assembleia Geral "Documento final de Buenos Aires da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul". A/RES/73/291 (15 de abril de 2019), disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2019/10/N1911172.pdf>

Páginas digitais de referência

Adelante Facilidade para a Cooperação Triangular UE-ALC - <https://www.adelante-i.eu/>

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - <http://www.abc.gov.br/>

Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) - <https://www.aecid.es/ES>

Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) - www.amexcid.gob.mx/

Agência Presidencial de Cooperação Internacional (APC-Colômbia) - <https://www.apccolombia.gov.co/>

Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI) - www.gub.uy/agencia-uruguay-cooperacion-internacional/

Associação pelos Direitos Civis Digitais - <https://adcdigital.org.ar/>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - <https://www.iadb.org/en>

Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) - www.cepal.org/es

Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos - <https://comjib.org/>

Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) - <http://www.filac.org/wp/>

Governo dos Estados Unidos Mexicanos - <https://www.gob.mx/>

Instituto Nacional de Serviços Sociais para Reformados e Pensionistas - <https://www.pami.org.ar/>

ITAIPI Binacional - <https://www.itaipu.gov.py/es>

Ministério da Cultura da Colômbia - <https://www.mincultura.gov.co/ministerio/Paginas/default.aspx>

Ministério das Relações Exteriores da Colômbia - www.cancilleria.gov.co

Organização Mundial da Saúde (OMS) - <http://www.who.int/es>

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) - www.fao.org

Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres para as Américas e o Caribe) - <https://lac.unwomen.org/es>

Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS - <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)- <https://www.paho.org/es>

Parque Nacional da Gorongosa - <https://www.gorongosa.org/>

Polícia Nacional Civil do Governo de El Salvador - <http://www.pnc.gob.sv>

Portal de Notícias Cuba Debate - <http://www.cubadebate.cu/>

Portal de Avaliação dos ecossistemas do milénio - <https://www.millenniumassessment.org/es/About.html>

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) – www.cooperacionsursur.org

Programa para a Coesão Social na América Latina (EUROSOCIAL) - <https://eurosocial.eu/>

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América – www.informesursur.org

Retina Latina - <https://www.retinalatina.org/>

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) - www.segib.org

Secretaria Técnica de Planificação do Desenvolvimento Económico e Social - <http://www.stp.gov.py/v1/>

Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) - <http://www.sena.edu.co/es-co/Paginas/default.aspx>

SIMORE Plus - <http://www.mre.gov.py/simoreplus>

Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) - <http://www.sica.int/>

Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ, sigla em alemão) – <https://www.giz.de/en/html/index.html>

Universidade Federal do Espírito Santo - <http://ufes.br/>

Universidade de Lisboa - <https://www.ulisboa.pt/>

Após doze anos de publicações ininterruptas, o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2019* consolida-se como uma ferramenta imprescindível para a visibilidade e gestão da Cooperação Sul-Sul e Triangular em que a nossa região participa, mas também como um documento de referência internacional para conhecer e compreender o papel da Ibero-América no futuro da Cooperação Sul-Sul.

Além disso, esta décima segunda edição coincide com a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40), um encontro histórico que permitiu reafirmar o compromisso da comunidade internacional para com a CSS e Triangular, capaz de contribuir para o cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, cada um dos capítulos desta edição de 2019, bem como as fichas que resumem os dados de cada um dos 22 países ibero-americanos, está imbuído desse compromisso para com a Agenda 2030 de forma a “não deixar ninguém para trás”.

Andorra · Argentina · Bolívia · Brasil · Chile · Colômbia · Costa Rica · Cuba · Equador · El Salvador · Espanha · Guatemala · Honduras · México · Nicarágua · Panamá · Paraguai · Peru · Portugal · República Dominicana · Uruguai · Venezuela

www.informesursur.org



www.cooperacionsursur.org



www.aecid.es



www.segib.org